

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA - DAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGA

ERISVELTON SÁVIO SILVA DE MELO

CIGANOS, NOVAS TECNOLOGIAS, REDES DE SOCIABILIDADE E IDENTIDADE

RECIFE, 2015

ERISVELTON SÁVIO SILVA DE MELO

CIGANOS, NOVAS TECNOLOGIAS, REDES DE SOCIABILIDADE E IDENTIDADE

Tese apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, para obtenção do título de Doutor, sob a orientação da professora Dr.^a Vânia da Rocha Fialho de Paiva e Souza.

RECIFE, 2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB-4 1291

M528c Melo, Erisvelton Sávio Silva de.
 Ciganos, novas tecnologias, redes de sociabilidade e identidade / Erisvelton Sávio Silva de Melo. – 2015.
 250 f. : il. ; 30 cm.
 Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2015.
 Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Antropologia. 2. Ciganos - Brasil. 3. Identidade. 4. Sociabilidade. 5. Tecnologia da informação. 6. Comunicação e tecnologia. I. Souza, Vânia da Rocha Fialho de Paiva e (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2016-21)

ERISVELTON SÁVIO SILVA DE MELO

CIGANOS, NOVAS TECNOLOGIAS, REDES DE SOCIABILIDADE E IDENTIDADE

Tese apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, para obtenção do título de Doutor.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Vânia da R. Fialho de Paiva e Souza
(Orientadora)
(UPE/UFPE)

Prof.^a Dr.^a Elaine Müller
(Examinadora Externa)
(UFPE/DAM)

Prof.^a PhD Josefa Salete Barbosa Cavalcanti
(Examinadora Interna)
(UFPE/PPGA)

Prof.^a Dr.^a Rita de Cassia M^a Neves
(Examinadora Externa)
(UFRN/DAN)

Prof.^o Dr.^o Renato Monteiro Athias
(Examinador Interno)
(UFPE/PPGA)

À minha tia, Aracelis (*in memoriam*).

Aos grupos ciganos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um momento difícil porque, às vezes, precisamos muito dos outros e a memória torna-se falha em lembrar os que estiveram e estão conosco em nossa história de vida. São pessoas que vibram conosco a cada conquista e celebram com alegria a vitória. Pessoas que enxugam nossas lágrimas nos instantes de sofrimentos e dores, pessoas que cuidam de nossas feridas e nos fazem melhorar. Nesses quatro anos de doutorado pude usufruir da convivência e apoio de pessoas muito especiais em minha vida, tanto as que já faziam parte de minha trajetória existencial, quanto as que começaram a fazer parte de minha trajetória.

O primeiro agradecimento, não poderia deixar de ser para duas pessoas importantes com quem convivo diariamente há quase uma década, Marcos e Dora Canto, que me apoiam e aguentam meus estados de euforia, ânimo e desânimo. Mas, deles escuto sempre as palavras de: “*você é capaz, você pode*”. São duas pessoas muito importantes em minha vida. Praias em que posso aportar.

Agradecimentos sempre dirigidos a minha querida orientadora, Vânia Fialho, pelo incentivo, paciência, desprendimento de tempo, leituras, indicações de bibliografia e pelo “*estou contigo e não abro*”. Durante todo o nosso processo de vivências e convivências pude constar o valor de uma amizade e de uma pessoa que acredita em quem está junto nas caminhadas da vida e da academia para a construção de “*quem sabe*” um mundo melhor e de bons sentimentos humanos.

Agradecimentos muitos especiais também a Renato Athias, meu orientador do mestrado, professor e amigo que sempre demonstrou confiança em meu trabalho e nas parcerias para incluirmos uma demanda para o NEPE e o PPGA, os ciganos.

Aos professores do PPGA da UFPE pelo empenho intelectual e teórico que nos permite, enquanto estudantes, despertarmos para novas formas de pensar ou repensar o que é o conhecimento e a utilidade dele para nossas vidas, os nossos interlocutores e os pesquisados.

À secretaria do PPGA e os funcionários ligados a secretaria em particular Carla e Ademilda sempre prestativas, atentas e sorridentes no trabalho e na facilitação de nossa vida burocrática no PPGA e na UFPE.

A convivência e as discussões dos meus companheiros e companheiras de turma de doutorado Anderson Vicente, Luciana Gama, Fernando Sabonete, Luiz Antonio, Ana Laura, e Luciana Aquino minha grande amiga e irmã com quem compartilhei tantas tensões,

conversas, pratos de comida, sorrisos e celebrações. Também alguns outros discentes do PPGA de turmas de mestrado e doutorado com quem compartilhei e recebi saberes e experiências.

À minha família consanguínea (Emídio, Silva, Oliveira, Alves e Melo), mãe Izabel, pai Agenildo, irmãos Artur e Rui, irmãs Ana Alice, Maria Alice (Dayse) e Maria da Paz (Linda), tios, tias, primos, primas, sobrinhos e sobrinhas. E a uma família adotada por mim, a família Sobral, Eugênia, Phedra, Isís, Francisca, Isabela, Ozita, Maria Luiza, Dameana, Pedro. A duas pessoas que fazem parte das duas famílias: Liberty e a Emilly por fazerem parte de minha vida trazendo preocupações e alegrias.

A uma grande amiga e irmã que está comigo desde a muito tempo em minha jornada, desde criança nos conhecemos, já crescemos, nossas vidas passaram por grandes mudanças e transformações, mas a amizade, a cumplicidade, o respeito e o estar juntos permanecem os mesmos, Isabel Costa. Com essa amiga, vem também sua família que gosto muito.

Aos amigos e amigas feitos no PPGA, Eliane Anselmo, Greilson, Dayse, Liana, Ligia, Hugo, Graça, Jane, Carol, Mônica, Leonardo, Jamerson, Rafael, Eliete, Abel, Lúcia Helena, Adriana, Lilica, Carmen, Hosana.

À banca de qualificação do projeto que me redirecionaram em minhas pesquisas a partir de outros olhares, Prof.^a Roberta Campos e Prof.^a Judith. À banca de defesa que se dispôs a examinar o meu texto, Prof.^o Renato Athias, Prof.^a Rita e sua celebre frase que me acalmou durante muitos momentos: *“a tese não é o trabalho de sua vida, é o início de um trabalho, a preocupação deve ser o que você vai fazer com ela e depois dela”*, Prof.^a Elaine que me acolheu e confiou em mim no estágio docência, Prof.^a Salete e seus textos e autores indicados, Prof.^a Marion e suas aulas que nos permite pensar sobre gênero, sexualidade e mulher e Prof.^a Rita Voss, uma amiga judia e intelectual comprometida com as causas da educação, da ética e do ser humano.

Aos “ciganólogos”: Patrícia Goldfarb, Jamilly, Robson, Florência Ferrari, Fábio, Rodrigo Teixeira, Marcos Mello, Mirian, Mércia, Ademir Vaz, Beto Barata, Carla, Frans Moonen (in memoriam).

Aos professores que passaram por minha vida estudantil e me possibilitaram chegar onde estou: Alenita, Socorro, Maria José Fraga, Zeza, Airton Bernardo, Joselita, Sandra Lopes, Sueli Lopes, Márcia, Valéria, Eunice Ribeiro, Elba, Ivonete Eleonora, Gilberlande, Edilene Soares, Adelmo e demais professores que passaram em minha vida.

A uma pessoa que conheci em Recife, mas que é muito importante em muitos momentos de minha vida, incentivando-me muito e em vibrações para tudo ocorrer certo: tia

Vera. Com ela vem seu filho e filha. Concomitantemente, entre as pessoas que conheci aqui e que estimo muito estão amigas e amigos como Jerrana e seu esposo, Joelma, Belks, Tarcia Regina, Edi, Luciana do Manguê, Yolanda, Aron, Janaína minha xará de aniversário, Enzo, Marluce, Wodson, entre tantas pessoas, perdoem-me se não coloquei os nomes de todos e todas, mas vocês sabem de minha estima. Aos amigos Ariene e André pela força e atenção.

Às pessoas de um lugar bem especial, de refúgio e renovação, principalmente a Maria Celeste, José Júlio, Tânia Glória, Elizabeth Bilac (amigona e família) e Milena Bilac, Célia, Patrícia, Fátima, Dailane, Celinha, Edna, Augusta, Claudiovaldo, Nilson, Barbara, Ana Délia, Josivaldo, Renato, Fabiana, Artur, Janaína, Etienne, Danilo, Ana Luiza, Igor, Verinha, entre tantas outras que compartilham comigo as emoções de estar lá e outros que no momento não estão, mas que conheci lá: Nieangela, Fátima, Adriano, Ana Elizabeth.

Aos amigos e amigas do CE, Tiago, Daniel, Gildemarks, Brayner, Everson, Antonieta, Anderson, Nina, Maíra, Tamires, Dani Montenegro e Orúm, Naná, Glaucia, Claudia, Suelem, Jailela, Sandra e demais professores e estudantes.

À CAPES pelo fomento de minha pesquisa. A Prefeitura do Recife. Aos que compõem a Escola Municipal Santa Edwiges, todos muito importantes para mim, Rilda Manzi, Karina, Joana, Erika, Albertina, Ana, Adriana, Prazeres, Alana, Joselito, Janaína, Binho, e demais componentes.

Por último, mas não os menos importantes, até porque sem eles, esse trabalho não seria possível: OS CIGANOS. Com destaque e carinho a Claudio Iovanovitchi, Neiva, Enildo Calon, Fernando Calon, Antônio Calon, Yáskara, Mio Vaciti, Míriam; às associações ciganas APRECI, ACIPE, AMSK e demais, pois sem sua luta pela causa cigana, ainda estaria ocorrendo a invisibilidade para os grupos ciganos por parte dos que deveriam governar para todos. Sem a receptividade e abertura dos ciganos permitindo a participação em suas vidas não conseguiria chegar onde cheguei, tornando-me mestre e, agora, doutor em antropologia.

*“A vida é o que fazemos dela. As viagens são os viajantes.
O que vemos, não é o que vemos, senão o que somos.”*
(Fernando Pessoa)

*"Sou como você me vê.
Posso ser leve como uma brisa ou forte como uma ventania,
Depende de quando e como você me vê passar."*
(Clarice Lispector)

RESUMO

A tese tem como objetivo estudar e descrever a identidade cigana em rede sociativa, na perspectiva política e na construção do diálogo com o Estado brasileiro, para aquisição de direitos e reconhecimento de sua especificidade étnica. A pesquisa, de base etnográfica, priorizou na coleta de dados a observação flutuante, a netnografia e a descrição de diversas situações em que os ciganos se organizam, participam e acionam as redes nas quais se inserem. A etnografia teve como elemento articulador a liderança da Associação de Preservação da Cultura Cigana do Paraná. Durante o processo de construção e escrita do texto etnográfico, três questões denominadas de “imponderáveis” se fizeram presentes: as questões de gênero, com a mulher cigana; o agenciamento religioso nas discussões para formulação de políticas públicas; e a temática da educação, como uma das principais reivindicações dos ciganos. Os “imponderáveis” encontram-se relacionados diretamente à identidade dos grupos ciganos. O diferencial está não apenas em pensar a identidade cigana, mas como se dá a articulação em torno dessa identidade no mundo contemporâneo em meio às redes estabelecidas pelos ciganos nos aspectos do parentesco, das associações e das sociabilidades proporcionadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação. Assim, o contexto formado pelas redes sociativas, em consonância com novas problematizações, propiciam um protagonismo cigano no campo de negociações políticas para reconhecimento e aquisição de direitos no Brasil.

Palavras-Chave: Ciganos. Educação. Identidade. Redes. Sociabilidade.

ABSTRACT

The thesis aims to study and describe the Roma identity in sociative network, in political perspective and on building dialogue with the Brazilian State, for the acquisition of rights and recognition of their ethnic specificity. The ethnographic, based research, prioritized data collection notice floating netnography and description of several situations in which the Roma if they organize, participate in and trigger the networks in which are inserted. Ethnography was articulating element leadership of Roma Culture preservation Association of Paraná. During the construction process and the writing of the ethnographic text, three issues called "imponderables" were present: gender issues, with the Roma woman; the religious agency in discussions for the formulation of public policy; and the theme of education, as one of the main demands of the Roma. The "imponderables" are directly related to the identity of the Roma groups. The difference is not only in thinking the Roma identity, but how the articulation around that identity in the contemporary world in the midst of the networks established by Roma in aspects of kinship, of associations and the social arrangements offered by the new information and communication technologies. Thus, the context formed by the sociative networks, in line with news problematizations, provides a leading role in the field of Roma political negotiations for recognition and acquisition of rights in Brazil.

Keyword: Roma. Education. Identity. Networks. Sociability.

RÉSUMÉ

La thèse vise à étudier et décrire l'identité gitane dans le réseau social, dans la perspective politique et dans la construction du dialogue avec l'État brésilien, pour acquérir des droits et la reconnaissance de leur spécificité ethnique. La recherche, basée sur l'ethnographie, a privilégié dans la collecte des données l'observation flottante, la netnographie et la description de diverses situations dans lesquelles les Tsiganes s'organisent, participent et activent les réseaux dans lesquels ils sont insérés. L'ethnographie avait comme élément d'articulation le leadership de l'Association de préservation de la culture gitane du Paraná. Au cours du processus de construction et d'écriture du texte ethnographique, trois problématiques dénommées "impondérables" étaient présentes: les questions de genre, avec la femme gitane; l'agence religieuse dans les discussions pour la formulation des politiques publiques; et l'éducation comme l'une des principales revendications des Tsiganes. Les "impondérables" sont directement liés à l'identité des groupes tsiganes. La différence réside non seulement dans la pensée de l'identité gitane mais aussi dans l'articulation de cette identité dans le monde contemporain au sein des réseaux établis par les gitans dans les aspects de parenté, d'association et de sociabilité fournis par les nouvelles technologies d'information et de communication . Ainsi, le contexte formé par les réseaux sociaux, en accord avec les nouvelles problématisations, fournit un protagonisme tsigane dans le domaine des négociations politiques pour la reconnaissance et l'acquisition des droits au Brésil.

Mots-clés: Gitans. Éducation Identité Réseaux Sociabilité.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1: Captação e destino dos recursos dos governos e órgãos promotores do Brasil Cigano

TABELA 2: Delegados Eleitos na Plenária Nacional dos Povos Ciganos - III CONAPIR

TABELA 3: Oficina Saúde dos Povos Ciganos

GRÁFICO: Representação por Região de Delegados Ciganos na III CONAPIR

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA- Associação Brasileira de Antropologia
ABANNE- Associação Brasileira de Antropólogos do Norte-Nordeste
ACIPE – Associação Cigana de Pernambuco
AICROM – Associação Internacional da Cultura Romani
AMSK – Associação Internacional Maylê Sara Kali
ANEC – Associação Nacional das Etnias Ciganas
ANPOCS- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
APRECI-PR- Associação de Preservação da Cultura Cigana do Paraná
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CEDRO – Centro de Estudos e Discussão Romani
CET- Centro de Estudos Territoriais
CF- Constituição Federal
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNRS- Centre National de la Recherche Scientifique
CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia
DAC- Departamento de Antropologia Cultural
DAM – Departamento de Antropologia e Museologia
DAN – Departamento de Antropologia
DCS – Departamento de Ciências Sociais
DHNet – Direitos Humanos na Internet
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
EHES – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales
FARA – Faculdade Araguaia
GAP- Departamento de Antropologia
GT- Grupo de Trabalho
IADESCC – Instituto de Apoio e Desenvolvimento à Cultura Cigana no Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICHF- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
IDEMEC- Instituto de Engenharia Mecânica
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
LeMetro- Laboratório de Etnografia Metropolitana
MACI – Missão Amigos dos Ciganos
MDS – Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome
MEC- Ministério da Educação
MinC – Ministério da Cultura
MMSH- Maison Méditerranéenne des Sciences de l’Homme
MPF – Ministério Público Federal
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NDCG- Notas do Diário de campo e Gravações
NEC – Núcleo de Estudos Ciganos
NECVU- Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana
NEPE- Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Etnicidade
NUFEP- Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa
OIT- Organização Internacional do trabalho
ONU- Organização das Nações Unidas
PNPCT- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RBA- Reunião Brasileira de Antropologia
REA- Reunião Equatorial de Antropologia
RENECI – Rede Nacional para Evangelização de Ciganos
SciELO- Scientific Electronic Library Online
SDH – Secretaria de Direitos Humanos
SEDH-PR- Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENARC – Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SEPPIR- Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
SID/MinC- Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura
UACS – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais
UCG – Universidade Católica de Goiás

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UPE – Universidade de Pernambuco

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cartaz de divulgação do Dia do Reconhecimento do Povo Cigano em São Paulo

Figura 2 - Capa da Cartilha dos Povos Ciganos

Figura 3 - CIGANOS – FILHOS DA NATUREZA - Comunidade do Orkut na categoria “Culturas e Comunidade” relacionada aos ciganos - Brasil

Figura 4- CIGANOS RJ - Comunidade do Orkut na categoria “Religiões e Crenças” relacionada aos ciganos – Brasil - Rio de Janeiro

Figura 5 – CIGANOS - Comunidade do Orkut na categoria “Culturas e Comunidades” relacionada aos ciganos - Brasil

Figura 6 – CIGANOS E CIGANAS DO BARSIL - Comunidade do Orkut na categoria "Religiões e Crenças" relacionada aos ciganos – Brasil

Figura 7 - CULTURA CIGANA - Comunidade do Orkut na categoria “Culturas e Comunidades” relacionada aos ciganos - Brasil

Figura 8- CIGANA(O) NUMA VIDA PASSADA!!! - Comunidade do Orkut na categoria "Religiões e Crenças" relacionada aos ciganos - Brasil

Figura 9 - Página da CERCI no Facebook

Figura 10 - Página da IADESCC Brasil no Facebook

Figura 11 - Página da ACIPE no Facebook

Figura 12 - Página Pessoal de Claudio Iovanovitchi no Facebook

Figura 13 - Postagem-protesto contra uma reportagem publicada pela revista Veja que incitava a Romafobia ou Ciganofobia

Figura 14- Postagem sobre assunto da associação cigana

Figura 15 - Comentários sobre a postagem da associação cigana 1

Figura 16 - Comentários sobre a postagem da associação cigana 2

Figura 17 - Certificado de representação como membro da Federação Mundial Roma no Brasil

Figura 18 - Página da Associação de Mulheres Ciganas do Rio Grande do Sul

Figura 19– Página Pessoal de Yáskara no Facebook

Figura 20 - Página da Assembleia de Deus Cigana no Facebook

Foto 1 - Antônio Calon e Enildo Calon (Líderes ciganos e membros da ACIPE) no Seminário sobre os Povos Ciganos do NEPE - UFPE-PPGA - Dezembro de 2014 (Acervo do autor)

Foto 2 - Antropólogos em apresentação de pesquisas no Seminário sobre Povos Ciganos no NEPE - UFPE/PPGA – Da direita para a esquerda: Erisvelton Sávio, Robson Siqueira, Patrícia Goldfarb e Vânia Fialho - Dezembro de 2014 (Acervo do autor)

Foto 3 - I Seminário Estadual de Educação Escolar Cigana, Paraná, 2013 – Acervo de Claudio Iovanovitchi - Fonte: Fernando de Jesus/SEED

Foto 4 - Mesa de Abertura do Brasil Cigano (Acervo de Claudio Iovanovitchi)

Foto 5- Claudio Iovanovitchi em oficina no Brasil Cigano (Acervo de Claudio Iovanovitchi)

Foto 6 - Neiva Iovanovitchi em apresentação no Brasil Cigano (Acervo de Claudio Iovanovitchi)

Foto 7 - Ciganas no Pátio do Carmo em Recife-PE realizando leitura de mãos (Acervo do autor)

Foto 8 - Cigana Yaskará e Fernando Calon em encontro da Cartografia Social na UFRN (Acervo do autor)

Foto 9 - Ciganos em encontro promovido pela Pastoral dos Nômades - (Acervo pessoal de Enildo Calon)

Foto 10 - Pastor Alexsandro Castilho da Assembleia de Deus Cigana realizando culto durante o "Brasil Cigano" - (Acervo pessoal de Enildo Calon)

Foto 11- Claudio Iovanovitchi com o GT do MEC em Brasília-DF - (Acervo pessoal de Claudio Iovanovitchi)

Foto 12 - Claudio Iovanovitchi em Secretaria do Estado do Paraná para viabilizar apresentação de peça teatral em escolas (Acervo Pessoal de Claudio Iovanovitchi)

Figura 13 Ciganos Calon discutindo sobre educação, no II Encontro Kalé-Roma, Recife-PE (Acervo do autor)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	20
2. A ANTROPOLOGIA E OS ESTUDOS SOBRE E COM OS CIGANOS NO BRASIL.....	30
2.1. FRANS MOONEN E OS ESTUDOS CIGANOS NO BRASIL.....	46
3. REDES, SOCIABILIDADE E IDENTIDADE.....	50
4. O CAMPO DO DIREITO PARA CIGANOS NO BRASIL, OBSERVAÇÕES LOCAIS E GLOBAIS: DE 1988 A 2014.....	57
5. NARRATIVAS DA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA: OBSERVAÇÃO FLUTUANTE, NETNOGRAFIA E ETNOGRAFIA	67
5.1. OBSERVAÇÕES FLUTUANTES.....	70
5.2. NETNOGRAFIA.....	75
5.2.1 <i>Reflexões sobre a netnografia e os instrumentos tecnológicos para coleta de dados..</i>	93
5.3. A ETNOGRAFIA.....	96
5.4. PERCORRENDO A DESCRIÇÃO DOS CAMINHOS QUE ANDEI.....	98
6. ETNOGRAFIA DE UM EVENTO: “BRASIL CIGANO - I SEMANA NACIONAL DOS POVOS CIGANOS”.....	121
7. OS IMPONDERÁVEIS DA VIDA NO CAMPO E O DIÁLOGO DO CAMPO COM O PESQUISADOR - QUANDO O CAMPO GRITA.....	155
7.1. PRIMEIRO IMPONDERÁVEL - A MULHER CIGANA.....	158
7.2. SEGUNDO IMPONDERÁVEL – AGENCIAMENTO RELIGIOSO.....	171
7.2.1. <i>A Pastoral dos Nômades.....</i>	173
7.2.2. <i>A Igreja Evangélica Cigana.....</i>	182
7.3. TERCEIRO IMPONDERÁVEL - A EDUCAÇÃO E OS CIGANOS.....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS.....	202
APÊNDICE	
ANEXOS	

1. INTRODUÇÃO

Os processos de afirmação de identidade sempre foram uma constante na história da antropologia. Desde os relatos ou crônicas dos viajantes, já se pressupõe um sentimento de deslocamento em seus escritos e escritores para novos contextos de reflexões identitárias. O que pressupunha o contexto como uma questão central para a ideia de relativismo cultural, de difusão, de funcionalidade em dado grupo ou sociedade, na interpretação e, consequentemente, na alteridade trabalhada.

Se já presente nas primeiras reflexões antropológicas, esse tema continua a ocupar um espaço importante de um campo já estabelecido de conhecimento científico. Além da dedicação de estudiosos e da produção teórica sobre a identidade, na contemporaneidade¹, a questão tem se tornado mais complexa diante de questões epistemológicas que a tecnologia nos impõe. Refiro-me, especificamente, à ideia de tempo e espaço e a assunção de uma identidade (ou mais identidades) nesses contextos. As novas tecnologias têm nos colocado diante de novos desafios e faz-se necessários novos aportes para discutir as questões identitárias e seus desdobramentos no campo político e jurídico.

Aparecem desafios para a compreensão e a construção de um arcabouço teórico-metodológico das identidades que se refazem nas suas trajetórias e se expressam no conjunto de seus campos simbólicos, principalmente no momento de articular e atuar frente aos não pertencentes ao grupo.

Os aspectos contingenciais e conjunturais são colocados como elementos importantes para compreendermos a conformação das identidades na contemporaneidade, onde tempo e espaço são dispostos de forma relativos e imprevisíveis com o uso das novas tecnologias e da rede, compreendida tanto pelos aspectos da sociabilidade, quanto do uso da Internet e dos instrumentos das novas tecnologias da comunicação e da informação.

A comunicação em rede pode proporcionar manifestações e mudanças como as vistas na chamada “Primavera Árabe” dos países islâmicos e o “Vamos Ocupar as Ruas” no Brasil. Essas manifestações trouxeram algumas reflexões, entre elas a do poder e uso dessas novas tecnologias para mobilizar as pessoas e promover mudanças por meio das denúncias e mobilizações nas redes sociais.

¹ Por contemporâneo adoto a definição do filósofo italiano Giorgio Agamben: “*contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de citá-la segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder.*” (AGAMBEN, 2009, p. 72)

Há uma importância grande na exposição das situações e informações por meio das redes, dessa forma sou instigado a pensar a materialidade no acionar e na construção da identidade por meio dos discursos produzidos para fins de reconhecimento e debates políticos em redes. Os ciganos não estão aquém desse contexto de redes sociais e de novas tecnologias. Eles as utilizam de forma a apresentar as suas demandas e buscam soluções para os problemas que os afligem.

A Antropologia, desde o seu surgimento como ciência, tem se mostrado atenta aos contextos de estudos dos diferentes indivíduos e matizes sociais sob os mais diversos ângulos dentro da compreensão de aspectos plurais que envolvem o parentesco, a cultura, a identidade, a alteridade, o etnocentrismo, o relativismo e a interpretação.

Nas narrativas produzidas pela aplicação do método etnográfico e um olhar atento do pesquisador ao cotidiano transformam o fazer humano em dados para um conhecimento, antes apenas vivenciado como forma de desconhecido e “exótico”, por falta de reflexões, descrições e análises para algo familiar e conhecido. Porque, *“afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que está dentro e o que está fora”* (SILVA, 2000, p.82).

Esta pesquisa com ciganos visa discutir a constituição da identidade, a partir da rede estabelecida entre os ciganos e facilitada na socialização de saberes e demandas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação.

A teia que forma a rede possibilita a sustentação da sociação (THOMAS E ZNANIECKI, 1974), entre indivíduos ciganos e seus respectivos grupos de pertença e sua discussão com o Estado por aquisição de direitos por meio de políticas públicas afirmativas e reparadoras. É um instrumento que os ciganos estão utilizando para estabelecer diálogo entre si, com os não ciganos e com o poder público

A sociação está sendo definida nesse trabalho como o conjunto de relações sociais significativas. Essa concepção de sociação se aplica bem à de rede, compreendida como relações estabelecidas por pessoas e para pessoas em prol de um objetivo comum.

A atenção às novas tecnologias da informação e comunicação para discutir a identidade de um grupo étnico se dá pelo fato que, em uma sociedade tida como globalizada e de circulação do conhecimento, na qual todos estamos inseridos os grupos étnicos não ficam aquém, pois há um contexto de socialização e pertença dos conhecimentos e aspectos das identidades.

Não é possível, dessa forma, deixar de ser levado em consideração as conotações das novas tecnologias como ferramentas nos embates contemporâneos de luta e exposição dos

grupos e movimentos sociais como instrumentos políticos e de ação no campo das negociações de políticas públicas. Essas ferramentas são estratégicas e poderosas pela velocidade e amplitude de alcance que possuem em tempo real por meio das socializações nas redes sociais e nos grupos de interesses de quem quer partilhar algo para alguém tomar conhecimento.

As associações ciganas, como outras associações, têm feito uso do território desterritorializado das novas tecnologias da informação e da comunicação (LEVY, 2011). Isto tem possibilidade estar em contato umas com as outras, com as pessoas em geral e com o Estado, para difundir informações de interesse dos membros do grupo.

As novas tecnologias da informação e da comunicação, como também as redes estabelecidas pelo uso das mesmas, causaram e ainda causam impacto em diversas áreas, tais como a segurança, a educação, as pesquisas científicas, a economia, o comércio e, nesta pesquisa, o intuito é compreender como se articulam e se conformam a identidade dos grupos ciganos nas perspectivas da rede como meio constitutivo do sociativismo no embate político-jurídico na aquisição de direitos.

Partindo de pressupostos apresentados na minha dissertação “*“Sou Cigano sim!”- Identidade e Representação: uma etnografia sobre os ciganos na região metropolitana do Recife-PE*” (MELO, 2008), fui levado a pensar questões pertinentes às discussões sobre identidade étnica de um grupo inserido no processo de reconhecimento para participação em políticas públicas, tendo como foco as associações e as redes tanto de parentesco, quanto de associativismo e sociais para apresentar a identidade na contemporaneidade, por meio do contexto presente no cotidiano. Michel de Certeau observa que:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia [ou que nos cabe em partilha], nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes não velada. Não se deve esquecer este ‘mundo memória’, segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres. Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história ‘irracional’, ou desta ‘não-história’, como diz ainda A. Durpont, O que interessa [...] do cotidiano é o Invisível. (CERTEAU, 1997, p. 31).

É a esse “Invisível” que compõe o cotidiano para Michel de Certeau e também tão importante para o despertar da memória que compreendo como o contexto. Porque é importante ressaltar que no “Invisível” do cotidiano, conflitos são postos, identidades são

acionadas e redes se constituem, gerando alguns imponderáveis tão importantes para formulações de problematizações nas ciências.

Importante ressaltar que a noção de identidade está amparada com base em Clifford Geertz (2007, p. 101-103) quando aponta a assertiva de “pessoas contextualizadas”, em que a identidade pública é marcada contextualmente. Mesmo falando sobre os marroquinos, podemos aplicar esse conceito do autor aos demais grupos étnicos, quando expõe a identidade como “*não-metódica*” e vivenciada com empréstimos. Assim, “*a contextualização social das pessoas é difusa, e na maneira curiosamente não-metódica acaba sendo sistemática [...] sua identidade é um atributo que tomam emprestado do cenário que os rodeia*” (GEERTZ, 2007, p. 102).

A ideia de contexto, vem sendo discutida no campo das ciências humanas e sociais por alguns pesquisadores, sendo importante para compreensão das redes que são formadas a partir das demandas sociais impostas na “*Sociedade da Informação*” (CASTELLS, 2000).

Nessa sociedade, as novas tecnologias, a ênfase na flexibilidade, no compartilhamento das informações e na compreensão dos contextos são as características predominantes. Os aspectos contingenciais e conjunturais são colocados como elementos importantes para compreendermos a conformação das identidades na contemporaneidade e para observarmos como é possível problematizá-las com o uso das novas tecnologias. Van Dijk (2012) ressalta:

[...] não só descrevemos, mas também, e especialmente, explicamos a ocorrência de propriedades de algum fenômeno focal em termos de alguns aspectos de seu contexto [...] surgem em diferentes tamanhos ou escopos e podem ser mais ou menos micro ou macro. (VAN DIJK: 2012, p. 19)

A noção de contexto pode ser compreendida de diferentes maneiras dentro das perspectivas de diferenças das relações do plano local e da esfera global sobre identidade. Marc Augé (2010, p. 15), destaca que a identidade é perpassada pelo processo de mobilidade, pois “*exprime-se nos movimentos de população, na comunicação geral instantânea e na circulação dos produtos, das imagens e das informações*”.

Por movimento, imagens e formações temos os estudos sobre rede, tanto no parentesco, quanto aplicada as novas tecnologias da comunicação e da informação a serem trabalhadas e pensadas no contexto dos grupos étnicos da formação de redes sociativas de sobrevivência. A identidade nos leva também à discussão sobre o local e o global (BOURDIN, 2001; CLIFFORD GEERTZ, 1997).

O enfoque nestas questões entre o global e o local se dá por meio dos discursos e das ações para a inserção dos e nos meios de construções políticas para garantia de direitos, nos

quais as associações se propõem como organismos políticos a estar dialogando com o Estado nos aspectos burocráticos e nas resoluções dos conflitos ao se pensar a identidade e as possibilidades de articulações entre esferas micros e macros, no contexto de redemocratização do Estado brasileiro que se define como múltiplo e diverso.

Nas palavras de Giddens, “*quanto mais reconstitui-se a vida cotidiana da interação dialética entre o local e o global, mais os indivíduos veem-se forçados a negociar opções por estilos de vida em meio a uma série de possibilidades.*” (GIDDENS, 1991, p. 5).

Para trabalhar com conceitos de relações étnicas envolvendo ciganos no âmbito antropológico é preciso refletir sobre o conceito tanto de identidade, quanto o de etnicidade e sua aplicação nos dias atuais por causa das implicações políticas advindas do pertencimento a um determinado grupo, porque “*o direito de ser reconhecido como diferente é uma das mais profundas necessidades na sociedade pós-industrial ou pós-material*” (MELUCCI, 1989, p. 63).

Na introdução do livro “*Grupos Étnicos e suas Fronteiras*” de Fredrik Barth, são apresentadas as discussões sobre o fenômeno da etnicidade, com maior ênfase no aspecto organizacional, visto haver um deslocamento da visão reducionista em que a diversidade cultural era resultado do isolamento geográfico e social, por outro aspecto mais amplo, onde as diferenças são apontadas como flexíveis e dinâmicas, em vez de estáticas, bem como os grupos em questão.

Segundo Barth (2000, p.26),

[...] as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas.

Consolidando, dessa maneira com o contato, a mobilidade e a informação, as questões de contextualização entre as identidades e os grupos étnicos a partir das fronteiras negociáveis, de forma que o invólucro cultural no qual as etnias estão inseridas é fundamental para a constituição de um grupo.

Contudo, é perceptível que a identidade não é apenas o conteúdo cultural específico deste ou daquele grupo, mas o processo de codificação das diferenças culturais que tornam as categorias étnicas organizacionalmente pertinentes e relevantes para dados momentos.

Portanto, não há como prever quais símbolos serão adotados pelos grupos para a incessante dialética estabelecida entre “*nós*” e “*eles*”. Saussure (1975) na Linguística e Lévi-

Strauss (1996) na Antropologia conceituam e trabalham bem essa questão da arbitrariedade do signo e do significado.

Essa imprevisibilidade se dá por causa do momento e de com quem se negocia e, principalmente, com o “para quê” se negocia dentro da identidade. Pois, *“na medida em que os agentes se valem da identidade étnica para classificar a si próprio e os outros para propósitos de interação, eles formam grupos étnicos em seu sentido de organização”* (BARTH, 2000, p.32).

A identidade está relacionada, portanto, com processos sociais, nos quais podem ser excluídos ou incorporados princípios que poderão favorecer a elaboração de significados simbólicos, no caso de uma escolha de atributos e signos, tanto coletivo, quanto individual do grupo, no caso, dos ciganos. Logo, esse autor ajuda a pensar sobre o acionar da mobilidade como parte integrante de um contexto e das possibilidades em que e como estão inseridas as representações no processo de construção de identidade dos grupos diversos que convivem e interagem entre si em um mesmo espaço.

Lembrando que toda identidade só é percebida por ser contrastiva com outra.; e, não esquecendo Weber (1999), quando aponta ser no contato com outras sociedades, nos espaços de interação que os atributos culturais adquirem expressividade.

Ao pensar sobre esta expressividade somos levados a refletir a concepção de “*campo de negociação*” aplicado a identidade e aos estudos sobre rede, exposto por Parry Scott (2011) inicialmente para o trabalho envolvendo as questões da família e das políticas públicas em suas concepções polissêmicas, mas que podemos aplicar para pensar a identidade de contexto pela gama de categorias abordadas e entrecruzadas.

Portanto, onde temos o conceito “*família*” podemos realizar em um processo analógico por identidade sem a perda de sentido do conceito desenvolvido pelo autor e, assim o utilizarmos ao falar sobre identidade. Entre tantas assertivas o grande conceito que nos chama à atenção para uso no aspecto identitário é o “*campo de negociação*”.

Referir-se a família, seja no Brasil, seja em qualquer outro lugar, é introduzir-se a um conjunto de categorias de atenção preferencial entre os quais se destacam (sem esgotar o leque) gênero, geração, parentesco, herança, coletividade, moralidade, identidade, hierarquia, produção, reprodução, consumo, distribuição e residência. O ato de centrar-se em algumas dessas categorias, e de traçar as suas interseções com raça, classe, geopolítica, macroeconomia, educação, tempo e história, particularidade ou universalidade ou qualquer outro assunto, é entrar num **campo de negociação**² de relevância para a elaboração e a aplicação de políticas públicas. (SCOTT, 2011, p. 115)

² Negrito do autor.

Interessou-nos observar como essa reelaboração identitária se dá por parte dos ciganos pesquisados e como essas identidades dentro de um campo de negociação são usadas para problematizar e demonstrar essa mesma identidade frente ao Estado para a aquisição de políticas públicas para um grupo tão heterogêneo, tratado ou retratado como homogêneo. Haja visto a diversidade entre os grupos.

Os ciganos no Brasil pertencem aos grupos: Rom³, Calon e Sinti. Os Rom brasileiros pertencem principalmente aos subgrupos: Kalderash, Matchuaia e Rudari, originários da Romênia; Rorarranê, oriundos da Turquia e da Grécia; e Lovara dos países balcânicos. Os Calon, oriundos da Espanha e Portugal, com uma grande expressão em todo o território brasileiro. Os Sinti que chegaram ao país principalmente entre os períodos da 1ª e 2ª Guerra Mundial, vindos da Alemanha e da França.

Atualmente, segundo alguns dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴ e foi constatado que em 2009, 290⁵ acampamentos ciganos foram identificados e sinalizados em 21 estados. Sendo, de acordo com esses dados, os estados da Bahia (53), Minas Gerais (58) e Goiás (38) com uma maior concentração. Os municípios com 20 a 50 mil habitantes apresentam a maior concentração de acampamentos.

Desse universo de 290 municípios que declararam ter acampamentos ciganos em seu território, 40 prefeituras afirmaram desenvolver políticas públicas para os grupos ciganos, o que irá corresponder a 13,7% desses municípios. Dessa forma, em relação à população cigana total, é possível realizar por probabilidades que são mais de meio milhão de ciganos no Brasil. Contudo, os próprios ciganos, por meio de suas lideranças e associações questionam esses números e, principalmente demonstram o desconhecimento dessas políticas públicas destinadas aos ciganos declaradas pelos municípios.

Visando discutir as questões supracitadas, este trabalho está assim organizado: no primeiro capítulo, situo o campo de estudo sobre os ciganos na Antropologia com foco nas produções brasileiras, para tanto, utilizo a pesquisa por meio dos anais dos encontros da

³ Como não há, ainda, um acordo formal sobre a grafia das autodenominações ciganas, aplicou-se também a estas a "convenção para grafia dos nomes tribais", que "se escreverão com letra maiúscula, facultando-se o uso de minúscula no seu emprego adjetival", e "os nomes tribais não terão flexão portuguesa de número ou gênero, quer no uso substantival, quer no adjetival" ("convenção para a grafia dos nomes tribais", Revista de Antropologia, São Paulo, vol. 2, nº 2, 1954).

⁴ As fontes para esses dados podem ser coletadas no site do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/>

⁵ Tabela 173 - Municípios, total e com acampamento cigano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009 e Tabela 174 - Municípios, total e com acampamento cigano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009. (Em anexo).

Reunião Brasileira de Antropologia de 2004 a 2014, as teses e dissertações apresentadas em universidades com foco antropológico e livros e artigos encontrados no portal da CAPES, especificamente no SciELO com as palavras associadas as designações atribuídas aos ciganos. De posse dos dados, segui com uma análise dessa produção discutindo algumas questões no campo antropológico.

No capítulo dois estou trazendo os conceitos de rede, de sociabilidade a partir do parentesco, casamento, grupos e família como primeira rede, a segunda rede construída a partir do contato proporcionado pelas associações e seus membros. A terceira rede refere-se ao contato por meio das novas tecnologias dos ciganos entre si e com os não ciganos. Necessitando de um fio condutor ou elo para começar a enveredar no complexo emaranhado de conexões e expansões que as redes podem ser e conter.

Como fio condutor ou elo, optei por trabalhar com o líder de uma associação da cidade de Curitiba-PR, Associação de Preservação da Cultura Cigana do Paraná – APRECI/PR, mas não me inibiu de entrar em contato com outros ciganos. A escolha por essa associação e pelo líder se deu pelos critérios de ativismo na causa cigana, ou no “movimento cigano” (palavras do informante), para a aquisição de políticas públicas, respeito e reparação para os grupos ciganos.

O cigano do grupo Rom-Matchuaia, Claudio Domingos Iovanovitchi, é o meu fio condutor nessas redes formadas pelos ciganos. Para maior elucidação do porquê da minha escolha por Claudio Iovanovitchi como fio condutor para formar elos e adentrar nas redes ciganas, transcrevo parte de uma conversa gravada, após consentimento desse líder cigano, realizada em sua casa em Curitiba-PR, no ano de 2012:

Era 1995 e eu criei a Associação de Preservação da Cultura Cigana em nível municipal, porque as tendas chegavam e expulsavam os ciganos que vinham visitar o meu pai, isso no tempo dele, nascido lá em Curitiba, isso em 1930/1940; vinham as tendas visitá-lo e aquela polícia da época os expulsava. Aí meu pai interagia: “não, é meu primo, ele vai ficar uns tempos”. A polícia dizia: “Ah, sim, mas se acontecer alguma coisa, nós vamos pegar você, cigano”. Enfim, essas coisas ele agia, vamos dizer, pessoalmente. Em 1995 eu criei a Associação de Preservação da Cultura Cigana com o intuito de agir municipalmente, mas daí eu fui vendo que não era um problema de Curitiba, era um problema estadual. Então, aí subimos, na época Governador Jaime Lerner, e que também não era um problema do Estado. Aí, no ano de 2000, fizemos o I Seminário Nacional de Questões Ciganas, em Curitiba, fato inédito até então. Antes do Seminário Nacional, falar de ciganos era um atentado ao pudor, falar ciganos, muitos outros, grupos vulneráveis durante muito tempo, essa era a fala. Daí fizemos o nosso seminário. O Luciano Maia, Maria Luiza Grabner, Dr^a Maritza, Frans Moonen [um antropólogo muito ativo na causa cigana e que nos ajudou muito, excelente, o antropólogo dos ciganos], Rodrigo Correia Teixeira, Paulo Sérgio Adolfo e outros. E, ali, começou o olhar do cigano

para a antropologia e para o Estado como um todo. E sentimos que o Estado tem uma grande ignorância com relação aos ciganos, a ignorância é completa. Lendas e mitos nos atrapalham. Dizem que nós ciganos roubamos criança, galinha, roupa de varal e botijão de gás. Só não lesamos o Erário Público, isso fica por conta de outras etnias, aliás por uma etnia que é minoritária, mas detêm todo o poder sobre as outras, está aí a história e o sofrimento das outras etnias que não me deixam mentir. Então, aquele seminário serviu, era governo FHC, fizemos aquele primeiro seminário. E aí, mesmo com o seminário e a participação de muita gente importante incluindo nós ciganos, fomos excluídos do Plano Nacional de Direitos Humanos. E eu falei com José Gregori na época: “Escute, o que houve com os ciganos?” “Ah, eu não conheço ciganos.” Eu digo: “Uai, me desculpe, mas sua cadeira exige que o senhor conheça.” Era Secretário Nacional de Direitos Humanos. E daí de muita briga, muita coisa, fomos apresentar nossas reivindicações, o Luciano Maia [Procurador] me ajudou, letra minha, caligrafia dele, e nós fomos contemplados no Plano Nacional de Direitos Humanos. Nós somos um povo que está embaixo da tenda, que está sem escola, sem saúde, na miséria e que, ao meu ver, o Estado esquece que aqueles ciganinhos que estão debaixo da tenda, que crescem e ficam sem escola, depois precisam dos serviços de saúde, de acompanhamento social para ter uma vida digna, mesmo sendo filhos de pais ciganos, eles nascem primeiro brasileiros, depois é que a justiça diz que é de origem cigana. Para nós é diferente, primeiro eles são ciganos, depois é que são brasileiros, mas aos olhos da Lei, da Constituição são brasileiros. Mas que brasileiros são esses que são tão discriminados como se não fossem? Eu acho é que a forma, às vezes, se sobrepõe ao conteúdo. Então, eu espero que aconteça alguma coisa boa para todos nós ciganos, porque eu falo por Rom e falo pelos meus irmãos Calon. E por quê? Porque transito pelos dois mundos, pelos dois grupos. Apesar de sermos todos ciganos, somos diferentes em algumas coisas no modo de vida cigana. A minha filha que Rom é casada com um Calon. Ela vai ser uma nova raça? Já vai ser uma terceira? Não! Ela e o marido são ciganos, independente do grupo. Quando passam juntos na rua, ninguém diz que são Rom e Calon, dizem: lá vai os ciganos. É pela causa cigana que luto, que mobilizo, que me articulo, que falo. Porque, a causa cigana é minha causa, é minha vida, sou eu que sou cigano, é minha ancestralidade e minha descendência. (CLAUDIO IOVANOVIČI – NDCG)

O terceiro capítulo é marcado por uma discussão sobre no campo da Antropologia Jurídica. Em seguida, são apresentadas questões referentes aos Direitos Humanos e aos direitos apontados a partir da Constituição Federal do Brasil, decretos e portarias que apresentam referências aos ciganos.

Tornou-se necessário problematizar questões relacionadas a populações tradicionais, classificação de inserção dos ciganos em políticas destinadas a grupos específicos. Com a Cartilha Cigana e o Dia Nacional dos Ciganos – pontuo o que houve de ganhos desde “2006” e o que advém do reconhecimento da presença dos ciganos em alguns estados e municípios do país. Durante todo o capítulo vou abordando e trabalhando conceitos

e a importância do contexto global e local, os diálogos e redes construídas nesses contextos pelos ciganos.

No capítulo quatro, abordo o percurso percorrido com a observação flutuante, a netnografia e a etnografia. A medida que vou descrevendo os caminhos que me possibilitam realizar a etnografia descrevo situações e vivências durante o campo.

No capítulo cinco realizo a etnografia do evento “Brasil Cigano - I Semana Nacional dos Povos Ciganos” e a importância para o movimento cigano no país. Nesse evento pude perceber a presença das redes muito presentes tanto para ocorrer, quanto para fomentação das discussões e formulação dos documentos produzidos. No evento estavam presentes mais de 300 ciganos entre lideranças e famílias de diversos grupos e localidades situados em regiões brasileiras.

O capítulo seis traz uma discussão sobre três questões que permearam a pesquisa durante o campo, para as quais, apropriando-me de Malinowski, denominei de imponderáveis, mas que foram de suma importância para a compreensão de uma discussão política envolvendo identidade e demandas de um grupo étnico em diálogo com o estado por meio das redes.

E, por fim, nas considerações finais realizo algumas reflexões sobre o meu contato e vivência com os ciganos, suas associações e redes enfocando a pertinência do contexto para o entendimento da situação dos ciganos na participação dos discursos políticos e garantia de respeito por meio de uma legislação que promova cidadania, inclusão e reparação para os grupos ciganos e suas identidades.

2. A ANTROPOLOGIA E OS ESTUDOS SOBRE E COM OS CIGANOS NO BRASIL

“Ó abre alas
Que eu quero passar
Ó abre alas
Que eu quero passar.”
(Chiquinha Gonzaga)

“Cabriolé” ou “*Cabriolet*” é um termo francês para designar um tipo específico de carruagem em meados do século XIX. Palavra oriunda do verbo “*cabriol*”, traduzido para a língua portuguesa: saltar. Essa carruagem sem portas, por isso, as pessoas precisavam saltar para sair dela, pode acolher dois passageiros que ficam virados para a frente e podem dialogar entre si, enquanto o cocheiro fica por trás da carruagem, num apoio próprio.

No local estratégico em que o cocheiro está, ele pode habilmente manobrar o cabriolé e dá o direcionamento para onde essa carruagem deve seguir. Essa carruagem inspira vários quadros românticos e, inclusive, é muito utilizada em casamentos para condução dos nubentes à cerimônia do enlace matrimonial em alguns países, entre eles, o Brasil.

Em um casamento, na cidade de Campinas-SP, em 2012, de um grupo de ciganos Rom-Kalderash, o noivo de quinze anos e a noiva de treze foram trazidos para o casamento em duas dessas carruagens. Segundo o pai do noivo “*sem essas carruagens, símbolo do nosso passado, não caminharemos para o futuro. Futuro esse, simbolizado na continuidade de nosso grupo com os filhos dos nossos filhos que hoje estão se casando.*” (CIGANO KALDERASH – NDCG⁶).

Enquanto o pai do noivo falava e eu via a cena dessas carruagens tipo cabriolé pensei, por analogia, ser aquele um símbolo do passado a impulsionar um futuro, na pesquisa bibliográfica que estava realizando, tanto para a construção de um arcabouço teórico, quanto para verificar o que já havia sido produzido sobre ciganos dentro da Antropologia Brasileira e, conseqüentemente, em um contexto mais amplo a produzida em outros países, quando me foi possível ter acesso a obras que versam a temática cigana em língua inglesa, espanhola, italiana e francesa.

De posse desses dados expostos nas páginas que seguem, foi possível construir um percurso dentro do que já existe escrito sobre ciganos para situar o meu trabalho e a concepção de redes construídas contextualmente por afinidades ou demandas em campos de negociação, inclusive na produção bibliográfica existente sobre os estudos com os grupos ciganos e suas identidades.

⁶ NDC – Notas de Diário de Campo

Nesse sentido, identidade como campo de negociação estará aberta aos diálogos e interstícios impostos pelos imponderáveis da vida e sobrevivência. Ao falar sobre ciência, Max Weber (1982), já nos situa sobre a maleabilidade da mesma e da necessidade de haver questionamentos para ampliação de conhecimento e superação de paradigmas ou posições de novos paradigmas.

Dessa forma, com problemáticas envolvendo os ciganos é possível verificar “novas perguntas” para os novos contextos, nos quais a ciência e os ciganos estão inseridos, para possíveis respostas ou para novas questões contemporâneas que irão proporcionar outros trabalhos futuros.

Na ciência, sabemos que as nossas realizações se tornarão antiquadas em dez, vinte, cinquenta anos. É esse o destino a que está condicionada a ciência: é o sentido mesmo do trabalho científico, a que ela está dedicada numa acepção bem específica, em comparação com outras esferas de cultura para as quais, em geral, o mesmo se aplica. Toda a realização científica suscita novas perguntas: pede para ser ultrapassada e superada. [...] Não podemos trabalhar sem a esperança de que outros avançarão mais do que nós. (WEBER, 1982, p. 164)

Ao aprofundar pesquisas sobre a temática dos ciganos levei em consideração alguns referenciais já postos em minha dissertação de mestrado como as teses e dissertações produzidas até 2006. Resolvi ampliar a pesquisa e as leituras no doutorado e, posteriormente, delimitei em um período posterior a escrita da minha dissertação.

Baseei-me em estudos de Frans Moonen para tal exposição e análise. Pude também ampliar o período pesquisado por ele e os referenciais e fontes de pesquisa, por meio dos artigos produzidos e expostos no SciELO contido no Portal CAPES e Anais da Associação Brasileira de Antropologia de 2004 a 2014.

Assim como a internet e as redes sociais enquanto instrumentos ajudaram os ciganos a se apresentarem para o contexto global das discussões étnicas, esses mesmos instrumentos ajudam o pesquisador a coletar informações e a entrar em contato com os ciganos pesquisados e com uma bibliografia maior.

Frans Moonen em seu texto “*Ciganos e Ciganólogos: estudar ciganos para quem e para quê?*” (2010), nos chama a atenção para os estudos sobre ciganos e quais as suas finalidades dentro da Antropologia. Para esse antropólogo e ciganólogo⁷, como gostava de se definir, os antropólogos começaram a se interessar em questões ciganas depois de passados uns quarenta anos das publicações dos primeiros livros que tratam sobre a temática dos

⁷ Ciganologia e ciganólogo são termos usados por Frans Moonen para designar os pesquisadores que trabalham com a temática cigana.

ciganos no Brasil, “*Os Ciganos no Brasil*” de Mello Moraes Filho (1886) e “*Os ciganos do Brasil*” de José Baptista d'Oliveira China (1936). Vali-me de alguns apontamentos expostos nesse texto de Frans Moonen (2010) além de publicações, autores e resumos das teses e dissertações, atualizei-o; pois, o texto limita-se ao ano de 2010.

Ao observar e analisar o que já havia sido produzido em Antropologia sobre a temática, pude verificar que este trabalho é relevante por pensar os ciganos como contemporâneos e usuários das novas tecnologias da informação e da comunicação tecendo redes de sociabilidade para discussão de políticas públicas e direitos.

Com um entendimento de transgressão para elucidação de novos códigos foi possível realizar alguns questionamentos sobre a produção de pesquisas com ciganos no Brasil de forma contextual entre o pensamento científico vigente desde o século XIX e a realidade vivida pelos ciganos o que, talvez, estejam associados a alguns fatos que a história e o relato de alguns ciganos possam dar algumas pistas. Mesmo sabendo que a disposição das teorias vigentes na ciência, quando datadas historicamente, não são estanques, há convergências e divergências de pensamentos atuantes em um mesmo período histórico, apresento um paralelo entre os estudos ciganos, a história e as teorias vigentes baseado em pesquisadores como Adam Kuper (2002), Murray Leaf (1981), Espina Barrio (2005) para compreender como estão postos os estudos ciganos na Antropologia brasileira, a partir de predominâncias teóricas.

Essa lacuna no Brasil sobre trabalhos realizados com ciganos é interessante para pensarmos o porquê da falta de interesse dos pesquisadores sociais, acredito que esteja relacionada ao pensamento científico desse período e os regimes políticos historicamente datados, onde o grupo visualmente presente como os ciganos no território brasileiro era silenciado e invisibilizado por apresentar características e sinais diacríticos divergentes da “*pseudo hegemonia da população brasileira*” difundida, tanto no campo da ciência, quanto no político.

Ao refletir sobre o vazio dos estudos envolvendo os ciganos no Brasil é necessário contextualizar de forma histórica as perspectivas de concepções sociais sobre os ciganos. Esse período é marcado na ciência pelas teorias evolucionistas e raciais. Durante a fase do Brasil Império de 1822 a 1889, os ciganos eram concebidos como pessoas que serviram para a diversão da corte com as apresentações de espetáculos circenses ou para fazer diligências na cobrança de alguma dívida para o império, os “*Andadores do Rei*”, como apontam Mello Moraes Filho (1886, 1905) e Marcos Antônio Melo (2006).

O documento de Oswaldo de Macedo, em 1986, enviado ao Diretor de Eventos do Paço Imperial sobre esse período, traz à tona um relato dos ciganos que viveram entre os séculos XVIII e XIX nos átrios das dependências régias no Brasil.

Como presença numerosa, de chofre, há que registrar os que aqui aportaram como parte ativa, posto que subalterna, da Corte de D. João VI. Eles eram parte modesta, mas indispensável da burocracia do Paço. Eram cocheiros, palafreiros, artesãos de cobre e de ferro, Andadores do Rei (oficiais de justiça), organizadores e participantes de festas populares – cavalcadas, touradas, serra-velha, jogo das argolinhas, etc. Os ciganos tinham, principalmente os homens, uma atividade permanente, só interrompida nas horas das refeições que eles prolongavam em lazer, tipo sesta, no pátio interno do Paço Imperial, onde conviviam com a família, pessoas amigas e parentes, e, aos domingos, após o almoço, as ruidosas festas dos ciganos tinham lugar neste mesmo pátio interno, que era conhecido pelo povo como Adro dos Ciganos, embora não fosse este o nome oficial do logradouro, nem como tal reconhecido à época. (Oswaldo Macedo, ofício de 11 de Agosto de 1986; in MELLO et al, 2009, p. 86)

Durante a Primeira República, com data de 1889 a 1930, ocorre um novo banimento dos ciganos e a sua invisibilização, forçando-os a esconder o seu pertencimento étnico ou a saírem pelas estradas para negociarem ou se estabelecerem onde poderiam ser bem recebidos. Vigorava no pensamento científico na época as teorias culturalistas, difusionistas e o sanitarismo.

O período político é demarcado pela busca de uma identidade nacional brasileira com enfoque romantizado e folclórico das etnias indígenas, negras e brancas europeias, ficando os ciganos como povos peripatéticos de fora desta constituição da identidade que se queria forjar e banidos novamente para as favelas que estavam surgindo em áreas periféricas das grandes cidades ou para a “sina” de andarilho pelas estradas do país.

Com a Era Vargas, o sentimento de nacionalismo se tornar mais evidente para a consolidação do Brasil enquanto Estado-Nação no cenário mundial. Também, como marca desse cenário mundial há os prenúncios da Segunda Guerra Mundial e a ascensão dos regimes totalitários e nazifascistas. Regimes que depois foram responsáveis pela morte de mais de meio milhão de ciganos.

Era um período, no qual, assumir a identidade cigana ou o pertencimento ao grupo foi muito arriscado. Como aconteceu com alguns judeus que aqui estavam nas terras brasileiras e foram deportados para a Alemanha ou algum país europeu acusados de comunistas ou antidemocráticos. O pensamento vigente na ciência era o Estrutural-Funcionalismo, marcado por uma busca em torno da funcionalidade de uma determinada unidade cultural no contexto da cultura geral ou global. No pós-guerra, as identidades dos

grupos que passaram pelo genocídio praticado pelos regimes arianos, por medo, continuavam escondidas e veladas.

Durante o período do Golpe Militar de 1964, ser cigano no Brasil tornou-se muito perigoso porque estavam associados ao anarquismo e a um “*povo de vida sem regras*”. Pelo senso de pertencimento étnico e estarem as famílias juntas e em comunhão de bens para sobrevivência, facilmente foram tidos como comunistas, uma ameaça ao regime. Também, de uma forma mais folclorizada, alguns grupos ciganos estavam associados aos “*hippies*”, pelo vestir e pelo agir em sociedade numa vida “*alternativa*”. A Antropologia nesse período é marcada pelos conceitos do Estruturalismo e do Interpretativismo.

Os anos de 1980 são marcados no Brasil por uma luta para finalização do regime militar e o processo de redemocratização, onde os movimentos sociais retomam as suas organizações pelo pedido das “*Diretas Já*”⁸.

Nos anos 80 começam as discussões de identidade e reivindicações de direitos para grupos étnicos-raciais encabeçadas por indígenas e quilombolas, culminou também na contemplação de outros grupos, entre eles os ciganos, categorizados como “*Povos Tradicionais*”. Surge o trabalho da antropóloga Maria de Lourdes Sant’Ana (1983), “*Os Ciganos: aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas*”, com pesquisas realizadas nos anos de 1970 entre os ciganos Rom Kalderash de Campinas-SP.

É, bem provável, que pelo interesse acadêmico em torno desses ciganos tenham sido os ciganos do grupo Rom a ir a Brasília-DF discutir políticas públicas para ciganos em um primeiro momento. No campo das Ciências Sociais estamos situados nos paradigmas interpretativistas e construcionistas. Entrando em voga a convenção 169 da OIT e auto identificação como pré-requisito de reconhecimento para os grupos étnicos.

Nas palavras de Giddens (in CASTELLS, 1999, p.27): “*a auto identidade não é um traço distintivo apresentado pelo indivíduo. Trata-se do próprio ser conforme apreendido reflexivamente pela pessoa em relação à sua biografia [...] o próprio ser torna-se um projeto reflexivo*”. Projeto esse consolidado por meio das lideranças e associações ciganas formando redes para debates problematizadores da condição dos grupos ciganos no Brasil.

Durante os anos de 1990 vão começar a figurar nas discussões sobre ciganos no Brasil com a presença dos grupos Calon, a partir de Frans Moonen (1995) e Patrícia Sulpino/Goldfarb (1999) na cidade de Souza-PB. Consequentemente, nos anos de 2000 até os nossos dias, esse é o grupo mais estudado por antropólogos no Brasil, tanto pela densidade

⁸ Diretas Já foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido em 1983-1984.

demográfica e áreas de ocupação, quanto pela participação no cenário nacional de discussões e políticas públicas para ciganos, por serem os que mais necessitam de reparações inclusivas e sociais devido a situação de miserabilidade que pessoas desse grupo se encontram em todo o país.

No ano de 2004 vamos ter mais uma publicação de um livro de cunho antropológico sobre os ciganos, a “*A Seda Esgarçada: configurações sócio-cultural dos ciganos de Utinga*”, de Ronaldo Senna com contribuições sobre os ciganos do Estado da Bahia.

Frans Moonem (2013) aponta que hoje são poucos, mas o número de pesquisadores está aumentando de acordo com a visibilidade e as demandas das questões que envolvem a disputa de poder e a inserção dos ciganos no âmbito da política de direitos, reparação e reconhecimentos étnicos.

No campo da Antropologia, mais especificamente, no que concerne a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), mesmo tendo atualmente um GT específico que trata das questões ciganas, inclusive com emissão de um documento de orientação intitulado “Os Ciganos e as Políticas de Reconhecimento: Desafios Contemporâneos”⁹, para nortear algumas premissas pertinentes à antropologia e ao estado de direito da afirmação da dignidade humana e as particularidades de um grupo étnico.

Tendo a ABA como referência, fiz um apanhado dos trabalhos apresentados na Reunião Brasileira de Antropologia entre os anos de 2004 a 2014. Esse apanhado foi importante porque serviu como uma espécie de “termômetro” do que os antropólogos vêm trazendo de pesquisas sobre os ciganos e, mais uma vez, verifiquei a importância do meu trabalho ao tratar das questões ciganas na contemporaneidade com o uso das novas tecnologias e suas articulações em rede no que concerne a aquisição de direitos e a manutenção da dignidade humana em seus inúmeros contextos. Nesse sentido, creio que Thomas S. Kuhn estava certo ao dizer:

Se a ciência é a reunião de fatos, teorias e métodos reunidos nos textos atuais, então os cientistas são homens que, com os sem sucesso, empenharam-se em contribuir com um outro elemento para essa constelação específica. O desenvolvimento torna-se o processo gradativo através do qual esses itens foram adicionados, isoladamente ou em combinação, ao estoque sempre crescente que constitui o conhecimento e a técnica científicos. (KUNH, 2013, p. 60)

⁹ Ver documento apresentado nos anexos

Na crença de que a ciência nos dá respostas ou impõem dúvidas sobre os contextos nos quais estamos inseridos em dados momentos, realizei um apanhado bibliográfico e de pesquisas envolvendo os ciganos no Brasil.

É pertinente trazer essa trajetória sobre os estudos para situar a atualidade da temática e o meu próprio texto na contemporaneidade. Como já escutei de um cigano: “*o valor do hoje é dado quando nos lembramos de toda trajetória que foi preciso percorrer até aqui*” (Claudio Iovanovitchi – NDCG).

Poeticamente fala Paulo Freire sobre a importância de compreendermos o que nos precede para descrevermos e transcrevermos o observado e as lições apreendidas:

Quando hoje, tomando distância de momentos por mim vividos ontem, os rememoro, deve ser, tanto quanto possível, em descrevendo a trama, fiel ao que ocorreu, mas, de outro lado, fiel ao momento em que reconheço e descrevo, o momento antes vivido. Os “olhos” com que “revejo” já não são os “olhos” com que “vi”. Ninguém fala do que passou a não ser na e da perspectiva do que passa. O que não me parece válido é pretender que o que passou de certa maneira devesse ter passado como possivelmente, nas condições diferentes de hoje, passaria. Afinal o passado se compreende, não se muda. (FREIRE, 2003, p. 19).

As obras publicadas sobre ciganos no Brasil até 2007 foram apresentadas em minha dissertação de mestrado no levantamento bibliográfico, por isso não me detive na catalogação desse material, tendo sido contemplado em meu trabalho anterior.¹⁰ Segue agora a descrição dos títulos e autores que trabalharam e trabalham com ciganos, para tanto, realizei uma pesquisa de consulta bibliográfica nos “Anais” e/ou “Cadernos de Resumo”, disponíveis no portal da própria ABA¹¹.

Após catalogar os trabalhos estou expondo com o título, o autor e a instituição de filiação desses pesquisadores. O que pude observar em uma primeira análise, também por participar de alguns dos eventos, é a pouca quantidade trabalhos, sendo quase sempre apresentados pelos mesmos pesquisadores.

A 24ª Reunião Brasileira de Antropologia “*Nação e Cidadania*”, ocorrida em Recife-PE, no ano de 2004, dois trabalhos foram apresentados com a temática dos ciganos: “*O ‘Tempo de Atrás’: Tempo e Espaço para os Ciganos de Sousa*”, de Maria Patrícia Lopes Goldfarb –UEPB; e, “*Ciganos e Mercados: Do Comércio de Escravos às Custas do Processo Judicial*”, de Marco Antonio da Silva Mello, Patrícia Brandão Couto e Mirian Alves de Souza

¹⁰ Maiores detalhes sobre bibliografia cigana no Brasil, consultar: Melo, Erisvelton Sávio Silva de. Sou cigano sim! Identidade e representação: uma etnografia sobre os ciganos na região Metropolitana do Recife-PE. Dissertação de Mestrado. UFPE/PPGA, Recife:2008.

¹¹O Portal da ABA pode ser acessado a partir do endereço: www.portal.abant.org.br

- UFF - LeMetro - Laboratório de Etnografia Metropolitana, NECVU/ IFCS-UFRJ e NUFEP/ ICHF-UFF.

Na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia “*Saberes e Práticas Antropológicas: desafios para o século XXI*” que ocorreu entre 11 a 14 de junho de 2006, em Goiânia-GO, ocorreu apresentação de cerca de 1.200 antropólogos, contudo apenas duas trataram da temática cigana: “*Ciganos: um uso diferenciado do espaço urbano*” de Maria de Lourdes Fonseca Pereira (UFU); e, “*Os Ciganos Calon da Cidade Nova na memória e história urbana do Rio de Janeiro*”, de Mirian Alves de Souza (NUFEP/UFF; LeMetro/UFRJ) e Marco Antonio da Silva Mello (GAP/UFF; DAC/UFRJ).

A 26ª Reunião da ABA “*Des/Igualdade na Diversidade*”, ocorreu em Porto Seguro -BA, do dia 1º a 4 de julho de 2008. Nessa Reunião da ABA houve especificamente um Simpósio Especial para tratar sobre a temática cigana: “*Os Ciganos e as Políticas de Reconhecimento: Desafios Contemporâneos*”, coordenado pelo antropólogo Marco Antonio da Silva Mello (UFF). Foram apresentadas cinco exposições: “*A Discriminação Instituída na Unicidade Cidadã: o Paradoxo da França Face à Presença Cigana*”, de Marc Bordigoni (MMSH/IDEMEC/CNRS); “*24 de Maio, Dia Nacional do Cigano: “Uma Criança de 500 Anos dá um Exemplo de Convivência*”, dos autores Marco Antonio da Silva Mello (UFF) e Felipe Berocan Veiga (UFF); “*Dos Contextos Locais à Invisibilização Política: Discussão em Torno dos Ciclos de Exclusão Habitacional dos Ciganos em Portugal*”, apresentado por Alexandra Isabel de Almeida Baltazar Lopes de Castro (CET/ISCTE); “*Som e Silêncio dos Marginalizados no Brasil: Considerações sobre um Estudo de Caso da Música entre os Calon do Catumbi, Rio de Janeiro.*”, de Antonio Emanuel Guerreiro de Faria Junior (UNIRIO) e Samuel Araujo (UFRJ); e, a não menos importante exposição sobre quem é cigano e está nas discussões para a garantia de direitos ciganos: Cláudio Domingos Iovanovitchi, líder e representante da Associação de Preservação da Cultura Cigana - Paraná (APRECI-PR).

Esta reunião da ABA com este simpósio foi importante, além dos trabalhos apresentados e das discussões suscitadas, por ter trazido um cigano para expor a condição a partir da própria fala e vivência a condição dos ciganos em terras brasileiras. Pesquisei no caderno de resumos se ocorreram outras apresentações em GTs e mesas-redondas, mas o trabalho foi infrutífero, para trabalhar a temática ciganos unicamente em um simpósio.

Na 27ª Reunião da ABA “*Brasil Plural: Conhecimentos, saberes tradicionais e direitos à diversidade*”, na cidade de Belém no Pará, entre os dias 1º a 4 de agosto de 2010, aconteceu o GT: “*Ciganos: cartografia social e antropologia política de um grupo*

minoritário”, proposto por Marc Bordigoni (MMSH-IDEMEC/CNRS), Marco Antonio da Silva Mello (UFF) e Felipe Berocan Veiga (LeMetro – IFCS/UFRJ). No GT ocorreram onze apresentações, sendo dez comunicações orais e um pôster. Participaram do GT: “*A imagem dos ciganos nos discursos dos viajantes, do degredo e da ciência*”, de Maria Patrícia Lopes Godlfarb (UFPB); “*Escuta, gajon: uma reflexão sobre a representação dos ciganos no cinema documentário brasileiro*”, de Francielle Felipe Faria de Miranda (FARA); “*Alteridade e resistência nos ciganos brasileiros*”, por Lina Maria Lorenzon Sibar (FFC/UNESP); “*Os ciganos no Brasil: fronteiras e liminaridade*”, com Cláudia Bonfim (UFRJ); “*O elo intergeracional entre os ciganos: um marcador de identidades e alteridades firmado através da memória*”, de Nadabe Pimentel da Silva (UFG); “*“Minha língua é a minha Pátria”: estudo etnográfico das narrativas orais de um grupo Kalderash*”, pôster de Ana Paula Casagrande Cichowitz (UFSC); “*A agência de categorias, quotidianos e rumores: o caso etnográfico de famílias ciganas no sul de Portugal*”, por Micol Brazzabeni (CRIA – ISCTE/IUL); “*From the assimilation to the refuse os the recognition politics: historical anthropology of a Southern Italy Rom community*”, de Stefania Pontrandolfo (EHESS e U. Verona); “*Ir e vir ou poder ficar? Dilemas espaciais e conflitos de representação nas novas demandas políticas dos ciganos no Brasil*”, com Felipe Berocan Veiga (LeMetro – IFCS/UFRJ) e Marco Antônio da Silva Mello; “*Em busca de definições: formas de identificação e organização social entre os ciganos da Cidade Alta – CE*”, de Lailson Ferreira da Silva (UFRN) e Luiz Carvalho de Assunção; e, “*Os Calon do município de Souza – PB: dinâmicas ciganas e transformações culturais*”, por Robson de Araújo Silveira (UFPE)

A 28ª Reunião da ABA “*Desafios Antropológicos Contemporâneos*”, em São Paulo do dia 2 a 5 de julho de 2012, houve o GT: “*Ciganos no Brasil um exercício de comparação etnográfica*”, proposto e coordenado por Florência Ferrari (USP) e Patrícia L. Goldfarb (UFPB). Nesse GT foram aceitas dezesseis comunicações, dez orais e seis painéis. Foram: “*A diversidade cultural em Sousa-PB: analisando interações sociais entre ciganos e não ciganos*”, Patrícia L. Goldfarb (UFPB) e Aquiles Cordeiro (UFPB); “*Gênero, etnicidade e liderança: algumas reflexões a respeito das mulheres ciganas e meio-ciganas*”, Erisvelton Sávio S. de Melo (UFPE); “*Do jeito cigano: notas sobre a concepção Calon de imagem*”, Ferrari (USP); “*Presença cigana no Ceará: um estudo comparativo*”, Lailson F. da Silva (UFRN); “*Tempos vividos: um estudo sobre identidade cigana no Município de Cruzeta/RN*”, Virgínia Kátia de Araújo Souza (UFRN) e Luiz Assunção (UFRN); “*Tradição e Política: Ciganos em Goiás*”, Gabriel O. Alvarez (UFG); “*A zingaropoli italiana: Rom e Sinti na cidade de Milão*”, Vânia Fialho (UPE); “*O papel de um jornal paraibano na construção da*

imagem dos ciganos”, Mércia R R Batista (UFCG), Isabelle Aline Donato. Braz (UFCG), Jamilly. Cunha (UFCG), Jessica Cunha (UFCG) e Caroline Leal (UFCG); “*Os Calon do Rancho de Baixo: organização política e mudanças culturais*”, Robson Siqueira (UFPE); “*União Cigana do Brasil: construção identitária e codificações políticas na esfera pública*”, Mirian Alves de Souza (UFF); “*Alteridade e Sociabilidade Cigana: perspectivas etnográficas de uma família Calon*”, Lina Sibar (UNESP); “*As estórias de viagens Rom-Kalderash e a construção do cigano como sujeito fantástico*”, Ana Paula Casagrande Cichowicz (UFSC); “*As representações dos ciganos no cinema documentário brasileiro*”, Francielle Felipe Faria de Miranda (UCG); “*Conflitos identitários: memória e narrativa de um Calon*”, Amauri Ferreira (PUC Minas) e Patricia Simone do Prado (PUC Minas); “*Entre Carmens e Severias: uma proposta de entendimento sobre transculturação na dança*”, Daniel Moura (UFBA); e, “*Grilhões em pés alados – Repressão aos ciganos em Minas Gerais (1890-1908)*”, Camila Similhana (CSA-MG).

Com a consolidação da temática nos estudos antropológicos brasileiro sobre ciganos, ocorreu já na abertura do evento, na 29ª Reunião da ABA “*Diálogos Antropológicos Expandindo Fronteiras*”, em Natal RN, entre os dias 03 a 06 de agosto de 2014, uma premiação honrosa no Prêmio Direitos Humanos 2014, cujo o tema “*Gypsies ou Roma? Denominadores comuns e codificação política em Toronto*”, de Miriam Alves de Souza (UFF).

Na 29ª RBA permaneceu o GT intitulado “*Ciganos no Brasil: um exercício de comparação etnográfica*”, coordenado por Maria Patrícia Lopes Goldfarb (PPGA- UFPB) e Mércia Rejane Rangel Batista (UFCG). Houveram dezesseis trabalhos aprovados: “*Processos associativista entre ciganos: discutindo o projeto político de uma família cigana em Condado-PB.*”, por Jamilly Rodrigues da Cunha (UFPE), Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB) e Mércia Rejane Rangel Batista (UFCG); “*Entre os caminhos e as rotas dos ciganos do Vale do Mamanguape-PB.*”, de Edilma do N. J. Monteiro (PPGA-UFPB), Maria Patrícia Lopes Goldfarb (DCS/PPGA-UFPB), Renan Jacinto Monteiro (UACS-UFCG) e Hermana Cecília Oliveira Ferreira (DCS-UFPB); “*Reflexões sobre as relações de integração dos ciganos e seus entraves na atualidade.*”, de Caroline Leal Dantas do Nascimento (PPGA/UFPB); “*Entre idas e vindas, como interpretar o fluxo cigano? Discutindo as compreensões sobre diáspora e nomadismo.*”, por Jéssica Cunha de Medeiros (UFPB), Mércia Rejane Rangel Batista (UFCG), Mª Patrícia Goldfarb (UFPB); “*Entre os caminhos e as rotas dos ciganos do Vale do Mamanguape-PB.*”, Edilma do N. J. Monteiro (PPGA-UFPB), Maria Patrícia Lopes Goldfarb (DCS/PPGA-UFPB), Renan Jacinto Monteiro

(UACS-UFCG), Hermana Cecília Oliveira Ferreira (DCS-UFPB); “*Na estrada com os ciganos*” - novas formas de configuração das caravanas ciganas na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro”, de Cleiton Machado Maia (PPCIS-UERJ); “*Ciganos e Educação: saberes escolares no olhar das famílias ciganas Calon residentes na cidade de Mamanguape – PB*”, por Aquiles Cordeiro do Nascimento (DCS/UFPB), Hermana Cecília Oliveira Ferreira. (DCS/UFPB) e Maria Patrícia L. Goldfarb (PPGA/DCS/CCHLA/UFPB); e, “*Mapeamento da População Cigana em Juazeirinho – PB*”, de José Aclecio Dantas (UFPB).

Dos dezesseis trabalhos aprovados estes oito constam como apresentados. Os que citarei a seguir encontram-se no caderno de resumos¹² da 29ª RBA, mas não constam como apresentados, não irei citar a instituição por não constar no caderno de resumos: “*As estórias de viagens Rom-Kalderash e a construção do cigano como sujeito fantástico*”, Ana Paula Casagrande Cichowicz; “*Calíns do Rio de Janeiro - Uma reflexão sobre a produção de não-existência social da mulher andarilha cigana.*”, Cláudia Valéria Fonseca da Costa Santamarina; “*Construções identitárias ciganas na esfera pública*”, Mirian Alves de Souza; “*Notas sobre as demandas ciganas por respeito a direitos e os desafios às instituições públicas*”, Emília Ulhôa Botelho; “*Educação e Diversidade Cultural: o caso dos ciganos Calons do município de Carneiros/AL*”, Leila Samira Portela de Moraes; “*Práticas de trabalho entre os Calons em Sobral, CE.*”, Lailson Ferreira da Silva; “*Rumo o desenvolvimento da visibilidade cigana no Brasil: interseccionalidade e empoderamento das mulheres Kalin e Romani*”, Caterina Rea; e, “*Territorialidade Cigana: desvelando “pistas” a partir do processo de regularização fundiária da área ocupada pela comunidade cigana de São Gabriel/BH*”, Helena Dolabela Luciano Pereira.

O mapeamento realizado da produção de trabalhos na área da Antropologia permite um panorama da identificação de tendências no campo de pesquisa sobre os ciganos. Após a análise e a categorização das obras é possível verificar as facetas da investigação do fenômeno identitário e etnográfico no contexto da “ciganologia” no Brasil.

Neste momento de pesquisa, por participar do GT Cigano da ABA, conhecer as pessoas que desenvolveram e desenvolvem as pesquisas com os ciganos e, conhecer alguns dos ciganos que abriram suas vidas para que pudéssemos entrar nelas e eles nas nossas, fiquei pensativo sobre a condição da humanização e da humanidade (ARENDT, 2010) e as questões éticas envolvidas no fazer etnográfico dentro das ciências.

¹² O Caderno de Resumos 29ª RBA (REGISTRO ISBN: 978-85-87942-29-6), encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://www.anaisda29rba.org/>

Dessa forma, ao pensar a etnografia como um método qualitativo aplicado a condição humana, penso com a compreensão de um contexto mutável no qual as pessoas podem ter experiências e desprender ações diversas.

O pesquisador compromete-se de corpo e alma no contexto da experiência e das atividades ordinárias de seus interlocutores. Ele se engaja na primeira pessoa nas situações cotidianas, que frequenta de forma regular e repetitiva durante uma longa jornada. Desse modo, está também diante da excepcionalidade de eventos únicos aos quais somente ele assiste e testemunha em campo. O pesquisador embarca, pois, numa compreensão aproximada, focalizando os fenômenos que se dão concretamente diante dele, no momento exato de sua produção. Ele se preocupa em saber quem são e o que fazem os atores, por que e como, com quem e em vista de qual ou quais experiências eles depreendem suas ações. (CEFAI, VEIGA & MOTA, 2011, p. 10)

Os pioneiros da ciganologia no campo da Antropologia foram Maria de Lourdes Sant'Ana (1983) e Moacir Antônio Locatelli (1981). Ambos escreveram dissertações de mestrado sobre ciganos Rom no Centro-Sul do Brasil. Sant'Ana realizou sua pesquisa na cidade de Campinas, em São Paulo, entre 1970/72, e Moacir Antônio Locatelli em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, no final da década de 70.

Parece-me que como existiam “*antropologias marginais*” no eixo hegemônico de produções teóricas dentro das denominadas “*antropologias centrais e periféricas*” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006), há também os temas marginais, como no caso dos ciganos. Não estou dizendo aqui, que os estudos sobre ciganos são marginais, mas que praticamente não ocorriam, deixando uma lacuna por falta de interesse por esse grupo por razões diversas.

É perceptível em toda a produção da antropologia clássica e contemporâneas, especificamente no Brasil, mas podendo ser estendida essa observação a outros países, uma vasta literatura sobre os diversos grupos sociais e étnicos como afro e afro-brasileiros, indígenas, quilombolas, judeus; contudo, os ciganos são invisíveis para os pesquisadores, ou invisibilizados por razões e interesses desconhecidos até o momento.

Depois das duas pesquisas realizadas no início dos anos de 1980, ocorre um período sem demais pesquisas sobre ciganos no campo antropológico. Apenas no final da década de 90 aconteceram novas apresentações de dissertações e teses em Antropologia sobre ciganos.

Um ponto de reflexão é o fato de no primeiro momento das pesquisas antropológicas sobre ciganos surgirem com os Rom-Kalderash, ciganos que demarcam sua diferença principalmente por meio do vestuário e dos arquétipos utilizados para pensar os ciganos no Brasil; e, no segundo momento, uma produção mais significativa sobre os Calon, ciganos que

por viverem em extrema pobreza eram invisibilizados em sua categorização étnica, fazendo parte unicamente de uma imensa massa de pessoas que são contabilizados como vivendo em situação de exclusão social e econômica.

Essa observação é interessante porque vai ter uma reverberação no campo político e do direito para os ciganos no Brasil, pois quem primeiro é chamado para discutir questões referentes aos ciganos no Brasil na década de 1990 são justamente os Rom-Kalderash, somente quase uma década depois é que os ciganos Calon começaram a fazer parte das discussões.

Para uma maior visualização desse período de 1999 até 2014 realizei uma pesquisa dessas teses e dissertações, tendo como base apontamentos propostos por Moonen (2010), identificando pesquisador, ano, título do trabalho, resumo e quantitativo de páginas. Assim como Moonen (2012), transcrevi o resumo apresentado pelos próprios autores e autoras das teses e dissertações para dar a ideia geral do conteúdo, como pode ser observado no “Apêndice A”.

Como critério de organização da pesquisa foi utilizado o sistema de ano de produção em sistema crescente de 1999 até 2014. Essa pesquisa serviu para situar o meu trabalho e analisar o que é produzido nos programas de pós-graduações sobre os ciganos, situando as abordagens, os grupos pesquisados e os enfoques dados.

Atualmente, até 2014 tenho conhecimento de mais uma dissertação que será defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA- UFPE), além de minha tese de doutorado, a da mestranda Jamilly Rodrigues da Cunha, com enfoque nos ciganos do grupo Calon da cidade de Souza situada no Estado da Paraíba, intitulada “*“Olhe nosso Centro! Aqui, somos todos Calon’: descrevendo as dinâmicas culturais dos ciganos de Sousa em diálogo com Estado”*”.

Em outras áreas da construção acadêmica do conhecimento e da ciência foram produzidos trabalhos com a temática envolvendo ciganos, são elas com seus respectivos autores e ano: História: Sônia Cavalcanti (1994), Rodrigo Corrêa Teixeira (1998), Isabel C. Medeiros Mattos Borges (2007), Lourival Andrade Junior (2008) e Débora Soares Castro (2011). Geografia: Solange T. de Lima (1996). Planejamento Urbano: Maria de Lourdes Pereira Fonseca (1996). Linguística: Fábio J. Dantas de Melo (2005 e 2010). Psicologia Clínica: Valéria Sanchez Silva (2006); Educação: Silvia R. Chaves de Freitas Simões (2007), Luciana Câmara Fernandes Bareicha (2013). Multimeios: Eliane Medeiros Borges (1995) e Regine A. Rossi Hilckner (2008). Literatura: Ana Paula Castelo B. Soria (2008).

Comunicação: Alice Lamari Santos Freire (2009). Letras: Pilar Castro Pereira (2010). Geografia Humana: Marcos Toyansk Silva Guimarães (2012).

Ainda é perceptível a ausência de dissertações e teses em algumas áreas como Saúde, Economia, Psicologia Social, Serviço Social e Direito. Assim como pontuou Moonen relação dos trabalhos acadêmicos é incompleta. Devem existir outros tantos mais, mas cuja existência ignoro.

A quase totalidade é inédita e apenas uma parte é divulgada na internet (por exemplo em <http://bdtd.ibict.br>). Também como apontou Moonen, a relação das obras é incompleta porque não estou citando monografias de conclusão de cursos de graduação e os artigos. Há, ainda, os ensaios ciganológicos datilografados.

De acordo com Moonen há um preconceito com os estudos sobre os ciganos por parte das ciências, assim como ocorre por parte da população em geral para com os ciganos. Esse desprestígio das ciências para o grupo se reflete na produção acadêmica, com algumas raras exceções em Antropologia como Patrícia Goldfarb, Marcos Mello, Florência Ferrari, Renato Athias, Vânia Fialho, Erisvelton Sávio Melo; em História, Rodrigo Teixeira; na área do Direito, Luciano Maia.

Como pesquisador, observo que corrobora para o afastamento dos pesquisadores aqui no Brasil dos ciganos a dificuldade de fontes de consultas e o entrar em contato com os grupos ciganos pelos estigmas e desconfianças construídas historicamente e por meio de atos entre não ciganos e ciganos.

Observa-se que realizar pesquisas sobre ciganos, no Brasil é tarefa de estudantes. Antropólogos já formados e professores de antropologia aparentemente ainda consideram a ciganologia um ramo marginal, de baixa categoria e que não dá status acadêmico. No Brasil, o mais comum é o estudante defender sua dissertação ou tese ciganológica, obter seu cobiçado diploma acadêmico, tentar conseguir um emprego numa universidade, e depois para sempre esquecer os ciganos e partir para temas “mais nobres”, mais tradicionais das ciências sociais. (MOONEN, 2011, p 4-5)

Fazendo uso do computador e da internet fiz pesquisa sobre ciganos em algumas plataformas de reconhecimento científico como o SciELO no Portal CAPES entre outros. Para parâmetro de busca utilizei como base as palavras: Cigano, Rom, Roma, Calón, Kalderash, Sinti/Sintó, Romnichals, Boêmios e Gitanos. Palavras essas que estão associadas a temática do universo da pesquisa.

Diante de um discorrer histórico sobre as palavras que designam este grupo, vemos que desde o século XV, na Europa, os ciganos passaram a ser chamados por diversos nomes: *egípcios*, *gypsy*, *egyptier*, *gitan*, *gitano*, *grecianos*, *tsiganos*, *zingaros*, *romanichel*, *boémiens*,

ciganos, etc. Esta identificação, por vezes, é generalizada sob a égide de uma única forma de observá-los e alcunhar-lhes tem dificultado as pesquisas sobre os mesmos, pois se quer um comportamento padrão de todas as pessoas deste grupo, o que não equivale as múltiplas vivências quando eles permitem um contato próximo com sua forma de ser e estar no mundo e nas relações estabelecidas com as demais sociedades e grupos.

Os ciganos são identificados na história a partir do ano III A.C. Existem sinais linguísticos que remontam sua origem no norte da Índia, na região do Punjabi, onde hoje é o Paquistão.

Segundo Moonen (2008, p. 8), baseado no linguista histórico Heinrich Grellmann, acredita que a origem indiana tenha sido suficientemente comprovada, levando-se em consideração que de cada trinta vocábulos da língua cigana, treze são de origem hindi, língua derivada do sânscrito. Embora, o antropólogo inglês Fraser (1992, p. 22), lembre-nos que a “linguística histórica não pode determinar a origem racial e étnica dos indivíduos que falam Romani”. A opção e a aceitação dos trabalhos sobre ciganos, por parte dos pesquisadores, chegam a ser unânimes em situarem a origem dos ciganos na Índia.

Essas semelhanças linguísticas podem significar que os ciganos viveram na Índia, sem necessariamente terem sua origem nesse espaço geográfico. A partir do século XII, os ciganos se dividiram pelo mundo em dois ramos: o asiático (ciganos da Palestina) e o europeu (ciganos da Pérsia e da Armênia), esses, posteriormente se espalharam por toda Europa. E, com os degredos e navegações, chegaram ao Brasil em 1573, principalmente os do grupo Calon por estarem ocupando a Península Ibérica. Hoje, desde a década de 70, os ciganos usam a palavra Roma para se autodesignarem.

Ao colocar o termo “cigano” no SciELO - Scientific Electronic Library Online, no campo de pesquisa avançada em todos os índices aparecem nove (09) trabalhos a partir da ordem de relevância na catalogação do “onde” restringida a localização “regional” dada pelo próprio sistema de busca, conforme pode ser observado na distribuição encontrada no apêndice 2 (dois).

Desses trabalhos dentro das áreas temáticas do SciELO são distribuídos em cinco (5) na Ciências Humanas, dois (2) Ciências da Saúde, um (1) Ciências Sociais Aplicadas e, um (1) em Ciências Biológicas. Sendo: Antropologia (2), Biologia (1), História (1), Literatura, romance (1), Enfermagem (1), Farmacologia e farmácia (1), Psicologia, multidisciplinar (1). E os anos de publicação 2006 (2), 2012 (2), 1997 (1), 1998 (1), 2007 (1), 2008 (1), 2011 (1). Ao se restringir a busca ao “onde”, localização “Brasil”, irão aparecer apenas cinco (5).

Ao colocar o vocábulo “*Calon*”, não surge nenhum artigo que faça referência a essa designação dos ciganos. Tentei pesquisar com o vocábulo “*Rom*” surgiram 190 resultados, desses apenas um (1) trabalho aparece o de Cristiane G. Braga, citado no quadro em anexo. Ao colocar o vocábulo “*Roma*” surgem quatrocentos e quatro resultados (404), desses apenas os que tratam sobre ciganos especificamente na área trabalhada em nossa pesquisa estão selecionados no apêndice 3 (três).

Colocando o termo “*Kalderash*” nenhum resultado foi apresentado, o mesmo ocorrendo com os termos “*Sinti/Sintó*”, “*Romnichals*”, “*Boêmios*” e “*Gitanos*”, alcunhas que designam os também os ciganos aqui no Brasil.

Ao entrar no Portal de Periódicos CAPES/MEC e fazer uma pesquisa mais ampla foram apresentados oitenta e dois (82) resultados, desse quantitativo elenquei os que estavam condizentes com a pesquisa proposta por mim dentro do campo dos estudos da “Ciganologia” no Brasil. Ao refinar a pesquisa no tópico “*Brazil*”, esse número de oitenta e dois (82) reduziu para vinte (20). Dos vinte, apenas um trabalho se apresentou como condizente aos meus critérios tendo como base uma busca dentro dos parâmetros das Ciências Humanas e Sociais: “*Ciganos Nacionais/National Gypsies*”, de Florencia Ferrari, com a seguinte referência “*Acta Literaria* Nº 32 (79-96), 2006”.

Apareceu mais um trabalho dentro dos critérios expostos anteriormente, com o título, “*O cinema como pedagogia cultural: significações por mulheres idosas.*”, publicado na Revista Estudos Feministas de 2010; contudo ao analisar observei que apenas fazia menção a uma memória de uma entrevistada sobre um filme, onde a mesma apontava para uma lembrança, onde o “*mocinho*” parecia ser um cigano do deserto.

Os demais trabalhos estavam classificados na área de Geologia, Botânica e Medicina, nas quais o foco era um granito denominado de cigano, uma mata conhecida como “*Mata do Cigano*” e uma planta utilizada para fins medicinais, a “*moroso cigano*”.

Há ainda dentro do campo antropológico os trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório de Etnografia Metropolitana - LeMetro/IFCS-UFRJ, coordenado pelo professor Marcos Antônio Mello e os pesquisadores que se interessam pela temática dos ciganos; o Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Etnicidade NEPE/PPGA-UFPE, coordenado no tema sobre ciganos pelos professores Renato Athias e Vânia Fialho; Patrícia Goldfarb coordena um grupo de pesquisa no Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), há também um grupo de pesquisa no Departamento de Antropologia situado no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Desses grupos de pesquisa e dos pesquisadores vinculados aos mesmos são efetivados alguns documentários, entrevistas, artigos de revistas, entrevistas em jornais escritos e televisivos e, apresentações de artigos em eventos além da RBA, como a REA, ANPOCS e ABANNE, entre outros de cunho locais, regionais, nacionais e internacionais.

Quanto ao NEPE¹³ e ao pesquisador Renato Athias, há um destaque na orientação e produção de trabalhos com a temática sobre ciganos no Brasil. Em uma perspectiva de formação de rede, é necessário citar que o NEPE é um importante fio condutor e elo nas discussões sobre ciganos não só em nível regional, mas nacional com a presença de pesquisadores nos vários eventos que envolvem questões ciganas e, principalmente, por estar trazendo os próprios ciganos para as universidades públicas e oportunizando um diálogo entre ciganos, academia e representantes governamentais sobre a realidade em que se encontram alguns grupos ciganos e as pessoas que compõem esses grupos étnicos.

2.1 FRANS MOONEN E OS ESTUDOS CIGANOS NO BRASIL

No universo antropológico brasileiro ao nos referirmos ao campo de estudo sobre ciganos, o pesquisador e antropólogo Frans Moonen tem um papel central. Foi com ele que as questões referentes aos grupos ciganos começaram a emergir nos anos de 1990 com os seus estudos sobre os ciganos de Souza na Paraíba. Esses estudos foram fontes de pesquisa e motivação para outras pesquisas, tanto para os Calón no Estado da Paraíba, quanto para outros grupos ciganos em outros estados brasileiros.

Frans Moonen em duas décadas, de meados dos anos de 1990 até o ano de 2013¹⁴, reuniu um riquíssimo acervo sobre ciganos. Nesse acervo constavam além dos seus estudos, livros, entrevistas em fitas cassete e DVD, reportagens, revistas, dissertações, cópias de programas televisivos e imagens. Esse material era disponibilizado em parte, por meio do compartilhamento eletrônico em um site criado com o mesmo nome de um núcleo (associação) criado por ele, o Núcleo de Estudos Ciganos (NEC).

O Núcleo de Estudos Ciganos, tinha sede em sua residência no bairro da Iputinga, em Recife-PE. Situação semelhante à associação cigana estudada por mim nessa tese, onde a residência é também a sede¹⁵ da associação. Por meio desse núcleo vários estudantes que

¹³ Núcleo do qual o autor faz parte.

¹⁴ Frans Moonen faleceu em 30/06/2013 em Recife-PE, em razão de um câncer.

¹⁵ Essa situação não é algo novo para a Antropologia, no qual pessoa física e pessoa jurídica estão domiciliados em um mesmo local, nos estudos voltados aos cultos afro e afro-brasileiros é muito comum o templo religioso ser ou estar situado na residência da liderança espiritual (Pai de Santo, Mãe de Santo, Zelador ou Zeladora de Santo) como mostram os estudos dos antropólogos Ortiz (1991), Motta (2001) e Silva (2011).

tinham interesse nos estudos ciganos podiam acessar os conteúdos ou marcar uma visita para conversa ou consulta ao material com o pesquisador na sede do próprio núcleo.

Percurso esse de visita feito por mim três vezes, uma durante o período de mestrado e duas no período de doutorado. Além das visitas ao núcleo, mantinha contato com Frans Moonen por meio das redes sociais, e-mail e em eventos que tratavam sobre questões ciganas.

Frans Moonen tem uma importância grande nos estudos antropológicos sobre ciganos pela relação que mantinha com os próprios ciganos, principalmente a liderança cigana que estava atuante em diálogo com o Estado. Alguns dos líderes o chamavam de “irmão que nos ensinou a ir a Brasília-DF”.

Os primeiros documentos e atas dos eventos em que os ciganos estavam presentes em diálogo com o governo federal, entre os anos de 1994 e de 2007, é notório a ativa participação de Frans Moonen, seja em presença física ou em citações dos ciganos por meio de suas falas. Para Moonen:

As violações já constatadas são várias [sobre os ciganos], e uma delas é, sem dúvida alguma, o fato de os ciganos não terem direito a uma História própria desde a chegada no Brasil, contada do seu ponto de vista, sem etnocentrismo, sem preconceitos, sem discriminação, algo que no Brasil até hoje nunca foi feito. (MOONEN, 1996, p. 136-137)

Na Antropologia brasileira Frans Moonen, além dos trabalhos com ciganos, tem trabalhos voltados aos indígenas, sendo sua última publicação sobre o tema, “*Povos Indígenas no Brasil*” (2008)¹⁶. No ano de 1988, foi o responsável na “*Série Princípios*”, em definir a “*Antropologia Aplicada*”, sendo nesse livro muito crítico quanto aos antropólogos no Brasil. Contudo, a sua obra mais importante para os estudos ciganos em Antropologia, Direito e Política, “*Anticiganismo e Políticas Ciganas na Europa e no Brasil*” (2012)¹⁷.

Na “V Jornada de Estudos sobre Etnicidade”, no dia 17 de dezembro de 2013, no Campus da UFPE ocorreu uma homenagem “*in memoriam*” a Frans Moonen e a contribuição do mesmo à Antropologia e aos estudos ciganos. Segundo sua esposa Helena, presente na Jornada, em conversa comigo referindo-se a obra “*Anticiganismo e Políticas Ciganas na Europa e no Brasil*”, disse: “*esse livro, era o livro da vida dele, todo ano acrescentava e atualizava dados.*”

Ao realizar a pesquisa bibliográfica sobre ciganos no Brasil foi possível observar que Frans Moonen é base de consulta e citação em todos os trabalhos pela importância das

¹⁶ Texto encontrado no endereço eletrônico: www.dhnet.org.br/direitos/.../moonen_povos_indigenas_br_2008.pdf

¹⁷ Texto encontrado on-line no endereço eletrônico: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/discriminacao/anticiganismo-e-politicas-ciganas-na-europa-e-no-brasil-frans-moonen-2012>

questões levantadas em prol dos ciganos, como pelo profundo conhecimento apresentado sobre os ciganos e as questões antropológicas que envolvem os grupos ciganos.

Frans Moonen, além de pesquisador também foi um grande ativista da causa cigana, participou de muitas discussões políticas em Brasília-DF para garantia de direitos voltados aos ciganos.

É possível, situá-lo como um dos antropólogos da “Antropologia Engajada” (CUNHA, 2009) no que concerne a produção teórica dentro do campo antropológico e nas atividades em que militava a favor dos ciganos, com uma implicação direta dos conhecimentos produzidos sobre a temática dos ciganos em contextos e para contextos de embates políticos. Frans Moonen demonstra em seus escritos uma reflexividade (CLIFFORD & MARCUS, 1986; GEERTZ, 1989; GIDDENS, 1991) como marca de uma pesquisa contemporânea e comprometida com os pesquisados.

Todo o acervo desse pesquisador, após seu falecimento, foi doado; por sua esposa, ao antropólogo e pesquisador Renato Athias, para o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade - NEPE, do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco.



Foto 1 - Antônio Calon e Enildo Calon (líderes ciganos e membros da ACIPE) no Seminário sobre os Povos Ciganos do NEPE - UFPE-PPGA - Dezembro de 2014 (Acervo do autor)



Foto 2 - Antropólogos em apresentação de pesquisas no Seminário sobre Povos Ciganos no NEPE - UFPE/PPGA – Da direita para a esquerda: Erisvelton Sávio, Robson Siqueira, Patrícia Goldfarb e Vânia Fialho - Dezembro de 2014 (Acervo do autor)

3. REDES, SOCIABILIDADE E IDENTIDADE

*“Pelas ruas onde andas
Onde mandas todos nós
Somos sempre mensageiros
Esperando tua voz”
(Roupa Nova)*

O lago Tawakoni no Estado do Texas-USA possui o que alguns curiosos denominam de tenebroso: a maior rede de aranha do mundo. Essa rede ocupa uma extensão de 180 metros interligando diversas árvores de diversas espécies e a cada chegada de novas aranhas a rede e as teias se expandem.

A expansão se dá sem restrições, preconceitos ou receios de interligar ou dar continuidade a fios e ao que já existe. A rede apenas cresce, se fortalece e ocupa mais e mais espaço. E, culmina, por chamar a atenção de todos, tanto para a rede, quanto para as aranhas que realizam o trabalho. Assim, acredito que está ocorrendo com os ciganos e o movimento em prol de uma participação política e de direitos para um grau de paridade e reparação no Brasil e, até mesmo no mundo.

A medida que os ciganos estão se mobilizando e se articulando, trazem para si uma politização em torno da sua identidade e do fortalecimento de discussões étnicas e éticas em torno de um grupo que durante muito tempo foi invisibilizado nas e para questões de direito e de políticas reparadoras específicas que contemplem as necessidades dos ciganos em sua heterogeneidade e especificidade. Só há hegemonia, por parte dos não ciganos, quando o pensamento sobre eles é o pejorativo e discriminatório.

Rede em nosso cotidiano, a depender do contexto, adquire uma plurissignificação. É possível associar essa palavra a uma peça de tecido formada por linhas entrelaçadas com nós em todos os seus percursos de forma a segurar e articular para garantir sua fortaleza e proteção. Rede é um tipo de leito triangular, balançante, onde deve-se dormir em posição diagonal em substituição a cama.

É possível perceber que as redes são advindas de tramas dispostas pelas teias. Assim como a maior rede do mundo é formada pelas teias de diferentes aranhas; as redes sociativas são materializadas por meio das diferentes pessoas que as compõem, trazendo consigo as respectivas particularidades, demandas e identidades.

Câmara Cascudo (2003) define rede como um instrumento indígena, percebida como um utensílio de transporte prático, construída por fios de linhas ou palhas que se entrelaçam para segurar e proteger o indivíduo. Na área da informática rede é o conjunto de

computadores e outros equipamentos interligados que partilham informação, recursos e serviços. Pode, por sua vez, dividir-se em diversas categorias dependendo do alcance.

Ao nos apropriarmos da rede enquanto ferramenta justaposta as novas tecnologias, a veremos como prática no transportar da mensagem tão necessárias para a informação e comunicação dos membros que constituem o grupo. Membros esses, apontados como os fios interligados ou conectados formando uma rede de contatos.

A rede com as novas tecnologias torna-se assim um instrumento otimizador e de democratização de espaços e opiniões. Instrumento esse que os ciganos estão utilizando para estabelecer diálogo entre si, com os não ciganos e com o poder público. A comunicação em rede pode proporcionar manifestações e mudanças em grandes proporções, como pode, unicamente, unir e manter em contato pessoas ou associações, até porque, as grandes manifestações só ocorrem após diálogos e mobilizações por meio da expansão comunicação com a ampliação de uma rede e a intercessão com outras.

Assim, rede como união e expansão, é possível a compreender como um meio que torna possível a exposição das situações dos ciganos frente ao Estado para a garantia de direitos e políticas destinadas aos mesmos.

A rede, enquanto constituição de trama com várias teias, ajuda a problematizar a materialidade da construção da identidade por meio do discurso produzido nela e reiterado quando há o acionamento dessa identidade frente ao não cigano, ou relacional, quando o outro também faz parte de um grupo étnico. Nesse sentido, a identidade étnica tanto é fronteira, como é ponte, dependendo do contexto em que ocorre o seu acionar e do interlocutor com quem se estar dialogando.

Nós temos encontros entre nós ciganos, com nossos irmãos e primos. Conversamos muito as causas de todos nós. O problema é o mesmo. Mesmo nós todos sendo diferentes e em lugares distantes. Cigano é sempre cigano. As pessoas só veem como intrusos. Nós podemos morar desde que nascemos no lugar. Nós somos sempre o diferente. Para nos proteger uns aos outros nós dialogamos. Conversamos também com quem não é cigano, muitas vezes, mas que são parentes de luta como os judeus, os índios e os negros. Tem momentos que todos nós temos que estar unidos, mesmo sendo de raças diferentes. (LIDER CALON – NDCG)

No campo antropológico a noção de “redes” remete-nos, primeiramente a Antropologia Social, porque pode ter como primeiras exposições o estudo do parentesco com autores clássicos como Lévi-Strauss (1993) e Evans-Pritchard (1978), e outros autores que se debruçaram sobre o tema para realizar manuais e vocabulários, como Schusky (1973) e Marc Augé (1975). Pois tanto para filiação, quanto para aliança, temos a percepção de que são necessários elos para que ocorram e, ao ocorrerem, teremos as redes articuladas.

As mulheres quando chegam aqui em nossa casa, depois do casamento, elas têm que aprender como é aqui. Elas saem da casa delas de um jeito, aqui é de outro. Quando chegam as nossas mulheres vão ensinar como elas são. Com o tempo se acostumam, mas não perdem alguns costumes das casas delas e, às vezes, querem ensinar aos nossos filhos. (CIGANO CALON – NDCG)

Os estudos de parentesco apresentam questões sobre a troca de mulheres e as alianças formadas a partir dessa negociação. Contudo, as mulheres não são apenas o “objeto de troca”, quando pensada na perspectiva de rede, as mulheres são os elos que possibilitam essas alianças e são também o elo entre o homem e sua descendência.

Entre os ciganos, o casamento pode ser compreendido como constituição de uma rede, na qual a mulher é o elo entre duas famílias. Sendo eles, de descendência patrilinear, com residência virilocal, a mulher após o casamento, tornar-se o elo entre as duas famílias, levará consigo para a residência do marido (constituída por uma família extensa, na maioria das vezes, como é prática entre os ciganos), todo o seu arcabouço cultural aprendido com a sua família primeira. Nessa segunda família, aprenderá também seu arcabouço cultural, tornando-se apta a estar entre as duas famílias. É um movimento de ser, estar e passar a ser dentro do pertencimento identitário.

Contudo, é com Barnes (1972) e Mitchell (1969) que houve uma preocupação com a heterogeneidade da noção de rede e sua apropriação em caráter político ao se distinguir o seu uso enquanto metáfora do analítico.

O livro organizado por Bela Feldman-Bianco (2010) “*Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos*”, foi importante por trazer, na parte II, o trabalho de Barnes intitulado “Redes Sociais e processo político”; e, o de Jeremy Boissevain: “*Apresentando ‘Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões’*”. Esses dois textos trazem em si, em um primeiro momento, a possibilidade de trabalhar com a rede em seus pressupostos de democratização, flexibilidade, estabelecimentos, hierarquização e como espaços ou tramas de negociação nos espaços informais e formais das relações sociais e das interações com o Estado.

As associações são importantes porque nos representa. Quando estamos passando por algum ‘aperreio’ sabemos que não estamos sozinhos. É todo mundo junto. E quando as associações se juntam aí fica melhor ainda. Se tem que ir para Brasília falar pelos ciganos todos, quando chega de lá cria empoderamento diante dos outros. Não porque é mais importante, mas porque falou por todos. (LÍDER CALON – NDCG)

Do pensamento sobre a mulher como elo em uma rede após o casamento, a partir do caráter político atribuído as redes, penso ser a associação cigana, que surge, enquanto pessoa

jurídica, a partir das pessoas físicas de uma família (englobando homens e mulheres), estendendo-se, posteriormente aos membros do grupo ao qual faz parte essa família.

Com a associação há uma representatividade no espaço público de forma institucional, na qual a identidade do grupo passa a ser problematizada diante do diálogo com o Estado e outras associações.

Frans Moonen em um texto onde trata do “Movimento Cigano no Brasil e na Europa” faz uma cronologia de algumas associações brasileiras de ciganos e destaca o caráter familiar encontrada em uma das associações, diz o pesquisador:

No Brasil, a primeira ONG cigana foi o Centro de Estudos Ciganos, no Rio de Janeiro, criado em 1987 por um pequeno grupo de ciganos e não-ciganos, e presidido pelo músico cigano Mio Vacite. Foi extinto em 1993, mas já em 1990 o dissidente Mio Vacite tinha criado a União Cigana do Brasil, que existe até hoje. Apesar do nome, é uma ONG familiar e não representa todos os ciganos do Brasil. Depois surgiram outras ONGs ciganas: Associação de Preservação da Cultura Cigana, no Paraná; Associação Brasileira dos Ciganos no Paraná; Centro de Estudos e Resgate da Cultura Cigana, em São Paulo; Coletivo de Ciganos Calon do Brasil, em São Paulo; Phralipen Romani – Embaixada Cigana do Brasil, Associação de Apoio e Divulgação da Cultura Cigana de Ribeirão Preto. Recentemente surgiram a Associação Cigana da Etnia Calon do Distrito Federal, o Centro Calon de Desenvolvimento Integral, em Sousa/PB, a Associação dos Ciganos de Pernambuco, no Recife, além de outras ONGs mais. (MOONEN, 2013, p.135)

Sobre o processo relacionado as associações fiz uso para a análise dos dados da pesquisa, textos e autores que dialogam com a Antropologia, o Direito e a Política, entre esses Vania Fialho com as produções, “*Associativismo, Desenvolvimento e Mobilização Indígena em Pernambuco*” (FIALHO, 2007, p. 11-31) e “*Desenvolvimento e Associativismo Indígena no Nordeste Brasileiro: mobilizações e negociações na configuração de uma sociedade plural*” (2003, Tese de Doutorado-UFPE-PPGS). Também Daniel Cefai, Marcos Antônio da Silva Mello et all, com os conceitos associativismo publicados em “*Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*” (2011).

Com esses autores somos levados a repensar o papel das associações no que se refere a identidade, grupos e demandas sociais frente ao Estado. Como afirma Vânia Fialho, ao tratar das associações indígenas numa perspectiva que compreendo como de contexto para provocar a mobilidade discursiva do grupo na inserção dos diálogos com os não pertencentes e o Estado, “*a criação das associações vem acompanhando a estruturação de mercados de projetos*” (FIALHO, 2007:14).

Ainda apontando sobre aspectos do associativismo relacionados à identidade e ao contexto, concordo com a pesquisadora ao apontar aspectos contraditórios encontrados no processo de adaptação a contemporaneidade.

Ao mesmo tempo e, contraditoriamente, as novas formas de organização indígena tem sido uma maneira de, as suas sociedades se ajustarem ao novo contexto de mudanças estruturais provocadas pelo processo de modernização da economia nacional e mundial, e de enfatizarem suas diferenças étnicas. (FIALHO, 2007, p.20)

Para tanto, ainda tratando sobre a temática embasado em obras tendo como suporte a produção acadêmica que trabalha com associativismo no Brasil. Coloco em destaque, dentre outros estudos os de Furtado (1987); Campos (1993); Mello (1995); Duarte (1999); Maneschy e Klovdhal (2007); e, Leonardo (2006). Outro ponto para as associações serem pertinentes nessa discussão é o valor jurídico que lhe é atribuído pelo Estado, porque muitas vezes as vozes dos indivíduos não são audíveis, no momento em que se tornam pessoas jurídicas com CNPJ, passam a configurar com outro sentido e ressonância como poderá ser observado adiante na etnografia.

Além dos autores supracitados, foi elencado para a discussão com redes nessa pesquisa, por estar em consonância com os paradigmas atuais e, por possibilitar análises dentro dos objetivos propostos, entre eles o de pensar a identidade cigana problematizada a partir das novas tecnologias, os seguintes autores e obras: Scherer-Warren, “*Redes de Movimentos Sociais*” (1996), pois: “*a análise em termos de redes de movimento implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo*” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 10); Manuel Castells, “*A Sociedade em Rede*” (1999 e 2013), para o mesmo, “*a presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade*” (CASTELLS, 1999, p. 497); Larissa Adler Lomnitz, “*Redes Sociais, Cultura e Poder*” (2009), para quem, “*rede social não é um grupo bem-definido e limitado, senão uma abstração científica que se usa para facilitar a descrição de um conjunto de relações complexas em um espaço social dado*” (LOMNITZ: 2009, p. 18); André Pontes, “*Tramas da Rede*” (2010).

As redes tornaram-se ao mesmo tempo uma espécie de paradigma e de personagem principal das mudanças em curso justo no momento em que as tecnologias de comunicação e de informação passaram a exercer um papel estruturante na nova ordem mundial. A sociedade, o capital, o mercado, o trabalho, a arte, a guerra são hoje, definidos em termos de rede. Nada parece escapar às redes, nem o espaço, o tempo e a subjetividade. (PONTES, 2010, p. 92)

Nessa perspectiva apresentada por André Pontes, podemos situar os grupos, entre esse os ciganos, e suas identidades a partir de uma teoria que envolve e problematiza o contexto diante das novas tecnologias da informação e da comunicação e o impacto nas próprias identidades e grupos.

Paralelo a estes conceitos de rede entrou em foco também uma literatura que trata sobre a sociedade e a cultura nas novas tecnologias, tais como: Clay Shirky, *“Lá Vem Todo Mundo: o poder de organizar sem organizações”* (2012); Rogério Haesbaert, *“O Mito da Desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade”* (2012); Michel Fischer, *“Futuros Antropológicos: redefinindo a cultura na era tecnológica”* (2011); Pierre Lévy, *“Cibercultura”* (2011), *“O Que é Virtual?”* (2011), *“A Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço”* (2011); André Lemos e Pierre Lévy, *“O Futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária”* (2010); Adam Schaff, *“A Sociedade Informática”* (2007); entre outros autores e obras consultados que tratem sobre a temática exposta.

No que se refere as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação entre os autores já supracitados, como Pierre Lévy e Castells, vemos que elas podem ser pensadas a partir de constituição, denominação, e indicação como uma nova arquitetura social relacionada aos desafios da identidade na globalização. O uso e o domínio são apresentados como necessidade do homem na contemporaneidade.

Da mesma maneira que foi enunciada a necessidade de todos dominarem um código escrito, gestual ou oral; hoje, enuncia-se o domínio do código digital. Usar as tecnologias da informação e da comunicação é imperativo: para acessar conhecimentos, para a interação, e principalmente, para ser de um grupo e expor uma identidade. Como aponta Ilharco: *“as tecnologias da informação e comunicação disponíveis modelam substantivamente o modo como diferentes sistemas dominam e são dominados, ou seja, como se exerce o poder, se sobrevive e se prospera.”* (ILHARCO, 2006, p. 5).

Antes quando não tinha internet, nem Facebook, faziam as coisas com a gente e nós tínhamos medo de denunciar na polícia para não sermos presos. Agora com a internet, quando acontece qualquer coisa a gente joga na rede, a ciganada toda que vê se agita e vem para junto de nós para nos apoiar e pedir justiça. As associações compartilham logo, com quem é cigano e com quem não é. Chega todo mundo. (LÍDER CALON – NDCG)

Há entre os ciganos e associações constituídas por eles um constante uso das redes sociais pelo alcance ser maior e superar as questões impostas por fronteiras geográficas para problematização, discussão e mobilização de ciganos e respectivos grupos frente a algumas situações que estão inseridos, no sentido de politizar para trazer algumas possíveis soluções. É

nessa rede constituída por meio das novas tecnologias, onde são agregados ciganos e não ciganos, que a identidade cigana está sendo evidenciada e tematizada.

Falando sobre os movimentos sociais que utilizam a internet como meio criar significados Castells diz: “*conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais*” (CASTELLS, 2013, p. 8).

As feiras e as relações comerciais são outros pontos cruciais na forma de estabelecer redes. O negociar muitas vezes para os ciganos é o ponto central para formar elos com o lugar e com as pessoas não ciganas.

Nós vendemos uma coisa aqui, outra coisinha acolá. As pessoas vão nos conhecendo, nós vamos conhecendo as pessoas. Se o lugar é bom com a gente ficamos um tempo. Se o local não for bom, nem as pessoas, nós vamos embora. (LÍDER CALON – NDCG)

Assim, adotei como estratégia para pensar a rede as perspectivas sociativa e de interesse a partir dos contextos. Contexto compreendido como momentos em que são formados os elos que possibilitará a rede existir e se manter articulada e continuar com garantia de acesso e permanência sem limite de composições, espaços e tempos, ou até mesmo, desfazer-se.

4. O CAMPO DO DIREITO PARA CIGANOS NO BRASIL, OBSERVAÇÕES LOCAIS E GLOBAIS: DE 1988 A 2014

*“Se você quiser alguém em quem confiar
Confie em si mesmo
Quem acredita sempre alcança.”
(Flávio Venturini / Renato Russo)*

“Cega”, assim aparece Atenas, a deusa da justiça grega, uma mulher com os olhos vendados, segurando com uma das mãos uma balança com a outra mão uma espada para demonstrar igualdade e justiça durante o seu agir. Assim, deveria ser para com os ciganos, contudo a cegueira está em não querer enxergar a presença deles e as necessidades de sobrevivência em meio a exclusão por pertencer a um grupo étnico estereotipado por não ciganos, quer por palavras, quer em atitudes.

Os ciganos não têm uma pátria específica, sua identidade no campo étnico político e jurídico é requerida pela União Romani Internacional e reconhecida pela ONU em 28 de fevereiro de 1979. Isto se deu em um congresso realizado na Inglaterra em 1971. Congresso esse que viabilizou a inserção dos ciganos nas lutas por inclusão e políticas destinadas aos mesmos em vários países. O seu grande objetivo foi sensibilizar para as dificuldades e estigmas sociais enfrentados por estes grupos. Surgiu também desse Congresso o Dia Internacional dos Ciganos, o dia 08 de abril, dia do início do congresso.

O Congresso Mundial Romani ocorrido em Londres, no ano de 1971, com suas discussões e deliberações advindos das falas e dos posicionamentos dos ciganos, acarretou uma mudança na postura mais passiva deles, para uma postura protagonista no que concerne a reconhecimento étnico no tocante a reivindicações e ampliações de direitos para ciganos.

O congresso de 1971 foi o primeiro de uma série que o sucederam, até os dias atuais¹⁸. O primeiro foi o mais marcante para os ciganos pela produção de alguns símbolos, como a bandeira¹⁹ e o uso da palavra “*Roma*”, que são utilizados para identificação dos ciganos em referência ao seu pertencimento étnico.

Sobre a bandeira cigana é muito comum em qualquer encontro que estejam presentes o seu uso para demarcação de um chamado “*território de ocupação cigana*” pelos informantes. As associações ciganas também utilizam a bandeira para distinção de outras

¹⁸ Maiores detalhes podem ser encontrados na página do “*The Gypsy Lore Society*”, disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.gypsyloresociety.org/> ; e, em Fraser (1998, p. 301-304).

¹⁹ A bandeira cigana é composta por duas faixas horizontalmente dispostas, sendo da cor azul em cima representando o céu e, verde embaixo, representando a terra; no centro da bandeira, a imagem de uma roda de carroça vermelha, indicando os caminhos percorridos.

associações não ciganas, principalmente em eventos compartilhados com outros grupos étnicos, sociais ou minoritários.

Nas páginas do Facebook os ciganos, independentemente do grupo, utilizam-na como um sinal diacrítico de seu pertencimento étnico, ou como “*símbolos que representam a si mesmos*” (WAGNER, 1986), como pode ser visto em algumas imagens colocadas como dados na netnografia.

A bandeira cigana para mim é um símbolo de respeito e de orgulho. Onde vejo a bandeira sei que tem mais um cigano ali e que não tem vergonha de se mostrar como cigano. Se é Calon ou Rom não sei, só sei que é um parente cigano. Onde vou levo sempre uma comigo, inclusive se você acessar a minha página no Facebook você vai ver ela lá. (LÍDER CIGANO DA ACIPE- NDCG)

Este Congresso Mundial Romani coaduna com o período de revolução social e cultural atribuído aos grupos étnicos, pela exposição em resposta a Organização Internacional do Trabalho (OIT) na convenção de número 107²⁰, de 05 de junho de 1957, “*Concernente à proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais de países independentes*”, ao tratar da diferença de pertencimento étnico e cultural como instrumento de luta para uma igualdade de direitos. Diz Christian Ramos e Laís Abramo na introdução à publicação brasileira da Convenção 169 (2011, p. 6):

No bojo da revolução social e cultural que ocorreu em quase todo o mundo nas décadas de 1960 e 1970, os povos indígenas e tribais também despertaram para a realidade de suas origens étnicas e culturais e, consequentemente, para seu direito de serem diferentes sem deixarem de ser iguais. Conscientes de sua importância e sob a orientação de sólidas organizações de promoção de seus interesses e proteção de seus direitos, esses povos passaram a assumir, eles próprios, o direito de reivindicar, acima de tudo, sua identidade étnica, cultural, econômica e social, rejeitando, inclusive, serem chamados de “populações”.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, não contém artigo ou inciso que trate especificamente da minoria cigana. No entanto, se “*são considerados brasileiros todos os nascidos na República Federativa do Brasil*” (CF, Art.12º, “a”), aos ciganos que aqui nasceram também lhes é assegurado, os mesmos direitos de qualquer cidadão brasileiro. A Constituição traz as seguintes disposições no Cap. I Art. 5º:

²⁰ A Convenção 107 da OIT passou a reger de forma mais ampla assuntos vinculados aos povos indígenas. Essa convenção recebeu o nome de Convenção Relativa à Proteção e Integração das Populações Indígenas e de Outras Populações Tribais e Semitribais nos Países Independentes. Era composta de 38 artigos, divididos em oito partes, assim: I – princípios gerais, II – terras, III – contratação e condições de emprego, IV – formação profissional, artesanato e indústrias rurais, V – seguridade social e saúde, VI – educação e meios de comunicação, VII – administração e VIII – disposições gerais. A Convenção 107 da OIT foi aprovada no Brasil através do Decreto Legislativo n. 20, de 30/04/1965 e promulgada pelo Decreto Presidencial n. 58.824, de 14/07/1966, tendo iniciado sua vigência em 18/06/1966.

Todos são iguais perante a lei, sem restrições de qualquer natureza garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, igualdade, à segurança e à propriedade.

Outro ponto que trata a Constituição Federal de 1988, no Artigo 232 e, conseqüentemente, a Lei Complementar 70, de 2º de maio de 1993, é a atribuição ao Ministério Público à defesa dos direitos e interesses relativos às minorias étnicas em geral, incluindo dessa forma os ciganos. Mas no que diz respeito aos ciganos e às outras minorias étnicas essas leis vêm sendo de certa forma negligenciadas, principalmente por desconhecimento por parte de quem deveria garantir o direito aos mesmos.

Para compreensão dos debates iniciais sobre a relação direitos e ciganos no Brasil, trago a fala do Procurador Luciano Mariz Maia. Esse Procurador tem um papel crucial no debate de direitos para ciganos no Brasil, o seu nome é reconhecido e citado por todas as lideranças e associações ciganas como o “*advogado defensor dos ciganos*”. Reconhecimento este, que não é vão, pois Luciano Mariz Maia tem uma história luta e engajamento no meio jurídico em favor dos ciganos.

Seguem as palavras de Luciano Mariz Maia em um pronunciamento realizado na Audiência Pública de 08 de novembro de 2012, no Senado Federal, para debater “*a situação dos povos ROM, Calon e Sinti, os assim chamados ciganos*”, proposta pelo Senador Paulo Paim. A fala de Luciano Mariz Maia faz um apanhado da situação de direitos dos ciganos no Brasil, por isso, acho bem pertinente trazê-la, tanto para elucidar algumas questões, quanto problematizar essas questões postas:

Quando estivemos com o Senador já apresentamos o estudo do Professor Frans Moonen, antropólogo que há mais de vinte anos iniciou um estudo com os ciganos calon, lá em Sousa, e, a partir daí, começou a fazer um estudo e identificar pesquisadores brasileiros a respeito desse tema e tem se mantido articulado com todas as organizações de ciganos no Brasil, na perspectiva da produção de informação na área de história, sociologia, economia, arquitetura. Então, nas publicações que têm sido produzidas se tem tentado fazer um mapeamento disso na perspectiva de identificar a possibilidade de subsídios para que o Estado brasileiro organize atividade nessa área. Eu também contei ao Senador que foi um Senador da República, um Senador da minha terra, a Paraíba, o Senador Antonio Mariz quem me provocou para iniciar uma atividade com relação aos ciganos. Eu, como Procurador da República na Paraíba, em 1991, iniciei um processo de defesa dos direitos dos índios potiguara e, com o êxito de uma ação devolvendo aos índios as terras, ele disse: Olha, eu tenho um recado dos ciganos para você’. ‘Pois não’. ‘Há quem defenda negro, há quem defenda índio, há quem defenda homossexual, mas não há quem defenda cigano’. Eu digo: ‘E o que é que se há defender com relação aos ciganos?’. Ele disse: ‘Eles querem que você vá a Sousa saber por você mesmo’. E eu fui a Sousa e vi a luta, nessa época, há 21 anos ou 22 anos atrás, eram 3 ou 4

ranchos de ciganos: Vicente Vidal de Negreiros, Pedro Maia e, por coincidência, meu nome liderava outro rancho: Eládio. A maioria morava em barracas, já sedentarizados, lá em Sousa. Moravam atrás de algumas escolas estaduais e municipais. E nenhuma criança cigana estudando. Não tinha acesso à escola. Depois da nossa participação, indo conversar com o delegado, ele disse: 'eu nunca tive problema com os ciganos aqui. Eu tenho problema com os não ciganos, que atribuem aos ciganos feitos que eles praticam'. Depois eu fui conversar com um juiz criminal e disse: 'o senhor tem problemas com os ciganos?' Ele disse: 'muito, muito problema. Olha, é queixa direto. É uma dificuldade muito grande'. Eu disse: 'O senhor é juiz criminal há quanto tempo?'. 'Há quase 10 anos', disse. Quantas ações penais têm que o cigano é réu? Ele parou e disse: 'realmente, não tem nenhuma ação penal em que o cigano é réu'. Então, na verdade, o que o juiz revelou foi, simplesmente, um preconceito. Quer dizer, a população diz que são os ciganos e eu acredito que são os ciganos. Esse é um registro interessante. Em seguida, fiz um requerimento geral, dirigido às diretoras das escolas, com o nome em branco para se colocar. Apresento – deixava o nome da criança – criança cigana, filha de... Deixava o nome. Solicito a matrícula na série própria. Se, por alguma razão, não puder ser feita essa matrícula, desde já eu requiro expedição de certidão, informando o motivo da recusa. E que essa certidão seja encaminhada ao Ministério Público Federal, nesse endereço, etc. Entreguei uns cem documentos desses em branco. Um mês depois, quando eu voltei em Sousa, e o carro da Procuradoria foi se aproximando, um bando de criança com uns papeizinhos na mão. Foi uma das maiores emoções que eu tive no exercício desse trabalho, dessa atividade. Quando comecei essa pesquisa no Brasil, em 1992, havia apenas uma publicação – visitei o Senado, Senador, que tem uma das melhores bibliotecas do Brasil, interligada com a da Câmara, e não tinha nada sobre os ciganos – da Unesco e uma referência a uma obra de um pesquisador da Bahia. Então, comuniquei ao Itamaraty que estava indo a uma viagem de férias à Europa e pedia o apoio deles, para que eu pudesse ter contato com organizações de ciganos na Europa. Visitei organizações de ciganos em Paris, Roma. E visitei as Nações Unidas em Genebra, o subcomitê das minorias e o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. E trouxe uma farta bibliografia, que o Moonen começou a pesquisar, a fazer a leitura e a sistematização dessas informações. Em seguida, fui fazer um mestrado em Londres e a minha dissertação de mestrado em direitos humanos era 'Os Direitos dos Ciganos sob as Leis da Inglaterra e sob as Leis do Brasil'. Voltando para cá, junto com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, nós fizemos um esforço na organização da Conferência Nacional de Direitos Humanos para inserir a pauta cigana. Mas como o outro projeto do programa de direitos humanos já vinha quase todo pronto, não foram aceitas as sugestões de mudança no texto para a inclusão dos ciganos. Frans Moonen e o Cláudio Iovanovitchi participaram desse esforço de inclusão dos ciganos no Programa Nacional de Direitos Humanos I. Não é porque não tivesse havido um esforço para inclusão. É que o formato já estava todo pronto, carimbado. Aí daria tempo, mudar o carimbo e botar outras pautas de reivindicação. Mas insistiu-se e no Programa Nacional de Direitos Humanos II já começou a constar da pauta os ciganos. Nesse meio do caminho, na preparação da Conferência de Durban não foi possível ainda a ida de Cláudio Iovanovitchi ou de alguma representação dos ciganos. Mas na volta foi possível. E a PFDC lutou para que isso começasse a acontecer, que os ciganos comessem a fazer parte das discussões da SEPIR e dos órgãos governamentais. É absolutamente verdadeiro que muito pouco se fez, desde então. Fomos a Genebra, em

2001, e entregamos ao Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais um relatório sombra sobre a situação dos DESCs – Direitos Econômicos, Sociais e Culturais –, no Brasil, e lá se apontava que, no Brasil, sequer sabíamos quantos eram os ciganos, onde estavam e quais as suas demandas principais. Como consequência, uma das recomendações do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi para que o Brasil começasse e incluísse nos seus estudos, nas suas pesquisas, esse levantamento. O IBGE começou a fazer uma consulta muito superficial, mas, ainda assim, dessa consulta superficial, solicitando informação aos Municípios, no processo, com metodologia inconsistente conseguiu identificar 291 acampamentos ciganos, espalhados pelo Brasil. São 5.565 Municípios, no Brasil, ou seja, em 5% dos Municípios brasileiros, há presença de ciganos. Para mim, é insuficiente. Por que insuficiente? Porque, na Paraíba, que tem 220 Municípios, 5% seriam 11 Municípios, e nós temos, na Paraíba, muitos outros Municípios, além de 11, com presença de ciganos. (LUCIANO MARIZ MAIA)²¹

A fala de Luciano Mariz Maia, traz em seu conteúdo elementos para pensarmos a situação dos ciganos e sua relação com o campo jurídico e sua inclusão para participar em eventos para discussões constitutivas de políticas públicas com cunho étnico.

Nessa fala, é possível observar o primeiro momento marcado pela invisibilidade e pelo preconceito para com os ciganos, ocasionando uma ausência de direitos destinados aos ciganos. O segundo, a constatação “*in loco*”, a necessidade de trazer os ciganos para uma discussão de direitos, afim de sanar situações de descaso social e econômico diante de suas necessidades. É o protagonismo do se fazer aparecer, por meio do acionar o pertencimento étnico, para ser notado e, assim, requerer direitos e acessibilidade nas políticas públicas.

Um terceiro destaque se dá com as lideranças ciganas constituídas, entre elas Claudio Iovanovitchi, falando em nome dos ciganos e com intensa articulação por meio das redes constituídas para participar em eventos com cunho político e étnico, onde pudessem tratar da causa cigana no Brasil.

Um quarto ponto, é a ausência de conhecimento dos não ciganos a respeito dos ciganos, resultando na falta de preparo de funcionários públicos habilitados a lidar com as particularidades dos grupos ciganos.

Em 2004, pela consolidação de Claudio Iovanovitchi como uma das lideranças ciganas no Brasil, por meio de sua história de participação e luta em favor dos grupos ciganos e como membro presidente de uma associação cigana, foi designado para compor o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial -CNPRI, na qualidade de representantes de

²¹ Entrevista disponibilizada pelo Senado Federal para construção de corpus desta tese.

entidades da sociedade civil, por meio de um decreto do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva²².

Apenas em 2006 o Ministério da Cultura, ao criar a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC), que tem por atribuição promover o diálogo e o debate com diferentes segmentos representativos da diversidade étnica e cultural brasileira, deu início a um processo de interlocução com diversos grupos étnicos e minorias do Brasil, dentre eles os ciganos.

Nesse sentido, foi instituída a Portaria Ministerial n.º 2 de 17/01/ 2006, que criou alguns grupos de trabalho para pensar e construir políticas para essas minorias. Um desses grupos é o GT Cigano, composto por alguns representantes ciganos, pesquisadores, estudiosos, além de representantes governamentais.

No caso de comunidades étnicas, a afirmação da identidade e da diferença é em geral necessário para que seus membros individualmente e como grupo, possam ser reconhecidos e dialogar em pé de igualdade com outros grupos e setores da sociedade. (LEROY, 1997, p. 253)

Outra medida adotada pelo Ministério da Cultura foi à instituição do dia 24 de maio como Dia Nacional do Cigano. Esse dia é consagrado pela Igreja Católica Apostólica Romana à Santa Sara Kali, protetora dos ciganos. Embora o primeiro santo reconhecido como cigano seja São Zeferino Gimenez Malla, celebrado em 02 de agosto.

O Decreto foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006, em reconhecimento à importância da etnia cigana no processo de formação do patrimônio histórico e cultural do Brasil. No mesmo dia ocorreu o lançamento da Cartilha de Direitos da Cidadania Cigana, intitulada de “*Povo Cigano – o direito em suas mãos*”, elaborada pela Secretaria de Direitos Humanos e a entrega do relatório de atividades desenvolvidas pelo GT Cigano para as Culturas Ciganas, onde o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico assinou um termo de compromisso, juntamente com o Ministério da Cultura, para o levantamento do patrimônio cultural e imaterial cigano.

Esse dia é importante porque é o evento em que os grupos ciganos e associações se articulam nas redes sociativas para apresentar e discutir propostas de políticas públicas e apresentar problemas enfrentados pelos ciganos junto aos poderes públicos.

Santa Sara não é padroeira de todos os ciganos. Muitos nem a conhecem. Muitos são evangélicos. Essa santa é venerada por um grupo de ciganos que tenta impor e disseminar o seu culto. Mas se não tem jeito, é aproveitar a oportunidade e nesse dia nacional dos ciganos, em podemos ter alguma visibilidade, aproveitarmos para fazer pedidos de melhorias para todos os

²² Conforme pode ser observado no documento em anexo de número 11.

ciganos. Porque cigano junto, é cigano que tem mais poder. (CLAUDIO IOVANOVIČI – NDCG)

Algumas dessas ações se deram quando os ciganos passaram a reivindicar os direitos advindos da incorporação da concepção de auto definição de grupo étnico prevista pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil desde 2001.

Dessa forma, com o dia nacional dos ciganos e as demais ações estão criando fatos políticos para haver a visibilidade e a notoriedade diante da sociedade majoritária. Sobre interesses de grupos e particulares na arena política, Harbermas diz:

Membros de todos os grupos terão de adquirir uma linguagem política e convenções de comportamentos comuns para poder participar eficientemente na competição por recursos e na proteção dos interesses do grupo, assim como dos interesses individuais numa arena política compartilhada. (HARBERMAS, 2002, p. 173)

Concernente aos aportes entre a inserção dos ciganos nas políticas de reconhecimento é necessário lembrar que os processos dos conjuntos culturais, mesmo conectados em rede, estão em mudanças nos campos sociais (WOLF, 2003). Também, processos semelhantes de formação e mudança discursiva com a criação de associações e diálogos com o Estado foram cruciais na mobilização para a própria constituição de direitos e representações jurídicas dos grupos para o estabelecimento das políticas destinadas as minorias e aos excluídos.

Realizei um mapeamento dos marcos legais recentes que garantem direitos aos grupos ciganos no Brasil por meio de decretos e portarias:

- Decreto de 25 de maio de 2006, que institui o Dia Nacional do Cigano, dia 24 de maio;
- Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, e que afirma, no parágrafo único, do Art. 4º, o princípio da não discriminação na rede de serviços de saúde;
- Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011, do Ministério da Saúde, que regulamenta o sistema do Cartão Nacional de Saúde, e que afirma a não obrigatoriedade do fornecimento do endereço de domicílio permanente no caso de população cigana nômade que queira se cadastrar;
- Parecer CNE/CEB nº 14/2011 e Resolução CNE/CEB nº 03/2012, que definem Diretrizes do Conselho Nacional de Educação para o Atendimento em Educação Escolar para a População em Situação de Itinerância;

-Inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de marcador específico para a identificação de famílias ciganas.

-Resolução Nº. 3, de 16 de maio de 2012 -Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.

A grande dificuldade para fazer essas políticas serem efetivadas, no sentido de cumprimento dos direitos, é o desconhecimento dos grupos ciganos sobre esses direitos. Nesse sentido, as redes formadas pelas associações ciganas e os líderes ciganos desempenham um papel fundamental, principalmente pelo diálogo que estabelecem com Estado e, muitas vezes, com os operadores da lei pela participação nas reuniões e encontros em secretárias como a SEPPIR.

Leis existem o difícil é fazer elas serem cumpridas. Quando chegamos em algum lugar o povo já nos vê com olhos diferentes, muitos acham que não temos direitos porque somos ciganos, mas eles desconhecem que nós moramos e nascemos aqui no Brasil. Quando pagar impostos nós fazemos como qualquer um. Quando é para reivindicar algum direito, a primeira coisa que perguntam é se cigano tem direito, ou pior se nós somos ciganos mesmo. (CLAUDIO IOVANOVITCHI – NDCG)

Os grupos ciganos estão classificados como populações e comunidades tradicionais tem a proteção do ordenamento jurídico vigente, todavia, para isso precisam ter um registro que a tornará pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e, com isso terá identidade jurídica, conhecida como CNPJ, com todas as exigências estabelecidas no artigo de nº 44 do Código Civil Brasileiro, onde preceitua que “são pessoas civis de direito privado: I- as associações; II- sociedades”.

Por pessoa jurídica, Maria Helena Diniz vai dizer que “é a unidade de pessoas naturais ou de patrimônios, que visa a consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações” (DINIZ, 2011, p. 262). Torna-se, dessa forma, a associação como um principal elo na tessitura da rede para diálogo com o Estado por seu status de representatividade.

Como é observado ao longo da etnografia e da netnografia, onde na tessitura das redes, as associações são elos importantes para ultrapassar as questões postas de forma pontuadas pelos grupos e alguns líderes e chefes.

Uma associação representativa cria força para ajudar a causa cigana. A associação acelera a conversa e a tomada de providências para nós ciganos. Quando estamos em qualquer lugar e vamos sozinhos, nós ficamos com medo do povo, mas quando vamos em bando, como uma associação o povo é quem fica com medo. Não é só o ciganinho, é uma representação dos ciganos todos. Se fizerem alguma coisa todos os outros ciganos vão saber. (MAZINHO CIGANO- LÍDER CALON – NDCG)

Uma outra questão que envolve o reconhecimento de direitos para os ciganos é a admissão dos poderes públicos de sua contribuição e presença em determinados estados e municípios. Para tal ação, os ciganos têm se mobilizado para que, assim como há o dia nacional dos ciganos, sejam aprovados o dia estadual dos ciganos. Em alguns estados brasileiros, esse dia estadual dos ciganos já é uma realidade, como no Paraná (23 de setembro), em Mato Grosso do Sul (24 de maio) e em São Paulo (13 de maio).

Esse dia configura para alguns ciganos como “*a certeza de que o Estado reconhecendo que estamos presentes nele, tem que ter alguma preocupação conosco. É bom para exigirmos nossos direitos.*” (CLAUDIO IOVANOVITCHI – NDCG)

Uma questão muito presente para a mobilização do dia dedicado aos ciganos, quer no âmbito estadual ou federal, é a compreensão da memória e o papel da mesma para ajudar a pensar os ciganos na sociedade e a garantia de direitos para os grupos ciganos.

Há vários autores que nos permitem pensar memória atrelada a identidade e a história social. Entre esses autores está Eclea Bosi, para quem:

Não me cabe aqui interpretar as contradições ideológicas dos sujeitos que participaram da cena pública. Já se disse que ‘paradoxo’ é o nome que damos à ignorância das causas mais profundas das atitudes humanas [...] Explicar essas múltiplas combinações [...] é tarefa reservada a nossos cientistas políticos, que já devem ter-se adestrado a estes malabarismos. O que me chama a atenção é o modo pelo qual o sujeito vai misturando na sua narrativa memorialista a marcação pessoal dos fatos com a estilização de pessoas e situações e, aqui e ali, a crítica da própria ideologia (BOSI, 1994, p. 458-9).

A autora chama a atenção sobre o processo de construção da memória e as ideologias que permeiam as temáticas da memória a serem evidenciadas. No caso dos ciganos, esse dia dedicado ao grupo étnico, vai representar a presença em uma sociedade que os invisibiliza e, por isso, não os concerne direitos. O dia dedicado aos ciganos é de luta para mostrar existência e necessidades cidadãos dentro do estado de direito.

Como memória, passado e presente estão imbricados, para Le Goff (2003, p. 421) são “resultados de sistemas dinâmicos de organização”. E assim, “*a memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto com uma capacidade de evocar o passado através do presente*” (JAPIASSÚ & MARCONDES, 2006, p. 183-184).



Figura 1 - Cartaz de divulgação do Dia do Reconhecimento do Povo Cigano em São Paulo



Figura 2 - Capa da Cartilha dos Povos Ciganos

5. NARRATIVAS DA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA: OBSERVAÇÃO FLUTUANTE, NETNOGRAFIA E ETNOGRAFIA

*“Viver é bom
Partida e chegada
Solidão, que nada
Solidão, que nada”
(Cazuza)*

“Kəmməl” palavra árabe traduzida para o português é o verbo “continuar”²³. A palavra “kəmməl”, segundo a mitologia persa salvou a vida da contadora de histórias Sherazade. Durante a minha infância, lembro de ouvir a história da esperta Sherazade que por meio de suas narrativas conseguiu salvar a sua vida e a de um reino inteiro, transformando o coração amargo de um tirano, em um coração com sentimentos bons de um rei, por meio de suas narrativas.

As narrativas de Sherazade mostram a criatividade como exercício de observação e participação junto as pessoas com quem convivia para transformá-los em histórias que se traduziram em vida e em liberdade para si própria e para as pessoas. Assim, lembrando de Sherazade e da palavra “kəmməl” continuo a construção das narrativas de como ocorreu e se formou o campo de pesquisa durante o período em que estava junto aos ciganos os observando, dialogando e participando da vida deles em momentos de minha própria vida.

Narrar é participar da vida, seja por meio do contato ou pelo dialogo estabelecido entre quem fala e quem escuta, entre o tempo presente e o passado, entre o que se quer deixar conhecer e o que obscura nas palavras.

Para Alberto Brandão Santos (Brandão, 2000) a narrativa expõe olhares e movimentos, e eu tenho que concordar com ele quando diz:

Toda narrativa veicula um olhar: certo modo de ver, conceber, transitar no espaço daquilo que é narrado. Toda narrativa constitui, assim, um narrador, que a torna possível, que a cria e, simultaneamente, é criado por ela. O olhar de um narrador impulsiona, através de seus movimentos, toda narrativa. No entanto, há certas narrativas que se alimentam do desejo de ressaltar tais movimentos, de vasculhar suas nuances, explorando as possibilidades e limitações do olhar, transformando-o em objeto a ser exaustivamente indagado. (BRANDÃO, 2000, p.25)

Com esse “olhar” em transformar o “objeto” em “pessoas” e “vasculhar suas nuances de possibilidades”, arvorei-me para alcançar os objetivos propostos e para a realização de um trabalho coerente e coeso. Nos pressupostos antropológicos de campo

²³ O verbo continuar em língua portuguesa possui a seguinte definição nos dicionários: Prosseguir o que se começou; prolongar. Persistir, não cessar.

utilizei três estratégias metodológicas pela própria mobilidade e construção das pessoas que compõem a pesquisa.

O primeiro foi a observação flutuante para poder entrar em contato com as pessoas a serem pesquisadas na Associação de Preservação de Cultura Cigana de Curitiba-PR (APRECI-PR). Desse contato foi possível seguir novas viagens pelos caminhos apontados pelas pessoas com quem era possível estar socializado e conectado como pertencente as redes que essas pessoas faziam parte e acionavam.

Como “*bússola*”, para trilhar os caminhos possuía uma bibliografia pesquisada e um corpus teórico em construção. Porque “*a pluralidade das perspectivas adotadas é um esforço em desvendar a pluralidade das possibilidades do objeto*” (WAIZBORT, 2000, p. 26).

A segunda se deu com a netnografia para acompanhar as pessoas e obter dados. A terceira se realizou com a etnografia no caráter das observações participantes, descrições, visitas e entrevistas. Dessa forma, por narrativa concordo com Jerome Bruner, professor da Universidade de New York, no seu texto “*A Construção Narrativa da Realidade*”²⁴ (1991), quando aponta ser a narrativa uma experiência humana transmitida culturalmente.

Nós organizamos nossa experiência e nossa memória de acontecimentos humanos, principalmente na forma de narrativa de histórias, desculpas, mitos, razões para o fazer e não fazer, e assim por diante. A narrativa é uma forma convencional, transmitida culturalmente e limitado por nível de cada indivíduo de domínio e por seu conglomerado de dispositivos protéticos, colegas e mentores. [...] A preocupação central não é a forma como a narrativa como texto é construído, mas sim como ele funciona como um instrumento da mente na construção da realidade. (BRUNER, 1991, p. 4)²⁵

Ao instrumento utilizado para a “construção da realidade”, por meio das percepções advindas da memória, acredito ser os contextos em que ocorrem as narrativas e nas quais eles são evocados. Por isso, ao pensar etnografia, penso nos contextos do para quê, enquanto pesquisadores, selecionamos das vidas e os discursos dos nossos informantes. Seleção essa que muitas vezes não é mensurada numericamente, mas riquíssima qualitativamente para entendimento da produção do conhecimento sobre o informante.

Reconheço a importância dos dados quantitativos para descrição de variáveis da população estudada, contudo, elenquei primordialmente as técnicas pautadas na pesquisa qualitativa, observação participante, entrevista semi-dirigida com grupo focal e história de vida, a partir das teorias contemporâneas. É, justamente, a transcrição do contexto que elucida

²⁴ O texto originalmente está disponível em língua inglesa: “The Narrative Construction of Reality”, realizei a tradução da língua inglesa para a língua portuguesa.

²⁵ Texto disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.semiootika.ee/sygiskool/tekstid/bruner.pdf>

algumas lacunas em algumas pesquisas qualitativas. Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder,

a maior parte das pesquisas qualitativas se propõe a preencher lacunas no conhecimento, sendo poucas as que se originam no plano teórico, daí serem essas pesquisas frequentemente definidas como descritivas ou exploratórias. Essas lacunas geralmente se referem à compreensão de processos que ocorrem em uma dada instituição, grupo ou comunidade (1998, p. 151).

A necessidade de uma investigação de caráter etnográfico é por deveras relevante pelo seu caráter descritivo e explanatório, pois a mesma concede uma aproximação entre a experiência do etnógrafo e a maneira como os indivíduos atribuem sentido as coisas da vida cotidiana, para uma análise mais profícua das questões de identidade em determinados contextos (WALKER, 1981) e permite vir à tona as respostas que outros deram a seus dilemas (GEERTZ, 1997).

Sabendo e concordando com Heloisa Martins (2004) sobre a heterodoxia da pesquisa qualitativa como uma “fábrica” de experimentos para a análise dos dados e na forma de coletar os dados me senti à vontade na utilização das “Observações Flutuantes”, “Netnografia” e “Etnografia”. Trabalhando com Redes e Associações essas perspectivas não poderiam ser descartadas justamente na forma de coleta de dados para a construção de um texto interpretativo sobre um grupo étnico.

Outra característica importante da metodologia qualitativa consiste na heterodoxia no momento da análise dos dados. A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva. [...] A intuição aqui mencionada não é um dom, mas uma resultante da formação teórica e dos exercícios práticos do pesquisador. (MARTINS, 2004, p. 292)

Outro fator importante da etnografia foi, nesse trabalho, a possibilidade de fazer uso de amplas fontes de informações como imagens (fotografia e vídeos), cartas, entrevistas e histórias de vida dos ciganos²⁶, foi possível elucidar as questões da pesquisa, com a coleta dos dados e realizando análises dentro das teorias propostas para a base teórica do trabalho (GLASER & STRAUSS, 1967; DENZIN, 1978; apud, HAMMERLEY & ATKINSON, 2002).

No momento da escrita, pude “*experienciar*” um, entre os muitos apontamentos teóricos do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1996), sobre o “*estando lá*” e a escrita

²⁶ As histórias de vida são, atualmente, utilizadas em diferentes áreas das ciências humanas e de formação, através da adequação de seus princípios epistemológicos e metodológicos a outra lógica de formação do adulto, a partir dos saberes tácitos e experienciais e da revelação das aprendizagens construídas ao longo da vida como uma metacognição ou metareflexão do conhecimento de si. (SOUSA, 2006, p. 25).

de um texto que parte de vivências. Porque, “observação participante” é, antes de tudo, consentimento que o “*outro*” nos oferta para estarmos “*lá*” por meio de vínculos de confiança estabelecidos de comum acordo.

Contudo, pude ampliar a experiência do “*lá*” e do “*aqui*” com o uso das novas tecnologias da comunicação e da informação. Em casos de dúvidas quanto a minha observação e meus escritos foi possível estar com os informantes e o campo por meio do uso do aparelho celular, do computador conectado à internet e das redes sociais.

Com a utilização desses recursos a confiança e os laços de sentimentalidade podem ser mantidos e, até mesmo, estreitados, resultando em confiança mútua.

Tentando penetrar nas formas de vida que lhe são estranhas, a vivência que delas passa a ter cumpre uma função estratégica no ato de elaboração do texto, uma vez que essa vivência – só assegurada pela observação participante “*estando lá*” – passa a ser evocada durante toda a interpretação do material etnográfico no processo de sua inscrição no discurso da disciplina. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 31)

Volto a concordar com Roberto Cardoso de Oliveira quando diz que no “*processo de textualização*”, enquanto antropólogos devemos refletir sobre o que será escrito, pois no jogo de poder dos diálogos dos grupos, quer sociais, religiosos ou étnicos, com o Estado e, algumas vezes, entre eles próprios tem uma relação de poder e de empoderamento.

Pelo menos minha experiência indica que o ato de escrever e o de pensar são de tal forma solidários entre si que, juntos, formam praticamente um mesmo ato cognitivo. Isso significa que nesse caso o texto não espera que o seu autor tenha primeiro todas as respostas para, só então, poder ser iniciado. Entendo que ocorra na elaboração de uma boa narrativa que o pesquisador, de posse de suas observações devidamente organizadas, já inicie o processo de textualização, uma vez que esta não é apenas uma forma escrita de simples exposição (uma vez que há também a forma oral), porém é a produção do texto também produção de conhecimento. Não obstante, sendo o ato de escrever um ato igualmente cognitivo, esse ato tende a ser repetido quantas vezes for necessário: portanto, ele é escrito e reescrito repetidamente, não apenas para aperfeiçoar o texto do ponto de vista formal, mas também para melhorar a veracidade das descrições e da narrativa, aprofundar a análise e consolidar argumentos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 29).

5.1. OBSERVAÇÕES FLUTUANTES

Era maio e algumas lideranças ciganas se movimentavam entre Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, semana que engloba o dia 24, no ano de 2012, mais especificamente entre uma terça-feira e uma quinta-feira. Estava eu, a convite de alguns ciganos, enquanto pesquisador, acompanhando os ciganos de Pernambuco e do Paraná vinculados a ACIPE e a APRECI-PR em uma reunião de audiência pública na capital brasileira e, logo em seguida no Rio de

Janeiro em outra audiência. Essas audiências foram propostas para problematizar e esclarecer as situações de discriminação relatadas pelos ciganos e apontar sugestões de políticas como propostas para um regime de respeito aos ciganos com uma aplicabilidade nacional.

As audiências se deram entre representantes dos poderes estabelecidos e os ciganos em suas representações por meio das lideranças que apresentavam e discutiam as demandas para formular direitos específicos ou pedir de forma mais intensa a garantia dos já existentes para o grupo.

Em 2012, o “*Dia Nacional do Cigano*”, no Rio de Janeiro, foi celebrado com a realização de uma Plenária: “*Políticas Públicas e Povos de Cultura Cigana*”, ocorrida no dia 25 de maio. Para essa atividade, coordenada pela SEPPIR, estavam presentes 34 lideranças ciganas das Regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, pertencentes aos grupos e subgrupos étnicos Calon, Matchuaia, Rorarranê, Calderaxa e Sibiaia.

Como representantes do Governo Federal participaram: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (MinC), o Ministério da Saúde (MS), a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Participaram, também, pesquisadores, em particular antropólogos, categoria na qual estava incluso, e representantes de movimentos sociais organizados, convidados a colaborar no diálogo e a narrar também suas experiências no campo da construção de políticas públicas.

A Plenária: “*Políticas Públicas e Povos de Cultura Cigana*” possibilitou a formação de um quadro a partir das necessidades e demandas por temas como saúde, educação, assistência social, benefício social e valorização cultural. Teve como ponto alto dessa plenária uma construção de uma visão mais fractal dos ciganos por meio de suas particularidades grupais e pelas vivências nas diferentes regiões do país.

A partir da plenária foi possível dizer que as atividades referentes à celebração do Dia Nacional do Cigano puderam ocorrer com um caráter de reflexão e diálogo sobre as necessidades de efetivação das políticas públicas em áreas diversas para o fortalecimento dos direitos dos grupos ciganos no Brasil.

Durante as reuniões, as assembleias, as apresentações culturais e as deliberações foi possível observar, anotar e refletir sobre tudo o que ocorria. Neste momento, fui instigado a refletir sobre a minha pesquisa e as pessoas tratadas nela. Fez ressonância a afirmação do antropólogo Laplantine, quando ao discorrer sobre alteridade proporcionada por meio da distância em relação a nossa sociedade para produção de conhecimento sobre nós e o outro,

diz: “aquilo que tomávamos por natural em nós mesmo é, de fato, cultural; aquilo que era evidente é infinitamente problemático” (2005, p. 21).

A estratégia utilizada para os primeiros contatos com a associação pesquisada e os ciganos é o que nós qualificamos de “*observação flutuante*”. Essa estratégia de pesquisa etnográfica foi pensada por Colette Pétonnet (2008), uma antropóloga francesa que converteu o cotidiano em um vasto território de análise para observações sócio antropológicas.

Para esse cotidiano utilizo os apontamentos de DaMatta (1986), no ato de transformar o exótico em familiar e o familiar em “*exótico*”, para categorizar como objeto a ser estudado e de Gilberto Velho (1986, p. 39) quando diz “*o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto conhecido.*”.

A observação flutuante consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la “*flutuar*” de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem a priori, até o momento em que pontos de referência, de convergências, apareçam e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes.

Esse procedimento foi essencial nas observações realizadas no primeiro momento para o contato com as associações ciganas por meio do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação. Para inserção nos grupos até chegar a Associação de Preservação da Cultura Cigana em Curitiba no Estado do Paraná. Um outro momento que a utilizei foi na “Semana Nacional dos Ciganos no Brasil Cigano” em 2013.

Também realizei observações flutuantes durante o processo de coleta de dados por meio da netnografia ao entrar em sites, grupos de discussão e redes sociais onde estavam presentes as lideranças ciganas com quem estava em contato para ler o que estava sendo postado e, se alguma das informações encontradas seria usada em minha escrita como dado.

Com os ciganos, principalmente nas reuniões em que participava junto com eles em diálogos com o Estado, via-os falar sobre o universo cigano e como a comunidade não cigana os ignorava enquanto cidadãos de direitos e portadores de uma identidade singular e, portanto, política.

Como aponta Pétonnet (2008, p. 100) “*o poder revelador das outras sociedades tende a lançar sobre a nossa um olhar diferente daquele da racionalidade.*” E foi nessa perspectiva que pude observar algumas questões interessantes no “*entra e sai*” do plenário enquanto ocorriam discussões, no conversar simultâneo da plateia durante os discursos

oficiais, o atender ao celular e o falar alto uns com os outros e com quem estava do outro lado da ligação.

A situação descrita para alguns poderia caracterizar o comportamento desses ciganos como típico dos povos peripatéticos, como o próprio Barth (2000) já o fez, contudo, o que ocorria eram os acionamentos das redes e as relações de pertencimento e importância dentro dessas redes nos assuntos de interesse de todos os ciganos.

Dessa forma, pude também compreender e concordar com o que Gilberto Velho (1986, p.40) alerta ao se referir a alteridade como negociação que, nem sempre “*conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas situações.*” E, por desconhecimento, às vezes, simplesmente, adotamos uma visão mais generalista e simplória.

Conversas e movimentação para os ciganos na reunião da SEPPIR não significavam descaso ou balburdia, mas era o momento de, a partir das redes de pertencimento, problematizar e dialogar com quem seria beneficiado e incluso nas matérias de discussão e, consequentemente, na efetivação das políticas formuladas ao se concluir o evento.

Eunice Durhan em sua obra intitulada “A Reconstrução da Realidade (Um estudo da obra etnográfica Bronislaw Malinowski)”, nos alertava sobre a necessidade das várias óticas de contemplação e análise de uma observação para transformar em dado.

[...] jamais se contentar com uma única afirmação obtida de um informante privilegiado: coteja diferentes informações, verifica-se através da observação direta do comportamento das pessoas em situações sociais específicas, examina a coerência daquilo que observou diretamente com informações e observações paralela, analisa o conteúdo emocional do comportamento manifesto. (DURHAM, 1978, p. 56)

Outro autor que ajudou a pensar a pesquisa e os dados coletados no primeiro momento da pesquisa flutuante foi Márcio Goldman (1995, p.146), e sua definição de que “*a observação direta e contínua se transforma em ‘observação flutuante’, semelhante à ‘escuta flutuante’ do psicanalista: o observador está sempre em situação de pesquisa, sua atenção podendo ser exigida a qualquer instante*”.

Ao longo de alguns contatos e observações pude realizar algumas coletas de informações e análises nos “*espaços de comunicação particular*”, onde “*os sujeitos são passantes [...], sua verdade não é local [...] mas seu sentido imediato [...] é mais individual do que coletivo*” (AUGÉ, 1997, p. 149).

A importância desse sentido “*imediato*” e “*individual*” se dá pelo fato de o lugar ser definido segundo Marc Augé (1997, p. 169) como “*identitário, relacional e histórico*”. E,

dessa forma, ser um simbolismo da “*relação de cada um dos seus ocupantes consigo mesmo, com os outros e com a história comum*” (idem).

Assim, a compreensão sobre as exposições do sentimento e da certeza de pertencimento ao grupo cigano pode apresentar questões a respeito do que se supõe ser alguns “eus” dessa identidade.

A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades. (WOODWARD; SILVA, 2000, p. 55).

Daí a pesquisa flutuante ter sido tão importante para a compreensão do que é pressuposto como um trabalho voltado a ciganos, a identidade étnica e os aspectos da discussão jurídico-política em um primeiro momento para entrar no campo e no estar em campo.

A pesquisa flutuante serviu de “*termômetro*” para a análise com os próprios sujeitos da ciganidade enquanto instrumento político de reivindicação e reconhecimento de uma identidade que se apresenta plural como a apresentada pelos grupos ciganos.

Contudo, é necessário realizar algumas reflexões e ressalvas para esse método, principalmente quando estamos imersos em rede dentro de alguns contextos que necessitavam um conhecimento mais amplo, para ser problematizado a partir dos posicionamentos das pessoas e da forma como a liderança está conduzindo algumas situações e, propondo determinados atos em prol ou contra algumas falas expostas em diálogos.

Um olhar mais atento para o contexto é interessante para percepção dos movimentos das redes e nas redes pelas pessoas que as compõem, em especial as lideranças e representantes dos ciganos. Com esse olhar mais atento ao que ocorre ao contexto será mais fácil para entender os diálogos e os posicionamentos dos integrantes. É a possibilidade de relativizar e re-relativizar os significados das situações e diálogos expostos.

A percepção do contexto na pesquisa antropológica evita generalizações sobre os grupos e pessoas que se permitem estudar. Com o contexto em uma observação é possibilitada uma coesão maior dos dados e mais ampla com diálogos entre o que ocorre no âmbito local em conjunto com o âmbito global.

Nas palavras de Roberto DaMatta: “*classes de homens diversos observaram fatos e os registraram de modo diverso, segundo os seus interesses e motivações; de acordo com aquilo que julgavam importante*”. (DAMATTA, 2000, p. 22). O contexto, talvez, nos permite ter uma compreensão mais problematizada e, com possibilidades também, de uma maior alteridade, tanto de quem está sendo pesquisado, quanto de quem realiza a pesquisa em julgamento comum do que pode e deve ser descrito.

5.2. NETNOGRAFIA

O ir a uma aldeia com o propósito de estar em um lugar fixo como propõe Malinowski (1978), já não condiz com a realidade encontrada no campo, bem como as questões que se colocam em movimento devido às necessidades políticas dos envolvidos e pela própria dinâmica do mundo globalizado. O uso das novas tecnologias, especificamente o uso da comunicação móvel com o uso do telefone celular e do computador conectado à internet, permite a presença do pesquisador em vários locais ao mesmo tempo.

Sabemos que as novas tecnologias, embora sejam tecnologias da escrita, atravessam a relação do sujeito com a linguagem de maneira particular. Há tempos venho enunciando que se trata de certo deslocamento na função autor e no efeito leitor, reorganizando o trabalho intelectual. (ORLANDI: 2012, p. 69)

Desde Malinowski sabe-se que há uma mudança significativa nos modos de olhar o campo e as informações obtidas através do mesmo, levando, assim, ao pensar o próprio fazer disciplinar da antropologia na mobilidade. À medida que se politizam os grupos, emergem necessidades outras que a disciplina deve se propor a estar atualizada para o estudo dos mesmos em seus diferentes aportes.

Esse é o caso dos ciganos, pois de acordo com o discurso de dois informantes ciganos, para um “*as invenções mais importantes da humanidade são a roda e o computador*”, para o outro “*a roda e o celular*”, porque na concepção de ambos, esses artifícios propiciam aos ciganos percorrer o mundo todo.

A roda, símbolo dos ciganos e do nomadismo real nas estradas dos países e as novas tecnologias que possibilitam, mesmo aos que são atribuídas a condição de sedentarizados, estarem percorrendo o mundo com a sua voz e sua imagem.

As novas tecnologias da comunicação, compreendidas neste trabalho como o uso do telefone celular e o computador conectado à internet, são ferramentas importantes na mobilização dos grupos sociais e étnicos para manterem diálogo entre si e produzirem discursos nos embates travados com o Estado. Dessa forma, é possível esses discursos

propagados nas novas tecnologias se tornarem instrumentos políticos e de ação muito poderosas pela velocidade e amplitude de alcance que possuem em tempo real na contemporaneidade.

No contexto de Malinowski o estar “lá” com papel e lápis era o disponível para o pesquisador, em nosso contexto atual com as novas tecnologias da informação e da comunicação temos os pesquisados dentro de nossa casa e estamos com eles em seus vários locais de atuação e vivências por meio de comunicações simultâneas com o uso da internet e do aparelho celular.

No campo estamos com nossos aparelhos de celular com mecanismos que nos permitem fazer anotações, fotografar, capturar imagens em vídeo, gravar áudio, enviar mensagens e informações, conversarmos em tempo real por vídeo conferência e ligarmos para obtermos ou darmos alguma informação. O computador, a máquina de escrever, o gravador de áudio, a máquina fotográfica, a câmara de vídeo, agora, cabe em nossa palma da mão.

Partindo dos critérios usados por Kozinets (1997) para a escolha de informantes e dos grupos elencados para o estudo,

- (1) indivíduos familiarizados entre eles, (2) comunicações que sejam especificamente identificadas e não-anônimas, (3) grupos com linguagens, símbolos, e normas específicas e, (4) comportamentos de manutenção do enquadramento dentro das fronteiras de dentro e fora do grupo (KOZINETTS, 1997, p. 9).

Após concordância dos grupos e informantes, foi usado na netnografia as diretrizes metodológicas recomendadas por Kozinets (2010): “‘*Entrée*’ cultural (fase inicial); coleta e análise dos dados; ética de pesquisa; e feedback e checagem de informações com os membros do grupo”.

É, contudo, necessário levar em consideração que essas etapas não ocorreram de forma cadenciada, mas propiciaram um ir e vir de acordo com os encaminhamentos da pesquisa e as abordagens temáticas nos diálogos dos grupos e redes nos quais eu estava inserido e os ciganos me permitiam visualizar nas redes sociais e virtuais.

O ‘*Entrée*’ cultural para a realização se deu por meio de troca de e-mails com alguns ciganos de alguns grupos, entre esses ciganos especificamente os chefes e líderes que possuíam páginas em redes sociais ou estivessem ligados a alguma comunidade virtual. Pois, normalmente esses chefes e líderes eram também membros de comunidades nas redes sociais e, alguns desses ciganos, representantes de associações ciganas. Após trocas de e-mails, pedi para ser incluso, se possível, na comunidade virtual que eles faziam parte. Alguns de imediato já me incluíam.

Os ciganos além das páginas pessoais nas redes sociais possuíam grupos segundo interesses ou demandas, tanto dos grupos que fazem parte, Calon ou Rom, quanto das vivências em determinados estados ou regiões do Brasil. Esse ainda era o momento do Orkut. No Orkut²⁷ os ciganos estavam muito atrelados as categorias religião e/ou cultura.

Com o Orkut havia um certo acanhamento, por assim dizer, dos ciganos em se mostrarem nas redes sociais. Durante a pesquisa netnografica foi possível observar que ocorria um atrelamento dos ciganos as religiões afro-brasileiras, especificamente a Umbanda. Acredito que essa relação direta entre ciganos e a Umbanda se dê pelo desenvolvimento de práticas mágico-religiosas na denominada “*Corrente Oriental*”²⁸.

A Corrente Oriental segundo a crença umbandista é constituída por espíritos ciganos, principalmente de mulheres ciganas, que incorporam nos médiuns adeptos da religião e passam a trabalhar na reunião religiosa com cristais, cartas de baralho, quiromancia e predileção de futuro. É uma leitura dos ciganos a partir de alguns estigmas sociais, a partir do esoterismo e exotismo atribuídos pelos não ciganos aos ciganos.

Para alguns dos meus informantes ciganos, ao questioná-los a respeito dessa relação encontrada entre ciganos e Umbanda no Orkut e em outras redes sociais, não se mostraram satisfeito.

As mulheres ciganas não são Pombagiras, como eles dizem (umbandistas). As nossas mulheres são de vida difícil. Ser cigano, ser cigana não é fácil com tantos preconceitos. Eles (os umbandistas) só nos retratam de maneira folclórica, quem não conhece a nossa cultura e o nosso dia-a-dia acredita que somos só aquilo que a Umbanda diz que somos. Não conhecem os nossos problemas e as necessidades. Muitas vezes chegam nos grupos nossos e dizem que não são ciganos porque não estamos vestidos do jeito que viram nos templos de umbanda e nas imagens que eles cultuam. Quando estamos conversando com as autoridades (políticos, representantes do poder público, organizações governamentais e não governamentais), querem que deixemos de ser nós mesmos e passemos a ser como os outros dizem que nós somos. Se fizermos isso deixamos de ser quem somos, ciganos. (CHEFE CIGANO - NDCG)

A discussão política dos ciganos para aquisição de direitos foi marcada e ainda o é, com tensões envolvendo as concepções dos não ciganos sobre os ciganos. Essas concepções construídas, muitas vezes, por estereótipos negativos sobre os grupos ciganos impedem uma compreensão dos problemas sociais enfrentados por esses grupos, como ausência de assistência social, doenças, analfabetismo, falta de documentação, moradias precárias e

²⁷ O Orkut era uma rede social que foi oficialmente encerrada em 30 de setembro de 2014

²⁸ Maiores detalhes sobre a associação ciganos e umbanda consultar a dissertação de Melo (2008), no Capítulo III: “*Representação – os ciganos pelos outros*”, tópico: “4.3 Ciganos na Umbanda: templo fundado a partir de uma profecia cigana”. Há uma etnografia e uma etnologia sobre a representação dos ciganos na Umbanda.

desrespeito. Os ciganos são confundidos, ou invisibilizados, pelo manto da exclusão socioeconômica e pela ignorância dos formuladores e executores das leis e dos direitos. Também é necessário não ser ingênuo, para não levar em consideração algumas problemáticas de intenções deturpadas ideologicamente.

Embora a política de ideias seja um veículo inadequado para tratar da exclusão política, há pouco que se possa ganhar simplesmente pendendo para uma política de presença. Tomadas isoladamente, as fraquezas de uma são tão dramáticas quanto as falhas da outra. (PHILLIPS, 2001, p. 289).

Diante da questão de associação direta dos ciganos aos cultos afro-brasileiros, trago quatro imagens que expõem, tanto o exotismo e esoterismo atribuído aos ciganos, quanto a presença da mulher cigana.

Contudo, essa mulher cigana é retratada através de imagens construídas por meio do imaginário não cigano de forma a enaltecer alguns símbolos que seriam atribuídos a elas, como sensualidade, uso de lenço na cabeça e ombro, roupas com saias coloridas e referências aos astros celestiais (sol, lua e estrelas) e a natureza.

Para uma de minhas informantes, uma cigana Calon, essas imagens construídas não condizem com a realidade de uma cigana em um contexto cotidiano de “vida real”.

Nós ciganas não somos como as paisagens que colocam a gente nelas. Nós somos trabalhadoras. Somos mães. Somos donas de casa e cuidamos de nossos maridos. Não vivemos dançando por aí. Quando estamos na rua, estamos trabalhando. Nós não vivemos no mundo da lua, nós vivemos a vida real. Nossas roupas são reais, são as que podemos ter, são as que nos dão. Se nos vestimos diferentes é porque aprendemos com nossa mãe, nossa irmã mais velha, nossa sogra. Nós não nos vestimos diferentes para ser ciganas. Nós somos ciganas, por isso nos vestimos assim. (CIGANA CALON – NDCG)

Para avançar nessas perspectivas de exótico e esotérico envolvendo os ciganos, as considerações que José Manuel Moran (2007) apresentam no entendimento sobre informação e conhecimento. A vida real dos ciganos não condiz com a produção de imagens sobre eles.

Há uma certa confusão entre informação e conhecimento. Temos muitos dados, muitas informações disponíveis. Na informação, os dados estão organizados dentro de uma lógica, de um código, de uma estrutura determinada. Conhecer é integrar a informação no nosso referencial, no nosso paradigma, apropriando-a, tornando-a significativa para nós. O conhecimento não se passa, o conhecimento cria-se, constrói-se (MORAN, 2007, p.54).

As comunidades relacionadas aos ciganos no Orkut estão geralmente classificadas dentro das categorias “Cultura e Comunidade” ou “Religiões e Crenças”, como pode ser observado nas figuras a seguir:

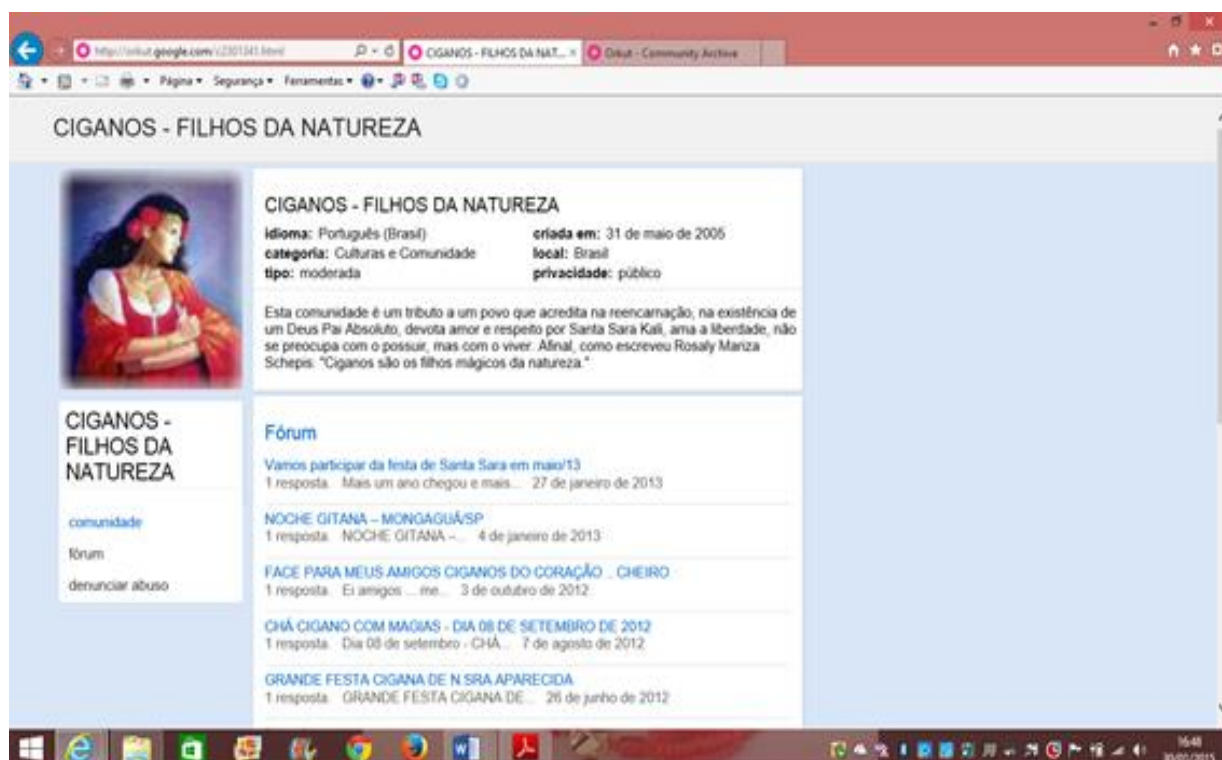


Figura 3 - CIGANOS – FILHOS DA NATUREZA - Comunidade do Orkut na categoria “Culturas e Comunidade” relacionada aos ciganos - Brasil

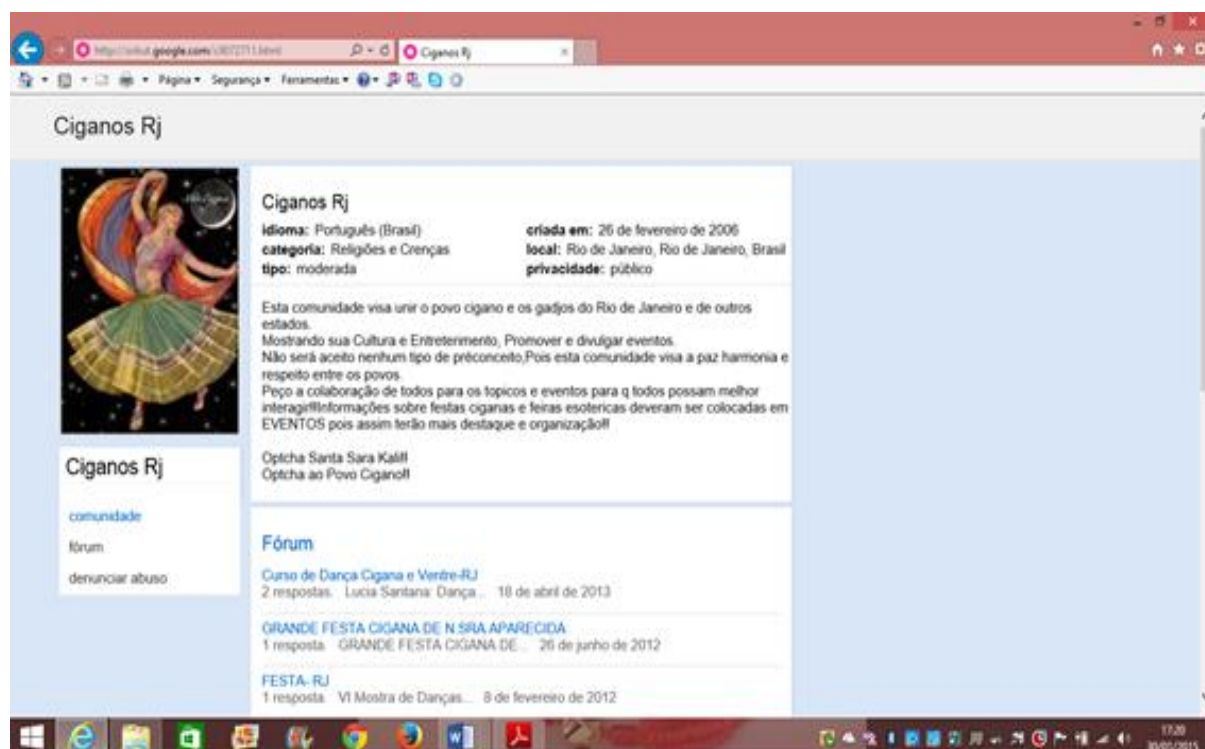


Figura 4- CIGANOS RJ - Comunidade do Orkut na categoria “Religiões e Crenças” relacionada aos ciganos – Brasil - Rio de Janeiro

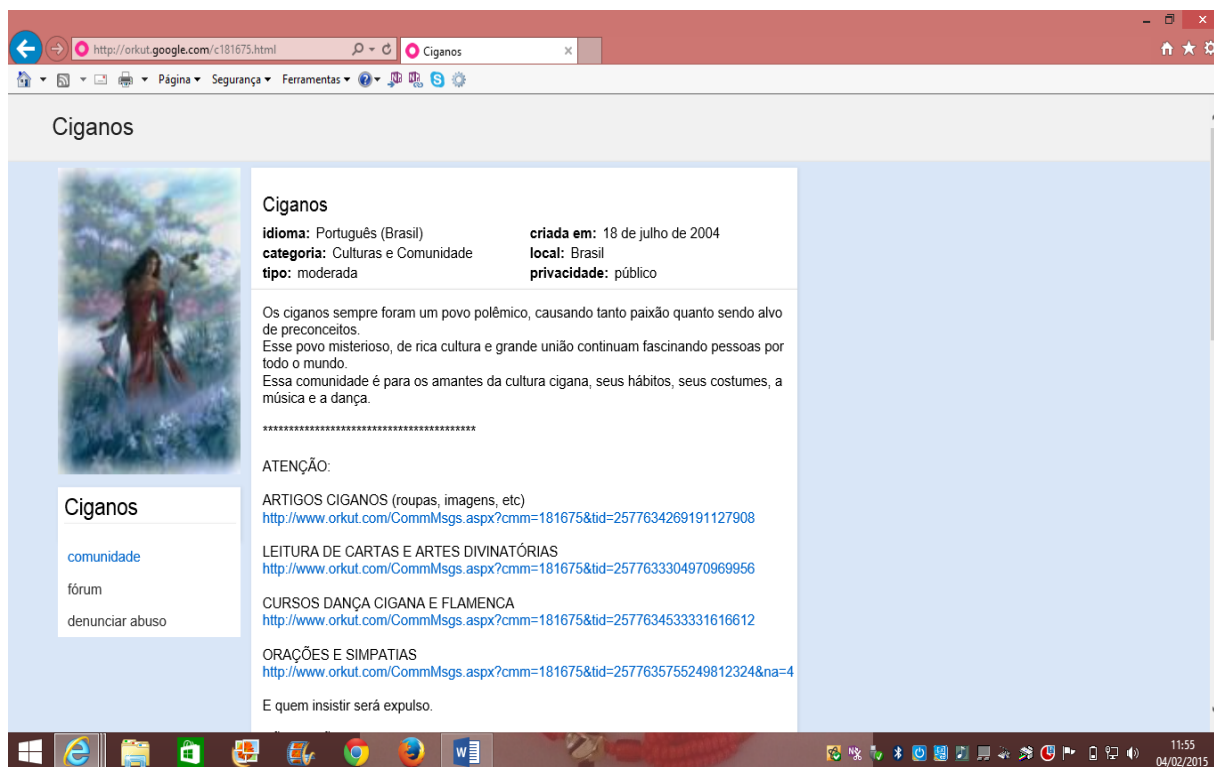


Figura 5 – CIGANOS - Comunidade do Orkut na categoria “Culturas e Comunidades” relacionada aos ciganos - Brasil



Figura 6 – CIGANOS E CIGANAS DO BARSIL - Comunidade do Orkut na categoria "Religiões e Crenças" relacionada aos ciganos - Brasil

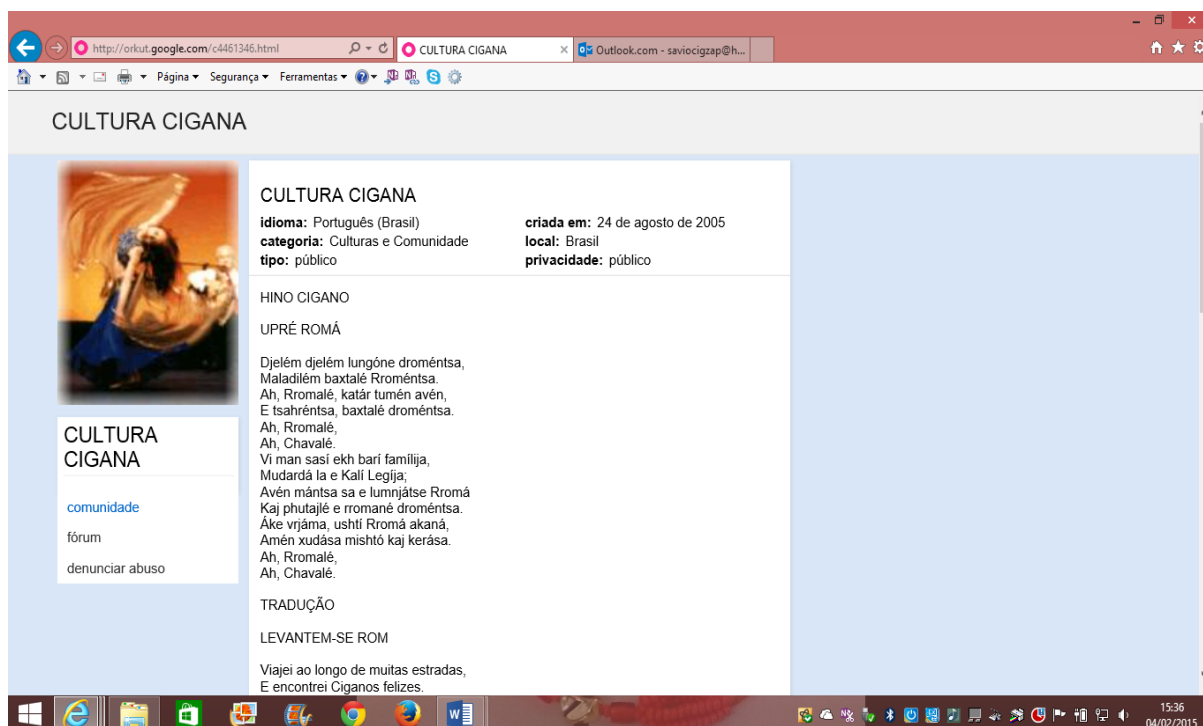


Figura 7 - CULTURA CIGANA - Comunidade do Orkut na categoria “Culturas e Comunidades” relacionada aos ciganos - Brasil

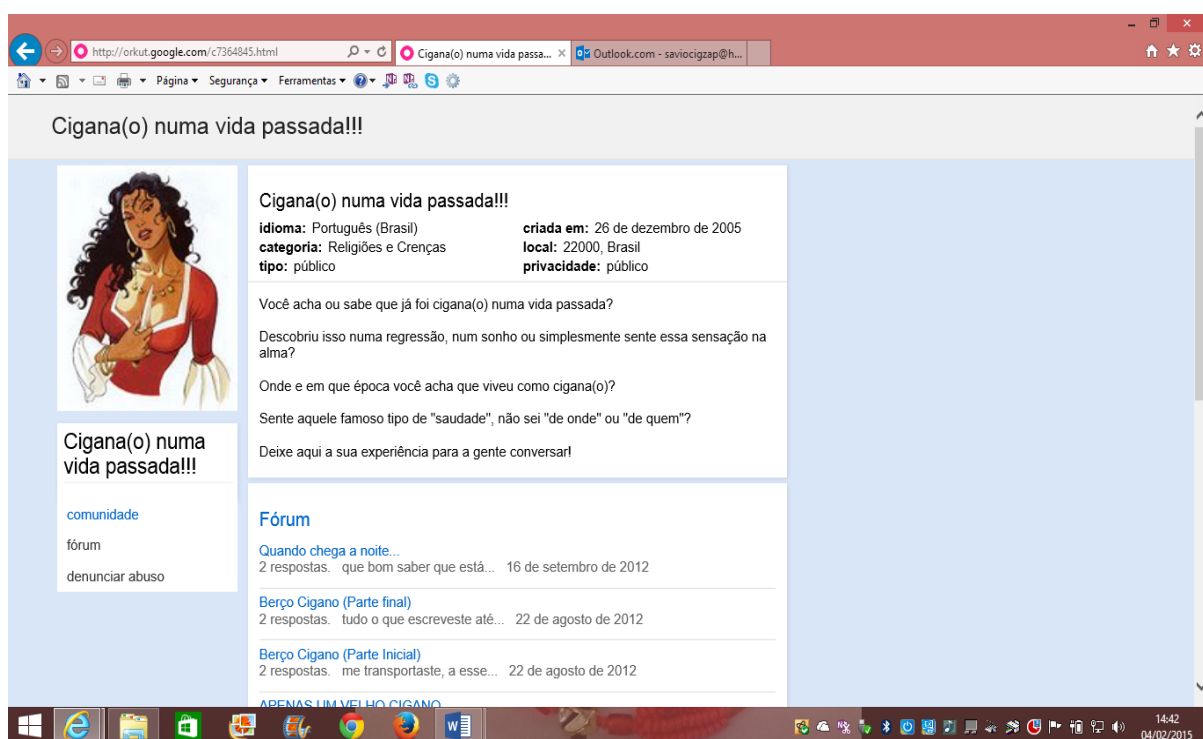


Figura 8- CIGANA(O) NUMA VIDA PASSADA!!! - Comunidade do Orkut na categoria "Religiões e Crenças" relacionada aos ciganos - Brasil

Ao pesquisar quem eram os moderadores das comunidades nas seis figuras expostas, foi possível constatar ser mulheres, com vínculos em religiões espiritualistas e não ciganas. Nos fóruns de debates as questões eram permeadas por assuntos esotéricos, reportagens, anúncios de “*festas ciganas*” em templos afro-brasileiros ou espíritas, vestuários e acessórios.

Em seguida, a partir de 2010, o Facebook²⁹ tornou-se mais conhecido e um dos principais meios de relacionamento e formação de redes nos meios de comunicação acessados nas novas tecnologias da informação e comunicação.

Os ciganos ao se apropriarem dessa ferramenta para estabelecimento de contatos e tessituras de redes começaram a usar de forma mais ativa e como protagonistas. As páginas com comunidades que no Orkut eram administradas por não ciganos e possuíam um forte apelo esotérico, com o uso do Facebook pelos ciganos ocorre uma politização e os ciganos passaram a administrar as contas das comunidades relacionadas aos ciganos, principalmente as lideranças, chefias e associações.

Não foi a mudança de provedor da rede social que propiciou essa mudança de visão quanto aos ciganos ou dos ciganos nas redes sociais foi o contexto diferente que fez com que a politização da identidade cigana seja exposta para assegurar políticas públicas para o grupo. Para Castells:

Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade das sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou a sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico (1999, p. 26).

As páginas que no Orkut eram ilustradas com imagens de mulheres ciganas dentro das concepções construídas pelos não ciganos, deram lugar a bandeira cigana, a imagens do

²⁹ O Facebook criado no dia 4 de fevereiro de 2004 por Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, alunos da Universidade de Harvard, é uma rede social que desde o início tem o objetivo de configurar um espaço no qual as pessoas possam encontrar umas às outras, dividindo opiniões e fotografias. Em 2005 este site contava com mais de 5 milhões de membros ativos. Neste mesmo ano, em agosto, a rede se tornou conhecida simplesmente como Facebook. No dia 27 de fevereiro de 2006 o site permitiu que alunos do nível secundário e trabalhadores de empresas também tivessem acesso à rede; desde setembro deste ano, somente integrantes a partir de 13 anos podem se inscrever no Facebook, onde todos os usuários têm a opção de se reunir em uma ou mais comunidades, como colégios, empresas ou espaços geográficos. O ‘Ad Planner Top 1000 Sites’, veículo que verifica quais os sites mais visitados do Planeta, por meio do Google, revelaram em 2010 que o Facebook ocupou, neste ano, o 1º lugar, com 540 milhões de acessos e 35% de novos usuários inscritos em abril. Para integrar a rede basta abrir uma conta gratuita neste espaço virtual de relacionamentos. (Fontes: <http://informatica.hsw.uol.com.br/facebook.htm> e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Facebook>)

cotidiano dos ciganos com objetivos de denunciar a exclusão ou a perseguição do grupo em locais diversos e em períodos históricos.

Os sobrenomes dos ciganos nas páginas do Facebook estão associados diretamente aos grupos dos quais fazem parte, Calon ou Rom. Em algumas páginas são usadas depois do nome de registro os nomes “cigano” ou “cigana” para demarcar o pertencimento étnico e demonstrar o pertencimento a um grupo que cada vez mais observo está conquistando o espaço público e garantindo a seguridade dos direitos que durante muito tempo lhes foi sonegado nos cenários das políticas públicas e jurídicas.

Estar no Face [abreviatura de Facebook] é estar no mundo! Todo mundo pode falar conosco e nós com todos. Falamos com nossa parentada, com os amigos, com quem tem curiosidade de saber se nós somos ciganos mesmo. Antes eu tinha vergonha de colocar que era cigano por causa do preconceito que tinham conosco. Hoje não tenho mais medo. Eu deixo isso bem claro que sou Calon, que sou cigano! O mundo precisa saber que nós estamos presentes em todos os cantos. Que nós não somos um povo que estão nas histórias para fazer medo as crianças. Nós somos um povo como os outros são, só temos um modo de vida diferente e temos as mesmas necessidades que os outros têm de direito a escola, a hospital, a aposentadoria. Quanto mais nós ciganos nos mostrarmos, mais forças vamos ter. (CIGANO CALON DE PERNAMBUCO – NDCG)

Sobre a forma como os ciganos e suas associações se apresentam e estabelecem suas redes no Facebook seguem três figuras de páginas a partir da captura de tela do computador através da função da tecla "PrintScreen Sys Rq"³⁰.

Essas figuras mostram de forma contundente a mudança de postura dos ciganos nas redes sociais, deixando de ser agenciados para serem protagonistas e formarem redes de pertencimento e associação no mundo virtual e, assim, dialogarem sobre as situações do mundo real.

É imprescindível emergir essa relação dialética e dialógica entre ciganos e os outros, “porque não somente essa coexistência das minorias e das majorias é, muitas vezes, secular, mas se apoia também em teorias do senso comum sobre a natureza humana, sobre mitos e tradições, portanto, sobre uma memória coletiva, transmitida de geração em geração” (MOSCOVICI, 2009, p. 662).

Em tempo, vale esclarecer que as páginas das associações ciganas no Facebook têm como membros e seguidores tanto ciganos, como não ciganos. Contudo, observei que ao enviar o pedido para participar da página, o moderador verifica se entre os amigos na página

³⁰ A função de “print” da tela permite fotografar a tela do desktop a qualquer momento durante a execução de qualquer programa para posteriormente ser salvo e editado em um programa de edição de imagens como o “paint” ou “photoshop”.

pessoal de quem faz a solicitação, encontram-se ciganos. E, algumas vezes pedem referências a algum cigano sobre o possível candidato a fazer parte da associação no Facebook.

Muitos gadje³¹ querem entrar em contato com os ciganos pela parte folclórica que acham que nós temos. Outros entram para ficar xeretando a vida nossa. Tem os de religião que acham que vão encontrar em nós o que pregam nos templos deles. Tem mulher atrás de casamento. Por isso, quando alguém pede para fazer parte no Facebook eu olho para ver se conhece outros ciganos, pergunto aos primos se é de confiança e se quer o nosso bem e vive bem conosco. Se não tiver referência nenhuma, não aceito. (LÍDER CIGANO E MODERADOR DE UMA PÁGINA NO FACEBOOK – NDCG).

Dessa forma é possível problematizar a ação sociativa das pessoas por meio das novas tecnologias em os usuários da rede, no que concerne a opiniões e vivências que resultam em experiências e conhecimentos.

O ciberespaço e a internet são também criados e recriados por autores de redes sociotécnicas, cuja criação exerce uma agência como estrutura, linguagem e conjuntos de normas legítimas para a realização de inúmeras interações macrossociais e interindividuais em ambientes online, criando novas condições virtuais da existência material, moral e simbólica dos seres humanos (LEWGOY, 2009, p. 192)

Constatei pelo tempo de espera de aprovação que, para fazer parte de algumas páginas de associações nas redes sociais como Facebook e outras, era mais demorado do que a aprovação para fazer parte da categoria amigo ou seguidor nas páginas pessoais dos ciganos, mesmo lideranças e chefias.

Se é para ser amigo meu eu aceito logo, amigo é sempre bom ter em qualquer lugar e em todo tempo, mas se é para fazer parte da página da associação então a coisa muda, porque não sou só eu, é o grupo todo. Tem muita gente ruim. (LÍDER CIGANO E MODERADOR – NDCG)

³¹ Gadje: Não ciganos.



Figura 9 - Página da CERCÍ no Facebook



Figura 10 - Página da IADESCC Brasil no Facebook



Figura 11 - Página da ACIPE no Facebook



Figura 12 - Página Pessoal de Claudio Iovanovitchi no Facebook

Para a segunda diretriz apontada por Kosinets (2010), a coleta e análise dos dados, fui acompanhando por meio das redes sociais as publicações referentes as associações ciganas, as discussões sobre identidade, as demandas dos ciganos e, respectivas, proposições de soluções.

De acordo com o que aponta Kozinets (2014, p. 61-62),

A netnografia é pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediada por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal. Portanto, assim como praticamente toda etnografia, ela se estenderá, quase que de forma natural e orgânica, de uma base na observação participante para incluir outros elementos, como entrevistas, estatísticas descritivas, coletas de dados arquivais, análise de caso histórico estendida, videografia, técnicas projetivas como colagens, análise semiótica e uma série de outras técnicas [...].

A medida que eu recolhia os dados, já colocava em prática a terceira diretriz, ética de pesquisa, informando quem eu sou, expondo os meus objetivos ao participar da rede e perguntando se poderia fazer uso de algumas postagens e comentários sobre as postagens, somente após concordância dos membros das redes sociais ou do moderador, que normalmente era uma liderança cigana, eu capturava as imagens da tela do computador com o recurso da tecla "*PrintScreen Sys Rq*".

As temáticas das postagens colocadas pelos ciganos giravam em torno das vivências pessoais e dos grupos, principalmente no que concerne aos preconceitos ou necessidades. Reportagens ou notícias envolvendo os ciganos eram sempre postadas e se seguiam vários comentários decorrentes das informações expostas.

Algumas vezes, dependendo do teor da matéria publicada, além dos comentários, seguiam-se fotos com protestos. Uma dessas reportagens foi a publicada pela Revista Veja, na qual em sua edição 2345, de 30 de outubro de 2013, nas páginas 80 e 81, trazia como título: "*Você iria querê-los como seus vizinhos?*". Ao longo da reportagem é possível verificar um cunho racista e xenofóbico em relação aos ciganos, sua história e modo de vida. Uma das postagens-protestos foi publicada por Claudio Iovanovitchi, a qual trago como dado catalogado durante a netnografia:



Figura 13 - Postagem-protesto contra uma reportagem publicada pela revista Veja que incitava a Romafobia ou Ciganofobia

Nesse caso dos ciganos contra a publicação da matéria “*Romafóbica*” (ou “*ciganofóbica*”)³² como designaram alguns líderes, pela revista Veja, ocorreram várias manifestações dos ciganos em redes sociais, imprensa e denúncias ao Ministério Público e aos órgãos regulamentadores da ética na imprensa. A revista Veja em sua edição seguinte publicou uma retratação pública para com os ciganos do Brasil. Contudo, para realizar toda a movimentação contra a matéria veiculada na revista Veja, a internet e as redes sociais foram os grandes instrumentos de mobilização e informação. Manuel Castells diz:

Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva. As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. [...] Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada. (CASTELLS, 2013, p. 167)

³² Tanto Romafobia, quanto ciganofobia e suas derivações são palavras utilizadas para designar medo de Roma ou ciganos.

Quando as postagens eram de matérias de jornais ou algum comentário de ampla divulgação sobre as temáticas ciganas, ciganos e não ciganos que fazem parte como membros nas páginas da rede social tecem comentários e manifestações. Porém, quando as postagens são sobre conflitos internos do grupo cigano ou das associações ciganas, apenas as pessoas reconhecidas pelos grupos como cigano ou cigana comentam e se manifestam sobre as postagens.

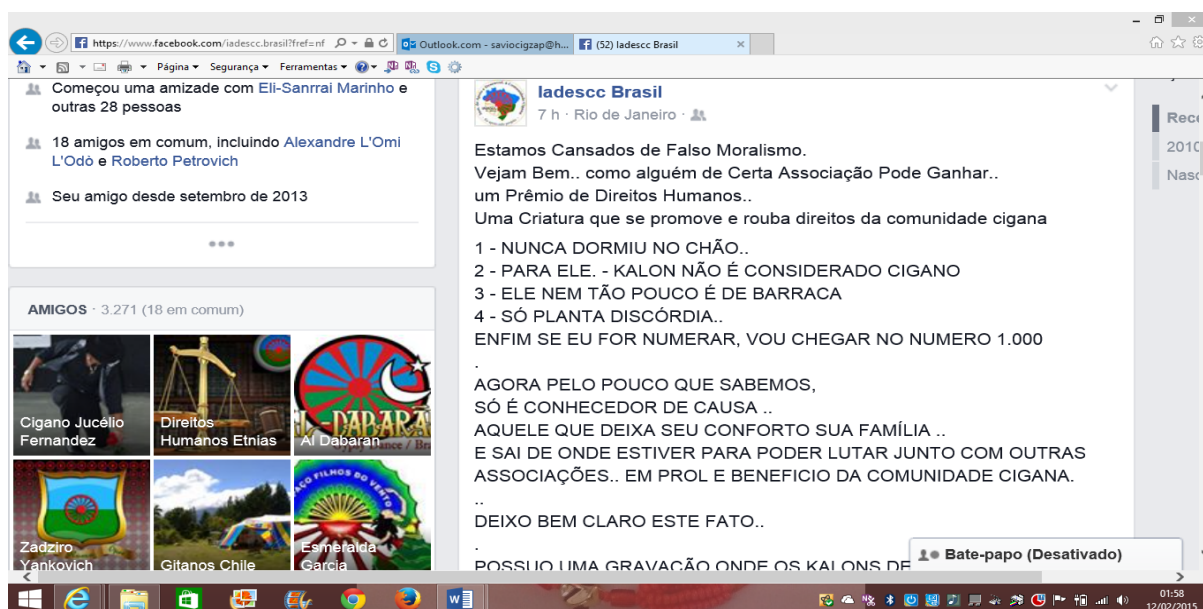


Figura 14- Postagem sobre assunto da associação cigana

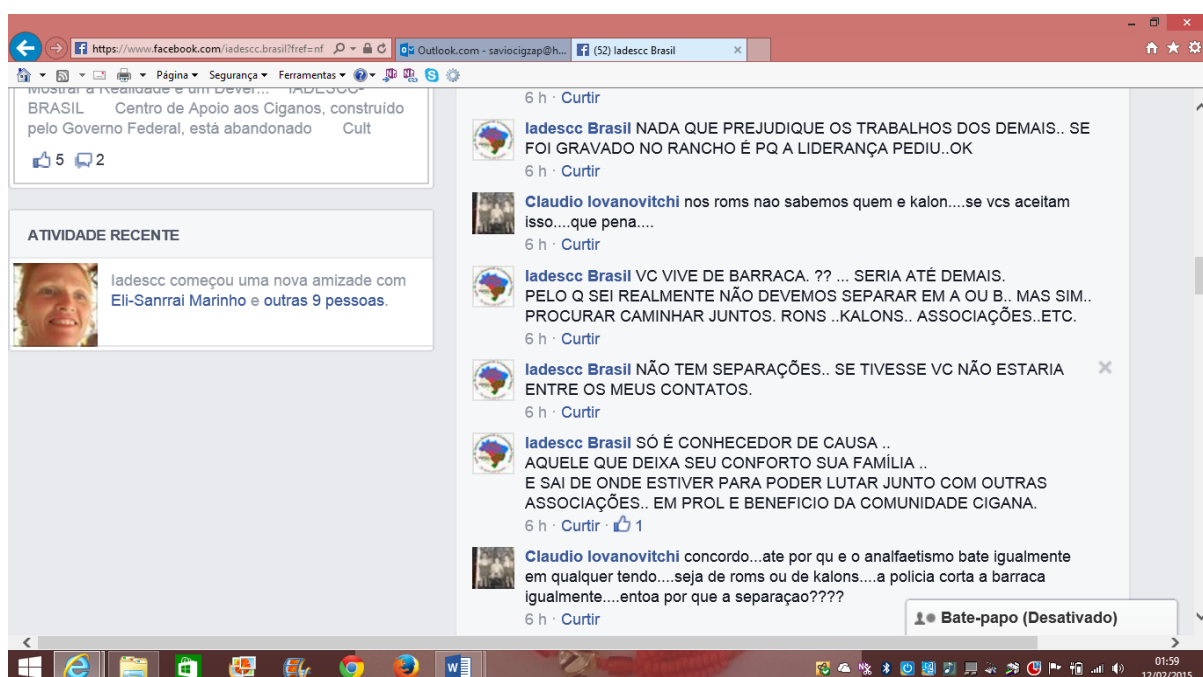


Figura 15 - Comentários sobre a postagem da associação cigana 1

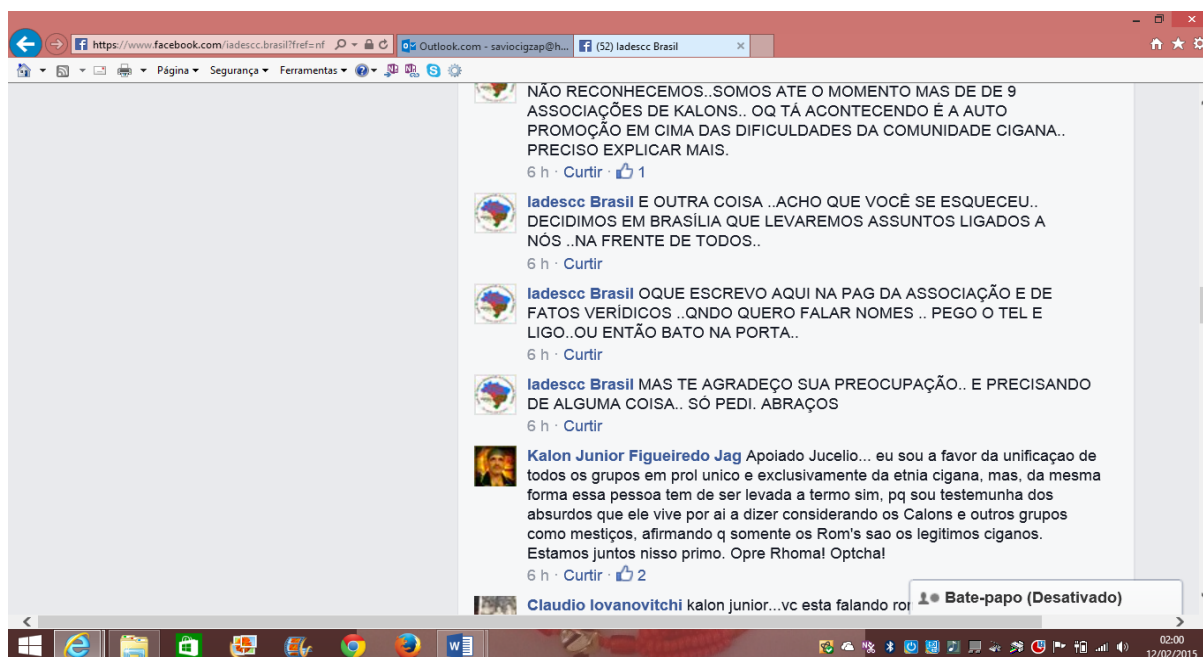


Figura 16 - Comentários sobre a postagem da associação cigana 2

O conteúdo contido nas três figuras expostas demonstra o que havia sido dito anteriormente sobre assuntos que abordam as tensões e conflitos dos ciganos, apenas ciganos comentam, quer como pertencentes a associações, quer por meio dos perfis pessoais.

O contexto da postagem se dá a publicação do resultado dos selecionados para um Prêmio em Direitos Humanos, no qual uma determinada associação havia sido contemplada anteriormente em outros prêmios que são destinados aos ciganos. Mas, segundo o Instituto de Apoio e Desenvolvimento à Cultura Cigana no Brasil (IADESCC), essa promoção e ajuda que a associação ganhadora do prêmio diz fazer não ocorre. A situação de revolta contra a associação se dá, principalmente pelos ciganos do grupo Calon, por serem eles o “alvo” das benesses que não ocorreram.

O grupo Calon em sua maioria é formado por ciganos que vivem em situações de economia precária e sócio exclusão aqui no Brasil. O grupo Calon, talvez, seja demograficamente o maior número de ciganos em território brasileiro. O número de associações formadas por Calon refletem essa estimativa, conforme pode ser constatado em pesquisa netnográfica em redes sociais e em participação de eventos e audiências públicas que tratam sobre ciganos.

No evento “Brasil Cigano- I Semana Nacional dos Povos Ciganos”, ocorrido em Brasília-DF, em maio de 2013, das vinte e duas associações cadastradas para participação,

seis traziam em sua designação os nomes Calon (ou Kalon)³³ para designar o pertencimento o grupo de origem da associação, conforme pode ser visto mais adiante no capítulo referente a etnografia desse evento.

Além dessas associações que traziam a auto identificação Calon, ainda haviam mais quatro que são formadas por ciganos Calon. No total das duas associações, dez são formadas por ciganos do grupo Calon.

Dentre os muitos comentários sobre a postagem, além dos que podem ser lidos nas figuras postas anteriormente, destaco quatro comentários que são significativos para compreensão das redes formadas pelos ciganos em seu processo de construção de políticas públicas e reivindicações de direitos, assim como a própria mobilização para fazer emergir a situação dos ciganos no Brasil.

Os dois primeiros comentários foram realizados por ciganos Calon e apontam situação de engodo para com os Calon por parte de atitudes de outros ciganos e por não ciganos, necessitando de uma punição para tais casos, a causa cigana sendo, dessa forma, prejudicada. Os outros dois comentários são de associações, da IADESCC e da União Cigana do Rio Grande do Norte – UCIRN, onde além de apontar a situação dos Calon, conclamam para o papel das associações e lideranças na mediação e resolução dos conflitos internos para a promoção de uma união entre os grupos.

A união, segundo os comentários seria parte da solução desse problema. Outro, ponto é a necessidade de uma fiscalização interna promovida pelos próprios ciganos por meio dos grupos e das associações para verificar a aplicabilidade ou não das políticas e direitos destinados aos ciganos no Brasil.

Apoiado Jucelio... eu sou a favor da unificação de todos os grupos em prol unico e exclusivamente da etnia cigana, mas, da mesma forma essa pessoa tem de ser levada a termo sim, porque sou testemunha dos absurdos que ele vive por ai a dizer considerando os Calons e outros grupos como mestiços, afirmando que somente os Rom's sao os legitimos ciganos. Estamos juntos nisso primo. 'Opre Rhoma! Optcha'! (KALON JUNIOR FIGUEIREDO JAG)

Boa noite irmãos ciganos, calons e rons, sou o Veudi Furrado sou Calon, somos ciganos independente de etnia eu vejo por esse lado, todos lutemos por uma unica causa, mas se tem gente se passando por Rom e nos prejudicando, temos que tomar uma atitude e porque o mesmo esta usando uma etnia para enganar outra etnia, nada mais justo que Claudio Iovanovitchi saiba quem é, para que ele e outros rons tomem providencias sobre essa pessoa, e não, sujar e, prejudicar a nossa causa, e a vc jucelio

³³ Como esclarecido anteriormente, não há uma uniformidade na escrita dos nomes dos grupos ciganos, por isso Calon escrito com a letra inicial “C” e Kalon escrito com a letra inicial “K”.

fernandes e claudio iovanovitchi meu estimado abraço. (VEUDI FURTADO)

Meu questionamento levantado aqui ... é justamente contra aproveitadores.. que você deve saber muito bem... articulam pelas costas de outras associações.. ao invés de procurar por todas.. justamente a luta é unica.. então não me leve a mal... não se doa atoa. Sou franco... e jamais deixaria de registrar minha indignação perante o fato. [...] Desde já ... compreendo que vc rom esteja querendo saber de qual assunto ou pessoa se trata.. mas primeiramente devo respeitar ... o pedido da liderança... [...] Que somente perante outras associações... eu leve o assunto... (IADESCC BRASIL)

Boa tarde a todos, peço que se unam, temos os mesmos objetivos em uma mesma luta. Enquanto discutimos e soltamos farpas os jurem/gadjes se aproveitam para enganar os dois grupos se passando por um ou pelo outro. É necessário união, pois sem ela nos enfraquecemos ainda mais. [...] O mundo cigano está cheio de oportunistas que semeiam discórdia entre os ciganos e atrapalham o verdadeiro diálogo com o governo. Isso infelizmente culmina com essa situação em que estamos hoje. [...] De norte a sul a maior dificuldade que os Calon enfrentam e a dificuldade financeira que abre portas para as chamadas pessoas "bondosas" que trazem no assistencialismo uma falsa vontade de ajudar. Usam-nos ciganos para propósitos pessoais e depois os descartam. [...] Depois, sanada a momentânea necessidade as comunidades como forma a agradecerem a "bondade" fazem o que está pessoa quer. É necessário fiscalização sim. Mas também é necessário que os governos adentrem essas comunidades ciganas com os programas sociais como forma de nivelamento sócio assistencial. Isso é um direito de todos! [...] Os Calon precisam se libertar dessa dependência da bondade alheia que lá na frente se revela interesseira. Todo mundo quer ser cigano, mas ninguém quer sofrer a discriminação que o cigano sofre. Colocam e retiram da gaveta o título de cigano quando os convém. Mas assim como os outros povos os ciganos são sujeitos de direitos e protagonistas da sua própria história. É só eles e ninguém mais tem o direito de reconhecer quem é e quem não é cigano. Por isso reforço que devemos nos unir, para que possamos avançar dentro e fora da nossa etnia. (UCIRN)

A coleta de dados por meio da netnografia tornou-se importante porque, conhecendo os usuários das redes sociais com a observação flutuante e a etnografia, foi possível perceber como as redes de parentesco, grupais e associativas dos ciganos estavam sendo acionadas e dispostas por meio das novas tecnologias da informação e comunicação.

Nas redes sociais, o que antes era considerado mais restrito, hoje com o contexto de exposição por meio da internet, torna-se público. As demandas e os conflitos são compartilhados e compartilhados e, com isso, as redes se expandem, o assunto que era particular se torna público e as redes de parentesco, grupais e associativas passam deliberar e a tecer comentários tornando o que é de esfera local em esfera global e, muitas vezes, o que é de esfera global em local.

Assim, estando em redes, com observações atentas de pesquisador vão se descortinando imponderáveis e questões que suscitam problematizações em torno de olhares mais atentos no fazer antropológico, transformando-se em ciência.

Ainda seguindo as orientações de Kozinets (1997) relacionadas as diretrizes de uma pesquisa netnográfica, o “*feedback* e a checagem de informações com os membros do grupo”, ocorriam após verificação de algumas postagens, compartilhamentos, curtidas e comentários. Ao observar a publicação entrava em contato com os membros do grupo ou em oportunidades de encontros e eventos com quem havia postado ou com o moderador do grupo e conversávamos sobre o teor da postagem. Quando não era possível o encontro fisicamente, utilizava o recurso da conversa “*INBOX*”³⁴ do Facebook, sem deixar de estar atento a com quem eu conversava e as posições dentro dos grupos e associações ciganas.

O *feedback* quando utilizava a conversa “*INBOX*” ocorria quase que de imediato, ou assim que o usuário da rede obtivesse acesso à internet. Em se tratando em *feedback*, nas redes sociais minha posição sempre foi explícita: não cigano e pesquisador. Após algumas postagens, alguns ciganos entre membros rede, lideranças e moderadores solicitavam que eu também realizasse algum comentário enquanto pesquisador, ou pediam algum esclarecimento para encaminhamentos sobre determinadas demandas ou matérias publicadas. Meu *feedback* para com eles sempre foi positivo, atendendo aos pedidos dentro das possibilidades, do conhecimento ou indicando outras pessoas que pudessem ser mais úteis e esclarecer melhor as questões postas.

Quanto ao pedido de comentários ou de “curtir” a publicação nunca deixo de atender. Sendo os ciganos sempre solícitos aos meus pedidos e ao fazer parte da vida deles, não posso deixar de ser solícito também aos deles por fazerem parte de minha vida. Tanto é a questão ética, quanto da reciprocidade a gratidão.

5.2.1. *Reflexões sobre a netnografia e os instrumentos tecnológicos para coleta de dados*

Ao refletirmos sobre a netnografia e os instrumentos metodológicos de coleta de dados propiciados para uma escrita etnográfica não podemos esquecer de pontuar o antropólogo Jack Goody, em sua obra “*O mito, o ritual e o oral*” (2012), onde no capítulo três: “*O antropólogo e o gravador de sons*” (p. 58-62), realiza uma abordagem teórica sobre o uso do gravador pelos antropólogos nos anos de 1950 e a revolução que ocasionou.

³⁴ Caixa de mensagem ou tipo de chat pessoal.

O campo já pode vir ao gabinete, sem ser pelo papel e pelo lápis, mas com o informante falando, modificando o entendimento sobre a ‘observação participante’, que consistia em algumas incursões ao campo com anotações, por vezes, esporádicas.

Eu não só podia gravar no próprio contexto da apresentação, em vez de ter de levar um “informante” para minha cabana, mas também tinha a oportunidade de rever a verdadeira recitação calmamente. Isso já era algo muito significativo, pois quando pedíamos a um “informante” que recitasse, ele provavelmente nos dava aquilo que queríamos ouvir [as partes narrativas, por exemplo, sem incluir as partes filosóficas]. No entanto, do meu ponto de vista, o mais importante foi que, em vez de trabalhar com lápis e papel em uma situação de trabalho de campo, agora podíamos gravar com relativa facilidade uma pluralidade de versões de uma única recitação. (GOODY, 2012, p.58)

Esta exposição reflexiva a partir de Goody nos remete a outro antropólogo brasileiro, Roberto Cardoso de Oliveira, em sua obra “*O trabalho do antropólogo*” (2006); onde, dos capítulos primeiro ao sexto, principalmente os capítulos “*o trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*” e “*o lugar – em lugar – do método*” há uma preocupação com o fazer antropológico e as configurações desse fazer em termos teóricos, epistemológicos e metodológicos para a Antropologia e o papel da etnografia em contextos dialógicos e interpretativistas.

A preocupação com a etnografia também se dá nos trabalhos de outra antropóloga brasileira, Mariza Peirano (1995), com preocupação mais voltada ao próprio fazer etnografia e o como está sendo feito essa mesma etnografia. Preocupação esta, que alguns retomam com o uso das novas tecnologias da comunicação e a netnografia, tanto no fazer etnográfico, quanto dos usos que estão sendo feitos com os conhecimentos e a exposição dos grupos e pessoas pesquisadas nesses meios, sem desconsiderar, claro, as próprias questões éticas do fazer ciência.

Netnografia, enquanto produto, é “*um relato através de textos escritos, imagens, sons e vídeos da cibercultura online, que informa através dos métodos da antropologia cultural*” (KOZINETTS, 2010, p. 62). Enquanto processo, netnografia é uma “*metodologia de pesquisa qualitativa que se adapta a novas técnicas de pesquisa etnográfica para o estudo das culturas e comunidades que estão surgindo através da comunicação mediada por novas tecnologias*” (KOZINETTS, 2010, p. 62).

O líder da associação elencado para a realização da pesquisa, utiliza as novas tecnologias da comunicação para criar redes e, assim, discutir e apresentar propostas sugeridas por outros ciganos que venham a contemplar uma gama maior de situações aos

diversos grupos em seus vários contextos. Lembrando aqui o que Barth problematiza sobre a manutenção da identidade Pathan, ao escrever a respeito da intercomunicação na formação de uma rede.

Não se pode presumir despreocupadamente que a intercomunicação dentro do grupo étnico consiga disseminar de maneira adequada informações que permitam a manutenção, ao longo do tempo, de um conjunto compartilhado de valores e percepções, apesar de essa intercomunicação formar uma rede contínua. (BARTH, 2000, p. 69).

Assim, tanto a abordagem de Kozinets (2002), quanto de Montardo & Rocha (2005) sobre a netnografia como um instrumento de trabalho metodológico para coleta de dados nas novas tecnologias da comunicação foram primordiais para pensar e interagir no que se refere ao estar em contato direto com a associação.

Havia também, obviamente, a etnografia com quem está manuseando essas tecnologias e o que é disponibilizado como informação, por meio das análises dessas etnografias e netnografias.

Um dos pensamentos nesse momento é estarmos em uma nova virada paradigmática, onde ainda somos carentes de conhecimentos para a formulação de uma pergunta que venha propiciar respostas, sobre que período ou “onda” é esta que estamos vivenciando com o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação. Dessa forma, pude lembrar Hannah Arendt, quando diz que “*uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas*” (ARENDR, 2009, p. 223).

Assim como a internet e as redes sociais ajudaram as pessoas pesquisadas a se apresentarem para o contexto global, esses mesmos instrumentos ajudam o pesquisador a coletar informações e a entrar em contato com essas pessoas pesquisadas mais rápido.

No contexto de Malinowski o estar lá com papel e lápis era o disponível para o pesquisador, em nosso contexto atual, com as novas tecnologias da informação e da comunicação, temos os pesquisados dentro de nossa casa e estamos com eles em seus vários locais de atuação e vivências simultaneamente.

No campo estamos com nossos aparelhos de celular com mecanismos que nos permitem fazer anotações, fotografar, capturar imagens em vídeo, gravar áudio, enviar mensagens e informações, conversarmos em tempo real por vídeo conferência e ligarmos para obtermos ou darmos alguma informação. O computador, a máquina de escrever, o gravador de áudio, a máquina fotográfica, a câmara de vídeo, agora, cabe em nossa palma da mão.

Em “*A Arte da Guerra*” de Sun Tzu (2006), encontramos um indicativo de que “*há algumas estradas que não devem ser percorridas; e inimigos que não devem ser atacados.*

[...] *alguns territórios que não devem ser contestados*”. (SUN TZU, 2006, p. 26). As novas tecnologias quando usadas contrariam algumas dessas instruções, porque todas as estradas passam a ser percorridas e todos os territórios podem ser contestados, com todos os limites ultrapassados, já é possível estar em dois locais ao mesmo tempo, as webs conferências, o uso do aparelho celular para falar em todos os locais e com todas as pessoas são a prova cabal disso.

Quando estamos conectados somos viajantes, mesmo estando em um local. As novas tecnologias não são metáforas das formas de integração do global com o local, elas são o canal propiciadores desse diálogo entre local e global e vice-versa, entre o estar lá e o estar aqui.

5.3. A ETNOGRAFIA

Sabendo que etnografia não é somente colher dados por meio da observação, escuta e participação é escrita. Etnografia é conhecimento adquirido na prática a partir do diálogo e da observação com o outro para uma construção descritiva desse outro, tendo como referência o nosso objetivo e o local em que estávamos e a partir do qual observamos para descrever e escrever.

Assim, a etnografia foi o método de pesquisa que considerei adequado para o estudo, método esse, que delimita nas Ciências Sociais e Humanas o fazer Antropologia. A descrição densa (GEERTZ, 1978) de um dado contexto e pessoas, por meio da observação participante (MALINOWSKI, 1976), com uma narrativa do cotidiano (DE CERTEAU, 1995) e, ainda, pelo próprio posicionamento do antropólogo (CLIFFORD, 2002; PEIRANO, 1995, CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006; HINE, 2000; STRATHERN, 2014).

Porque, como aponta Telmo Caria, *“de fato, o etnógrafo nas ciências sociais não se limita a observar, a agir e a ouvir, faz além disso, perguntas adequadas e pertinentes ao contexto, ainda que estas não sejam as os autóctones verbalizam no quotidiano sobre seu ‘nós’”*. (CARIA, 2003, p.14)

Em um processo auto reflexivo percebo que a etnografia nos proporciona três momentos de humanidade dentro do fazer ciência: o encontrar com o “*outro*”, o vivenciar com esse “*outro*” e, a construção de memórias e experiências transcritas em nossos textos.

Por meio da etnografia nunca estamos sozinhos, estamos sempre um com o “*outro*” ou em rememoração desse outro e das vivências compartilhadas. Estar no campo é, também para o pesquisador, pensar sobre a própria vida com uma ampliação de visões e

possibilidades. É estar colocando em prática duas teorias primordiais da Antropologia, a relativização e a alteridade.

Segui os passos tradicionais da investigação antropológica, para tentar captar “*esse outro*”, no meu contexto específico os ciganos. De posse dos dados segui a escrita etnográfica como propõe Clifford (2002) ao romper com autoridade etnográfica ao expressar a influência do campo no antropólogo.

Porque com o diário de campo e o uso das novas tecnologias o estar “*lá*” e depois retornando para o “*aqui*” são rompidos, pelo próprio contato que pode ser mantido com os informantes na nossa sociedade globalizada. Como afirma Hine (2000),

O etnógrafo não é um simples voyeur ou um observador desengajado, mas é, em certo sentido, um participante compartilhando algumas das preocupações, emoções e compromissos dos sujeitos pesquisados. Essa forma estendida depende também da interação, em um constante questionamento do que é possuir uma compreensão etnográfica do fenômeno (HINE, 2000, p. 47).

Dessa forma, compreendendo que etnografia não é apenas o estar lá, é aprender ao longo do tempo e da história da disciplina e do método etnográfico que há aproximações no apontar dos horizontes entre o pesquisador e o pesquisado.

É estranhar e ser estranhado, vendo sobre vários ângulos a si próprio e ao outro com quem dialoga e, propiciando a escrita um dos grandes pontos que traduzem a Antropologia como uma Ciência Humana, a alteridade. Assim, ao realizar algumas reflexões sobre o fazer etnográfico concordo com Geertz quando diz que:

Praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os procedimentos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “*descrição densa*” (GEERTZ, 1989, p.15).

Enfocando também que Clifford aponta à escrita desse relato como outra escrita que perpassa tanto subjetividade, quanto também uma forma de contextualização, pois o contato com o informante acaba com a autoridade monofônica, dando vazão a uma linguagem polifônica, com uma escrita entendível tanto pela academia, quanto pelo informante (nativo).

Daí a necessidade de leitura com os mesmos, para poder confrontar a pesquisa com o que os pesquisados pronunciam sobre si e sua identidade, a partir dos recursos audiovisuais levados para motivar o diálogo em alguns encontros. Pois, como afirma Mariza Peirano:

Toda [boa] etnografia precisa ser tão rica que possa sustentar uma reanálise dos dados iniciais, onde as informações não são oferecidas apenas para esclarecer ou manter um determinado ponto de vista teórico, mas haverá

sempre a ocorrência de novos indícios, dados que falarão mais que o autor e que permitirão uma abordagem diversa. (PEIRANO, 1995, p. 56).

Dessa forma, espero que haja muitas leituras e muitas releituras para que com os “*novos indícios*” mais abordagens surjam e, conseqüentemente, mais trabalhos em torno das questões envolvendo os ciganos.

Nesse sentido atentando ao contexto e as particularidades dos detalhes que surgem novos conhecimentos e abordagens, como tão bem escreveu Geertz (1989) sobre a circunstancialidade e as especificidades do trabalho de campo para a construção de uma atualidade de conceitos e percepções.

O que é importante nos achados do antropólogo é sua especificidade complexa, sua circunstancialidade. É justamente com essa espécie de material produzido por um trabalho de campo quase obsessivo de peneiramento, a longo prazo, principalmente [embora não exclusivamente] qualitativo, altamente participante e realizado em contextos confinados, que os megaconceitos com os quais se aflige a ciência social contemporânea — legitimamente, modernização, integração, conflito, carisma, estrutura... significado — podem adquirir toda a espécie de atualidade sensível que possibilita pensar não apenas realista e concreta, - mente sobre eles, mas, o que é mais importante, criativa e imaginativamente com eles. (GEERTZ, 1989, p. 16-17)

5.4. PERCORRENDO A DESCRIÇÃO DOS CAMINHOS QUE ANDEI

Uma vez alguém me disse que “*a jornada é tão importante, quanto se chegar ao destino*”. Pensar a etnografia sempre me remete a essa frase. A partir da etnografia narramos a nossa jornada com o outro, ou em conjunto com os outros, para a produção do que denominamos ciência e conhecimento.

A construção do meu diário de campo, ou registro da jornada se deu anteriormente a minha entrada formal no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, quando nas observações flutuantes, entrei em contato com alguns ciganos em audiências públicas e encontros durante que participei entre os anos de 2008 a 2010. Eles me falaram sobre Claudio Iovanovitchi e a Associação de Preservação da Cultura Cigana (APRECI-PR) e a importância dele enquanto líder e defensor da cultura e do povo cigano no Brasil.

Em tempos de novas tecnologias da informação e comunicação, em vez de pedir endereço residencial ou alguma outra informação sobre a localização de Claudio Iovanovitchi, o que solicitei primeiro aos ciganos que o conheciam foi justamente o número de celular e/ou e-mail. Dois dos ciganos que se apresentavam como Kalderash se disponibilizaram a repassar o e-mail dele. Assim que conseguiram acessar o computador me repassaram. Anotei na caderneta que havia comprado para ser o meu diário de campo, agora, não mais uma

caderneta qualquer, mas o meu inseparável amigo durante toda a pesquisa e no uso em minha casa para catalogação, verificação e rememoração de dados, além de algumas análises já contidas nele. Para as citações retidas do diário de campo utilizarei a sigla NDCGG (Notas do Diário de Campo e Gravações)

Acredito que nós antropólogos desenvolvemos uma relação muito pessoal com o nosso diário de campo. Hesitamos que outros o leiam por questões éticas pelas vidas e suas histórias que são relatadas nele, junto com as nossas também. Há impressões sobre outros e contextos que somos convidados a compartilhar ou nos inserimos, mesmo sem sermos convidados por meio de nossas redes de relações construídas no campo e para o campo. Uma reflexão bem clara dessa relação envolvendo o pesquisador e o diário de campo é o que podemos encontrar na leitura do diário de campo de Malinowski em “*Um Diário no sentido estrito do termo*” (MALINOWSKI, 1997), publicado postumamente. Nele podemos encontrar exposto, além dos dados, os sentimentos, as sensações e a humanidade.

Dessa forma, pensar sobre o diário de campo e sua importância é pensar sobre eu mesmo no campo, a partir de onde eu estava, do que percebi, do que senti e do que me levou a fazer as anotações daquele e naquele momento. Concorro com o antropólogo Vagner Gonçalves da Silva ao realizar uma resenha sobre o citado diário de Malinowski ao apontar a não inocência de quem escreve e a finalidade de selecionarmos algumas passagens em detrimento de outras em nosso diário de campo.

É claro que os antropólogos nunca foram ingênuos e desde a origem de sua disciplina têm consciência dos conflitos, desentendimentos e jogos de poder e dominação que permeiam as relações que estabelecem com os grupos observados. Essa consciência parece, contudo, ter aumentado a partir dos anos 60, sendo sintomática a publicação do Diário nesse período, quando as relações entre antropólogos e nativos passaram a refletir as mudanças ocorridas nas relações políticas e econômicas entre os países dos quais tradicionalmente provinham uns e outros. [...] Ao lado dessas transformações globais, uma "crise de consciência" sobre os mecanismos da produção do conhecimento científico e sua finalidade social fez surgir uma instigante "literatura de confissões", certamente menos contundente que o Diário de Malinowski, porém igualmente reveladora dos bastidores da pesquisa de campo. (SILVA, 2003)³⁵

Com a consciência da importância de pesquisar, anotar, refletir e analisar os dados, ou a vida e as falas dos meus interlocutores ciganos comecei a minha relação com o meu diário de campo. Agora, meu inseparável amigo, confidente e norteador da minha escrita em muitos momentos.

³⁵ Por razões de mudança de endereço eletrônico da revista, esse texto encontra-se disponível on-line no endereço: <http://www.n-a-u.org/ResenhasUm diario sentido estrito.html>

No dia 09 de julho de 2011 cheguei a Curitiba-PR para participar na “IX Reunião de Antropologia do Mercosul: Culturas, Encuentros y Desigualdades”, que ocorreu entre os dias 10 e 13 de julho nas dependências da Universidade Federal do Paraná. Foi durante esse evento que efetivamente iniciei o meu campo nos termos etnográficos (pelo menos em seu aspecto clássico).

Passados dois dias de evento, pude finalmente realizar uma ligação para Claudio Iovanovitchi. Após contatos por meio de e-mails, conseguido em conversas com alguns ciganos, abri o meu diário de campo e lá estava o número do telefone celular dele e o endereço. Ao ligar, fui muito bem recepcionado por uma voz de mulher, era a esposa de Claudio, Neiva. Identifiquei-me e ela repassou o telefone celular para ele. Estávamos no início do período noturno. Eu ansioso para encontrar-me com os ciganos na APRECI-PR, mas não queria incomodar pelo horário. Mas Claudio Iovanovitchi e sua esposa Neiva fizeram questão que eu os fosse visitar naquela noite mesmo.

O conhecimento quando pensamos em termos etnográficos só é construído quando eles, os pesquisados, permitem, não poderia desperdiçar essa oportunidade. Fazer campo é dialogar quase sempre na posição de ouvinte do que o outro e as falas do contexto dizem para, em seguida, colocarmos nossas interpretações nos dados obtidos. Nesse sentido, a antropóloga Marilyn Strathern (2013) diz ser a relação observado e observador um estabelecimento recíproco e autoconsciente.

Como implicação, o observador deve estabelecer relações particulares com o observado, removendo-se a moldura que restringia o exercício intelectual a um esforço de tipo específico. [...] A divisão entre observador e observado sempre foi autoconsciente. (STRATHERN, 2013, p. 48)

Estava eu na Praça Santos Andrade, em frente ao prédio histórico da Universidade Federal do Paraná, local onde há vários pontos para locomoção em transporte público. Ao inquirir um transeunte sobre como poderia chegar no bairro de Santa Quitéria, o mesmo informou o ônibus e o local em que deveria desembarcar. Subi no ônibus e desci no local indicado por Claudio Iovanovitchi, a Igreja de Santa Quitéria, para o nosso encontro e daí irmos à sua casa.

Às vinte horas, enquanto eu estava em frente a porta da igreja, chegou um homem cujo o rosto me era familiar pela pesquisa que havia realizado por meio do uso da internet em alguns sites de imagens e vídeos, nos quais Claudio Iovanovitchi aparecia. Claudio Iovanovitchi, um homem de estatura mediana, vestindo roupas de frio (casaco, cachecol, botas), cabelo branco, chapéu de feltro preto na cabeça, na faixa dos cinquenta anos. Ao me ver no local combinado, cumprimentou-me, respondi ao cumprimento e nos apresentamos

formalmente. Convidou-me a acompanhá-lo até sua casa que ficava a uns oito minutos de distância da igreja.

Enquanto caminhávamos pelas ruas até chegarmos em sua casa íamos conversando sobre Curitiba, sobre o bairro em que ele residia e sobre o meu interesse por pesquisar ciganos. Ao chegarmos em sua casa, fui recepcionado por sua esposa que havia preparado um chá com algumas guloseimas, entre elas um pão que me lembrou muito o “*Chalá*”³⁶.

Ao saborear o chá, segundo Claudio e Neiva, era um chá de receita cigana preparado para celebrar a amizade e a boa sorte, e, claro, para nos aquecer naquele frio que fazia no inverno curitibano. O chá tem como ingredientes cravo-da-índia, canela, folhas e casca de laranja, suco de limão e anis. Esse chá é degustado sem ser adoçado, para alguns é aberto a concessão de colocar alguns pingos de mel. Ao descrever os ingredientes ela os associava a alguns sentimentos e atitudes que proporcionam a amizade e o que é considerado como sorte e encontro entre pessoas.

Com o chá, lembrei de um comentário de Roberto DaMatta, em “*O que faz o Brasil, Brasil?*”, ao fazer discorrer sobre o papel do alimento no estabelecimento da socialização entre as pessoas dos grupos mais diversos.

Alimento é algo universal e geral. Algo que diz respeito a todos os seres humanos: amigos ou inimigos, gente de perto e de longe, da rua ou de casa, do céu e da terra. Mas a comida é algo que define um domínio e põe as coisas em foco. Assim, a comida é correspondente ao famoso e antigo de-comer, expressão equivalente a refeição, como de resto é a palavra comida. Por outro lado, comida se refere a algo costumeiro e sadio, alguma coisa que ajuda a estabelecer uma identidade, definindo, por isso mesmo, um grupo, classe ou pessoa. (DA MATTA, 1986, p.55)

Continuamos a nos alimentar e, enquanto isso, íamos conversando. Em um certo momento, pedi permissão para gravar a nossa conversa, pois o mesmo expunha a história da criação da associação criada por ele, sua vida de cigano, as demandas e necessidades dos ciganos e sua incursão como representante dos ciganos junto aos poderes públicos. A permissão foi concedida e, como resultado, obtive quase duas horas de conversas para serem transcritas e colocados como dados para análise.

Nesse primeiro momento, mesmo com muitas questões me permeando a mente em forma de perguntas a serem feitas, consegui me controlar e deixar que ele falasse livremente. Estava no início do doutorado, ainda não havia formulado um roteiro para a entrevista, principalmente nas condições de imediatismo do contato em que a visita ocorreu.

³⁶ Pão trançado utilizado para as refeições no Shabat (sábado). Uma mesa com “Chalá” para um judeu é sempre um sinal de festividade.

Contudo, conhecendo a obra de Antonio Carlos Gil sobre “*Métodos e técnicas de pesquisa social*” (1999), no tocante aos instrumentos de coletas de dados posso classificar esse momento como sendo o de utilização da entrevista sem ser padronizada ou não-estruturada, na qual não existe uma rigidez de roteiro. Sendo possível explorar algumas questões mais amplamente por meio de algumas poucas intervenções, tal como procedi.

Outra perspectiva sobre esse momento de pesquisa estava presente nas palavras da antropóloga Mirian Goldenberg em livro “*A arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*” (2004), quando pontua a criatividade e a impossibilidade na previsão das etapas da pesquisa.

A pesquisa científica exige criatividade, disciplina, organização e modéstia, baseando-se no confronto permanente entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a ignorância. Nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis. A pesquisa é um processo em que é impossível prever todas as etapas. O pesquisador está sempre em estado de tensão porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado — o “possível” para ele. No meu entender, não existe um único modelo de pesquisa. (GOLDENBERG, 2004, p. 13-14).

Continuando a descrição desse primeiro encontro com o líder da associação que estaria presente em meu estudo, saímos de uma sala onde estava sendo degustado o chá e as guloseimas e fomos a outra sala onde havia uma televisão e um aparelho de DVD. Claudio continuava a falar sobre os mais diversos temas envolvendo questões ciganas e eu atento ao que falava e gravando. Em um dado momento a bateria do gravador descarregou e eu, obvio, fiquei aflito.

Neste momento, Claudio ligou a televisão e o aparelho de DVD, colocou para surpresa minha, pois eu desconhecia; um vídeo que ele havia produzido com alguns grupos ciganos sobre a situação dos acampamentos e dos problemas envolvendo a aplicação de direitos a ciganos. O vídeo foi depois gentilmente doado para o meu acervo, com uma anotação escrita a próprio punho e assinada que poderia utilizar as informações apresentadas ali, inclusive divulgar as imagens. Vídeo este muito útil durante todo o meu trabalho e assistido inúmeras vezes pelo conteúdo riquíssimo do universo cigano brasileiro.

Enquanto conversávamos, ou melhor, eu o escutava falar, a sua esposa que estava entre a cozinha e um quarto de um neto aparecia algumas vezes e lembrava alguns fatos ou acrescentava alguma informação que ela achava relevante para mim.

Após o término da exibição do vídeo, ele foi me mostrar um outro cômodo da casa, a sala denominada de escritório, com um birô, duas cadeiras, alguns cartazes de apresentação de peças, pois ambos são atores (marido e esposa) e um computador. Ao sentar-se em frente ao

computador, escutei duas das falas que me fizeram pensar no uso das novas tecnologias da informação e da comunicação para trabalhar com os ciganos e, como consequência, em utilizar a Netnografia como um outro possível método de pesquisa, além da etnografia e da observação flutuante. As falas foram:

As duas maiores invenções para alegria do povo cigano são a roda porque podemos ir para qualquer lugar com nossa parentada³⁷ e o celular que, onde estivermos, se o celular deixar (risos), podemos falar uns com os outros, tanto para pedir ajuda, quanto para ajudar. (CLAUDIO IOVANOVIČI – NDCG)

Nós ciganos somos como a internet e o celular, estamos em todos os cantos. Aliás, nós somos mais eficientes do que a internet e o celular. Porque tem lugar que não pega celular e não tem computador também, mas nós ciganos estamos lá. (CLAUDIO IOVANOVIČI - NDCG)

Em determinada hora, percebi que seria incomodo, principalmente por ser uma primeira visita, continuar entre eles. Trocamos outros contatos, pois e-mail e o número do celular já possuía e ficamos de ir nos comunicando por meio das redes sociais, o que ocorreu inúmeras vezes.

Perguntei se poderia realizar outras visitas e posteriores conversas, o mesmo consentiu que sim. Despedi-me, peguei o ônibus de volta para o centro histórico e para o quarto de hotel no qual estava hospedado. A mente não parava de fervilhar ideias, questionamentos e reflexões que foram materializadas no diário de campo em forma de anotações.

Ao chegar dezembro, após o término do curso de todas as disciplinas, entre obrigatórias e optativas do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia pude retornar a Curitiba-PR em 15 de dezembro de 2011 para passar uma semana. Seria uma semana em que pretendia acompanhar as atividades da APRECI-PR junto aos ciganos por causa da participação dos ciganos em uma feira étnica que ocorreu na cidade.

Havia agendado mais uma visita com fins etnográficos junto a Claudio Iovanovitchi e a APRECI-PR. Contudo, o campo e as pessoas nem sempre estão disponíveis para nós pesquisadores como gostaríamos que estivessem. Ocorreu nesse período uma reunião em Brasília-DF e Claudio havia sido convocado a estar presente representando os ciganos do Brasil enquanto uma das lideranças reconhecidas.

³⁷ O vocábulo “parentada” é sinônimo para família ou parentes. Em contato com os ciganos observei que “parentada”, tanto faz referência ao parentesco consanguíneo, como é utilizado para se referir a outros grupos ciganos se o contexto é um grupo Kalderash se referindo a um grupo Calón.

Durante esses dias que passei por lá, aproveitei para conhecer a cidade, ir aos locais em que normalmente ou corriqueiramente os ciganos ficavam alojados. Conheci o local destinado a ser o memorial de cultura cigana, onde deveria haver um monumento em homenagem aos ciganos.³⁸

Nesse ínterim para encontrar o local passei por dois momentos inusitados. Primeiro, mesmo tendo um decreto que oficializava o memorial, tive muitas dificuldades em encontrar o local, pois não havia referência nos sites da internet, nem as pessoas sabiam onde estava localizado. Segundo, ao encontrar fiquei consternado com situação do local, um descampado cercado por árvores nativas e plantas daninhas, bem diferente de outros pontos turísticos da cidade com referências étnicas como a “Praça do Japão”, “Bosque Italiano”, “Bosque do Alemão”, “Parque Tingui”, “Bosque João Paulo II”, entre outros que há. No local destinado ao memorial dos ciganos havia apenas uma placa de metal em frente a uma árvore com as seguintes palavras escritas: “A APRECI, agradece ao Prefeito Cassio Taniguchi, pela concessão do Espaço Cultural Cigano ‘Claudio Domingos Iovanovitchi Jr³⁹.’, Curitiba, 25 de setembro de 2004”.

No período em que lá estive pude conversar com alguns ciganos que estavam fazendo parte de uma feira de produtos étnicos. Essa feira ocorre anualmente em dezembro na Praça Gal. Osório, no centro histórico de Curitiba-PR. Eram cinquenta e sete barracas, doze de produtos para decoração de Natal e nove de opções de presentes, como adornos pessoais, caixas decoradas, bordados, roupas, sabonetes e aromatizantes, bonecas de pano, jogos educativos e produtos culinários artesanais. Onze eram ocupadas por grupos étnicos (indígenas e quilombolas) e suas produções. Além, dessas, havia vinte e cinco barracas com opções gastronômicas de diversos países e grupos étnicos. O horário de funcionamento era de segunda-feira a sábado, das 10h às 22h, e aos domingos, das 14h às 19h.

Os ciganos não estavam expondo seus produtos e serviços em nenhuma dessas barracas, estavam circulando por entre os não ciganos e realizando o comércio real e simbólico. Por comércio real tomo como referência negociações envolvendo joias, roupas e acessórios tecnológicos; e, como simbólico a quiromancia (leitura das linhas da mão para prever a sorte) e a cartomancia (exposição de fatos do passado, presente e futuro por meio das cartas de um baralho ou tarô).

³⁸ Cópia do decreto n.º 889, no qual a Prefeitura Municipal de Curitiba outorga permissão de uso para implantação do memorial de cultura cigana encontra-se no anexo 3 deste trabalho.

³⁹ Filho de Claudio Iovanovitchi que faleceu de forma trágica. Durante todo o período da pesquisa percebi que falar sobre ele era um assunto tabu pela emoção que emergia. Como não é objetivo desta pesquisa trabalhar com a Antropologia das Emoções ou a Antropologia da Morte, resguardei o direito do informando em não falar sobre o assunto, tendo em vista as lágrimas que lhe vinham a face ao rememorar o óbito.

A feira por ser um local de grande circulação de pessoas, não foi difícil encontrar de imediato as ciganas fazendo a quiromancia de quem se dispusesse a contribuir com algum dinheiro para a subsistência das próprias e do grupo. Ao deparar-me com três ciganas e ser abordado demonstrei interesse em conhecer os demais membros do grupo que lá estavam circulando no meio dos não ciganos.

Apresentei-me como pesquisador e disse que conhecia algumas pessoas ciganas, mais restritamente as lideranças, ao citar alguns nomes elas mandaram uma criança cigana que estava próxima a elas chamar um senhor de uns sessenta anos, o líder do grupo. Conversei com ele e mostrei o interesse sobre os ciganos sem os estigmas que circundam os grupos ciganos.

Percebendo o interesse e, o fato de conhecer alguns líderes, bem como a situação de sócio exclusão em que se encontram alguns ciganos. Situação essa vivenciada pelo grupo que ali estava, com escassa alimentação e vestuário para o frio. Era um grupo formado por três famílias de origem Calon, aproximadamente quarenta ciganos entre homens, mulheres e crianças.

Em meio a esse grupo de ciganos Calon havia duas ciganas Kalderash, segundo o líder do grupo, elas estavam sozinhas no mundo e por serem ciganas eles não as abandonariam, pois para ele: *“cigano é cigano, independente da origem do grupo e nem um cigano deixa os seus abandonados”*. Os motivos de estarem sozinhas não me foram revelados.

Ao falarmos sobre a estadia deles em Curitiba-PR, mais especificamente naquele período, o líder expôs ser pela grande circulação de turistas e isso os ajudariam a arrecadar dinheiro para a subsistência naquele momento e para viagem aos estados que possuíam praia para poder continuarem comercializando e ganhando dinheiro. Também relatou que estava esperando um outro líder, Claudio Iovanovitchi, para saber se haveria algum benefício para os ciganos. Porque havia sido avisado em um outro acampamento que Claudio Iovanovitchi tinha ido a Brasília-DF e traria boas novas para os ciganos e ele gostaria de saber se seria beneficiado juntamente com o grupo dele, bem como que benefícios seriam dispostos para os ciganos. Após os momentos de conversa, despedimo-nos, continuei a observar e a relatar em meu diário de campo o encontro e esse líder com o seu grupo continuaram a comercializar.

No dia 21 de dezembro no período matinal Claudio Iovanovitchi retorna para Curitiba-PR, após as reuniões que participou em Brasília-DF e São Paulo-SP. Ao chegar entrou em contato comigo avisando que, caso estivesse ainda em Curitiba-PR, poderia visitar

a sua casa à noite. Parecia que meus encontros etnográficos estavam fadados ao período noturno.

Como meu retorno estava marcado para o dia 22 de dezembro, aceitei de imediato o convite. Na hora marcada estava na casa dele. Aproveitei para retribuir a gentileza e a atenção levando alimentos para um lanche. A esse ato creio que Marcel Mauss (MAUSS, 1983, p. 147) poderia denominar de “*o potlatch*” e a “*forma mais antiga da dádiva*” (MAUSS, 1974, p. 98), sem óbvio, o desenvolvimento da rivalidade e da institucionalização da competição.

Eticamente para ditames de alguns cientistas, o ato de levar algo para os pesquisados poderia ser compreendido como “*politicamente incorreto*” para obtenção de informações. Mas não sei se os que pensam “*politicamente correto*” conseguem refletir, sobre as percas econômicas de alguns dos pesquisados, mais exatamente quando nos referimos as/aos profissionais do sexo, porque enquanto estão com o pesquisador deixaram de atender clientes e de ganhar dinheiro, por estarem se predispondo a narrar suas vidas para as pesquisas realizadas. Pesquisas essas que, por princípios éticos, irão invisibilizar essas pessoas por meio de pseudônimos.

Nesse sentido também, lembro de algumas pesquisas realizadas em alguns templos, principalmente os evangélicos de designação protestante, onde não se contribui com ofertas, mas são usados os bancos do templo, a energia elétrica para iluminação, os ventiladores, ar-condicionado, aparelhagem de som; além, claro, dos discursos e das pessoas que são membros ou participam do local.

Vivemos em uma sociedade capitalista e disso não podemos nos fazer de rogado como se não fosse algo relevante a ser contextualizado em nossas situações de pesquisa e construção de campo. Não estou aqui dizendo que devemos pagar aos nossos informantes, mas que os tratemos com toda dignidade que requer as relações de uma pesquisa com pessoas, trazendo dessa forma, a humanidade como “*um princípio ético básico, e não uma assertiva factual*” (SINGER, 1998, p. 30).

São apenas duas situações que me fazem pensar essa relação pesquisador-pesquisa-pesquisado e os contextos que circundam o que denominamos de produção de conhecimento científico. Em tempos onde as Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas trazem problematizações sobre um comitê de ética próprio e diferenciado da lógica do comitê de ética biomédico, criado pela Resolução nº. 196, de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, não podemos esquecer a humanização de pesquisador e pesquisados. Em 2001, Rubem George Oliven, Presidente da ABA no período, encaminhou uma carta ao Ministro José Serra, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, abordando a questão da ética

diferenciada para as ciências. Entre as ponderações, a primeira nos chama a atenção por trazer a preocupação com o trabalho de campo e os envolvimento com por meio de vínculos com as pessoas estudadas.

A comunidade de pesquisadores em Antropologia Social entende que a norma em referência, devido às especificidades do trabalho antropológico, possa se tornar um obstáculo a mais para a realização de pesquisas, com a consequente desmotivação de pós-graduandos que tradicionalmente fazem do longo período de trabalho de campo o momento mais significativo de sua iniciação científica, que envolve inclusive o estabelecimento de estreitos vínculos com o povo estudado. (OLIVEN, 2001)⁴⁰

As pessoas em nossas pesquisas nos dão duas coisas que são preciosíssimas, a vida delas, captadas em nossos textos, e o tempo utilizado para permitir as nossas presenças com elas e em meio a elas. Essa presença estabelece vínculos que são traduzidas em redes de sociabilidade. São as humanidades manifestadas nos atos sociais dos “*atos sociais*” (DURKHEIM, 1988) que registramos, interpretamos e contextualizamos em nossas escritas. Só há diferença no outro porque eu não sou também igual a esse outro.

Assim, concordo com Clifford Geertz (2001, p. 97), quando diz que “*a tentativa de retratar “como pensam [ou pensavam] os ‘nativos’”, ou mesmo o que eles estão fazendo quando fazem o que fazem, viu-se sob considerável ataque moral, político e filosófico*”.

Retomando as anotações do diário de campo. Ao chegar fui recepcionado com sorrisos e alegria por ele, sua esposa e mais dois ciganos que havia encontrado anteriormente na feira étnica. Entrei na casa e lá estava o chá preparado por Neiva e uma mesa posta com bolo, doces e pães. Ela acrescentou o que eu havia trazido. Nós homens sentamos, servimo-nos do chá e dos alimentos e Claudio Iovanovitchi começou a narrativa do que ocorreu durante a sua estadia em Brasília-DF e em São Paulo-SP. Só para não perder o costume e por medo de perder algum detalhe da conversa, perguntei se poderia gravar o que estava sendo dito ali e todos foram de comum acordo que sim.

Em sua narrativa, Claudio Iovanovitchi falou sobre um grande evento para os ciganos que estava sendo pensado para maio de 2013. Durante todo o ano haveriam algumas reuniões com lideranças ciganas de todo o país, especificamente naqueles em que as associações são atuantes.

As reuniões tanto poderiam ser solicitadas pelo SEEPPIR, quanto pelos próprios ciganos se assim o quisessem, seria em concordância sobre o melhor período possível para os

⁴⁰ A carta encontra-se disponível no site da ABA em “Documentos relativos à Ética em pesquisa antropológica”, no endereço eletrônico: <http://www.portal.abant.org.br/index.php/17-noticias/225-documentos-relativos-a-etica-em-pesquisa-antropologica>

ciganos. Um dos ciganos que estava na casa de Claudio Iovanovitchi apontou que seria interessante primeiro uma reunião só com os representantes.

Depois das decisões que fossem tomadas, esses representantes poderiam visitar os grupos ciganos espalhados pelas várias cidades em que se têm conhecimento da presença de ciganos. Ao chegar nessas cidades esclarecer os chefes e os líderes sobre a importância de participação ou não dos ciganos no evento proposto pela SEPPIR.

Uma das ressalvas quanto ao evento seria o seu uso para fins eleitoreiros por parte de alguns políticos, ou levar os ciganos a votarem em determinados partidos, sendo 2014 ano de eleições⁴¹ para a presidência da república e para governador dos estados. Disse um dos ciganos presente na casa de Claudio Iovanovitchi, *“cigano não é trampolim para político nenhum, quando queremos direitos eles se calam para nós, quando é para votar, querem mostrar que nós falamos deles. Muitos de nós não têm título. Devemos ter cuidado com isso”*.

A fala foi bastante pertinente, tendo em vista que uma das pautas dos ciganos é o acesso à documentação para terem o direito de inclusão nas políticas públicas básicas de atenção à saúde, a educação, ao saneamento, a assistência social e aos programas sociais.

Em tempo, senti-me à vontade para realizar uma pergunta sobre como ocorreria esse mapeamento das cidades que possuem ciganos em suas terras. Isso já pensando em como esse mapeamento poderia ocorrer dentro dos pressupostos da Cartografia Social. De acordo com os professores Adryane Gorayeb e Jeovah Meireles, do Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal do Ceará a Cartografia Social tem como princípio a relação das pessoas com os territórios levando em consideração vínculos simbólicos.

Cartografia Social constitui-se como um ramo da ciência cartográfica que trabalha, de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Para o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida a Cartografia Social é uma ferramenta que auxilia a Etnografia e a Antropologia para a compreensão do patrimônio cultural dos grupos a partir dos relatos dos próprios grupos por meio do “autoconhecimento” e da relação com o mundo por meio das vivências e compreensões. Isso nos deixa com pensamentos que estamos em um emaranhado de questões de uma complexidade imensa

⁴¹ Ao analisar o comentário sobre as eleições, em 2014 quando consultei novamente as minhas anotações de diário de campo, pude entender nitidamente o receio dos ciganos, pois assistindo a alguns debates dos candidatos à presidência da república é perceptível que os discursos focam questões relacionadas a minorias (enquanto sujeitos de direitos não respeitados e discriminados diante do modelo heteronormativo, branco, europeu, sexista), mas que em quantidade numérica tem um peso decisivo no montante dos votos contados para a eleição.

sobre como a formação e apropriação de territórios se consolida com diferentes óticas e mudanças, de acordo com as vivências estabelecidas sociabilizadas no e com o território.

Concordo com o pesquisador Paulston quando poeticamente define a Cartografia Social como “*a arte e a ciência de mapear formas de ver*” (PAULSTON, 1996, p.15). Porque são com essas “*formas de ver*” que nós antropólogos externamos o conhecimento contido em nossas etnografias.

A elaboração desses mapas é uma valorização inédita do conhecimento e da cultura desses grupos e uma prova de que é possível formar bons pesquisadores fora dos grandes centros. [...] isso poderá contribuir para modificar a própria comunidade científica nacional e representa uma aplicação do saber tradicional como ferramenta para superar a pobreza. (ALMEIDA, 2012)⁴².

Acredito que uma Cartografia Social com os ciganos será muito importante para mapeamento dos locais onde há a presença deles, os grupos existentes no Brasil e, talvez, uma exposição quantitativa de quantos são demograficamente. Não há na coleta de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) algum critério para as pessoas se identificarem como cigano.

Mas para reflexão minha, obtive como resposta ao questionamento do mapeamento dos ciganos a assertiva de que “*cigano conhece cigano. Nós temos nossa parentada. Quando um sabe vai dizendo ao outro. Tem os casamentos. Os primos se entendem, vão ligando uns para os outros, os que nós temos e-mail vamos avisando. Até junho (2012) todos vão saber*”. (CLAUDIO IOVANOVITCHI – NDCG).

A fala de Claudio Iovanovitchi rememorou-me a compreensão das redes estabelecidas e acionadas pelos ciganos, primeiramente, por meio do parentesco e a celebração de casamento como sendo um ato máximo da fixação e dos elos e expansão da rede por meio das sociabilidades das famílias que se unem.

Segundo o acionamento da rede se dando pelos membros que compartilharam um momento e levam consigo a informação para outras pessoas nos locais em que têm acesso. Terceiro, o papel das tecnologias da informação e comunicação. Assim como cheguei a Claudio Iovanovitchi por meio de um e-mail compartilhado e um número de celular que foi repassado por outros ciganos, ocorre o mesmo entre os ciganos e suas associações para formação de redes.

⁴² Texto integral do antropólogo e professor da Universidade do Estado do Amazonas, Alfredo Wagner de Almeida, 2012, disponível no site da Fundação Cultural Palmares: <http://www.palmares.gov.br/?p=21848>

Durante a pesquisa netnográfica pude acompanhar algumas discussões e relevâncias em assuntos ciganos propostos e evocados por eles entre si e com alguns membros dessa rede social formada entre ciganos e não ciganos.

Ao trazer essa fala, tendo como foco a rede, o acionamento, o parentesco e as novas tecnologias, concordo com Clifford Geertz (2001) ao definir o texto etnográfico como experimental e digressivo nos retrocessos aos assuntos. Assim como eu ia para o campo e retornava para casa e para o campo novamente, acredito que na escrita etnográfica também ocorre o mesmo, escrevemos sobre um determinado assunto e retornamos muitas vezes mais.

As anotações contidas no diário de campo refletem bem esse ir e vir, pois quantas vezes não nos voltamos a elas para coletar novas informações já vistas anteriormente, ou para ratificarmos as informações já contidas em nossa escrita. Esses movimentos do ir e do vir e do ir novamente são bem característicos das dúvidas do conhecimento, das informações prestadas pelo outro e de uma escrita que se constrói em três vozes: a do informante, a das teorias acadêmicas e a da minha interpretação e contextualização dessas duas primeiras vozes.

A prosa é variada e indireta. Ora é “acadêmica, ou seja, abstrata e argumentativa, ora “experimental”, isto é, ensimesmada e impressionista; mas é sempre discursiva, respaldando e preenchendo, dando com uma das mãos e tirando com a outra, fazendo uma digressão para examinar uma ideia, retrocedendo nos próprios passos para voltar ao assunto (GEERTZ, 2001, p. 103).

Nessa visita à casa de Claudio Iovanovitchi para fins etnográficos ao terminar, já havia passado das zero horas. Pensei em fazer uso dos serviços de táxi para retorna ao hotel no qual estava hospedado. Inclusive pedi, se possível, o número de alguma cooperativa de táxi que atuasse na cidade. Contudo, como bons anfitriões fui convidado a passar a noite na casa deles.

Segundo os mesmos, a casa deles era um local que todos os viajantes teriam guarida, quer fossem ciganos ou *gadjés* (não ciganos) e, principalmente eu que era judeu de sangue, religioso por opção por ter práticas de algumas religiões e cigano por adoção⁴³. Diante dessa fala, concordo com a observação de Isabel Fonseca (1996), quando diz que “*todo e qualquer cigano era obrigado a dar boas-vindas e oferecer ajuda material a qualquer outro que a solicitasse – de preferência, mas não necessariamente do mesmo grupo*” (FONSECA, 1996,

⁴³ Cigano por adoção por ter sido recebido pelo grupo, após passar pela desconfiança do mesmo. Também porque o meu trabalho serviria de material para ser usado junto ao Estado como referencial por eles para negociação. Quando penso em meu trabalho não penso dentro de uma perspectiva da Antropologia Engajada, mas é o mínimo de retorno para esse grupo que me permitiu fazer pesquisa com ele. Pois, em nosso próprio código de ética proposto pela ABA encontramos o respeito e o retorno de nossa pesquisa a população estudada.

p. 46). Em outros contextos e nesse, particularmente, pude constatar essas “*boas-vindas*” e “*ajuda*”, tanto para os do grupo cigano, quanto para mim, um antropólogo não cigano.

Agradei o convite e a hospitalidade, porém recusei. Percebi que eles queriam conversar apenas entre eles, assuntos que para eles diziam respeito apenas ao grupo e eu, enquanto não cigano, estava sendo intruso e não seria cabível, pelo menos nesse contexto, mesmo com toda a afabilidade e receptividade de estar entre eles. Acredito que há distinção para o antropólogo entre o ato de pesquisar e o de ser inconveniente para os pesquisados.

Nossa sensibilidade, escuta e observação treinada são os “termômetros” diante das situações que nos são apresentadas nesse limiar de pesquisa e inconveniência. Nesse momento, eles não precisavam de um “forasteiro” entre eles, no caso, eu (o outro, o não cigano).

Para não parecer mal-educado ou mal-agradecido diante da hospitalidade recusada, expliquei que meu vestuário, material de higiene pessoal estavam no hotel e eu não me sentiria à vontade dando mais esse trabalho a Claudio Iovanovitchi e sua esposa Neiva. Agradei também o tempo que dispensaram, mais especificamente a Claudio Iovanovitchi, para estar comigo compartilhando sua vida, narrando suas histórias e disponibilizando informações que necessitava para a minha busca hermenêutica da leitura e interpretação daquele contexto (CLIFORD, 1998), do que significa ser cigano em uma rede associativa no diálogo com o poder público para garantia de direitos.

Após o meu agradecimento e a exposição das razões do porquê retornar ao hotel, Claudio Iovanovitchi se predispôs a levar-me em seu carro. Fiquei constrangido, mas aceitei. Como o que ocorre no campo traz imponderáveis, às vezes bons, “*a sorte*”, acredito que naquela noite estava comigo.

Durante o trajeto entre a casa dele no bairro de Santa Quitéria e o hotel, no centro histórico de Curitiba-PR, cerca de vinte minutos; Claudio Iovanovitchi conversou alguns assuntos de forma mais descontraída. Assuntos esses, que foram tão interessantes e importantes, quanto as horas de gravação que havia realizado em sua casa.

Esse momento foi gratificante porque demonstrou ser um momento de confiança na relação antropólogo pesquisado, sem as performances no diálogo pesquisado-pesquisador, onde as pessoas consideram o ato da fala a partir da seleção do que consideram importante no que se refere ao dizer ou não ser dizer ao pesquisador e, do que deve ou não ser dito ou deixado transparecer por meio dos atos (LANGNESS, 1973).

Pesquisar pessoas politizadas, como é o caso de Claudio Iovanovitchi requer que o pesquisador esteja no ato de “*negociar continuamente com ‘sujeitos’ muito ativos, que tem*

suas próprias ideias e tentam fazê-las valer, sobre o que deve e o que não deve ser pesquisado, sobre o que é importante e/ou de utilidade para seus próprios fins.” (GARNELO, 2002:37, apud ORTOLAN MATOS, 2006:27).

Nos vinte minutos de carona, entre os assuntos conversados, Claudio narrou sobre como eram as reuniões em seu sentido “*off*”⁴⁴, o que ocorriam nos bastidores das reuniões oficiais, quer entre os ciganos e seus representantes, quer com os demais representantes de outros grupos étnicos, sociais e religiosos durante as plenárias da SEPPIR. Esses foram dados importantíssimos para nortear a formulação da ideia central do texto produzido nesse trabalho.

Com o relato das formações de rede e de acionamento das mesmas durante as pautas coordenadas e, às vezes, propostas pela SEPPIR, pude observar a importância das redes formadas tanto intra-grupo, quanto extra-grupo, nas deliberações e proposições de direitos para os grupos ciganos e do apontar direitos já conquistados por outros grupos e segmentos para o estabelecimento da causa cigana de cidadania e afirmação de direitos.

O conhecimento de um líder sobre a necessidade do que o “povo”⁴⁵ do outro grupo tem, faz com que todos nós passemos a nos aliar a esse povo. A fome, a falta de moradia, a perseguição ou desrespeito que um passa, é como se todos estivessem passando! Quando chega o direito para um, nós entramos em contato com todos e vamos requisitar o direito para todos. Nós somos todos unidos, temos as nossas diferenças, mas para buscar o direito nosso somos um. Não importa se é judeu, índio, quilombola, cigano ou candomblecista, somos um! Tem telefone e internet para isso. Para nos comunicarmos e procurarmos solução para o problema que de um passa a ser de todos. (CLAUDIO IOVANOVITCHI – NDCG)

Essa fala foi de uma importância tremenda para pensar sobre as redes formadas pelas lideranças, enquanto representações dos grupos étnicos, sociais e religiosos, e a construção de política pública para grupos minoritários e populações tradicionais. Pensar em bastidores ou em conversas paralelas em reunião da SEPPIR é pensar em elos que estão se formando para construção e constituição de uma rede. Rede essa que será preponderante nas deliberações e propostas.

Outro ponto que me chamou muito a atenção foi o sentido de unidade na rede, porque mesmo sendo representações de grupos e causas distintas, havia uma unidade no que cabia a consciência de direito. Conquista de direito para um representava efetivamente conquista para todos que compunham as lideranças, a partir daquele elo que obteve aprovação

⁴⁴ “Off” um termo usado pelo informante para designar longe ou afastado dos momentos oficiais da reunião oficial proposta e coordenada pela SEPPIR.

⁴⁵ “Povo”, categoria nativa para designar as pessoas e/ou grupos representados por uma liderança presente nas reuniões da SEPPIR.

em sua proposta, os demais absorviam para si e traziam para os seus respectivos grupos e causas.

“*Antropologicamente*” pensando, diante de uma formação teórica a que nos propomos ter em nosso campo científico, lembrei da obra do antropólogo Pierre Clastres, “*A Sociedade contra o Estado*” (2012), onde a fala do meu interlocutor se contrapõe ao Pierre Castres no sentido do agir por si próprio, pois como Claudio Iovanovitchi se coloca como pertencente a uma rede, a ocorrência com um dos segmentos representados trará consequências aos demais.

Na sociedade primitiva, sociedade essencialmente igualitária, os homens são senhores de sua atividade, senhores da circulação dos produtos dessa atividade: eles só agem para si próprios, mesmo se a lei de troca dos bens só mediatiza a relação direta do homem com o seu produto. Tudo se desarruma, por conseguinte, quando a atividade de produção se afasta do seu objetivo inicial quando em vez de produzir apenas para si mesmo, o homem primitivo produz também para os outros, sem troca e sem reciprocidade. (CLASTRES, 2012, p. 210)

Assim, diante da fala que escutei acredito que em trocadilhos ou em forma de analogia com o título da obra de Pierre Clastres em um pensamento sobre pertencimento a uma rede temos um modelo proposto de mecanismos para algumas determinadas “sociedades entrarem no Estado”. Entrando no diálogo do Estado e para com o Estado passam a ser protagonistas politicamente e juridicamente das decisões, demandas e direitos.

Chegando ao hotel, no qual eu estava hospedado, agradei o desprendimento e a solicitude dele em trazer-me e, principalmente, a conversa que tivemos no trajeto. Entrei no hotel, peguei as chaves do quarto no qual estava hospedado e abri o meu pequeno em tamanho, mas grande em conteúdo, o diário de campo.

Comecei as anotações, colocando as falas tal e qual eu lembrava em uma tentativa mais ou menos lógica e coerente do que escutei durante esse trajeto. Em seguida, realizei as demais anotações sobre o que ocorreu em fatos e contexto na casa de Claudio Iovanovitchi, pois os diálogos já estavam gravados para serem transcritos e analisados.

Neste momento de anotações lembrei do livro “*Um diário no sentido estrito do termo*” (MALINOWSKI, 1997), mais especificamente do “*Prefácio*”, no qual Valetta Malinowska expõe uma bela e interessante reflexão sobre o “*diário de campo*” como uma exposição de quem o escreve.

Sempre tive vontade – até mesmo necessidade – de conhecer algo mais acerca da vida e da personalidade de qualquer pintor, escritor, músico ou cientista cuja obra tenha me interessado ou comovido profundamente. Sinto que o esclarecimento do ponto de vista psicológico e emocional que os diários, cartas e autobiografias proporcionam não só oferecem uma visão

nova da personalidade do homem que escreveu certos livros, desenvolveu uma certa teoria ou compôs certas sinfonias; mas creio, além disso, que por meio do conhecimento da vida e dos sentimentos desse homem frequentemente chegamos a um maior contato com ele e obtemos uma maior compreensão de sua obra. (MALINOWSKI, 1997, P. 12-13)

Realizei, em abril de 2012, mais uma visita com fins de coletar dados para a construção do texto etnográfico. Durante essa visita quando me encontrei com Claudio Iovanovitchi em sua casa e em andanças pela cidade de Curitiba-PR, foi possível dialogar sobre algumas questões envolvendo ciganos, seus modos de vida e relacionamento entre si e com os outros. Nesses “outros” incluo o Estado enquanto instituição.

Nessa visita de abril de 2012 recebi o convite de Claudio Iovanovitchi para participar de alguns diálogos com um grupo de ciganos que estavam acampados em Curitiba-PR para esclarecimentos do que seria a reunião em Brasília-DF em 2013. Contudo, ao dirigirmo-nos para o local em que estavam e ao falarmos com o líder, de imediato, a minha presença não foi contemplada com muitos “bons olhos” pelo fato de não ser cigano.

Como é que uma coisa é para cigano, para a gente e já colocam gente que não é da gente junto? Não concordo em conversar com você com quem não tem o sangue da gente e não sabe o que nós passamos por ser cigano. Nós conversamos e depois eu decido se deixo ele [eu] participar das outras conversas. (LÍDER CIGANO CALON DE UM ACAMPAMENTO - NDCG)

Nesse momento compreendi que havia sido levantada a barreira do “nós ciganos” e “o outro não cigano”, respeitei, perguntei se poderia ficar esperando por Claudio Iovanovitchi sentado em uma praça em frente ao local onde estava montado o acampamento. Ambos concordaram Claudio Iovanovitchi e o líder cigano Calon. A fala e a atitude desse líder cigano não me causaram aborrecimento ou estranheza. No momento de assuntos ciganos e de decisões para os ciganos permanece apenas quem é cigano a partir de uma rede de parentesco ou de laços de sangue.

Durante as plenárias em Brasília-DF, quando haviam grupos ciganos ocorriam alguns conflitos, porque de acordo com o que eles elegiam para ser discutido para compor uma pauta de reivindicação, acionavam as redes de contatos ou de parentesco para definirem quem deveria ou não permanecer na reunião antes de ser apresentada a proposta para todos os presentes. Obvio que as representações ou líderes que não eram selecionados para permanecer não se contentavam e, normalmente, elencavam toda a genealogia e a história de lutas pelas causas ciganas para mostrar a pertinência de sua presença na elaboração da pauta e das propostas.

Quem dialoga com o Estado apodera-se de uma liderança ou representação maior diante dos demais grupos, por isso era importante tanto estar na reunião promovida pela SEPPIR, em Brasília-DF, quanto participar da reunião fechada da liderança cigana. Neste sentido, os discursos permitem aos ciganos dizer o que é possível dentro uma situação específica para depois socializar com outros (ciganos e não ciganos).

Em sua dissertação sobre “a pontuação do silêncio”, Noeli Lisbô afirma que a há abertura para interpretações que tanto podem traduzir literalmente o falado, quanto atribuir um sentido completamente diferente ao captado pela audição.

Este particular, entre o social e o individual, implica exatamente que todo discurso é determinado por outros discursos já existentes, o já-dito: determinado pelo lugar social do sujeito que, ao tomar a palavra, nunca tem o controle absoluto do seu dizer, uma vez que é interpelado pela ideologia: determinado ainda pela presença do outro, pelo lugar que este outro ocupa no seu imaginário; e determinado pelo fato de que o(s) sentido(s) para quem fala não necessariamente são o(s) mesmo(s) para quem ouve. (LISBÔA, 2008, p. 23)

Enquanto esperava Claudio Iovanovitchi, sentado em um banco na praça, peguei o meu diário de campo na bolsa e comecei a fazer algumas anotações do que observa no grupo e das falas ouvidas. Durante o momento de anotações três crianças (três meninos, aparentavam ter entre sete e nove anos) do grupo cigano se aproximaram de mim. Estavam brincando com uma bola.

Sentaram para descansar da brincadeira próximo a mim e aproveitaram para conversar comigo realizando perguntas sobre o que eu estava fazendo ali, o que era que eu estava anotando, se eu não tinha medo deles por serem ciganos, se eu era de Curitiba-PR. Respondi as perguntas deles e aproveitei para fazer algumas perguntas também.

Optei por não realizar nenhuma abordagem mais sistemática, naquele momento, uma pesquisa com essas crianças, pois poderia ter ocasionado uma situação inconveniente no campo, tendo como referência a receptividade negativa do chefe do grupo para comigo em um primeiro contato. Mesmo tendo conhecimento sobre as discussões envolvendo a “Antropologia da Criança” (Cohn, 2005; Alvim e Valladares, 1988; Del Priore, 1999; Gregori, 2000; Rizzini, 2002).

Obtive algumas respostas e alguns silêncios que interpretei como os segredos particulares daquele grupo e que não deveriam ser comentados com estranhos. Numa perspectiva de análise do discurso para pensar o silêncio me aproprio de fala de Eni Orlandi, em que o silêncio é constitutivo próprio do dizer e, quando não podemos ouvir, nós enquanto observamos para interpretarmos contextualmente com significados, porque “o silêncio é a

condição da produção de sentido. Assim, ele aparece como o espaço 'diferencial' da significação: lugar que permite à linguagem significar" (ORLANDI, 1995, p.70).

Com os dados colhidos em conversa com as crianças e depois confirmados por Claudio Iovanovitchi contatei que esse grupo de ciganos era Calon, composto por três famílias, cerca de sessenta pessoas.

As mulheres vestidas com saias longas e rodadas ou com vestidos longos, passavam o dia andando pelas praças e ruas em busca de quem pudessem predizer o futuro pelas linhas da palma das mãos. O dinheiro conseguido por elas, era entregue ao líder. Este era responsável por juntar todos os ganhos advindos do seu grupo, o que havia sido captado pelas mulheres e pelos trabalhos dos homens com o comércio de alguns produtos e alguns serviços que prestavam informalmente aos não ciganos, como jardinagem, capinaria e vendas ou cobranças de algumas vendas.

Ao final do dia, em frente à tenda maior, a do líder, quando se reuniam preferencialmente com uma televisão ligada e em meio a comida adquirida naquele dia, iam discutir o que fazer com o dinheiro para o dia seguinte e as estratégias para conseguir mais dinheiro e assim conseguirem manter a vida em grupo e do grupo.

Depois da conversa com Claudio Iovanovitchi e o líder cigano retornamos para a casa de Claudio Iovanovitchi e ao chegar ele pegou uma caderneta que guardava em um birô, no qual também estava posto o seu computador e começou a fazer algumas anotações sobre aqueles ciganos e o que havia conversado com o líder deles.

Esse processo de anotações em uma caderneta é o que realizamos em nosso diário de campo. Em nossa contemporaneidade, nós antropólogos realizamos anotações, nossos informantes realizam anotações e das anotações temos um registro de pessoas e sobre nós mesmos em diferentes posições e com diferentes objetivos, mas todos com um papel político importante, o de dar visibilidade a quem está invisibilizado em nossos discursos de poder (WOLF, 2003, p. 340).

Ao questionar sobre o que havia anotado em seu caderno, Claudio Iovanovitchi respondeu serem as demandas do grupo para apreciação dos outros ciganos e procurar possibilidades de resolução de alguns problemas apresentados pelo grupo Calon. Anotou também os contatos e nomes dos ciganos para um possível encontro. Dado esse que interpretei como inclusão em uma rede para expansão da mesma, a rede de lideranças e grupos ciganos.

Após alguns diálogos com Claudio Iovanovitchi que me suscitaram mais algumas reflexões, despedimo-nos e segui de volta para Recife. Durante os meses seguintes do ano de

2012, mantivemos contato por meio das redes sociais, correio eletrônico e alguns pouco telefonemas.

Aproveitei esses meses para realizar a netnografia dentro dos caminhos propostos por Kozinets (1997), sem, em momento algum, esquecer de me perguntar quem estava informando, o que estava informando e o porquê da informação. Para pensarmos em uma discussão sobre rede, em suas várias composições, não podemos ou devemos deixar de estar atentos a quem compõe a rede.

No ano de 2013 retornei a encontrar com Claudio Iovanovitchi na “1ª Semana Nacional dos Povos Ciganos” em Brasília-DF, durante a semana do 24 de maio, o Dia Nacional dos Ciganos. Evento esse que, pela importância política, dedico um capítulo desta tese, tanto para etnografia como para reflexões, como pode ser visto mais adiante.

Em setembro de 2013, fui mais uma vez a Curitiba-PR para mais uma incursão etnográfica durante um evento da Secretaria de Educação do Paraná, no qual Claudio Iovanovitchi estava sendo protagonista ao repassar conhecimentos sobre os ciganos a professores não ciganos e, assim, combater o preconceito relacionado aos ciganos nas salas de aula de algumas escolas do Estado do Paraná.

O encontro contou com a participação de representantes das Secretarias da Educação, Cultura, Família e Desenvolvimento Social e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, além da Fundação Cultural de Curitiba, a Associação da Preservação da Cultura Cigana (APRECI) e a Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK).

Diante do que se propôs o encontro, foi possível constatar o já afirmado por Frans Moonen (2011) sobre a ignorância de uma maioria a respeito de uma minoria, gerando preconceitos diversos.

Porque a ciganologia brasileira está apenas dando seus primeiros passos e ainda pouco ou nada tem contribuído para diminuir a ignorância dos brasileiros sobre seus conterrâneos ciganos, e assim diminuir também os preconceitos e a discriminação anticigana. No Brasil, a nossa ignorância ainda é enorme. (MOONEN, 2011, p. 220)

O tema sobre os ciganos e a educação teve como foco principal a elaboração de uma base curricular específica para atender a demanda dos ciganos, respeitando suas diversidades e características culturais próprias. Contudo, não foi um evento isolado, ações ocorreram durante o ano por meio de palestras, oficinas e estudos realizados pelos profissionais da educação de todo o Estado do Paraná.

Paralelo, aos encontros com os profissionais da educação estava sendo elaborado um mapeamento das comunidades ciganas no Estado com a finalidade de contribuir com uma

inserção dos ciganos nas políticas educacionais, de assistência social e de saúde de forma que essas informações de políticas públicas para ciganos por meio dos agentes divulgadores da educação pudessem chegar a todos os beneficiados por essas políticas, no caso, os ciganos que vivem no Paraná.

O “*I Seminário Estadual de Educação Escolar Cigana*” ocorrido nos dias 24, 25 e 26 em setembro de 2013, no Teatro Londrina, em Curitiba-PR, deve-se a comemoração do 23 de Setembro – “*Dia do Cigano no Paraná*”, instituído conforme Lei Nº 12.873, de 29 de maio de 2000, que também é conhecido como “*Dia Estadual dos Povos Ciganos*”, em homenagem ao cidadão brasileiro de origem cigana, Cláudio Domingos Iovanovitchi Junior, já falecido, conforme nota de rodapé de número dezessete anteriormente exposta.

No Seminário, Claudio Iovanovitchi foi protagonista em diversos momentos ao relatar sua vida e seus conhecimentos sobre o que é ser cigano e as agruras que esse grupo enfrenta junto aos não ciganos, sendo para ele, nesse momento o foco era a educação. Essa questão envolvendo ciganos e educação, principalmente relacionada a Claudio Iovanovitchi irá aparecer em alguns outros momentos de debate de políticas públicas e conversas em rede formada com outros ciganos e não ciganos.

Nesse sentido, há uma ênfase que grupos ciganos, governo e profissionais podem juntar forças e criar uma trajetória real, com metodologias próprias, respeitando as especificidades de cada um dos grupos ciganos no Estado do Paraná e do Brasil para coibir o preconceito e a discriminação contra os ciganos.

A educação para os ciganos tanto é uma reivindicação, quanto uma pauta de luta. Nesse sentido e diante do observado, Frans Moonen (2011), coloca a educação como forma de protagonismo dos próprios ciganos, questão que também constato durante o fazer campo.

O problema educacional cigano não está resolvido apenas com a matrícula das crianças ciganas em escolas públicas ou particulares, ou seja, não está resolvido garantindo-se aos ciganos somente o direito à educação, embora isto já seja uma grande conquista. Para garantir o direito a uma educação cigana, inúmeros outros problemas terão de ser discutidos e, na medida do possível, resolvidos. E para isto será necessária a colaboração de todos os interessados e entendidos na problemática cigana, e principalmente dos ciganos, que deverão ser os protagonistas do seu próprio destino. (MOONEN. 2011, p.33)

Em dezembro de 2014, por questões de ética e de respeito à associação pesquisada e ao cigano Claudio Iovanovitchi levo o texto escrito desta tese “quase finalizado” para leitura e debate com ele. Pois, se eu sou autor de um texto acadêmico baseado em observações,

interpretações e contextualizações; Claudio Iovanovitchi e os ciganos são os autores das vidas e vivências que registrei.

Tento seguir o que Terry Eagleton (2006) nos chama a atenção, quando diz que: “*O escritor pode não pensar em um determinado tipo de leitor, pode ser soberanamente indiferente a quem vai ler sua obra, mas um certo tipo de leitor já está implícito no próprio ato de escrever, funcionando como uma estrutura interna do texto*”. (EAGLETON, 2006:127).

Sobre o ato da escrita, da leitura e da informação, cito uma frase dita por Claudio Iovanovitchi ao final do “*I Seminário Estadual de Educação Escolar Cigana*”, onde ele conclama aos presentes sobre a responsabilidade das informações prestadas sobre os ciganos e para os ciganos:

O futuro de vocês professores e de todos os que estão aqui podem até ser lidos pelas linhas de suas mãos por uma cigana. Mas o futuro dos ciganos passa pelas mãos e ensinamentos de vocês professores, se informem para não estarem prejudicando ainda mais um grupo que já foi tão desrespeitado e vítima de preconceito por quem não nos conhece. (CLAUDIO IOVANOVTCHI – NDCG)

Em muitos outros momentos pude observar essa ênfase no quesito educação como pauta de reivindicação e luta para consolidar políticas educacionais inclusivas e igualitárias para os ciganos. Muitos desses momentos se deram em encontros no Ministério da Educação e em secretarias de educação estaduais e municipais, onde Claudio Iovanovitchi em conjunto com alguns outros ciganos se propõem a discutir educação para ciganos e entre os ciganos.

Nesse sentido, por ter a educação como referencial para uma mudança na situação de sócio exclusão em que se encontram muito ciganos no Brasil, Claudio Iovanovitchi demonstra profundo interesse pelas discussões entre poder público e as questões educacionais dos ciganos. Participa ativamente em GT e como difusor de conhecimento para esclarecer os não ciganos sobre quem são os ciganos e de políticas para promoção da inclusão dos ciganos em escolas e aumentar os índices de escolaridade entre os ciganos.

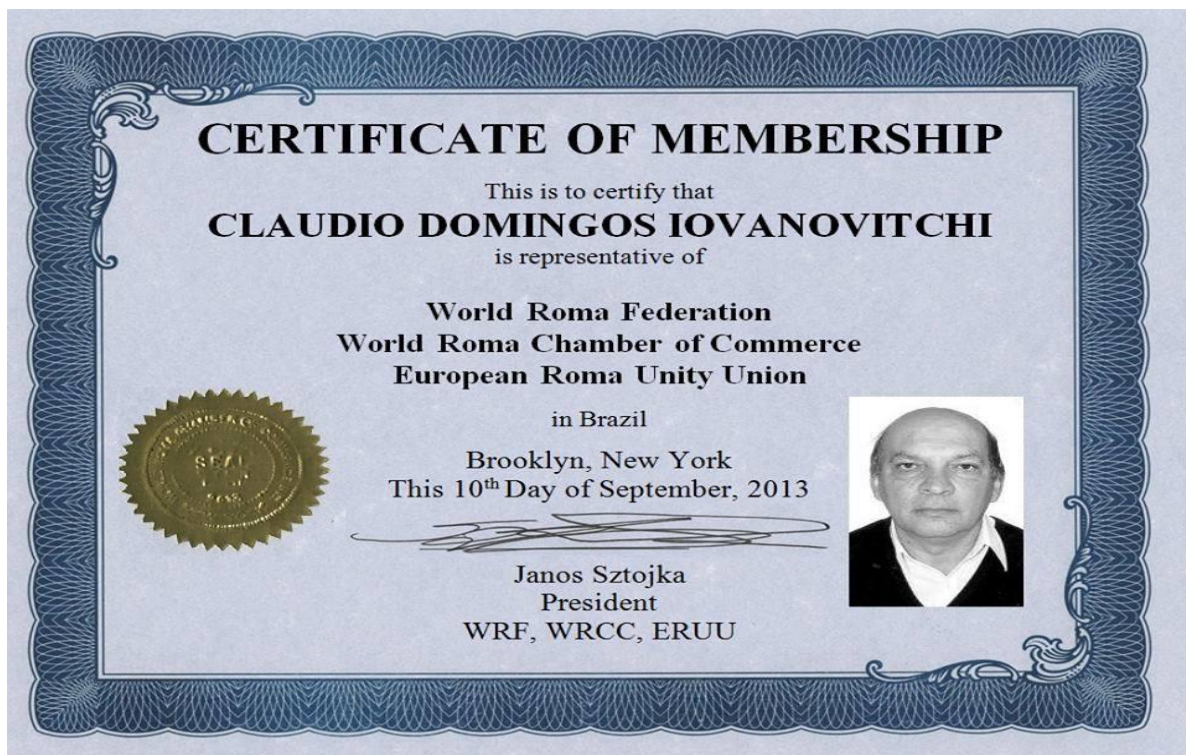


Figura 17 - Certificado de representação como membro da Federação Mundial Roma no Brasil



Foto 3 - I Seminário Estadual de Educação Escolar Cigana, Paraná, 2013 – Acervo de Claudio Iovanovitchi - Fonte: Fernando de Jesus/SEED

6. ETNOGRAFIA DE UM EVENTO: “BRASIL CIGANO - I SEMANA NACIONAL DOS POVOS CIGANOS”

“Filá” é uma roupa usada pelo Orixá Omulú nos cultos de matriz afro e afro-brasileiros. Conta a lenda que ocorreu uma grande festa onde todos os orixás deveriam estar presentes. Omulú, Orixá das doenças, morte e cura, com vergonha de sua aparência por causa das feridas provocadas pelos longos anos de sofrimento com a doença da varíola, decidiu permanecer no lado de fora do barracão em que ocorria a festa.

Ogum, Orixá da guerra e irmão de Omulú, sente a sua ausência e pergunta por Omulú a outros orixás. Nenhum tinha visto Omulú. Ogum sai da festa e vai procurar Omulú, encontra-o e ao falar com ele descobre o motivo da ausência, a vergonha da aparência e de como seria recebido pelos demais orixás. Ogum juntando palha da costa, tece uma roupa que cobre todo o corpo de Omulú, o Filá. Com o corpo coberto pelo Filá, Omulú entra na festa. Como todos os outros orixás, conhecendo as histórias contadas sobre ele e pressupondo a aparência resultante das chagas da varíola, decidiram, por preconceito e nojo, não se aproximar dele.

Iansã, Orixá dos ventos e tempestades, apresentou complacência com Omulú, resolveu ir dançar com ele. A medida que dançavam e os ventos de Iansã balançavam a palha da costa, os fios iam soltando e, repentinamente, surge Omulú, para espanto dos demais orixás, em sua verdadeira aparência, um homem lindo e sem defeito algum, igual a todos os outros convidados presentes na festa. Em recompensa pelo gesto de Iansã, Omulú dá a ela o poder de também reinar sobre os mortos. Mas daquele dia em diante Omulú declara que irá dançar sozinho e participará de todas as festas ofertadas aos Orixás.

Ao escutar o relato dessa descrição mitológica em um templo umbandista em Recife-PE, lembrei por analogia de um dos meus momentos significativos para a consolidação de políticas públicas e visibilidade para os grupos ciganos durante o período de campo, o “*O Brasil Cigano- I Semana nacional dos Povos Ciganos*”.

Como o Orixá Omulú, durante muito tempo, como visto no capítulo I e II desta tese, os ciganos foram postos do lado de fora das discussões étnicas e privados de direitos por preconceito e desconhecimento, tanto por parte dos não ciganos para com os ciganos, como também dos ciganos para com os aspectos legais que deveriam lhes proporcionar garantias de igualdade e cidadania.

Foi necessário a construção de uma rede pelos ciganos para a entrada no cenário de discussão étnica no Brasil junto ao Estado. Com a exposição das redes e relações sociativas há

o engajamento desses grupos ciganos. No primeiro momento passando pelo agenciamento religioso e pelo contato com outros grupos étnicos como os indígenas, quilombolas e judeus nas discussões de direitos específicos e inclusivos de grupos, onde verifico uma expansão das redes ciganas com os não ciganos. E, um outro momento, onde os ciganos passam a figurar suas demandas a partir das próprias necessidades, culminando em uma semana de encontro e discussões pelos próprios ciganos sobre sua identidade e particularidades em 2013.

Assim como a festa descrita na lenda proporcionou confiança em Omulú, acredito que o evento etnografado proporcionou novas rumos para a discussão de políticas públicas para ciganos no Brasil, proporcionando uma autonomia para as lideranças ciganas dialogarem entre si e com o Estado de forma mais segura e inclusa nos discursos fomentados e produzidos de acordo com as demandas dos grupos e as possíveis propostas de resolução por parte do Estado.

Sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR), a Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil), a Associação Internacional da Cultura Romani (AICROM - Brasil/GO), a Associação Nacional das Etnias Ciganas (ANEC/GO), a Associação de Preservação da Cultura Cigana do Paraná (APRECI/PR), o Centro de Estudos e Discussão Romani (CEDRO/SP), o Grupo Leshjae Kumpanja/AL organizaram por meio da formação e da articulação da rede e em rede “*O Brasil Cigano- I Semana Nacional dos Povos Ciganos*”, aconteceu entre os dias 20 e 24 de maio, na Granja do Torto, no Distrito Federal, reunindo cerca de 300 participantes entre pessoas representantes de grupos de ciganos e pessoas representantes do governo federal e de governos estaduais de 19 estados e do Distrito Federal e marca o Dia Nacional do Cigano no Brasil em 2013.

Consegui ir como convidado de Claudio Iovanovitchi e de Enildo Calon para assistir algumas partes, mas não pude ficar no local do evento, pois só poderiam ficar lá os ciganos e quem estava trabalhando no apoio por parte do governo.

Mesmo, voluntariando-me para o apoio, pareceu-me que a minha presença não era muito bem-vinda por alguns representantes do governo, como se representasse algum perigo por ser antropólogo ou fosse atrapalhar, de alguma forma, os encaminhamentos a serem efetivados, ou porque já estaria um corpo acadêmico convidado e presente.

Mas, como estava a convite dos ciganos e era do meu máximo interesse, permaneci no evento e participei no que era possível como observador, com o cuidado de estar sempre próximo às lideranças que eu conhecia e eram receptivas a minha presença.

Assim, como os não pertencentes a um determinado grupo étnico cria estereótipos e preconceitos, parece-me que com os antropólogos que pesquisam os grupos também há essa associação estereotipada e preconceituosa, principalmente quando o diálogo desses grupos está ocorrendo com os representantes do poder público. Estar com o grupo é ser mais um elo na rede formada pelo grupo. Dependendo do contexto, de com quem é o diálogo, ser um elo pode ser concebido como um bom sinal ou não.

Esta semana dos “*Povos Ciganos*” trouxe consigo várias questões e problemáticas que envolvem políticas e os atendimentos por meio dessas políticas para os ciganos no Brasil. Então, para diálogo e esclarecimentos, tanto para os ciganos, quanto para os não ciganos representantes do Estado sobre as demandas e os encaminhamentos estiveram presentes também pessoas ligadas a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ao Ministério da Cultura, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Defesa, da Administração de Brasília – GDF, da Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana- GDF, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda- GDF, da Secretaria de Governo- GDF e da Secretaria de Cultura e Secretaria Especial da Igualdade Racial- GDF.

Como o evento ocorreu numa granja recebeu ainda o apoio da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Defesa Civil.

Uma questão interessante é lembrar que no Brasil, o primeiro registro oficial da chegada de ciganos data de 1574: um decreto do Governo português que deportava o cigano João Torres e sua esposa Angelina para terras brasileiras por um período de cinco anos. Contudo, sabemos que quando falamos em degredados para o Brasil dos povos portugueses nas primeiras naus que aqui aportaram devem haver ciganos entre eles.

Aqui no Brasil temos a presença de três grupos étnicos dos ciganos: Calon, Rom e Sinti. Esses grupos possuem línguas, modos de vida e sinais diacríticos próprios. No cotidiano, quando convivemos com eles e entre eles é perceptível as diferenças, mas em uma coisa todos são iguais, a discriminação sofrida e ausência de direitos, tanto por parte dos não ciganos, quanto pelo Estado que deveria garantir a igualdade para todos os cidadãos. Sobre essa questão tem uma fala muito interessante, gravada e transcrita em meu diário de campo, proferida por Claudio Iovanovitchi:

Um alerta que faço é que aquele cigano que está na beira da estrada, às vezes, sem eira sem beira, e que fuma e, que bota gasolina, e que se veste e,

que come e bebe; ele paga imposto. O cigano paga imposto. Mas nesse momento, o governo brasileiro está inadimplente com esse cigano e com a nação cigana brasileira. Não existe nenhuma política pública em prol dos ciganos, apesar das várias já enviadas aos governos federal, estaduais e municipais discutidas em várias reuniões de nossos conselhos, GT e associações com toda liderança cigana. Integro os trabalhos da SEPPIR e cada vez me indigno mais, parece que nós estamos falando para quem não escuta. Os ciganos gastam dinheiro, logo também movimenta a economia e paga imposto. (NDCG)

Ao realizar uma leitura mais atenta no mesmo diário de campo, descrevo uma fala de um outro líder Calon da cidade de Imbé-PE, Antônio Calon, representante da Associação Cigana de Pernambuco (ACIPE) na SEPPIR, onde, como Claudio Iovanovitchi, ele nos contempla com uma fala politizada sobre as questões ciganas no campo do direito e das políticas públicas:

Nós ciganos somos sofridos, não somos bandidos. Nós somos um povo que Deus colocou no mundo, assim como colocou o índio, o preto, o japonês, os loirinhos, os de cabelo vermelho, o pobre e o rico, porque é tudo igual. Só quem faz a diferença é próprio homem querendo ser uns melhores do que os outros. Quando dizem que nós estamos fazendo confusão, não estamos não. Porque nós não estamos pedindo nada, nós só estamos exigindo o que é nosso de direito. (ANTÔNIO CALON/ACIPE- NDCG)

A realização de um evento como “O Brasil Cigano” só foi possível graças a formação de uma lista de participantes mobilizada e sensibilizada por meio das lideranças ciganas, com empenho para que ocorresse. Claudio Iovanovitchi foi um elo importante nesse processo ao visitar grupos, passar e-mails, realizar ligações, formar grupos de discussão e mapeamento para localização de ciganos por meio das redes sociais, conversar com chefes e líderes ciganos sob a importância de participar para buscar a visibilidade dos ciganos e requerer do estado o que lhes é de direito e não é cumprido de fato.

Durante o meu campo pude acompanhar e etnografar esse momento dos ciganos no Brasil junto a Claudio Iovanovitchi. É, necessário destacar também o trabalho da AMSK-Brasil no empenho e trabalho para ocorrer o evento na tentativa de contemplar a maior diversidade regional e étnica possível em que estão presentes os ciganos nas regiões Centro-Oeste, Sul, Sudeste, Norte e Nordeste e os grupos Calon, Rom-Calderaxa, Rom-Matchuaia e Rom-Lovara e Sinti. Mesmo não trabalhando diretamente com a AMSK-Brasil acompanhei por meio da netnografia as comunidades, as publicações, os grupos nas redes sociais que ela mobilizava.

Contudo, mesmo em face desse labor dos ciganos empenhando-se para organização e participação no evento, em um relatório do Governo Federal⁴⁶ são apontados três “obstáculos” durante a mobilização por parte dos agentes governamentais, o que acarretou na não participação de muitos ciganos:

1. A dificuldade para custear o deslocamento das lideranças de comunidades que vivem em situação de extrema pobreza e distantes dos aeroportos inviabilizou algumas participações;
2. A vivência familiar que, em alguns casos, a presença de lideranças apenas seria possível caso toda a família pudesse estar no evento;
3. A dificuldade de comunicação, pois em muitas comunidades, não há acesso à internet. Assim, quase todo o levantamento de informações foi realizado através de contato telefônico com lideranças, o que demandou muito tempo e esforço da equipe organizadora.

. Ao visualizar essas informações sobre “obstáculos” e por ter acompanhado uma das lideranças ciganas fiquei surpreso, pois o que era “obstáculos” para os não ciganos havia sido superado pelos ciganos durante o próprio processo de mobilização e chamamento dos ciganos para o evento.

As redes funcionaram muito para a comunicação do evento, tanto as familiares, quanto as das associações e das redes sociais. Para Claudio Iovanovitchi e outros ciganos *“esse evento demonstrou nitidamente o despreparo dos não ciganos em lidar com os ciganos e trazê-los para perto de si”* (NDCG)

O primeiro obstáculo evidencia um dado importante para o encontro a *“situação de extrema pobreza”* em que vivem alguns grupos ciganos, necessitando de atenção por parte dos governantes, pois são ciganos, mas são brasileiros também.

O segundo obstáculo refere-se a uma questão primordial sobre o entendimento da identidade cigana, a família e o seu papel social para formação dos grupos ciganos. Família para os ciganos não é problema é solução, é a vivência e a continuidade enquanto grupo. Para a maioria dos ciganos, afasta-los de sua família soa como um castigo ou banimento.

Pensar um evento para lideranças ciganas é pensar em sua família também, o que não foi o caso desse, porque o evento foi pensado e estruturado para todos os ciganos ou o maior número possível presentes.

O terceiro obstáculo vai evidenciar a necessidade das novas tecnologias da informação e comunicação nos processos de mobilização por meio do uso dos telefones e dos computadores. O terceiro está atrelado diretamente ao primeiro, em *“situações de extrema*

⁴⁶ Relatório disponibilizado por meio da APRCI-PR para o meu e-mail.

pobreza” como é possível a acessibilidade as novas tecnologias ou a internet para estar conectado as redes sociais.

Nesse ponto, as redes de família e parentesco tornaram-se bem mais eficientes para avisar sobre o evento. Como reflete e questiona o antropólogo Do Valle no papel da Antropologia em situações como as descritas, denotam que os obstáculos vêm trazer um alento sobre como os não ciganos idealizam os ciganos, sem levar em consideração suas particularidades e especificidades nos âmbitos étnicos e sociais:

Os antropólogos, todavia, tem alertado com bastante vigor para a importância de observar, na investigação sociocultural, tanto o plano da permanência quanto o da mudança. De fato, a problemática da identidade se associa a um dos temas centrais da antropologia, que é o da unidade das formas sociais, isto é, o dilema entre continuidade e descontinuidade. Como estabelecer o grau de pertencimento de alguém num grupo ou numa unidade social, em termos de seus valores e práticas, sobretudo em situações socialmente plurais? (LIMA, 2012, p. 87)

E, diante desses obstáculos para as “*situações socialmente plurais*”, foi surpreendente escutar e depois observar no Portal de Transparência da Controladoria Geral da União em quanto foi orçado o evento “*Brasil Cigano – I Encontro Nacional dos Povos Ciganos*”, o total de R\$ 558.583,81. Segue detalhado esse montante em três tabelas para verificação da distribuição desse dinheiro durante o evento.

TABELA 1: Captação e destino dos recursos dos governos e órgãos promotores do Brasil Cigano

GOVERNO FEDERAL			
Órgão	Despesa	Valor	Total
MEC	Deslocamento aéreo de participantes	R\$ 8.523,40	R\$ 8.523,40
SEPPIR	Deslocamento aéreo de participantes	R\$ 39.991,45	R\$ 318.894,42
	Infraestrutura, hospedagem, criação gráfica	R\$ 278.902,97	
MinC	Alimentação, cerca e impressão de materiais	R\$ 175.173,24	R\$ 175.173,24
	Total		R\$ 502.591,06
DISTRITO FEDERAL			
Órgão	Despesa	Valor	Total
SEDEST	Banheiros Químicos	R\$ 1.872,75	R\$ 1.872,75
Secretaria de	Chuveiros Elétricos	R\$ 7.800,00	

Cultura	Cachês para Show Artístico	R\$ 35.000,00	R\$ 42.800,00
SEPIR	Chuveiros Elétricos	R\$ 7.800,00	R\$ 7.800,00
	Total		R\$ 52.472,75
AMSK/Brasil			
	Despesa	Valor	Total
	Deslocamento da comunidade cigana de Mambai-GO	R\$ 3.520,00	R\$ 3.520,00
	Total		R\$ 3.520,00
	Total Geral		R\$ 558.583,81

Durante o evento, ao saber da quantia gasta os ciganos presentes ficaram espantados com o orçamento apresentado para a realização “Brasil Cigano – I Encontro Nacional dos Povos Ciganos”. Segundo o governo era investimento para possibilitar os diálogos e as viabilizações de construção de políticas públicas para os ciganos.

Todavia, sem desmerecer a importância do evento para a causa e a visibilidade cigana no Brasil, os ciganos diziam em uníssono que “*se esse dinheiro fosse aplicado nas causas reais dos grupos ciganos teria um retorno mais eficaz*” (NDCG). Um líder cigano presente no evento que estava ao meu lado comentou:

Se tem esse dinheiro todo para gastar conosco em um só evento, imagine para fazer acontecer as coisas discutidas aqui acontecerem. Mas eu sei que não vão fazer, evento é festa para eles, no dia-a-dia só quem sabe as necessidades é a gente que passa. Festa é para poucos, falta de comida, de saúde, de dinheiro, de escola é para muitos. (NDCG)

Um outro cigano comentou em voz alta e de indignação para todos os presentes ouvirem:

Trazer toda nossa parentada não pôde. Mas gastar uma dinheirama com papel e com cartaz pode. Papel com escrita que a maioria nem sabe o que é. Escola não tem para ensinar as letras e os números para cigano, mas tem dinheiro para fazer cartilha de direitos que cigano não sabe ler. Eu ia ficar mais feliz se meus parentes estivessem aqui comigo e se todos soubessem o que está escrito nesses papéis todos. (NDCG)

Essas duas falas denotam o grau de politização e esclarecimento dos ciganos que estavam presentes no evento e os anseios para que algo fosse feito em prol dos grupos ciganos que necessitam de políticas públicas urgentes em seus contextos locais a partir de uma esfera governamental global, no caso, o Governo Federal do Brasil.

As falas trazem em si, para o local certo, a situação em que se encontram vários grupos ciganos no Brasil, sem as condições básicas para uma sobrevivência digna no que é aceitável dentro da linha de pobreza estimada a partir das metodologias desenvolvidas pelas comissões do IBGE-IPEA consonante com a ONU e a OMS. Trazem também a pauta das reuniões para discussão de políticas públicas e no enfrentamento à discriminação contra os ciganos que ocorreram durante os dias do evento nos grupos de trabalhos e oficinas formadas pelos próprios ciganos e propostos pelos representantes do governo.

Há nas duas falas uma indicação de como foi o encontro e as situações de conflito emergentes. Enquanto se pensava por parte dos representantes do governo colonizarem os ciganos e os agenciarem segundo as intenções de uma inclusão homogênea em políticas generalistas, os ciganos se colocaram como protagonistas e encontraram meios de driblar esse agenciamento e as direções que eles não queriam dá aos encaminhamentos durante o evento.

Para as lideranças ciganas que estavam presentes no evento, tanto representava um empoderamento gerador de status diante de outros que não estavam presentes, como havia uma cobrança de uns para com os outros sobre o que poderiam fazer pelos ciganos no Brasil e qual o direcionamento a ser dado a partir desse evento.

Estar aqui é importante para nós ciganos, estamos dizendo que nós existimos no Brasil e carecemos de respeito e de vida de gente. Daqui a gente vai ter muita história para contar a quem não veio. A gente vai ser importante porque esteve aqui. Mas a gente também vai ser cobrado pelo que acontecer aqui. É feito uma moeda tem dois lados, é bom estar aqui, se depois não acontecer nada vai ser muito ruim. Vão ficar perguntando o que a gente estava fazendo aqui por quem não estava. É responsabilidade está aqui. (LÍDER CIGANO DA BAHIA – NDCG)

Ao iniciar o cadastramento dos presentes e participantes do evento ocorreu, o que para os não ciganos era uma confusão, mas que para os ciganos era algo corriqueiro, a inscrição se dá unicamente pelo representante da família, o chefe ou o pai. Os que estavam trabalhando no evento enquanto governo, ficavam de um lado para o outro em busca de inscrições condizentes com o número de presentes.

Abordando as mulheres ciganas ou os mais jovens a resposta quase sempre era a mesma: o nome do chefe ou do pai. Percebi que a resposta incomodava os funcionários que estavam realizando o cadastramento de inscrição, mesmo assim continuavam a fazer as mesmas perguntas e obtinham as mesmas respostas.

Os ciganos pertencentes a uma família ou grupo se sentiam representados por quem detinha o poder da chefia e da liderança e não contemplavam a necessidade de uma

identificação individualizada, no máximo respondiam ser do grupo ao qual pertenciam e a localidade da qual eram provenientes.

O credenciamento atrasou, para não dizer que na prática não ocorreu, pelo menos na visão dos não ciganos. Para os ciganos o credenciamento se dava a partir do momento que se apresentavam uns aos outros, apresentavam a família, diziam o grupo e, muitas vezes, se descobriam com algum grau de parentesco por realizações de casamentos entre filhos, netos, primos, tios e tias, ou por um ancestral comum às famílias.

O episódio do cadastramento de identificação e as confusões advindas do mesmo foram interessantes e, posso até dizer, convenientes para mim e minha permanência no evento. Compreendi que a etnografia é, às vezes, criar novos possíveis diante das dificuldades que surgem no campo. Corroborou essa descrição sobre o credenciamento o que Michael Fischer (2011) alerta sobre a ressignificação da subjetividade em contextos sociais na perspectiva de rede para uma consciência de coletividade.

A antropologia aqui é a etnografia do contexto social e das redes culturais de significado em que as subjetividades devem ser repensadas – não apenas em termos da oposição entre o indivíduo ou o seu *self* e a coletividade ou a consciência coletiva, mas também em termos das condições de possibilidade de formas de subjetividade. (FISCHER, 2011, p. 64-65)

Durante as apresentações dos ciganos entre si, em suas formas de subjetividades, existia a constante pergunta de quem havia convidado e como ocorreu o convite para o evento, percebi na pergunta, dependendo da resposta um certo aproximar ou rechaçar.

Estava sendo configurado um campo de negociação relacionado ao pertencimento e a posição de algumas lideranças ciganas e suas ações e papéis diante de cenário mais amplo com heterogeneidade de grupos e de regiões. Nesse sentido existia apoio a algumas lideranças e oposição a outras, vindo essa situação a ficar mais nítida com o apoio por meio de vaias e gritos ou por aplausos em momentos de proposições de algumas lideranças.

A causa era única, direitos e reconhecimento para os grupos ciganos, mas os agentes do diálogo eram múltiplos com suas especificidades e contextos. Stuart Hall (2000, p. 106) vai argumentar sobre identidade que *“a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal”*.

O credenciamento também foi marcado e marcante por alguns dos itens a serem preenchidos em formulário de identificação dos participantes: código de endereçamento postal (CEP) e número de carteira de registro (RG), conjuntamente com o número do cadastro de pessoa física (CPF).

A maioria dos ciganos se negavam a preencher esses espaços ou responder quando perguntados. Alguns pela falta de documentação, outros por estar desconfiados com o que seria feito após se apossarem desses dados.

Quando alguns se propunham a responder e a preencher o mesmo CEP era usado por outros, mesmo sendo de regiões e estados diferentes. A resposta quando questionados era que todos eram parentes, então se fosse enviado algo para aquele endereço seria recebido ou quando ocorrem visitas ou no próximo casamento em que estariam todos reunidos (NDCG).

Um cigano mais velho ao ser inquirido sobre o preenchimento, de pronto respondeu:

Meu pai dizia, que o pai dele contava, que antes de vir para o Brasil, ainda do outro lado do mar. Os ciganos estavam bem onde estavam. Depois chegaram uns homens mandando eles colocar o nome e fazendo umas perguntas. Eles responderam. Depois estavam sendo colocados para fora de onde estavam e sendo levados para umas fábricas onde eram marcados com ferro quente, feito cavalos, para serem presos e mortos. O pai do meu pai conseguiu fugir e chegou para as bandas de cá. (NDCG)

A desconfiança em certos momentos para os ciganos torna-se arma de defesa pelas histórias de sofrimentos vivenciadas por eles próprios ou por alguém próximo, como no caso “o pai do pai” que havia sido vítima ou vivenciado de perto os horrores da perseguição nazista durante a II Guerra Mundial. Daí alguns dos receios em se identificar dentro dos termos da legalidade com CEP, RG e CPF.

Após o conturbado e também divertido, pelo menos para mim e alguns outros que estavam presentes assistindo ao episódio e questionando uma padronização em eventos para grupos tão diferentes, surge uma solução dada pelos próprios ciganos. Pois o como se identificar deveria desde o início ter sido perguntado a eles e não, uma imposição de um modelo pronto que não contemplava as especificidades dos grupos reunidos no evento.

A solução foi um cadastramento por meio das representações das associações ciganas. A associação não é CPF, mas é CNPJ e possui CEP por ter uma sede. E, quem não fazia parte de nenhuma associação concordou em se sentir representado por uma associação da Região ou do Estado do qual era proveniente. Assim, se fizeram presentes vinte e duas associações. São elas:

- 1- Associação Cigana Calons do Extremo Sul da Bahia – ACCESB/BA;
- 2- Grupo Leshjae Kumpanja/AL;
- 3- Associação dos Ciganos de Pernambuco - ACIPE/PE;
- 4- Associação das Etnias Calons do DF e Entorno - ACEC/DF;
- 5- Associação Internacional Maylê Sara Kalí- AMSK- Brasil/DF;

- 6- Associação Internacional da Cultura Romani- AICROM- Brasil/GO;
- 7- Associação Cigana das Etnias Calons do Estado de Goiás - ACEC/GO;
- 8- Associação Nacional da Etnias Ciganas – ANEC/GO;
- 9- Associação da Cultura Cigana do Estado de São Paulo/SP;
- 10- Associação Centro de Estudos e Discussões Romani – CEDRO/SP;
- 11- Associação Cultural Ananke Cigana – Guarulhos/SP;
- 12- Conselho Ativo Latente de Ordem Nômade CALON/SP;
- 13- Instituto de Apoio e Desenvolvimento à Cultura Cigana no Brasil – IADESC/ RJ;
- 14- União Cigana do Brasil/RJ;
- 15- Furia Gitana Diversidade Cultural/ RJ;
- 16- Fundação Santa Sara Kali /RJ;
- 17- Grupo Cultural Encanto Cigano/RJ;
- 18- Associação Guiemos Kalon –AGK/MG;
- 19- Associação Cigana Unidos Kalons – ACUK/ES;
- 20- Associação Mulheres Ciganas /RS;
- 21- Associação do Centro de Referência Cigana /SC;
- 22- Associação de Preservação da Cultura Cigana – APRECI/ PR.

Com essa decisão dos ciganos, é notória a importância das associações e das lideranças das mesmas nas decisões e participações dos grupos ciganos. É também um empoderamento para essas associações para falar em nome de alguns ciganos, mesmo não fazendo parte de nenhuma associação. O diálogo de um jovem cigano, aos sorrisos, conversando com outro foi razão de minha atenção.

Em vez de perguntar esses negócios de CEP, CPF, RG deviam era perguntar o e-mail ou Facebook. Primeiro dizem que não temos casa e nem documentos, depois vem fazer essas perguntas querendo isso. Se perguntasse o e-mail ou o Facebook era mais fácil e estava dentro do que eles acham que é cigano que está em todos os cantos e não tem lugar nenhum. (NDCG)

Depois de escutar este precioso diálogo, verifiquei como era presente a participação dos grupos ciganos, assim como os não ciganos ocupando o espaço virtual e tomando o endereçamento eletrônico como um espaço de ocupação e ressignificação, especificamente com grupos associados a desterritorialização. Desterritorialização essa, que no diálogo do jovem cigano passa a representar um território.

Após o consenso da representação por meio das associações ocorreu a cerimônia de abertura, marcada também por questionamentos sobre a ausência de ciganos na composição

da mesa, havendo apenas dois conforme pode ser observado entre os participantes que compuseram e suas credenciais: Luiza Bairos – Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Dr. Aurélio Veiga – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; Dra. Deborah Duprat – Vice Procuradora Geral da República à época, e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão sobre Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal; Gabriel Rocha – Secretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal; Lurdinha Rodrigues – Coordenadora de Diversidade da Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal; Daniel Castro – Assessor da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura; Veridiano Custódio – Secretário Especial de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal; Hamilton Pereira – Secretário de Cultura do Distrito Federal; Wanderley da Rocha – Cigano, representante da Associação Nacional das Etnias Ciganas; e, José Ruiter Cerqueira Júnior – Cigano, representante do povo Leshjae. Oportunamente, um cigano que eu estava próximo comentou:

Espero que esse povo todo aqui com a gente dê algum resultado bom para nós ciganos. A gente não aguenta mais tanta enrolação. Queremos ver as coisas acontecerem e nós ciganos sermos respeitados. Termos nossos direitos garantidos por todos, sendo atendidos como iguais aonde a gente for. O bom mesmo era que todos fossem iguais para quem está no poder, em todo lugar e não precisássemos de direitos especiais. A gente é ser humano igual a quem não é cigano. (LÍDER CIGANO DA BAHIA – NDCG)

Por ocasião do evento e para o demarcar politicamente como um encontro significativo, na solenidade de abertura foi lançado o “*Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos*”⁴⁷. O principal objetivo do guia é ser um subsídio para os ciganos e para os gestores públicos sobre as políticas públicas existentes para os ciganos e como é possível ter acesso a essas políticas.

Para alguns ciganos, entre eles Claudio Iovanovitchi, o “*Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos*” só é importante como demarcação de território no cenário das políticas públicas brasileira, mas assim como a “*Cartilha para os Povos Ciganos*” de 2008, seguirá desconhecido pela maioria dos grupos ciganos e não ciganos, principalmente, dos gestores públicos a quem se destina a elucidar os direitos dos grupos ciganos.

Enquanto ocorria o cerimonial era possível observar um entra e sai constante de ciganos e ciganas, crianças correndo em meio aos adultos e muita conversa, além de ligações

⁴⁷ Disponível online no endereço eletrônico: <http://www.seppir.gov.br/arquivos/guia-de-politicas-publicas-para-povos-ciganos>

no celular para os familiares, parentes e amigos que não puderam ir ao evento. Para alguns não ciganos a agitação era sinal de pouco caso para com o evento.

Mas um olhar mais atento no aspecto antropológico e etnográfico, ali na agitação estava ocorrendo o acionar e o sentimento de pertença a uma determinada rede de parentesco, de associações e de comunidades virtuais nos qual estavam inseridos os ciganos. Em meio a olhares repressores de não ciganos sobre a atitude dos ciganos, uma voz se sobressai gritando:

Com licença a vocês que nos olham criticando, sou cigano, sou cidadão brasileiro e tenho tanto direito de ter acesso à saúde, à educação, ao transporte de qualidade, saneamento básico do que você que está aí. E não é o seu pré-julgamento sobre mim que vai dizer onde eu posso ou não posso ir. (JOSÉ RUITER– CIGANO ROM- AL – NDCG)

Acredito que, com essa fala, foi perceptível para os não ciganos a dinâmica própria e variada dos grupos ciganos que estavam presentes no evento e, naquela agitação toda, todos estavam conscientes de seus papéis e da importância de estar ali. Os ciganos estavam presentes não para serem agenciados ou ludibriados, todavia para apontar problemas dos grupos e buscar soluções para esses problemas.

Nesse sentido, aposso-me das palavras de Woodward (2000) ao pensar sobre a representação e as práticas simbólicas sobre um grupo e a identidade desse grupo.

As práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido a nossa experiência e aquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível àquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas as questões. (WOODWARD, 2000, p.17)

Assim, Woodward nos aponta questões como alteridade, diferença e identidade para possíveis respostas, por meio de uma compreensão dos contextos, em que ocorrem essas questões como representações de forma prática e estratégica na construção de diálogos e de vivências materializadas no evento em que estava sendo realizado a etnografia. Porque, como já escreveu Freire & Shor: “o diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos(...)para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem”. (FREIRE & SHOR, 1986, p. 64).

No transcorrer do evento, haviam sido programadas algumas atividades culturais contemplando as diferenças e a diversidade dos grupos ciganos existentes no país. Dentro das

atividades foi possível constatar diferentes estilos de música, dança, vestuários, artesanato, retratados em uma exposição fotográfica sob a curadoria da AMSK-Brasil e do MinC.

A programação contou também com a encenação da peça teatral “*Lendas Ciganas*” do casal Neiva Camargo e Cláudio Iovanovitchi (APRECI-PR). A encenação pela qualidade e pelo despertar que traz referente à superação dos preconceitos relacionados aos ciganos de uma forma lúdica e alegre, transcendeu o evento e foi apresentado para estudantes e professores das escolas de Brasília-DF.

Em Curitiba-PR, durante as idas ao campo de pesquisa, tive a oportunidade de assistir algumas vezes a atuação desse casal na peça, emocionar-me cada vez que assistia, compreendendo a mensagem passada e o compromisso de disseminar informações sobre os ciganos, resultando no combate aos preconceitos contra os ciganos em eventos educacionais da cidade e no estado e agora, pelo que percebi, em âmbito nacional.

O grande mote do Brasil Cigano foi o debate de políticas públicas realizados por meio de oficinas com a participação livre, sem inscrição prévia, dos líderes, chefes e representantes ciganos que se dispuseram a dialogar sobre educação, cadastro único de programas sociais, direitos humanos, cidadania e saúde.

As oficinas ocorriam embaixo de toldos e ao ar livre no sítio que abrigou o evento. Algumas oficinas ocorriam de forma simultânea. Isso dificultou a participação de alguns ciganos que tinham interesse em participar das discussões de alguns temas. O que ocasionou o acionamento das redes de parentesco ou de sociabilidade para se manter informado e se fazer presente, mesmo que por representação nas oficinas.

O celular era um meio muito utilizado para a proposição de algumas demandas e o apontar de algumas situações que a família ou grupo passam em determinados locais e contextos. Em vários momentos ocorria a saída de uma oficina ou uma entrada abrupta de algum cigano em determinadas oficinas para debate de algo que os inquietava e que era prioritário tanto para o grupo a que pertencia, quanto para as demandas ciganas mais amplas em nível nacional.

Contabilizar os ciganos durante a realização das oficinas era tarefa quase impossível, pelo entra e saí nos locais em que estavam ocorrendo. Cena muito comum era observar os ciganos falando nas oficinas entre si e com os interlocutores. Após comungarem algumas falas entre si ou entre grupos davam sugestões, escutavam e, em seguida, saíam da oficina que estavam anteriormente e entravam em uma outra.

No percurso entre uma oficina e outra, os chefes e líderes escutavam alguns membros de seu grupo ou familiares que se fizeram presentes desde o início da oficina para se situarem dos debates ocorridos.

Era comum também observar esses chefes e líderes utilizarem os telefones celulares para se comunicarem com familiares que não puderam vir ou com outros chefes e líderes para saber o contexto e as possíveis reivindicações para serem postas em pauta afim de contemplar um número maior de situações e ouvir possibilidades de soluções. Muitas vezes o problema de um grupo ou de uma localidade era também o problema de vários ciganos e uma solução proposta poderá ser aplicada de forma geral.

Em um dado momento, ao ouvir a repreensão de um dos agentes governamentais que estava mobilizando e conduzindo uma oficina, sobre o “entra e sai” dos ciganos, um dos líderes presentes falou:

O Brasil Cigano é para cigano ou para o governo somente falar do jeito que querem e entendem? Se não entendem o modo de ser dos ciganos que todos têm vez e voz, como podem falar em direitos para ciganos se não podemos ter os nossos respeitados. Cigano entra e sai a hora que quer e entende. Se o assunto é sobre nós, somos nós que temos o direito de falar. Pode ou não estar aqui antes, mas se é cigano e o nome disso no que estamos é Brasil Cigano, então todo cigano tem direito a falar e ser ouvido, se não era para ter outro nome, Brasil qualquer coisa e não Brasil Cigano. (NDCG)

Ao ouvir esta fala fiquei analisando a consciência política e grupal expressas nela, como também a relação de direitos comuns a todos o de ir e vir, o de falar e ser escutado, o de ter uma cultura e uma vivência própria traduzida no que os ciganos denominam de modo de vida e de ser dos ciganos.

As oficinas, com algumas ressalvas, funcionaram como um espaço para os ciganos dialogarem e trocarem experiências por meio do conhecimento de como vivem os diversos grupos e famílias ciganas em múltiplos contextos do Brasil confrontando suas dificuldades e, para propor políticas públicas com encaminhamentos para se ter acesso as políticas quando efetivadas.

Por estar com Claudio Iovanovitchi como elo na constituição da rede com os ciganos fui as oficinas nas quais ele se fazia presente. Por razões de história de vida e ativismo dentro do movimento cigano a primeira oficina escolhida por Claudio Iovanovitchi foi “Educação para a diversidade: os povos ciganos”, ocorrida em 21 de maio de 2013, sob a coordenação de responsabilidade institucional do Ministério da Educação.

O objetivo principal da oficina era identificar e debater os principais problemas que atingem grupos ciganos na área de educação e apresentar o Parecer de nº 14/2011 do

CNE/CEB e a Resolução de nº 3/2012 que tratam do “Atendimento de Educação Escolar para Populações em Situação de Itinerância”. A respeito da definição de itinerância e o atendimento a quem se encontra nessa situação o Parecer de nº 14/2011 diz:

São consideradas em situação de itinerância as crianças e adolescentes pertencentes a diferentes grupos sociais que, por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, dentre outros, se encontram nessa condição. Podem ser considerados como vivendo em situação de itinerância ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, artistas, demais trabalhadores em circos, parques de diversão e teatro mambembe que se autorreconheçam como tal ou sejam assim declarados pelo seu responsável legal.

Itinerância essa que enquadra os ciganos dentro de um pensamento de nomadismo, sem que seja a compreensão do ser nômade pelos próprios ciganos com uma problematização sobre a significação dessa palavra para os ciganos, como apontado anteriormente ao se falar sobre a Pastoral do Nômades e os processos de agenciamento com o Estado para a compreensão e a definição do que era entendido como sendo uma vida cigana por meio de estereótipos e sem se perguntar para o próprio cigano como ele se define e o que significa ser “nômade” para ele. Essa discussão é trazida em capítulo anterior.

Sobre educação para ciganos no Brasil vale salientar que dentro das políticas de governo do MEC está enquadrada na educação do campo, junto com outros grupos como os indígenas e quilombolas. Contudo, o que nos chama a atenção é o fato dos ciganos, em sua maioria, serem urbanos. A urbanidade dos ciganos e a educação em escolas regulares é o que deve ser problematizado para possibilitar uma escola inclusiva para todos os ciganos.

Nós queremos uma escola com educação para o nosso povo, onde as nossas crianças e jovens sejam respeitadas, onde sejamos respeitados por sermos ciganos. Estamos cansados de tudo o que não presta ser atribuído a nós ciganos. Nós queremos escolas, mas escolas que nos respeitem e respeitem a nossa cultura. (LÍDER CIGANO – NDCG)

Nessa fala é possível ser verificado a necessidade da educação para os ciganos, mas com o devido respeito aos grupos ciganos e ao modo de vida, sem estereótipos e de forma igualitária. Na oficina sobre educação os principais pontos refletidos foram: Inexistência de dados educacionais sobre a população cigana para subsidiar políticas educacionais; necessidade de um recorte sobre ciganos nos dados do Censo Escolar; analfabetismo entre ciganos e ciganas; necessidade de dar destaque à educação de jovens e adultos; preconceito e discriminação no ambiente escolar contra a cultura cigana e constrangimentos às crianças nas escolas; inexistência de material didático que valorize a cultura cigana.

Esses pontos eram sempre elencados nas conversas entre os líderes e chefes ciganos, como também nas discussões realizadas em grupos de Facebook, e-mails e chats que acompanhei durante o processo de coleta de dados por meio da netnografia.

Como encaminhamentos foi sugerido tanto pelos ciganos, quanto acatado pelos representantes governamentais: construir um mecanismo de identificação da população cigana nas escolas; elaborar e implementar programas e ações de Alfabetização das populações ciganas; programas de alfabetização no Ensino de Jovens e Adultos para Povos Ciganos; política de combate ao preconceito e valorização dos Povos Ciganos nas escolas; inclusão de conteúdo sobre os Povos Ciganos em livros didáticos e no calendário escolar; formação para professores com participação de lideranças ciganas na elaboração e aplicação dos conteúdos; monitoramento da rede pública e privada de ensino quanto aos conteúdos sobre os Povos Ciganos nos materiais didáticos; intensificação das ações nos municípios e estados para efetiva aplicação da Resolução nº 03/2012 do CNE/CEB; produção de cartilha sobre as diretrizes curriculares para educação cigana e encaminhamento às associações representativas participantes do evento Brasil Cigano para divulgação; estabelecimento de comissão formada por cinco pessoas para diálogo com o MEC, considerando a diversidade étnica e regional.

A respeito desse último encaminhamento, foi possível acompanhar de perto o desdobramento pelo fato de Claudio Iovanovitchi fazer parte da comissão para o diálogo com o MEC. Anteriormente, em 12 dezembro de 2012, Claudio Iovanovitchi participou em Brasília-DF, da 81ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação, da 2ª sessão legislativa ordinária da 54ª Legislatura, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, no Senado Federal, para uma Audiência Pública afim de debater “*a situação dos povos ROM, Calon e Sinti, os assim chamados ciganos*”, juntamente com outros líderes ciganos, representantes do Governo Federal e Ministério Público⁴⁸.

O assunto principal dessa audiência se deu justamente com questões voltadas a educação e escolarização dos ciganos, além das temáticas sobre censo entre os ciganos, saúde e respeito aos direitos ciganos. E, muitas das questões dessa audiência ocorrida em dezembro de 2012 estavam presentes na forma de reivindicações e encaminhamentos.

Ainda, no dia 21 de maio no Brasil Cigano, ocorreram mais duas oficinas: “Busca Ativa e Cadastro Único de Programas Sociais”, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Por objetivo visava apresentar o

⁴⁸ Ata em dessa Audiência Pública consta como anexo 7.

Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), identificar dificuldades para cadastramento de famílias ciganas, orientar os participantes sobre os procedimentos de cadastro.

Diante da temática pré-definida para a oficina, ao acompanhar algumas discussões pelas redes sociais, nas quais me era permitido participar pelos ciganos, foi possível verificar, posteriormente, em documentos oficiais publicados pelo Governo Federal sobre o evento Brasil Cigano que os problemas elencados nessa oficina foram pautados nas discussões prévias postas nas redes sociais.

Os ciganos mencionaram questões que impactam sobre seus direitos e qualidade de vida e falta de acesso aos programas sociais a baixa escolaridade dos grupos ciganos por causa da discriminação sofrida nas escolas pelas crianças; violência policial nos municípios, em decorrência de problemas fundiários; atividades artísticas e artesanais geram baixa remuneração; racismo institucional e dificuldade de relacionamento com os gestores municipais, o que inviabiliza a garantia de direitos e o acesso aos programas sociais.

Também, pessoas oportunistas que se colocam como interlocutoras dos ciganos no diálogo com o governo, sem o respaldo dos grupos ciganos, realizando agenciamentos como os discutidos no tópico: “*Segundo Imponderável – agenciamento religioso*”, do capítulo intitulado de “*Os imponderáveis da vida no campo e o diálogo do campo com o pesquisador - quando o campo grita: mulher, religião e educação entre os ciganos*”.

Como encaminhamentos, tanto por representantes governamentais, quanto por ciganos presente na oficina, surgiram as seguintes propostas: o representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ary Barroso, informou sobre ações de fomento econômico voltadas à autogestão comunitária e ao associativismo como opções de geração de renda para os Povos Ciganos; apresentação do Cadastro Único, com destaque para Povos Ciganos, identificados de forma diferenciada neste instrumento, desde que enquadrados no perfil de renda.

A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc/MDS) tem planejado materiais informativos e mantido contato diretamente com as gestões municipais do cadastro prestando orientações no intuito de dirimir dúvidas sobre o cadastramento de famílias ciganas e de outros grupos que exigem um processo diferenciado de abordagem, em razão de suas especificidades étnicas e culturais; apresentação dos dados sobre famílias ciganas já cadastradas, quanto à escolaridade, renda e localização no território nacional.

A segunda, “*Mecanismos de Defesa dos Direitos Humanos: Disque Denúncia*”, tinha por objetivo apresentar e dialogar sobre o funcionamento dos mecanismos de defesa dos

direitos humanos mantidos pela SDH/PR (Disque 100) e SEPIR/DF (Disque Racismo), para receber, acolher e acompanhar denúncias de agressões aos direitos humanos e de práticas discriminatórias étnico-raciais.

Como produto dessa oficina surgiram referências e explicações de situações em que o Disque 100 e o Disque Racismo devem ser acionados; foi explanado por parte dos representantes governamentais quais os procedimentos da SDH/PR e da SEPIR/DF em relação às denúncias feitas através do Disque 100 e Disque Racismo; e, um ponto importante foi durante a oficina o registro de denúncias e de discriminação.

Sobre o retorno dos resultados dessas denúncias, em conversas posteriores com algumas lideranças e chefes ciganos durante eventos, trocas de mensagens em redes sociais e encontros que ocorreram ao longo dos anos de 2013 e 2014, disseram que ainda esperavam resoluções dos problemas apontados e tomada de posição quanto as denúncias realizadas durante o evento.

Nós ciganos fizemos a nossa parte. Pediram para que nós denunciássemos, nós denunciemos. Contamos tudo o que nós passamos por sermos ciganos. Dissemos quem nos fez passar vergonha, nos expulsou de onde estávamos, não deixou os nossos filhos estudarem, falaram mal de nossas mulheres e de nós. Dissemos onde estavam as pessoas que fizeram isso. Até agora (três meses após o evento) não fizeram nada, nem nos deram resposta. Temos esperança que eles façam a parte deles. Não queremos confusão com ninguém, mas se disseram que iriam fazer algo por nós deveriam fazer. Nós fomos até eles [governo e representação], agora é hora deles virem até nós.
(LÍDER CIGANO DE ALAGOAS – NDCG)

O dia 22 de maio foi marcado, entre outros acontecimentos como “A Conferência Livre de Cultura e a Carta de Brasília”, com a presença de agentes de saúde, tabeliões de cartórios e advogados ligados ao Ministério Público, por uma oficina de desenhos para as crianças ciganas na tenda da AMSK/Brasil, na qual elas eram incentivadas a retratarem o cotidiano por meio de suas vivências.

Essa oficina foi marcada por muito “entra e sai” dos ciganos adultos que não deixavam suas crianças sozinhas ou sobre os cuidados de quem lhe fosse desconhecido. Essa situação de um adulto estar sempre com as crianças ou que elas estejam em companhia de uma pessoa do grupo ou família é um caso desconsiderado pelas instituições públicas, principalmente, no que diz respeito às instituições escolares, onde as crianças e jovens são separadas por horas de seus familiares e grupos.

Acredito que pensar política educacional para ciganos é levar em consideração as particularidades e compreensão do grupo sobre educação e convívio numa dimensão étnica para uma vivência ética de respeito ao próprio grupo. A fala de uma cigana durante o evento

reflete bem essa ponderação sobre política educacional e etnicidade e o constante cuidado com as crianças pelos membros do grupo e pelas famílias:

Meus filhos são minha vida, minha continuidade. Não deixo eles sozinhos de jeito nenhum, se desaparecerem com eles o que farei? Cigano não rouba criança, mas os gadje querem tirar os nossos filhos de nós. Dizem que sou obrigada a deixar meus filhos sozinhos numa escola, mas quem vai tomar conta deles lá? Quem vai ensinar eles a ser ciganos lá? Lá eles aprendem é que nós não prestamos, nossos valores e nossa cultura não são importantes. Na escola ensinam que eles têm que ser como os gadje. Mas os meus filhos são ciganos, não são gadje. (NDCG).

O Brasil Cigano foi marcado pela realização de uma série de atividades políticas que, na visão dos ciganos, culminariam em desdobramentos jurídicos para ganhos econômicos, sociais e culturais refletidos em atitudes de respeito e reconhecimento dos próprios ciganos enquanto cidadãos brasileiros com direitos, além de apenas deveres.

Paralelo, as atividades do evento, em espaços próprios armados embaixo de tendas, foram disponibilizadas algumas emissões do cartão SUS e atendimento no posto de saúde improvisado para atenção básica da saúde, o levantamento de necessidades e oferta de orientações quanto à documentação básica, e a coleta de informações e denúncias por parte do Ministério Público Federal. Para um líder cigano:

Isso o que estão fazendo aqui deveria ser o nosso dia-a-dia e não só aqui. O cartão do SUS é direito nosso, mas quando um cigano chega em um hospital é colocada muita dificuldade para nos atender, então quem tem dinheiro termina pagando a consulta, quem não tem volta para casa com a doença. Dizer que nós temos que ter documento é muito bom, mas o que vamos fazer depois de ter esse documento, ninguém gosta de cigano não. Tem carteira de trabalho, mas não nos dão trabalho. E, ouvir as nossas queixas eles ouvem, mas depois o errado é sempre o cigano. Tem muitas coisas erradas que fazem conosco, mas termina tudo impune, se é o cigano que fez o errado, no instante tomam providências ou nos expulsam de nossas casas, nosso acampamento, nosso lugarzinho. Espero que depois desses dias aqui saia alguma coisa boa para nós. A vida cigana não é esses dias aqui, a vida cigana é uma luta para sobreviver nos meios das dificuldades e, no fim do dia, ainda estar com alegria. (NDCG)

Reivindicação por políticas públicas de saúde destinada aos ciganos vem de 2005 e das CONAPIR (Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial). No entanto, existe uma recomendação, dada pelo Ministério da Saúde, aos serviços de saúde, publicado em um folder “*Ciganos no SUS: equidade em saúde se faz com respeito às diferenças*” sobre questões relacionadas ao atendimento de ciganos nos hospitais, postos e serviços de saúde da rede pública. O folder está embasado na Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011 e na Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009.

Art. 19 – Durante o processo de cadastramento deverá ser solicitado o endereço do domicílio permanente do usuário, independente do município no qual esteja no momento do cadastramento ou do atendimento.

§ 1º - Não estão incluídos nessa exigência os ciganos nômades e os moradores de rua. (Portaria 940, de 28 de abril de 2011)

Porém, os ciganos trouxeram a lembrança, um fato ocorrido em 2003, quando a recém criada SEPPIR, na época, rejeitou propostas para a saúde dos ciganos formuladas lideres, chefes, ONGs e associações ciganas. A saber as propostas foram:

1. Garantir a toda etnia cigana o acesso aos serviços de saúde de qualidade e adequados às suas características socioculturais, suas necessidades e demandas, com ênfase nas concepções e práticas da medicina tradicional.
2. Priorizar e fortalecer os programas de pesquisa, especialmente a pesquisa participativa, voltada ao estudo e ao desenvolvimento de instrumentos de combate as principais doenças incidentes em comunidades, como a malária, dengue, doença de chagas, a anemia, falciforme, a diabetes, hepatite, câncer de pele, entre outras.
3. Garantir a presença de ginecologista mulher nas unidades de saúde, fixas ou móveis, para que as mulheres ciganas possam realizar seus exames preventivos e de pré natal sem criar constrangimentos dentro de sua comunidade.
4. Desenvolver estratégias e políticas para capacitação de recursos humanos e o monitoramento da situação alimentar e nutricional das comunidades ciganas, com base no respeito a sua diversidade cultural.
5. Implementar ações e programas emergenciais continuados voltados para a garantia da segurança alimentar e nutricional familiar, priorizando as crianças e os idosos, levando-se em consideração suas práticas alimentares.
6. Garantir a distribuição ampla e gratuita de medicamentos, bem como o diagnóstico gratuito para as comunidades ciganas.
7. Em casos de emergência, atender o cigano, independente de qualquer documento ou registro junto a unidades de saúde, em qualquer posto e em todo o território brasileiro.
8. Garantir o desenvolvimento de programa de formação e capacitação de pessoas da própria comunidade cigana para realizarem o atendimento local de saúde, garantindo-lhes os meios necessários para tal, inclusive os de emergência.
9. Garantir o tratamento odontológico e oftalmológico de qualidade para as comunidades ciganas, em especial para crianças e idosos, e ampliar a política preventiva de saúde-bucal e oftalmológica.
10. Elaborar e implementar programas contra desnutrição materno-infantil, incluindo a melhoria da assistência pré-natal e pós-natal.

De acordo com Claudio Iovanovitchi:

Então, está aí depois da criação da SEPPIR, onde achávamos que a SEPPIR seria a nossa “Casa Civil”, aonde iria emanar todas as demandas que a gente colocava. Ledo engano; ledo engano. A SEPPIR para os ciganos é completamente dispensável. Então, é uma crítica que faço com toda a responsabilidade que tenho e que não avança, por quê? Porque apoia o místico e o folclórico. Infelizmente é isso. Sabendo somente que ciganos são dançantes e animados, com suas maldições portáteis. E não é isso que nós queremos, nem tão pouco é o que somos. Precisamos ser vistos com nossas verdades e com nossas necessidades.

A dicotômica realidade vivenciada no contexto e cotidiano dos ciganos e o ofertado durante o evento foram comparações constantes por parte dos ciganos presentes no local, mas havia sempre um sentimento de possibilidades de mudança em favor de uma situação melhor para os próprios ciganos no Brasil depois da realização do evento.

A história de luta do movimento cigano no Brasil, bem como o protagonismo de algumas de suas lideranças no diálogo permanente com os poderes públicos estavam sendo acionados como elementos importantes para a mudança de situação vivida pelos ciganos. Nesse contexto, o uso das novas tecnologias apareceu como um forte aliado para denunciar a situação dos ciganos e mobilizar um número grande pessoas em favor das suas causas.

No dia 22 de maio, durante o evento ocorreu um dos momentos mais tensos, pelo menos em minha visão, pelo fato de estar próximo a Claudio Iovanovitchi e a posição dele ser contrária a que estava sendo posta como a da “Conferência Livre de Cultura”, cuja instituição governamental promotora foi o Ministério da Cultura.

Após várias contendas entre os ciganos pelos posicionamentos diversos e divergentes em relação à pauta trazida pelo Ministério da cultura, a “Conferência Livre de Cultura”, resultou a denominada “Carta de Brasília”⁴⁹. Carta essa que Claudio Iovanovitchi se negou a assinar, pois segundo ele:

Assinar uma coisa dessas é jogar fora todos os meus anos de trabalho em prol da causa cigana e dizer que os esoterismos que eles chamam de cultura cigana e o Prêmio de Cultura Cigana estão certos e trazem benefícios aos ciganos. Coisa que sei que não fazem bem para os ciganos, só nos torna folclóricos. E é esse folclore que não sou e que não ajuda na causa cigana, só a enfraquece e ajuda os gadje a nos vê como aberrações e não como pessoas que precisam de políticas públicas urgentes assim como todos os outros brasileiros. (NDCG)

Os conflitos e as relações de pertencimento a determinadas redes de parentesco, grupal e das redes sociais foram acionadas para posicionamentos, diante do que estava sendo proposto para ampliação e participação na construção de políticas públicas do que é considerado por uma cultura cigana.

A posição ocupada por alguns ciganos, enquanto elo no estabelecimento da rede, foi responsável por problematizações, exposições acirradas nos posicionamentos expostos por meio das falas e da gesticulação em direção a quem possuía posicionamento diferente de quem estava se posicionando em direção oposta as convicções de alguns líderes e chefes.

⁴⁹ Anexo nº 09

Os pontos discutidos foram os seguintes: necessidade de informar aos gestores municipais sobre os programas e ações do Governo Federal, pois muitos desconhecem ou ignoram as iniciativas de criação de projetos culturais para ciganos; necessidade de criar mecanismos para evitar que entidades não representativas das comunidades ciganas consigam acessar políticas públicas específicas; garantir retorno das pesquisas sobre ciganos para as comunidades; criar uma metodologia, no âmbito do Prêmio Cultura Cigana, para qualificar quem é cigano e quem não é e garantir que pessoas não ciganas não se apropriem de tal premiação; os ciganos devem contar a sua própria história e não deixar essa tarefa a não ciganos.

Grupos ciganos e representantes governamentais do Ministério da Cultura levaram em consideração as deliberações da I e II Conferências Nacionais de Cultura realizadas nos anos de 2005 e 2010, além do Plano Nacional de Cultura de 2010 e do Decreto nº 6.040 de 20 de fevereiro de 2007, responsável pela instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT.

Para fomentação de algumas discussões sugeridas, tanto pelos representantes do Ministério da Cultura, quanto por algumas lideranças ciganas, as seguintes perguntas:

Como os Estados e Municípios podem ser inseridos na implementação de ações para os Povos Ciganos, dentro do programa Cultura Viva? Como avançar na estruturação da participação social? Como qualificar o Programa para o desenvolvimento de uma Rede de Culturas Ciganas? Quais os principais critérios para a criação de uma Rede de Culturas Ciganas?

Após acirradas discussões e questionamentos, vinte associações ciganas, das vinte e duas cadastradas no início do evento se dispuseram a escrever e assinar um documento, denominado de “Carta de Brasília”, contendo dezenove itens como propostas de subsídios para fomentações de políticas públicas destinadas ao reconhecimento e valorização da cultura cigana.

Claudio Iovanovitchi não assinou esse documento, conforme razões expostas em sua fala em destaque na página anterior. Assinar esse documento para Claudio Iovanovitchi é estar ratificando ações errôneas de representantes do Estado que desconhecem o modo de vida, a história e a cultura dos ciganos.

Outras três associações não assinaram, a Associação Internacional Maylê Sara Kalí – AMSK/DF, mesmo estando na organização e sendo a única fomentadora de recursos financeiros, Grupo Fúria Gitana - RJ e Centro de Estudos e Resgate da Cultura Cigana – CECI-SP. Acredito ser por razões iguais a de Claudio Iovanovitchi. Contudo, para alguns

ciganos a não assinatura ocorreu porque não haviam representantes das associações no momento da assinatura.

Tanto os representantes da APRECI-PR, quanto da AMSK/DF, o Grupo Fúria Gitana e o CECI-SP reconhecem a importância de um documento no campo jurídico e de ações, mas não comungam de pontos que consideram essenciais para o entendimento de um modo de vida e da cultura cigana dentro do movimento cigano no Brasil, principalmente no que diz respeito à folclorização e ao desrespeito de alguns editais e políticas propostas pelo Estado que desrespeitam os ciganos em suas particularidades étnicas. E, muitas vezes, pelo Estado não conduzir políticas e encaminhamentos em comum acordo com as associações e grupos ciganos e não atender as demandas, como expostas pelos ciganos.

Durante o evento, no dia 23 de maio, foram escolhidos os representantes ciganos para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – III CONAPIR, que ocorreu de 05 a 07 de novembro de 2013, também em Brasília-DF. Para a escolha dos representantes eleitos ocorreu também um verdadeiro momento catártico dentro das redes formadas por famílias, associações e meios tecnológicos.

Ao ser colocado em pauta a votação sobre quem iria representar os ciganos na III CONAPIR, levando as reivindicações e apresentando a situação dos ciganos ocorreu um alvoroço com pessoas entrando e saindo do local, conversas em grupos familiares e em associações, ligações de celular para familiares que não estavam presentes no evento, alguns ciganos acessando as redes sociais para que os mais velhos pudessem saber os posicionamentos do grupo que fazia parte em apoio ou recusa a alguns nomes que seriam indicados.

A votação ocorreu por aclamação, como previsto por alguns ciganos anteriormente, fruto das observações durante as oficinas de algumas lideranças que se destacam ou que defendiam alguns pontos de forma mais acirrada e contundente, destacando-se em meio aos demais ciganos.

Para um dos ciganos presentes o motivo de estar sendo aclamado em detrimento de outros se dava tanto por luta pela história de vida dentro da causa cigana, quanto por um tom de voz mais eloquente e crítico. Mas também havia aqueles nomes que estavam sendo direcionados por manterem contato com os poderes de Brasília-DF.

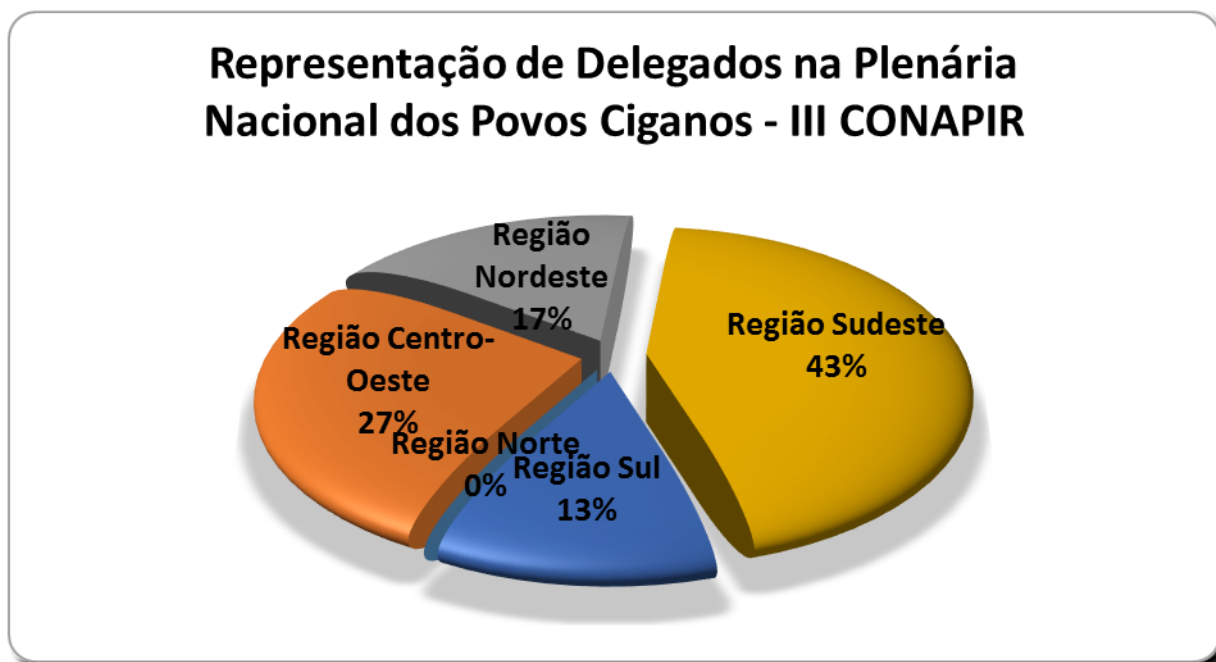
A questão da participação regional foi também decisiva para compor o quadro de nomes elencados para votação. Em meio a aplausos, gritos, levantar ou baixar de mãos foram eleitos os seguintes delegados para a III CONAPIR, segundo tabela abaixo:

TABELA 2: Delegados Eleitos na Plenária Nacional dos Povos Ciganos - III CONAPIR

Nº	Nome	Associação	Estado
01	Geovane Ribeiro Dórea	ACCESB	BA
02	Edvalda Bispo dos Santos Viana	ACCESB	BA
03	Delir Fernandes	Associação Informal	SC
04	Albino Granado	Associação ANANKE	SP
05	Eraldo Souza Silva	Associação Cigana Unidos Kalons	ES
06	Sônia M ^a Alves do Rosário	Associação Cigana Unidos Kalons	ES
07	Eliezer Francisco Dantas	ACIPE	PE
08	Jucélio dos Santos Fernandes	IADESCC	RJ
09	Márcia Castilho	Associação Internacional da Cultura Romani	GO
10	Nélio Jancovithe	Associação Internacional da Cultura Romani	GO
11	Carlos Amaral	Associação Guiemos Kalon - AGK	MG
12	Evandro Souza da Rocha	Associação Guiemos Kalon - AGK	MG
13	Fernando Alves da Silva	ACEC	GO
14	Darlene Rodrigues da S. Oliveira	ACEC	GO
15	José Carlos da Silva	Associação Cedro	SP
16	Maura Ney Piemonte	Associação Cedro	SP
17	Elias Alves da Costa	ACEC	DF
18	Leila dos Santos Alves	ACEC	DF
19	Artur Prati da Silva	ANEC	GO
20	Jeferson da Rocha	ANEC	GO
21	Lori Emanoele da Silva	Associação de Mulheres Ciganas	RS
22	Mara Luiza C. Mello da Fontana	Associação de Mulheres Ciganas	RS
23	Maria Paula Aparecida Fernandes	Associação Informal	SC
24	Wilson Araújo Pontes	Fundação Santa Sara Kali	RJ
25	Vanda Savá	Associação Cultura Cigana	SP
26	José Daniel Juarez Rolim	Conselho Ativo Latente de Ordem Nômade	SP
27	Mio Vacite	União Cigana do Brasil	RJ
28	José Ruiter V. Cerqueira Junior	Leshjae	AL

29	Anne Kellen C. Cerqueira	Leshjae	AL
30	Lourdes Correia	Associação Ananke	SP

GRÁFICO: Representação por Região de Delegados Ciganos na III CONAPIR



Diante dessa tabela de representantes de lideranças ciganas e associações e do gráfico com o percentual de representação por região de delegados ciganos na III CONAPIR é possível apresentar algumas questões.

A tabela é interessante porque nos apresenta alguns dados, entre eles: a ausência de lideranças ciganas e associações na Região Norte, embora conste a presença de quatro municípios com acampamentos ciganos pelos dados do IBGE contidos na “*Tabela 174⁵⁰ - Municípios, total e com acampamento cigano segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009*” (em anexo). Embora, os próprios ciganos apontem a presença maior de ciganos nessa Região.

Há de ser observada também uma representação em percentual muito maior em lideranças e associações na Região Sudeste, 43%, para ir a III CONAPIR, contudo a região que apresenta um maior número de municípios com acampamentos ciganos seja a Nordeste, noventa e sete cidades.

É na Região Nordeste onde está o Estado com o maior número de municípios com acampamentos ciganos, a Bahia, totalizando de acordo com a Tabela 174 do IBGE: 51

⁵⁰ Conservei a numeração da tabela conforme encontrada no site do IBGE.

municípios. Seguido pelo Estado de Minas Gerais com 49 municípios com acampamentos ciganos registrados.

Outro ponto a ser destacado nessa representação por região de delegados ciganos na III CONAPIR é não constar nenhum representante do Estado da Paraíba, porque de acordo com estudos realizados desde a década de 90 do século e milênio passado, Souza-PB é o município nordestino com a maior concentração demográfica de ciganos.

A densidade demográfica do quantitativo de ciganos Calon desse município paraibano despertou o interesse de pesquisadores como Frans Moonen, Patrícia Goldfarb, Robson Souza, Jamilly Cunha, além de outros pesquisadores e pesquisadoras da UFPB e da UFPE, conforme pode ser lido, anteriormente, no capítulo intitulado: “*A Antropologia e os Estudos Sobre e Com os Ciganos no Brasil*”; onde faço um apanhado dos trabalhos realizados em Antropologia, por meio de dissertações e teses defendidas nos departamentos de Antropologia e Ciências Sociais das universidades brasileiras e dos trabalhos apresentados nas Reuniões Brasileira de Antropologia de 2004 a 2014.

A participação de mulheres também nos chama a atenção, dos trinta representantes temos uma divisão de 12 mulheres e 18 homens, aparentemente sem uma equidade, mas levando-se em consideração e o contexto dos grupos ciganos onde liderança e chefia normalmente é desempenhada por homens, esse quantitativo de 36 % de mulheres reflete a mudança que está ocorrendo, mesmo que, para alguns, lenta, mas que dentro de um grupo patriarcal, patrifocal e machista, representa um grande avanço. Pela politização e grau de instrução de algumas ciganas e, por seu papel de liderança frente aos poderes públicos, a tendência será de paridade e, provavelmente, de superação.

Para o pesquisador e professor da PUC-MG, Rodrigo Corrêa, essa Plenária Nacional dos Povos Ciganos para a III CONAPIR representa um momento único para os ciganos no Brasil.

O momento que nós estamos vivendo, aqui, é um momento extraordinário onde os diálogos entre as lideranças vão trazer certamente uma posição política dos ciganos do país jamais vista. Mulheres, homens, jovens, vocês podem construir uma grande reviravolta nas políticas públicas para as comunidades ciganas do Brasil, uma grande reviravolta, eu diria, nas lutas pela igualdade racial nesse país. (NDCG)⁵¹

Em 24 de maio, o Dia Nacional dos Ciganos, ocorreram várias celebrações artísticas e culturais na manhã desse dia por parte dos ciganos. Além das celebrações no “*Brasil Cigano*” ocorreram as oficinas “*Cidadania e Direitos Humanos*” e “*Saúde dos Povos Ciganos*”,

⁵¹ Este pronunciamento do pesquisador e professor Rodrigo Corrêa encontra-se também nos documentos referentes ao Brasil Cigano disponível no site da SEPPIR

coordenadas, respectivamente, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República SEPPIR, Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal; e, pelo Ministério da Saúde e AMSK/DF.

A oficina “*Cidadania e Direitos Humanos*” teve por objetivo esclarecer e orientar os participantes sobre a importância da documentação básica para a promoção da cidadania como Certidão de Nascimento, Registro Geral, Cadastro de Pessoa Física, Título Eleitoral, Carteira de Trabalho e sobre os procedimentos para emissão desta documentação, além de direitos humanos e acesso às políticas públicas.

Para encaminhamentos em momentos oportunos, ocorreu o levantamento da situação dos ciganos acerca de documentação básica. Ao ser constatado que, entre os ciganos sem registro de nascimento, algumas não sabiam se já haviam feito este documento anteriormente e onde se deu o nascimento. Para os ciganos com indefinição documental foi indicado fazer o Registro Tardio.

A fala de uma cigana retrata bem as discussões propostas nessa oficina sobre “Cidadania e Direitos Humanos”:

Eu quando nasci nem me lembro. Minha mãe disse que me registrou, mas eu nunca vi papel nenhum. Mesmo quando casei não me pediram e, se me pediram não sei. Meus filhos também não têm documento, não tem papel. O povo também não se preocupa com a gente. A gente é cigano e para quem não é cigano nós não existimos. Nós não somos gente, somos só arruaceiros. Para que documento se não podemos ir à escola, a um hospital e se não dão emprego para cigano? Vou atrás dos meus direitos, mas ainda vou descobrir para que servem. (CIGANA CALON DE ALAGOAS – NDCG)

Ainda sobre esta questão de cidadania e direito a documentação oficial a cigana Yáskara diz:

Quando a mulher precisa registrar o filho, é preciso dizer local de nascimento. Se a criança nasceu na viagem de um acampamento para outro, por exemplo, como que ela faz? Além disso, é preciso apresentar duas testemunhas e ninguém quer ser testemunha de cigano. (NDCG)

Na oficina “*Saúde dos Povos Ciganos*” foram formados dois grupos, um de homens ciganos e outro de mulheres ciganas. Para a formação dos grupos não foram consideradas outras questões como gênero, idade, condições sociais, especificidades dos grupos, apenas sexo.

Não tive acesso ao espaço em que estavam sendo realizadas as oficinas. Nesse dia, Claudio Iovanovitchi e sua esposa estavam realizando apresentações de sua peça para escolas de Brasília-DF.

Após algum tempo, por meio de diálogos em redes sociais com alguns ciganos e ciganas me foi possibilitado ter acesso a um relatório da oficina realizado pelo Ministério da Saúde e pela AMSK/DF. Diante dos dados obtidos, foi possível construir as seguintes tabelas para conhecimento das informações contidas nas oficinas realizadas com os homens ciganos e as mulheres ciganas sobre saúde.

TABELA 3: Oficina Saúde dos Povos Ciganos

PRINCIPAIS PONTOS ELENCADOS	
MULHERES CIGANAS	HOMENS CIGANOS
- Principais dificuldades: deslocamentos entre os acampamentos/residências até os postos de saúde; compreensão das orientações médicas; ter acesso imediato, quando necessário, a médicos, remédios e exames; - Perda dos conhecimentos tradicionais de promoção da saúde, como do uso de plantas medicinais; - 12 das 30 mulheres presentes relataram o uso de medicamentos antidepressivos; - Algumas mulheres relataram ter vergonha de procurar os postos de saúde. Em muitos casos, há a proibição de irem sozinhas ao hospital ou de serem atendidas por médicos do sexo masculino; - A maioria das mulheres afirmou conhecer exames ginecológicos preventivos, como o “Papanicolau”. Porém, há receio em realizar o exame, por desconhecem seus objetivos; - Para a maioria das mulheres ciganas a utilização de contraceptivos não é uma realidade muito presente e próxima em seu cotidiano, pois há a compreensão, bastante disseminada, de que ter filhos é o maior presente que uma mulher pode receber, uma dádiva; - Recorrência de casos de diabetes em suas famílias, o que pode ser um indicador de problemas nutricionais; - Saúde Bucal: a discussão deste tema permitiu levantar a percepção das mulheres ciganas sobre os cuidados necessários para manter sua saúde bucal e de suas crianças. Há diferentes percepções, dependendo do grupo étnico, renda e local de procedência (estados, áreas rurais e urbanas). No geral, constatou-se que a	- Aproximar equipes de Saúde da Família e Atenção Básica das lideranças ciganas para a construção de uma agenda comum, com o desenvolvimento de ações de Atenção Básica nos acampamentos, respeitando as particularidades étnicas e culturais desta população; - Visitas periódicas das equipes de Saúde da Família aos acampamentos para esclarecerem as dúvidas, fazerem os encaminhamentos necessários ou mesmo para levantarem necessidades de cuidados com a saúde, que surgem a partir da própria estrutura precária dos acampamentos; - Despreparo por parte dos profissionais de saúde, que, por desconhecem a cultura cigana, não respeitam a hierarquia existente no acampamento. Assim, é importante garantir o contato prévio com as lideranças locais para explicar o processo de trabalho que será desenvolvido; - Inexistência do hábito, entre os ciganos, como ocorre com a população masculina de maneira geral, de buscar os serviços de saúde de forma preventiva. Dos quinze presentes somente dois afirmaram ter procurado o serviço de saúde no último ano. Informaram que os homens ciganos só buscam o médico/serviço de saúde quando já estão muito doentes e, na maior parte dos casos, as doenças já estão bastante avançadas, restando somente a cirurgia ou a morte; - Necessidade do uso do preservativo como método seguro para prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS), hepatites virais e como método contraceptivo; de aumentar os cuidados com a higiene pessoal;

odontologia é uma área da saúde muito distante da realidade da maioria das comunidades ciganas. Ficou evidente a insuficiente, quando não inexistente, oferta de serviços preventivos referentes à saúde bucal na maioria dos acampamentos.	inclusive da genitália; de evitar os perigos da automedicação; - Alcoolismo e tabagismo: necessidade de tratamento profissional; importância do apoio da família; - Realizar rodas de conversa, com a participação de todos os ciganos, para falar sobre os principais problemas de saúde e a prevenção das doenças, e que os participantes possam levar estas informações para os acampamentos, principalmente para aqueles que não sabem ler, como a necessidade de alimentação saudável para manutenção da saúde no acampamento; - A equipe do MS está produzindo materiais informativos para as equipes de Saúde da Família sobre como abordar a saúde do homem para distribuição em todas as unidades de saúde do país. Assim, os médicos enfermeiros, agentes comunitários e técnicos de enfermagem poderão qualificar o atendimento dos homens ciganos, levando em consideração seus hábitos e cultura. Estes materiais também abordarão, conforme previsto na legislação, a garantia ao atendimento sem a necessidade de apresentação de documentação comprovante de residência.
--	---

Diante desses pontos elencados pelas mulheres ciganas e homens ciganos nos grupos de discussão, em que são perceptíveis no grupo das mulheres uma preocupação com os costumes e a identidade cigana frente a algumas doenças e a cura por meio da medicina alternativa peculiar ao grupo; enquanto que para os homens se evidencia uma preocupação com a demarcação de poder dos chefes e líderes e para com os profissionais da área de saúde.

Dessa forma, após alguns diálogos ficaram algumas recomendações para serem apreciadas pelo Ministério da Saúde afim de minimizar a exclusão dos grupos ciganos das redes de saúde e manutenção da cultura cigana em sua forma própria de lidar com as doenças e as possíveis soluções para a cura e a preservação do bem-estar saudável dos ciganos.

Recomendações da “Oficina Saúde dos Povos Ciganos” para o Ministério da Saúde:

- A capacitação das mulheres ciganas como multiplicadoras em relação aos cuidados com a saúde no âmbito de suas comunidades é uma estratégia que pode gerar bons frutos, pois são elas as responsáveis pela saúde e bem estar de suas famílias;
- Os profissionais de saúde precisam conhecer melhor a realidade das mulheres ciganas, e estas precisam compreender a dinâmica do atendimento à saúde na perspectiva de que possam protagonizar as ações de saúde;
- Formar agentes comunitários de saúde dentro das próprias comunidades ciganas;
- Elaboração de modelo de atenção à saúde que efetivamente chegue aos domicílios das famílias ciganas;

- Mapeamento dos locais para criação de estruturas que promovam o diálogo entre servidores de saúde e comunidades ciganas;
- Ação voltada para capacitar agentes comunitários de saúde sobre as especificidades das comunidades ciganas;
- Ministério da Saúde deve promover comunicação direta com os serviços de saúde dos 291 municípios com acampamentos ciganos em seu território [Dados do IBGE / 2010], no sentido de alertá-los para o cumprimento da legislação, especialmente: Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011, que regulamenta o Sistema do Cartão Nacional de Saúde e afirma, em seu § 1º, do Art. 23, a não obrigatoriedade de comprovação de endereço para acessar o Cartão SUS, no caso de “ciganos nômades e moradores de rua” e a Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, e cujo Parágrafo Único, do Art. 4º, afirma: ‘É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência’.

As oficinas e plenária ocorreram em espaço montados a partir de uma infraestrutura que deveria ser a reprodução do que era concebido como um “acampamento Cigano”. A infraestrutura contava com barracas de lona e banheiros químicos dispostos de forma circular, resultando em um pátio central que era utilizado para as atividades. Alguns pontos de energia elétrica foram distribuídos nessa estrutura para iluminação e utilização de aparelhos elétricos.

Segundo os organizadores do evento, essa infraestrutura foi montada pelas seguintes razões:

- (i) ampliar a participação de lideranças ciganas e suas famílias no evento, (ii) dar visibilidade a uma característica marcante das comunidades ciganas e (iii) propiciar a interação entre as diferentes comunidades ciganas e entre os subgrupos étnicos Rom e Calon.

Se, por um lado, a estrutura montada no modelo de um “acampamento cigano” foi uma “boa intensão” dos organizadores pelas razões supracitadas, por outro lado, reforçou estigmas para com os ciganos e fomentou disputas internas entre os ciganos, tanto por parte das chefias presentes, quanto por parte dos grupos e associações.

Esse acampamento foi bom para quem organizou porque economizou dinheiro com hotel para toda essa ‘ciganada’ que está aqui. É muito cigano junto mesmo. Mas nós não moramos só assim, nós moramos em casas. Colocar nós em um acampamento é como dizer que precisamos de terra e casa vivermos. E mais, todo mundo junto Calon e Rom. Cigano é cigano, mas nós temos nossas diferenças. (CIGANO CALON – NDCG)

Embora, essa estrutura montada, possibilitasse os encontros e discussões extraoficiais no período noturno, após programação oficial. O período noturno era marcado por cantorias, danças e cultos evangélicos, algumas vezes, ânimos se acirravam e os chefes e líderes intervinham para mediar as tensões e as disputas e sanar os problemas existentes.

Outro ponto a ser levado em consideração sobre o “acampamento cigano” montado e a presença de lideranças e chefias ciganas foi o fato de que os ciganos que vieram a convite do Governo Federal não permaneceram no acampamento, mas ficaram hospedados em hotéis de Brasília-DF.

Esse fato, foi questionado por muitos ciganos, porque se o objetivo do acampamento montado para o evento tinha como objetivos “*ampliar a participação de lideranças ciganas e suas famílias no evento; e propiciar a interação entre os ciganos Rom e Calon*”. Não justificaria, segundo alguns informantes, trazer apenas o líder de avião e, ainda, deixá-los em local diferente do que estava montado para todos os ciganos.

Estão segregando os ciganos. Uns colocam em hotel, outros deixam em barracas para dormir e passar esses dias aqui de qualquer jeito. Os que estão em hotel são mais importantes do que os que estão dormindo aqui? Isso que está acontecendo aqui só está porque nós estamos aqui, se não, não ia ter Brasil Cigano sem cigano. (CHEFE CALON – NDCG)

Para os ciganos, o evento “Brasil Cigano – I Semana Nacional dos Povos Ciganos” propiciou um momento político ímpar na história dos ciganos brasileiros pelo fortalecimento e empoderamento de associações, chefias e lideranças ciganas entre si e perante o Estado na definição de prioridades e soluções de demandas dos grupos ciganos.

Durante o evento, os ciganos ao conversarem uns com os outros traziam informações sobre como estavam as condições de diálogos com os órgãos governamentais em contextos locais de alguns estados e municípios em nível de conquistas, reconhecimentos e direitos.

Das socializações do que era contexto local se articulava para pensar em como trazer as conquistas, o reconhecimento e o direito para o âmbito do contexto global no território brasileiro.

Direito de um cigano deve ser direito de todos os ciganos. Se em um local nós podemos fazer uma coisa, nos outros também devemos. Se um local faz uma coisa boa para os ciganos, os outros também devem fazer e no Brasil inteiro deve ser tudo igual. A discriminação acontece em todos os locais, então a igualdade no que é bom também deve ser em todos os locais. Temos que lutar para isso. Aqui, estamos com a oportunidade de falar com todos numa coisa grande. Quando voltarmos para os nossos lugares temos que fazer valer o que foi falado aqui e pensar numa igualdade para todos os ciganos em todos os cantos. (LÍDER CALON DE ALAGOAS – NDCG)

Para um dos representantes governamentais em seu discurso de fechamento disse:

O Brasil Cigano de fato criou um marco para a história do movimento cigano no Brasil e gerou a possibilidade de construção de uma pauta mais unificada para este movimento. Que os próximos passos levem a avanços ainda mais significativos, de forma que o Estado brasileiro venha a

garantir, de maneira plena, os direitos dos Povos Ciganos, superando os grandes desafios da invisibilidade social, do preconceito e da discriminação. (NDCG)

Ao final do evento Brasil Cigano foi elaborado pela SEPPIR um guia com base nas discussões e demandas dos ciganos concomitantes com os direitos constitucionais e jurídicos existentes, intitulado de “*Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos*”.

A divulgação desse guia, ficou acordado, que seria realizada por meio das redes sociais das quais os ciganos fazem parte e uso, das redes associativas, das redes grupais e das de parentesco e familiar.



Foto 4 - Mesa de Abertura do Brasil Cigano (Acervo de Claudio Iovanovitchi)



Foto 5- Claudio Iovanovitchi em oficina no Brasil Cigano (Acervo de Claudio Iovanovitchi)



Foto 6 - Neiva Iovanovitchi em apresentação no Brasil Cigano (Acervo de Claudio Iovanovitchi)

7. OS IMPONDERÁVEIS DA VIDA NO CAMPO E O DIÁLOGO DO CAMPO COM O PESQUISADOR - QUANDO O CAMPO GRITA

*“Eu prefiro ser
 Essa metamorfose ambulante
 Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
 Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”*
 (Raul Seixas)

“*Serendipity*” é uma palavra da língua inglesa criada pelo escritor britânico Horace Walpole em 1754, com destaque na literatura por ter inaugurado o gênero literário conhecido como romance gótico, com a publicação da obra “*The Castle of Otranto*” (1764). “*Serendipity*” é a capacidade de realizar descobertas “acidentalmente” com soluções para problemas que são postos, graças as observações e sagacidades, permitindo, dessa forma, múltiplas possibilidades como resultado para chegar a determinados fins⁵². A palavra foi criada fazendo referência a um conto persa infantil “Os três príncipes de Serendip”. O conto narra a história das aventuras de três príncipes do Ceilão, atual Sri Lanka, que viviam fazendo descobertas ao caso ou por conta do destino. Os resultados das descobertas eles não estavam procurando realmente, mas chegavam a eles e eram utilizados como soluções.

Assim como eram três os príncipes que proporcionaram a criação da palavra “*serendipity*” com suas descobertas despretensiosas, acredito que se aplica bem, com exceção da “despretenciosidade”, a esse capítulo na escrita da tese, tanto pelas ideias contidas na palavra, quanto no número de personagens.

Durante todo o processo de pesquisa algumas questões sempre emergiam, entre elas se destacaram: o papel da mulher cigana, a religião e a educação cigana no momento de diálogo com a construção de políticas públicas para os ciganos, tanto por meio da construção, como nos desdobramentos das redes. Essas três categorias observadas denominei de “*imponderáveis da vida no campo*” me apoderando de Malinowski (1976). Como disse o próprio Malinowski: “*O bom treinamento teórico e a familiaridade com os mais recentes resultados não são equivalentes a estar carregado de ‘ideias preconcebidas’*” (MALINOWSKI, 1922, p.10). Dessa forma, o pesquisador deve estar em exercício contínuo e flexível para ser capaz de ampliar o seu ponto de vista e conseguir sair das ‘ideias preconcebidas’.

⁵² Concepção diferente de Nicolau Maquiavel em sua obra “O Príncipe”, onde “os fins justificam os meios”, com a ‘serenditipy’ os meios são justificados pelos fins.

O recolher dados no campo e os analisar depois, com todas as suas nuances de complexidades, a colocação das dificuldades para a prática etnográfica ou os paradigmas intelectuais em que o pesquisador pode fazer uso ao trazer o campo para as palavras são uma constante nas etnografias clássicas e nos manuais dedicados ao fazer etnográfico.

Desses manuais, pelo uso que fiz, posso citar Maget (1962); Roy Ellen (1984); Hammersley & Atkinson (1994); Fretz Emerson & Shaw (1995); Giobellina Brumana (1995); Beaud & Weber (2007); Velasco & Diaz de Rada (1997); Dewalt & Dewalt (2002), além claro, das etnografias produzidas por autores como Malinowski (1932, 1935, 1976, 1982), Boas (1940, 2004, 2010), Raymond Firth (1998), Evans-Pritchard (2005), Clifford Geertz (1978), James Clifford (1997, 2002), entre outros antropólogos, incluo nesse rol os brasileiros.

Ao ler foi possível perceber a preocupação que os informantes causam no antropólogo e as consequências na escrita segundo os interesses no que concerne aos assuntos abordados e as descrições realizadas. Contudo, um outro dado advindo dessas obras configura a ênfase no que é dito e exposto pelo interlocutor, seja o informante, seja o antropólogo.

Assim, desprendendo-me de algumas ideias me permiti um escutar atento para as falas. Esse escutar se deu, talvez, porque estão atrelados a meu olhar constante pela importância dessas temáticas em minha própria história de vida. Concordo com Lisabete Coradini em seu texto “*Confissões antropológicas*” (2009) ao falar sobre o olhar para a diferença e a relação da trajetória do pesquisador aponta que há uma estrita relação com a pesquisa realizada.

Este olhar sobre o diferente me fez perceber a dificuldade de desnaturalizar noções, categorias, classificações que constituem em minha visão de mundo. Como ensina o antropólogo Gilberto Velho [1994], a possibilidade de nosso empreendimento ser bem sucedido vai depender das peculiaridades da própria trajetória dos pesquisadores, que poderão estar mais inclinados ou aptos a trabalhar com maior ou menor grau de proximidade com seu objeto. (CORADINI, apud: SCHWADE e VALLE, 2009, p. 290)

Partindo dessa proximidade com os ciganos, vivência e discurso, foi possível “do olhar” e “do escutar” refletir sobre três questões: a mulher cigana, o agenciamento religioso e a educação. A primeira questão por ser um homem sensível a causa feminina⁵³; a segunda por ser uma pessoa religiosa; e, a terceira por ser professor e a educação está atrelada a minha trajetória profissional desde a adolescência, verificando também que é a bandeira de luta de

⁵³ Prefiro este termo do que feminista, pois sendo homem mesmo estando sensibilizado ao que ocorreu e ocorre com mulheres não passo pelas situações de opressão e desigualdade em que as mulheres foram colocadas historicamente em nossa sociedade sexista, machista e patriarcal.

Claudio Iovanovitchi ao expor as demandas dos ciganos. Telmo Caria (2003), compreende a etnografia a partir de um contexto como a delimitação de um “lugar de fronteira”, contexto esse importante para a construção de reflexividades no fazer ciência por meio de inesperados.

O ‘dentro e fora’ [nos contextos]⁵⁴ é fonte de conhecimento acrescido porque provoca uma tensão e uma ambiguidade na relação social de investigação que convoca o investigador a refletir sobre o inesperado. O investigador é um ator social que é reconhecido como competente nos ‘saberes-pensar de fora’, mas, ao mesmo tempo, mostra ser incompetente nos ‘saberes-fazer de dentro’. (CARIA, 2003, p. 13)

Em uma das minhas escutas e conversas etnográficas com Claudio Iovanovitchi em sua residência em Curitiba-PR, pude, entre as minhas anotações, destacar três falas que embasam esses imponderáveis da vida no campo. Organizei-as, sequencialmente, segundo as exposições realizadas nas três falas registradas em meu diário de campo.

A mulher é a base nossa. É quem cuida dos nossos meninos. Faz ele serem ciganinhos mesmo. Eles já são ciganos porque são filhos nossos, dos homens ciganos, mas são elas que fazem eles aprenderem a ser ciganos. (CLAÚDIO IOVANOVITCHI – Líder da APRECI-PR - NDCG)

Esses padres e o pessoal deles da Igreja Católica querem falar por nós. Fazer o que fizeram com índios. Se aproveitar de nós. Mas quando era para ter ajudado mesmo, o que fizeram conosco? Eles nos queimaram vivos, acusaram de bruxaria, ajudaram a expulsar das cidades, nos entregaram a Hitler. E agora vem querer ser bonzinhos. Tem mais histórias por trás disso. Dessa ajuda. Um exemplo é o prêmio que deveria ser para nós ciganos. (CLAÚDIO IOVANOVITCHI – Líder da APRECI-PR - NDCG)

Hoje, o que cigano mais quer é ter escolas para poder aprender a ler, contar, deixar de ser analfabeto e ter formaturas. Agora, nós queremos uma escola que seja para nós ciganos e pensados por nós. Queremos que as coisas sejam ensinadas e nossa língua, com nossa cultura, como os índios e os quilombos estão fazendo. (CLAÚDIO IOVANOVITCHI – Líder da APRECI-PR - NDCG)

Ao folhear o meu diário de campo para realizar a citação das falas de Claudio Iovanovitchi, lembrei de uma conotação atribuída ao diário de campo por Roberto Cardoso de Oliveira, onde em uma entrevista para a Revista de Antropologia da USP nos faz refletir sobre o que escrevemos nele e nas análises executadas ainda quando estamos com os informantes e na interação com o campo.

No diário você tem o primeiro distanciamento, então você tem o primeiro momento de reflexão. Não é bem a separação que Geertz faz entre o “be there” e o “be here”, vendo neles uma diferença radical. Porque no “be there”, no “estar lá”, você tem também momentos de reflexão, e isso aparece

⁵⁴ Acréscimo do autor em referência ao parágrafo escrito anteriormente no original do texto de Telmo Caria (2003).

no diário. Tenho em partes dos meus diários pequenos pré-artigos. Pré-artigos que elaboro, faço esquemas básicos para desenvolvimento futuro. E estou muito junto do evento observado, daquele fato registrado, os insights que tenho posso colocar no diário. Então o diário, parte dele, quando você não registra apenas datas e o que você fez no dia, quando você põe o material etnográfico dentro dele, passa a ser muitas vezes um pré-texto. E um pretexto para um artigo, como sugere a homofonia das palavras... (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 197)

Como me proponho estudar a identidade em rede na perspectiva política e o diálogo com o Estado para aquisição de direitos, essas questões postas e expostas nas falas transcritas de meu diário de campo, após uma visita etnográfica, acredito que abrangem um estado de direito que necessita de algumas reflexões.

Rede implica em estar atento também aos elos conectivos e as suas expansões. Como lembra Ortner (2006, p. 74), “*as pessoas sempre estão inseridas em teias de relações, de afeto ou de solidariedade, de poder ou de rivalidade. [...] teias de relações que compõem seus mundos sociais*”. Nessas teias que surgem as amarrações de elos na rede, ou “*imponderáveis do campo*”, que um olhar antropológico interpreta em leituras e escritas os seus significados.

Também nesse aspecto de teias e elos nas redes fizeram lembrar Geertz (1978), quando fala sobre o fazer antropológico por meio da metáfora da leitura de um “*manuscrito estranho*”.

Fazer etnografia é como tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipse, de incoerência, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 1978, p. 15)

Sobre a categoria imponderável, é importante ressaltar, que a utilização não significa algo de menor encontrado no campo. É utilizada para apontar questões de suma importância encontradas durante todo o período da pesquisa etnográfica. Não eram as questões principais; contudo, o diálogo com o campo e a observação mais atenta, mostraram ser os elementos que podem problematizar as categorias de pertencimento e identidade acionadas em rede para discussões no campo do direito e da cidadania.

7.1. PRIMEIRO IMPONDERÁVEL - A MULHER CIGANA

Em nossa seara de pesquisa com os ciganos é comum ouvirmos que as decisões se dão com os homens e que as lideranças e chefias também cabem ao universo masculino

(SIQUEIRA, 2012)⁵⁵. Contudo, em um olhar mais atento e perspicaz, observei as mulheres também como protagonistas nesse processo, tanto na representação, como na luta da liderança e, na formação do futuro líder ou chefe. Tem dessa forma, uma implicação direta na conformação das redes e na representatividade dos ciganos.

Era e é muito comum escutar dois nomes ligados as questões dos ciganos aqui no Brasil, Yáskara (com quem tive o prazer de encontrar várias vezes em alguns eventos e trocamos e-mails, além de ligações em situações que envolvem questões ciganas) e Mirian Stanesco (advogada). Durante as minhas pesquisas de campo e nos diálogos gravados ou anotados esses dois nomes se fazem presentes repetidas vezes, por isso ao abordar os ciganos dentro de uma temática de rede não poderia ficar indiferente a esse dado que o campo apresentava.

Marcia Yáskara Guelpa é cigana, jornalista, feminista e muçulmana como a mesma se define. No Brasil é uma importante ativista cigana pelas causas ciganas. Reconhecida pelo vasto conhecimento que tem dos grupos ciganos no Brasil e por ser uma agente de conexão entre as lideranças. Ela representa os ciganos na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que integra o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal.

A cigana Mirian Stanescon Batuli se define como a primeira mulher cigana a ter um diploma de nível superior aqui no Brasil (Direito). Também é uma importante liderança aqui no Brasil, sendo inclusive responsável pela autoria da cartilha “Povo Cigano – O Direitos em suas mãos”, publicado em 2008 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), em parceria com a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC) e a Fundação Santa Sara Kali (presidida por Mirian).

No caso das duas ciganas, lembrei muito do que Antônio Gramsci aponta para o intelectual orgânico como aquele militante que age ao meio ao seu povo e para seu povo com consciência política, sendo um organismo social vivo, em expansão e pleno de potencial.

Todo grupo social, ao nascer do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria também, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que conferem homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, como também no social e político: o empresário capitalista gera junto consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. (GRAMSCI, 1975, p. 1513)

⁵⁵ SIQUEIRA, Robson de Araújo. "Os Calon do município de Souza/PB: dinâmicas ciganas e transformações culturais." Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Antropologia e Museologia, Recife, 2012

Dentro dessa perspectiva de expansão como protagonista “*de um novo direito*”, por meio das lideranças ciganas e entrando no cenário as mulheres, segui com as minhas pesquisas. Ao analisar os documentos e no processo também de observações e análises netnográficos também pude ver essa constância, tanto por parte dos ciganos, quanto por parte dos trabalhos acadêmicos (participação no GT cigano da ABA) e dos representantes do Estado dos nomes dessas duas mulheres ciganas.

Assim, mesmo não sendo objetivo e objeto desse trabalho em uma instância primeira, mas acredito que este dado, ao que denomino de imponderável do campo a exemplo de Bronislaw Malinowski, não poderá ser descartado, principalmente quando as políticas públicas estão em um momento de privilégios da mulher na contemplação de alguns ganhos.

Com a assertiva de que toda identidade é contrastiva, situacional e contextual em seu momento de acionamento, não se diz que é de um grupo ou se demonstra algum signo de pertencimento ao acaso, como pressupõe o senso comum. Essa identidade acionada tem, ainda, a incumbência de ser pensada como uma interpretação política principalmente quando o diálogo se dá com o poder público (ou pelo poder público) para ter acesso a direitos já garantidos por Leis.

Na IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos, ocorrida em 02 de julho de 2004 em Brasília-DF, o *Grupo de Trabalho Etnia Cigana* encaminhou uma lista com vinte e quatro reivindicações e sugestões para orientar a formulação de políticas públicas dirigidas à população cigana no Brasil. Três itens dessa lista chama a atenção por serem reivindicações que dizem respeito mais restritamente às mulheres.

1. Desenvolver campanhas com vista a incentivar a comunidade cigana a permitir que as meninas ciganas tenham o mesmo direito à alfabetização, cultura e educação dos meninos ciganos.
2. Assegurar o uso tradicional dos trajes típicos da mulher cigana, garantindo sua entrada em todo e qualquer estabelecimento público.
3. Garantir a presença de ginecologista mulher nas unidades móveis, para que as mulheres ciganas possam realizar seus exames preventivos e de pré-natal sem criar constrangimentos dentro de sua comunidade.

A mudança no local e na posição da mulher cigana diante do grupo cigano, enquanto protagonista, na busca de uma liderança é possível que esse processo esteja ocorrendo devido ao fato do protagonismo no papel da mulher nas políticas públicas. Como exemplo temos as

cotas nos partidos políticos, as casas do Programa “*Minha Casa, Minha Vida*”⁵⁶ são escrituradas em nome da mulher, ficando a posse com a mulher. Esta medida é a mesma para outros programas sociais como o “*Bolsa Família*” e “*Auxílio Carceragem*”.

Ao refletir sobre essa questão lembrei que nos processos de regularização fundiária para comunidades nas florestas amazônicas onde encontramos a orientação para o registro territorial ocorrer preferencialmente no nome da mulher.

Quando o governo federal e estadual regulariza uma posse, o direito de uso ou domínio sobre a terra será do casal, HOMEM E MULHER. Quando as pessoas não são casadas no papel, para reconhecer esse direito, o governo pede que o casal vá até um Cartório e faça uma DECLARAÇÃO DE CONVIVÊNCIA, que tem o mesmo valor que a Certidão de Casamento. No Amazonas, nos últimos anos, quando o ITEAM emite um título, esse documento da terra sai no nome do casal ou preferencialmente no nome da mulher. (CARVALHEIRO et al, 2013, p. 35)

Então nesse diálogo com o estado se torna interessante a participação da fala e da presença da mulher cigana, para mostrar a sua existência e as suas necessidades, assim como as demais mulheres brasileiras que são contempladas com as políticas gerais. Porque sabendo da inteligência e da articulação dos ciganos. A voz e o protagonismo da mulher cigana passaram a ser questões a serem refletidas.

Essa atual participação de mulheres ciganas em fóruns de discussão sobre as políticas de reconhecimento e combate à discriminação racial no cenário brasileiro merece atenção, sobretudo se considerarmos que, em geral, a liderança familiar entre os ciganos é descrita como de competência exclusiva dos homens como apontou a pesquisadora Joana Aristicth em seu estudo sobre as ditas tradições ciganas partindo do patriarcalismo, onde dizia que “*para nós, a liderança familiar é de exclusiva competência do homem. Ele representa a força e o domínio das situações difíceis, sendo, portanto, o símbolo de proteção da família, o porta-voz das nossas reivindicações*” (ARISTICTH, 1995, p.29). Contrariando, dessa forma a participação feminina o que estava exposto em estudos anteriores e trazendo novos paradigmas a serem apresentados e estudados.

Nos estudos de gênero entrecruzados com o fenômeno dos grupos étnicos tem se destacado o importante papel das mulheres na estruturação representativa e de identidade do pertencimento da natureza étnica e cultural. Isto tem implicações políticas no grupo, tanto em

⁵⁶ O Programa “Minha Casa Minha Vida” faz parte do programa nacional de Habitação no Brasil e possibilita o financiamento de imóveis em até 30 anos. Toda família com renda bruta mensal de até R\$ 5 mil pode participar do programa, desde que não possua casa própria ou financiamento em qualquer unidade da federação, ou tenha recebido anteriormente benefícios de natureza habitacional do Governo Federal. Maiores informações disponíveis no endereço eletrônico: <http://www2.planalto.gov.br/excluir-historico-nao-sera-migrado/saiba-como-funciona-e-como-participar-do-programa-minha-casa-minha-vida>

sua organização social como na forma de conceber o parentesco, tendo como preâmbulo o que Berger e Luckmann (1976, p.175) denominaram de a socialização primária: “*a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual se torna membro da sociedade*”. Os mesmos ainda demonstram que processualmente

implica uma dialética entre a identificação pelos outros e a auto identificação, entre a identidade objetivamente atribuída, e a identidade subjetivamente apropriada [...] a identidade é objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com este mundo. (BERGER e LUCKMANN: 1976, p. 177)

Assim, segundo a exposição desses autores, a mulher tem um papel preponderante, porque seria ela a responsável primeira por formar este sentimento de pertencimento e distinção no embate “nós e os outros” (MELO, 2008). Cabendo-nos também, não sermos ingênuos nesta perspectiva, pois esta reflexão traz em si a imagem da mulher tanto como uma promotora da socialização primária, como também a faz um baluarte da identidade étnica grupal, a partir do pensamento esboçado na associação da mulher com o domínio do universo doméstico ou privado, tanto da casa, quanto do próprio grupo e, conseqüentemente, na conformação política e na liderança (KANDIYOTI, 1996).

Embora, a emblemática figura da cigana, como exemplo em grupo étnico, em alguns momentos consegue burlar este contexto por estar associada à liberdade e a rua em suas relações de sobrevivência, nomadismo e comércio (TEIXEIRA, 2007).

O sociólogo William Goode (1970, p.11) salienta que,

durante a infância, uma pessoa torna-se conhecedora dessas relações através de um longo período de socialização que é o processo no qual ela aprende de que modo os outros membros da sua família esperam que ela se comporte e ela mesma passa a sentir que esse é o modo correto e desejável de comportar.

Corroborando com essa perspectiva o que o pesquisador Epstein (1978) aponta como sendo a importância dos espaços restritos de mobilização dos sentimentos de pertencimento étnicos, ressaltando a “cultura pública” da “cultura íntima”, sendo nessa segunda onde os valores próprios do ser etnicamente diferente dos outros serem transmitidos, e o componente afetivo da própria identidade coletiva do grupo ficar mais evidente e acentuada.

Cabe, pois a mulher, essa tarefa de imputar esse pertencimento e despertar essa afetividade na criança dos componentes do constitutivo étnico, embora este papel foi suprimido nas etnografias clássicas que abordam os papéis políticos e de liderança (EVANS-PRITCHARD:2001; GLUCKMAN:1987; entre outros).

Ainda temos Oliveira (1999, p.70), que aponta nesta mesma perspectiva que: “*As relações de gênero é uma construção cultural e social e como tal representa um processo contínuo e descontínuo de produção de lugares e poderes do homem e da mulher em cada cultura e sociedade.*”

Neste contexto é impossível não lembrar os estudos de Talcott Parsous (1975), pois, a partir de seus estudos de representação sobre a família e a unidade doméstica entre os grupos de imigrantes nos Estados Unidos verificou a importância da mulher como a detentora simbólica da identidade do grupo e a propagadora desta mesma identidade entre as gerações mais novas, foco este que denota o seu poder, com implicações na conformação representativa política do grupo.

Neste aspecto ao se trazer para a discussão no contexto étnico, não podemos deixar de pensar na frase de abertura do livro de Simone de Beauvoir (1967, p.9), no volume dois de *O Segundo Sexo*: “*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher*”; pois, assim como não se nasce mulher, poderíamos ampliar também essa afirmativa para a questão étnica e de parentesco, porque mesmo havendo as questões envolvendo o aspecto da descendência pelo sangue (conforme categoria nativa), a sobreposição da natureza pela cultura, com a abordagem das denominadas meio-ciganas (as mulheres não ciganas casadas com os homens ciganos), de forma que “*sangue é um símbolo*” (WOORTMANN, 1977, p.181); percebe-se assim, que há uma inversão neste aspecto conceitual invertendo-se a formulação para a preponderância da cultura sobre a natureza, com a apropriação e o aprendizado do ser cigana em seus aspectos identitários e diacríticos (STOLCKE:2000; LEACH,1989).

Uma reflexão é necessária, porque serão essas mesmas mulheres as responsáveis pela educação dos filhos e filhas destes homens ciganos, autoras também da continuidade desse grupo étnico, incluindo os líderes. Todavia, essa questão da cigana e da liderança, traz em si uma perspectiva de mobilidade no âmbito do próprio grupo, levando-se em consideração o papel desta mulher em um grupo patrilinear e patrilocal.

Pois, assim como a urbanização exposta pelo autor de “*Reconsiderando o Parentesco*” repercute sobre o sistema “patrilinear”, ao levantarmos esta assertiva com os ciganos, não podemos discordar dele quando aponta que “*com frequência, tal processo rompe os sistemas de parentesco tradicionais*” (WOORTMANN, 1977, p.160).

Barth (2000, p. 44), na introdução de “*Os grupos étnicos e suas fronteiras*”, já nos chama a atenção que uma das formas de assimilação inclui o “*incentivo representado pelas vantagens evidentes para o grupo doméstico ao qual se dá a incorporação, bem como para o seu líder.*”

No entanto, não é possível deixar de ignorar que essas relações de gêneros ainda são permeadas pela interação social grupal e baseadas em desigualdades, tanto intergrupal, quanto em detrimento do homem-marido cigano.

Neste caso, o ser mulher cigana pode ser concebida como um diálogo com as ideias do grupo e a história da mulher, pelos fatos, mitos e experiências em torno do feminino cigano ao longo do milênio de registros sobre este grupo e das tradições expostas na oralidade (MELUCCI, 1996).

Sou mulher, mas antes de ser mulher, sou cigana. Aprendi com minha mãe e com minha sogra a me comportar como uma cigana deve se comportar, no grupo e fora do grupo. Elas aprenderam com as mães delas. Hoje o mundo pode ser diferente, mas nós nos comportamos e vivemos como aprendemos a ser. (CIGANA CALÓN – NDCG)

Compreendendo que gênero se realiza culturalmente, por ideologias que tomam formas específicas em cada momento histórico e tais formas estão associadas a apropriações político-econômicas do cultural, que se dão como totalidades em lugares e períodos determinados.

Este último enfoque é uma contribuição de autores marxistas no sentido de tirar o feminismo do plano idealista, negando-se que as discriminações se reproduzem pela perversidade natural dos homens, e chamando a atenção para um sistema de relações que se perpetua porque serve a interesses, ainda que não tenham sido diretamente engendrados para tal fim, como no caso da liderança, sempre apontada como exercida por homens.

Como aponta Saffioti (1992) que nos ajuda a compreensão de gênero como uma categoria que possibilita uma análise capaz de apreensão das tramas de relações sociais construídas historicamente para pensarmos também as relações de poder e reflexões sobre o ser mulher:

Como gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social o conceito deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama essa na qual as relações de gênero têm lugar. (SAFFIOTI, 1992, p. 187)

Para Scott (1995) é preciso utilizar duas proposições para trabalhar com gênero porque ele é elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, também, é uma forma de dar significado e significância aos estabelecimentos das relações de poder, podendo ser acrescido a representação política advinda da mesma.

O conceito para essa autora é mais amplo, articulando gênero com classe social e raça/etnia de forma a revelar as desigualdades e os jogos de poder nestes três eixos. Portanto,

os indivíduos são constituídos e amalgamados, subvertendo uma lógica do pensamento cartesiano, linear e dicotômico, fazendo com que o gênero seja um grande instrumento de análise para compreender as complexas formas de interação e estabelecimentos humanos. Pois, “*Gênero deve ser visto como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, e como sendo um modo básico de significar relações de poder*” (SCOTT, 1995, p.86).

Assim, vemos que o trabalho com gênero, família e grupos étnicos necessita de estudos mais aprofundados para melhor entender o grupo e as próprias mudanças que advém desse mesmo grupo no contexto da contemporaneidade, onde as discussões de inserção política e a mobilidade dentro da própria estrutura do campo de negociação estão presentes para os ganhos dos direitos e o enfoque sobre a categoria mulher dentro da etnicidade torna-se por deveras importante, pois são as responsáveis pela continuidade do grupo e a compreensão das configurações e reconfigurações do parentesco e das alianças.

Lembrando o que Corrêa (s/d) afirma que “*a parentela é uma rede mais ampla de parentes e inclui todos os parentes consanguíneos e afins*”. Não podemos esquecer o que Woortmann (1977, p.182) aponta que “*é o ‘parentesco em situação’ que fala, codifica e expressa outras coisas*”.

No Brasil, a presença cigana data oficialmente do ano de 1574, com alvará de D. Sebastião condenando ao degredo João de Torres, sua mulher Angelina e seus filhos para o Maranhão; um fato interessante na história sobre os ciganos é a presença das mulheres em todos os dados, sendo as mesmas as grandes responsáveis pela imagem do grupo e do constituinte étnico.

O pesquisador Pereira da Costa, falando a respeito dos ciganos em Pernambuco, também enfatiza que as ciganas iam de encontro às acusações a elas apresentadas, ganhando honestamente o sustento para sua sobrevivência: “*As mulheres, porém, importunas, astutas eximamente loquazes, saíam a esmolar, e liam a ‘buena dicha’ pelas linhas das mãos, predizendo a boa ou má- sorte do indivíduo, mediante uma remuneração qualquer.*” (COSTA, 1983, p. 301).

Em se tratando de ciganos em Pernambuco, meu primeiro campo de estudo com os ciganos, onde desenvolvi a minha pesquisa de mestrado, não é possível deixar de citar a chegada dos mesmos a Fernando de Noronha, quando a ilha foi convertida em degredo.

Vem desse período a lenda: *O Cajueiro da Cigana*, que aparece no livro “*Risos e Lágrimas*”, de Gustavo Adolfo Cardoso Pinto, impresso no Recife em 1882. “O cajueiro da Cigana” fala de uma linda cigana que, vivendo num casebre na ilha, que tinha ao lado um

frondoso cajueiro, plantado por ela. Num lugar sem mulheres, onde ela era, talvez, a única exceção, esta bela mulher prostituiu-se, entregando-se a muitos homens.

A persistência dessa mulher na citada lenda lembra outra cigana que marcou a história do comércio brasileiro, Francisca Rotz no século XVII, a qual, a Câmara Municipal de São Paulo de Piratininga, concedeu licença em 1603, para a abertura de uma casa comercial na cidade, recebendo a alcunha de “Cigana Francisca Roiz”. Sendo, pois, considerada a primeira comerciante de São Paulo (SCHUMA & BRASIL, 2000, p. 246).

Com esse dado histórico, é impossível não nos lembrarmos do protagonismo da mulher no grupo cigano, onde as mesmas no século XXI colocam-se como liderança nas discussões políticas pela garantia dos direitos dos ciganos junto aos poderes públicos.

Essa mesma esperteza da mulher cigana é ressaltada em uma crônica de Xico Sá, divulgada na coluna “*Modos de Macho & Modinhas de Fêmea*”, que é parte integrante do Diário de Pernambuco.

Mesmo sendo recheada de ideias depreciativas quanto aos ciganos não deixa de ser enfatizada a sutileza da mulher em conseguir atingir o seu objetivo, isto é, conseguir dinheiro a partir do comércio simbólico do “dom” de predizer o futuro e recontar o passado: “*A cigana escolhe justamente as pessoas que contaram histórias mais tristes ao telefone. Ai é só chegar e, pimba, é loa de tiro certo no ouvido do camarada ou da senhorita*”. (SÁ, 10 de nov. de 2007).

Para ser cigana é preciso ser forte, ser valente e ter disposição. Cigana não serve para ser madame não. Eu dou conta de casa, dos meus filhos, do meu marido. Vou para as ruas com minhas companheiras e ainda trago dinheiro para minha família. Eu peço, eu trabalho, faço até serviços na casa de quem quiser me pagar. (CIGANA CALON – NDCG)

Assim, é perceptível o papel da mulher cigana no sustentáculo da família como também uma provedora, capaz de atos diversos a partir da “esperteza” que lhe é particular, como é citado acima, para ganhar o necessário para continuar sobrevivendo. Isto corrobora com o que aponta Teixeira (2001, p.60): “*Desde a Colônia a mulher cigana tinha um comportamento completamente oposto ao da mulher branca das camadas superiores*”.

Outro material iconográfico que pode ser citado demarcando o papel das ciganas e a sua inserção na sociedade é o jornal “*A Cigana*”, onde o primeiro número (possivelmente o único) foi editado em oito de setembro de 1874, em Recife.

Dessa forma, nota-se a presença das mulheres ciganas em todos os ciclos geoeconômicos, embora sempre estigmatizadas, mas contribuindo para torná-lo possível em

seus múltiplos aspectos de desenvolvimento, pois a mulher cigana estava sempre associada também ao comércio.

Um ponto que demonstra essa visibilidade cigana a partir das representações das mulheres ciganas é perceptível nos folguedos com as figuras das personagens no “*Baile do Menino Deus*”, “*Pastoril*”, “*Quadrilhas*”; e, na religiosidade esotérica e de matriz afro e afro-brasileira com as “*Pombagiras Ciganas*”, “*Mestras Ciganas*”, as cartomantes e quiromantes. Esta associação aos cultos de matriz afro e afro-brasileira vai ter um desdobramento ao pensarmos o segundo imponderável nas discussões de políticas públicas e de redes de diálogo e pertencimento.

Em uma consideração, ainda muito pueril, vemos que o trabalho com gênero, família e grupos étnicos necessita de um estudo mais aprofundado para melhor entender o grupo e as próprias mudanças que advém desse mesmo grupo no contexto da contemporaneidade, onde as discussões de inserção política e a mobilidade dentro da própria estrutura do campo de negociação estão presentes para os ganhos dos direitos e o enfoque sobre a categoria mulher dentro da etnicidade torna-se por deveras importante.

A mulheres ciganas são as responsáveis pela continuidade do grupo. Continuidade está que irá exteriorizar o próprio sentimento do pertencimento étnico, refletido na identidade. De acordo com uma informante cigana: “*Somos nós que ensinamos os ciganinhos e as ciganinhas a serem ciganos. Nós geramos, alimentamos, cuidamos, ensinamos e passamos nossa língua e nossa cultura*” (MULHER CIGANA - NDCG).

No caso dos ciganos pesquisados, mesmo não pretendendo explorar com maior afinco esse campo dos estudos de gênero as questões envolvendo mulheres ciganas, os processos de liderança e seus atributos de poder, ao se apresentarem no campo, eu não podia me fazer de rogado e ignorar esse aspecto da rede, da identidade e da luta política.

A Associação de Mulheres Ciganas do Rio Grande do Sul e a liderança exercida por algumas mulheres ao falar em nome dos grupos ciganos em eventos, programas televisivos, entrevistas para revistas, vídeos divulgados por meio da Internet denotam nuances de um protagonismo da mulher cigana nesse atual contexto.

Escutei uma fala de uma cigana, residente em Brasília, em uma audiência pública que retrata bem esse anseio do protagonismo e dos mecanismos para alcançá-lo:

Não quero mais ter que esconder que sou cigana. Quero aprender a ler para arrumar um emprego. Quero poder falar o que sinto e o que quero. Quero ter do bom e do melhor também. Quero ser vista como ser humano, quero me sentir normal. (CIGANA CALON - NDCG)

Em conversa com uma cigana Calon, certa vez no Pátio da Igreja do Carmo, na Avenida Dantas Barreto, enquanto ela abordava as pessoas para realizar a leitura nas linhas das mãos e predizer o futuro das pessoas, realizando o seu comércio simbólico para a aquisição de renda para sustento próprio e do grupo durante um o período que compreende os meses entre setembro e janeiro disse a cigana ao responder uma das perguntas realizadas:

Cigana é sina, sina boa, de quem não tem medo da rua, não tem medo de gente, tem coragem para enfrentar a vida. A cigana é quem representa todo o seu povo. Os homens falam por nós e mandam em nós, mas quando alguém pensa no nosso povo o primeiro retrato feito na cabeça é o da cigana, não é o do cigano. Quero que minhas filhas sigam a tradição para ser cigana como eu, mas quero que ela seja mais independente, tenha mais oportunidade na vida, com emprego bom e com estudo alto. Só não quero que elas tenham vergonha de ser quem são e nem do povo delas. Quem tem que ter vergonha é quem nos trata com desconfiança e sem respeito. (CIGANA CALON –NDCG)

Para uma outra cigana que pertencia ao mesmo grupo dessa cigana, ao me ver conversar com uma de suas companheiras de trabalho, aproximou-se e respondeu de forma bem contundente, levando-nos a realizar algumas reflexões sobre quem são essas mulheres ciganas e o clamor por respeito, não apenas por ser mulher, mas para todos os ciganos:

Se você quer saber o que é ser uma cigana nesse mundo eu te respondo: é ser alegre e feliz com a vida, mesmo quando as dificuldades chegam, quando parece que não tem sol em um dia de chuva, mas que a gente sabe que a chuva vai passar. Ser cigana é ter esperança como a que damos quando vemos o futuro nas mãos das pessoas. É saber que tudo está mudando, nós, nossas tradições, nossa vida. É saber que nós como todas as mulheres, temos direitos e que vamos ser respeitadas, primeiro por sermos ciganas, depois, por sermos mulheres. Tem dias que a pancada da vida por ser cigana, dói mais do que por ser mulher. Independente, de ser cigano ou cigana, as pessoas não querem respeitar é nosso povo todo. (CIGANA CALON – NDCG)



Foto 7 - Ciganas no Pátio do Carmo em Recife-PE realizando leitura de mãos (Acervo do autor)



Foto 8 - Cigana Yáskara e Fernando Calon em encontro da Cartografia Social na UFRN (Acervo do autor)

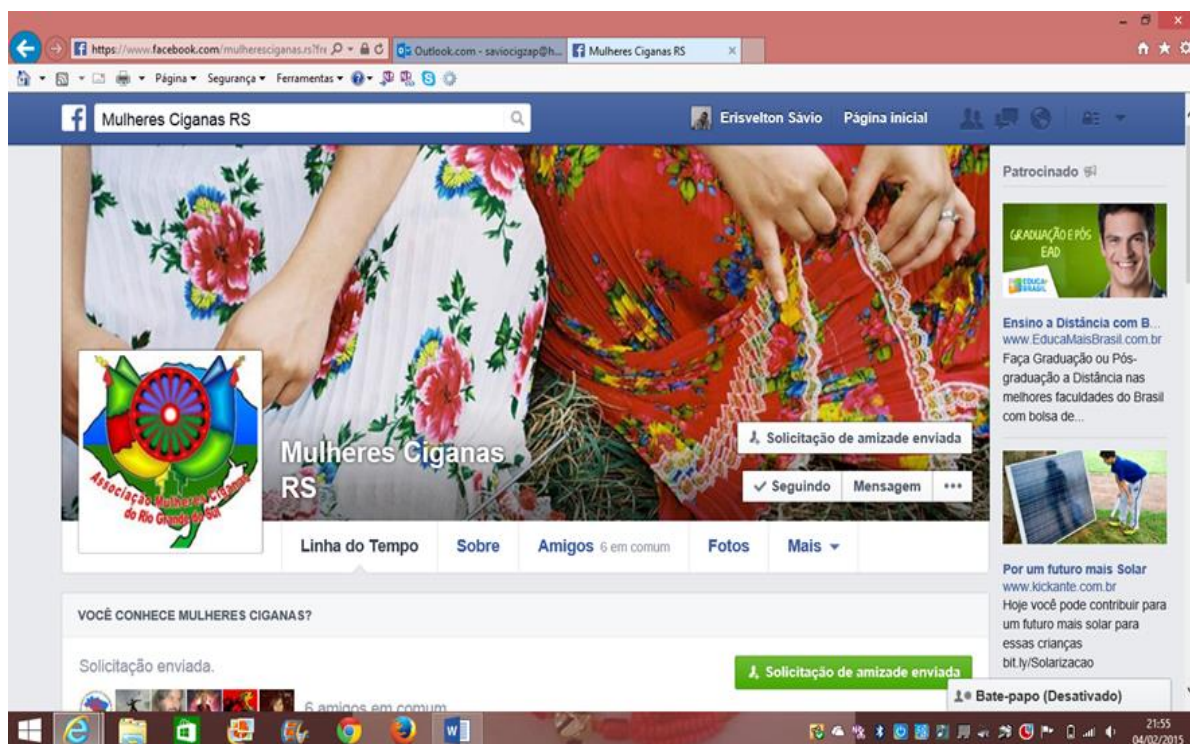


Figura 18 - Página da Associação de Mulheres Ciganas do Rio Grande do Sul



Figura 19– Página Pessoal de Yáskara no Facebook

7.2. SEGUNDO IMPONDERÁVEL – AGENCIAMENTO RELIGIOSO

A religião é um tema caro para a Antropologia e as Ciências Sociais no geral como é possível verificar desde o início dos seus postulados nos campos da Ciência. Importância essa apreciada na vasta produção envolvendo a temática, como sistema de representação e de cultura; onde temos Fraser (1982) e Malinowski (1984) trazendo concepções entrecruzadas de magia, ciência e religião. Durkheim (2000) com as “Formas Elementares de Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália”. Eliade (1992) com o “Sagrado e o Profano”. Geertz (1978) e a religião como representação do sistema cultural. Bourdieu (1972) com a noção de campo religioso. Hervieu-Léger (2005) para quem a religião apresenta-se em constante movimento. Berger (1985) e a ênfase no processo de secularização.

Há, ainda, questões envolvendo o mercado religioso e político, além de ritualístico, especificamente no Brasil entre as religiões tradicionais ocidentais, as religiões afro e afro-indígenas-brasileiras, as religiões populares e as religiões neopentecostais (PIERUCCI, 1996; PRANDI, 2005; SILVA, 2007; MOTTA, 2012, 2011, 2010; CAMPOS e GUSMÃO, 2010 entre outros pesquisadores/autores).

O tópico religião é uma questão constante que se fez presente no campo e nos diálogos quando a pesquisa envolve ciganos, pois para quem não os conhece os veem como uma ramificação esotérica. Eles, por sua vez, não costumam gostar dessa associação, especificamente os que conheci em convivência e no escutar os diálogos, não gostam dessa associação porque é uma ratificação de um estereótipo personificado em um dos fatores de discriminação contra os ciganos. Este tópico também está associado em um primeiro tempo a processos de agenciamento e disputas relacionadas a tutela sobre os ciganos.

Em um segundo tempo, é possível verificar por meio do próprio protagonismo dos ciganos em seus posicionamentos em redes sociais e pelas falas de suas lideranças em discussões e proposições junto ao Estado e aos representantes desse Estado. Em relação a esse poder tutelar, Lima (1995, p.43) nos diz:

É uma forma reelaborada de uma guerra, ou de maneira muito mais específica, do que se pode construir como um modelo formal de uma das formas de relacionamento possível entre um “eu” e um “outro”, afastado por uma alteridade (econômica, política, simbólica e espacial) radical, isto é, a *conquista*⁵⁷, cujos princípios primeiros se repetem – como toda repetição, de forma diferenciada – a cada pacificação.

Com relação aos ciganos é perceptível que o poder tutelar ocorreu possibilitando uma entrada dos mesmos no cenário de reivindicações políticas no cenário das políticas de

⁵⁷ Grifo no original.

reconhecimento e reparação advindas do estado de direito das populações tradicionais com a Constituição Federal de 1988. Após essa inserção, as próprias lideranças ciganas rebelaram-se contra essa catequese e “pacificação”. Pois, *“quem deve falar sobre os ciganos são os próprios ciganos, só pode dizer o sapato que aperta quem o calça”*. (Claudio Iovanovitchi – NDCG).

No primeiro momento das discussões dos ciganos com o estado é perceptível a forte presença da Igreja Católica Romana por meio da Pastoral do Nômades. Ocorreu uma intermediação de uma pauta sobre ciganos por meio da Pastoral dos Nômades nas redes acionadas pelos bispos da CNBB junto a alguns parlamentares ligados a bancada Católica.

O diálogo orquestrado pela Pastoral dos Nômades no cenário político foi razão de algumas crises e conflitos entre algumas lideranças ciganas e os representantes da Pastoral dos Nômades. Os ciganos não se viam representados por não ciganos signatários de uma determinada religião pautada em dogmas e tradições que ao longo da história os perseguiu e coadunou com alguns genocídios nos quais os ciganos foram mortos, a exemplo temos a Segunda Guerra Mundial, onde mais de quinhentos mil ciganos foram perseguidos, colocados para trabalhos forçados em campos de concentrações e vítimas de homicídios cruéis.

Ao apontar essa questão da representação dos ciganos pelos não ciganos como uma crise e um conflito, a compreendi como sendo uma tomada de posição boa, pois os ciganos conseguiram se mobilizar, criar e acionar redes por critérios de pertencimento e começaram a falar por si em momentos posteriores.

Neste sentido as palavras crise e conflito utilizo-as dentro dos conceitos de Hannah Arendt (2009), para quem crise é a exigência de respostas as questões postas e uma proposição para superação de preconceitos com a experimentação da realidade e da reflexão.

Uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos direitos. Uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão. (ARENDT, 2009, p. 223).

Para o conflito tomo como conceito o de George Simmel (2013), pois de acordo com sua definição, o conflito é concebido como um preponderante positivo nas construções das relações sociais. Com o conflito temos as ações e relações sociais construídas por meio de sociabilidades e propostas de resolução de problemas impostos.

O conflito na perspectiva de George Simmel possibilita múltiplas respostas para superações possíveis de um problema. Conflito é uma reunião de pessoas em posições

diferentes sobre um determinado assunto sabendo que há possibilidades ou não de resolução. Não sendo ingênuos, sabemos que os posicionamentos atrelados as “possíveis resoluções, estão diretamente relacionados aos graus de destaque que consolidam “status” e poder dentro do grupo ou no diálogo com o Estado.

Mas também é um preconceito totalmente filisteu a ideia de que todos os conflitos e problemas estão aí para serem resolvidos. Ambos têm outras tarefas na economia e na história da vida, que eles cumprem independentemente de sua posição resolução, não sendo de modo algum fúteis, mesmo quando o futuro não soluciona o conflito por meio de sua conciliação, mas apenas substitui suas formas e conteúdos por outros. Isso porque, decerto, todos esses fenômenos problemáticos que foram discutidos nos tornam conscientes do quanto o presente é demasiado contraditório para que permaneçamos nele – indicando, sem dúvida, no que diz respeito a seu alcance, uma transformação mais fundamental do que a mera remodelação de uma forma existente numa forma emergente. Pois, neste último caso, quase nunca a ponte entre o antes e o depois das formas culturais aparece tão completamente demolida como agora, a ponto de a vida em si informe ser a única que parece restar para ocupar as brechas. Também, sem dúvida, isso impele a uma transformação cultural típica, à criação de formas novas e adequadas às forças atuais; com tais formas, porém – o que talvez demore mais para se tornar consciente, adiando a luta aberta -, um problema é suprimido somente por um novo, e um conflito, por outro. (SIMMEL, 2013, p. 142-143).

Pela forma positiva que crise e conflito são postos pelos conceitos expostos, acredito que foram os mais adequados as questões envolvendo os ciganos dentro desse “imponderável da religião” que surgiu durante o campo.

7.2.1. A *Pastoral dos Nômades*⁵⁸

Para obter informações sobre a “Pastoral dos Nômades do Brasil” utilizei como fonte o site da Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB). Em 2009 tive um encontro e uma conversa rápida com um representante da Pastoral dos Nômades do Brasil.

A conversa estava permeada em torno da família cigana que havia sido pesquisada durante o meu campo entre 2006 e 2007 residente na região metropolitana do Recife-PE e do líder Calon em Pernambuco, Enildo Soares. Após repassar as informações solicitadas ao representante da Pastoral e o encontro dele com a família cigana e com o líder cigano, nossa conversa cessou.

Nos dias em que estive em Pernambuco junto com o Comitê de Promoção da Igualdade Étnico-Racial de Pernambuco (CEPIR-PE) ocorreu uma reunião, para a qual fui convidado juntamente com Frans Moonen para estarmos esclarecendo algumas questões

⁵⁸ Informações no site oficial da Pastoral dos Nômades no endereço: <http://www.pastoraldosnomades.org.br/site/>

referentes aos ciganos. Ambos, presentes na reunião marcada, mas com a presença dos ciganos, por quem nós não falaríamos. Tínhamos a compreensão de que quem deveria falar eram os ciganos.

Concomitantemente, pelas redes que mantínhamos com os ciganos, tanto Frans Moonen quanto eu, já havíamos sido alertados sobre uma polêmica envolvendo a Pastoral dos Nômades do Brasil e algumas lideranças ciganas em posições antagônicas em algumas reuniões em Brasília-DF, referente ao “*Prêmio de Cultura Cigana*” e as instituições ganhadoras do prêmio.

Diante da situação, seguimos de forma pragmática o que sinaliza o “*Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga*”, no constitutivo do direito e do dever em relação as populações estudadas: “*Os direitos dos antropólogos devem estar subordinados aos direitos das populações que são objeto de pesquisa e têm como contrapartida as responsabilidades inerentes ao exercício da atividade científica*”; e, “*garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado*”.

No período da pesquisa de 2011 a 2013 tentei entrar em contato com representantes dessa pastoral, contudo, trabalho quase que em vão. Durante o II Encontro Kalé Roma do Brasil que ocorreu em Olinda-PE em agosto de 2012, patrocinado Pela Pastoral dos Nômades e pela Associação dos Ciganos de Pernambuco, havia apenas um representante dessa pastoral, um ex-seminarista que reside em Natal-RN e faz um trabalho junto aos ciganos Calon que são liderados por Fernando Calon.

Durante o evento tentei obter maiores informações sobre a Pastoral dos Nômades e o mesmo me indicou visitar o site da CNBB e da Pastoral dos Nômades e a leitura de um livro que inclusive havia lido “*O Rosto de Deus na Cultura Milenar dos Ciganos*”, de Murialdo Gasparet (1998). Seguem as informações que acredito serem pertinentes ao meu trabalho dentro da perspectiva de rede, sociabilidade e identidade.

Segundo o site, a Pastoral dos Nômades é um serviço da Igreja Católica que desenvolve suas atividades, visando a promoção humana e cristã das pessoas e do grupo que integra o povo nômade, especialmente nas seguintes características: ciganos, circenses e parquistas.

Nessa primeira definição algumas problemáticas se fizeram presentes em meus pensamentos e análises. A primeira problemática se deu com a “*promoção cristã*”. Imediatamente lembrei do livro da jornalista e antropóloga Isabel Fonseca, “*Enterrem-me em Pé*” (1996), que realizou pesquisas com os ciganos da Europa Oriental entre os anos de 1991 e

1995. Partiu da tese que ciganos seriam os “*novos judeus*” da “*nova Europa*”⁵⁹, com a distinção de que, enquanto judeus tem como base da cultura a escrita das suas dores e perseguições, os ciganos ao contrário têm como base na cultura “*a arte de esquecer*”. Ao chegar na Albânia e encontrar os grupos ciganos (Roma), em se tratando de religião verificou que esses ciganos se declaravam mulçumanos.

Eles se intitulavam mulçumanos, mas a designação tinha uma peculiar significação local. [...] Afirma-se em geral que os ciganos não têm religião, adotando a fé corrente na medida de suas conveniências, na esperança de evitar perseguições e se possível aproveitar-se de qualquer benefício que a adoção religiosa possa trazer. Isso é verdade. Primeiro porque sempre tiveram que ouvir sermões fora da igreja. Mas a razão mais profunda é que não precisam das religiões de outras nações. É difícil dizer o que significava exatamente ser mulçumano para os ciganos de Kinostudio. (FONSECA, 1996, p. 64)

Diante dessa questão, lembro de uma conversa que tive uma vez com a cigana Márcia Yáskara Guelpa, ou simplesmente, Yáskara. Na ocasião, estávamos em Natal- RN em um evento para tratar de assuntos relacionados a “populações tradicionais”, no qual iríamos expor a situação dos ciganos no Brasil.

A antropóloga Patrícia Goldfarb da UFPB e eu, iríamos expor a partir de nossas pesquisas e Yáskara pelo conhecimento e pertencimento cigano. Em um intervalo para um lanche a conversa ocorreu e, por alguma razão, falamos sobre religião e ela se declarou mulçumana.

Sou cigana, sou mulher, sou mulçumana. Não tenho dúvidas do que sou. Se querem me denominar de bruxa, de cristã, de espiritualista, que o façam. Mas sei muito bem quem sou e o que sou. Não preciso ser catequizada para engolir as verdades de ninguém, já tenho as minhas. (CIGANA YÁSKARA- NDCG)

Isso me fez pensar nas possíveis consequências dessa “*promoção cristã*”, dessa forma o “*não preciso ser catequizada*” de Yáskara se aplica muito bem. Ficando a dúvida se os ciganos, que por acaso não estivessem dispostos a assimilar essa empreitada da “*promoção cristã*” estariam fora dos direitos ou não seriam contemplados dentro das formulações de

⁵⁹ No ano de 1989 ocorreu a queda do “Muro de Berlin” construído em 1961, no chamado período de “Guerra Fria”. Esse muro, além de ser uma barreira física, era uma barreira simbólica que separava países capitalistas de países socialistas. Ao tratar sobre o “Muro de Berlin”, acredito ser pertinente uma observação das consequências da queda do mesmo no contexto da problematização da etnicização e das concepções construídas sobre os estados-nação na ideologia do colonialismo. Para tanto, penso a partir de Clifford Geertz (2001) quando escreve que: “Identidades étnicas, linguísticas, raciais e difusamente culturais ganharam maior destaque político nos anos decorridos desde que a descolonização destroçou os impérios de além de mar [...]. Essa desmontagem do mundo pós-muro de Berlim, sua dispersão em pedaços e restos, trouxe para o primeiro plano formas mais particulares e mais particularistas de auto representação coletiva – e não somente na Iugoslávia ou na Tchecoslováquia, por exemplo, onde o efeito é claro e direto, porém em geral” (GEERTZ, 2001, p. 157).

direitos e políticas públicas propostas para os ciganos ou em nome dos ciganos ao Estado brasileiro.

O outro ponto que necessita de reflexões é a definição de “povos nômades” atribuídas aos ciganos pela Pastoral. Isso traz em si o reforço do estereótipo construído pelos não ciganos sobre os ciganos. Porque os ciganos que, a maioria dos pesquisadores têm acesso, são sedentários e/ou anseiam por uma terra para montar acampamento com uma infraestrutura nos padrões propícios para moradia com energia elétrica, água encanada, saneamento básico entre outras condições.

Reafirmá-los como nômades é, no mínimo, incoerente com a luta por aquisição dos direitos básicos de moradia. Nomadismo para os ciganos não significa a ausência de casa ou um terreno, mas uma outra compreensão de territorialidade, de espaço e de relação entre tempos ainda “rememoráveis” e necessidades do mundo contemporâneo.

O pesquisador Liégeois nos traz uma boa definição sobre essa dicotomia nômade/sedentário como uma perspectiva de “*estado de espírito*”, se é possível denominar como dicotomia quando pensamos conforme a ótica cigana ou na concepção desse “*estado de espírito*”.

Assim como os sedentários, ainda que estes viajem, não deixam de ser sedentários, também os ciganos, ainda que não viajem, não deixam de ser nômades. Por isso é preferível falar de ciganos sedentarizados do que sedentários, já que o primeiro termo indica uma etapa provisória para pessoas cujo movimento continua sendo importante. O nomadismo é mais um estado de espírito do que um estado de fato. (LIÉGEOIS, 1988, p. 52)

Pensamento de “nômade” para ciganos dentro do campo de estudos da “ciganologia brasileira” é reforçar estereótipos, mas o que percebo ser uma constante em estudos da “ciganologia global” é a tendência de as obras relatarem um “sedentarismo”. Pois quase todos os pesquisadores que trabalham com questões ciganas dedicam algumas linhas em seus escritos para demonstrar a relação dos ciganos com nomadismo/sedentarismo.⁶⁰ Principalmente no que concerne a demonstrar o “sedentarismo” do grupo (FONSECA, 1996; SANT’ANA, 1983; MOONEN, 1993; GOLDFARB, 2004).

Contudo, é necessário lembrar quando falamos de nomadismo com os ciganos estamos falando de rotas de comércio, de cidades receptivas ou austeras a presença deles, de possibilidades de acolhimento ou de refutação.

⁶⁰ Acredito que duas obras do geógrafo Yi-Fu Tuan que trabalha os conceitos de “topofilia” e “topofobia” seriam bem pertinentes e interessantes nessa discussão: “Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente”, (1980) e “Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência”, (1983), ambas da editora DIFEL. Principalmente no que refere a algumas razões levam os ciganos a se deslocarem ou a permanecerem em determinados locais.

Ao trazer essa discussão não pretendo afrontar alguns ciganos ou pesquisadores sobre a relação ciganos e nomadismo, pois durante um período longo de nossa história, pelo menos a contada e registrada “oficialmente”, a relação é fato. Todavia, temos que no mínimo nos questionarmos sobre esse fato para não haver perpetuação de um estigma preconceituoso e uma fomentação para impossibilidade de aquisição de territórios para o grupo.

Um exemplo de nomadismo comercial é um grupo de ciganos Calon que acompanho a quase dez anos entre os meses de setembro a janeiro em na orla das cidades de Recife-PE e Jaboatão dos Guararapes-PE e nas praças recifenses, mais especificamente na Praça do Carmo, no bairro de Santo Antônio, centro do Recife-PE. Esse grupo é composto por três famílias advindas de Penedo-AL e Natal-RN.

Segundo pesquisa no estilo flutuante com esses ciganos, observei que eles estão nesse período por ser a estação do sol e da forte presença de turistas na região metropolitana do Recife-PE por causa das praias.

Durante a estadia desse grupo de ciganos, normalmente se alojam em pensões de baixo custo na cobrança das diárias, ou acampam em uma praia da área orla litorânea de Barra de Jangada (Jaboatão dos Guararapes) na localidade denominada de “*Ilha do Amor*”.

As principais atividades desse grupo é o comércio simbólico realizado pelas mulheres com a quiromancia (leitura das linhas da mão) e os homens com vendas e trocas. Após o término de janeiro, seguem para Salvador a capital da Bahia, porque tem mais uma possibilidade de continuar com os atos comerciais junto aos turistas que estão lá pela celebração do carnaval. Ao sair de Salvador-BA seguem para Natal-RN onde ficam até junho. Em junho seguem para Curitiba-PR ou Florianópolis-SC também motivados pelo caminho do comércio e da sobrevivência que advém da atividade do mesmo.

Assim, ao pensar essas questões sobre nomadismo para ciganos concordo com Dimitri Fazito quando diz que “*o nomadismo é evocado em determinados contextos para reforçar ou negar a ciganidade, dependendo das posições sociais ocupadas no campo de forças*” (FAZITO, 2006, p.721).

Nesse sentido, em uma de suas falas registradas em meu diário de campo, Claudio Iovanovitchi diz que “*o nomadismo vem de muito tempo, dentro de uma política do faça caminhar, porque cigano bom é cigano longe de mim e todo mundo. Se continuarem pensando assim, nós não vamos poder estar em Brasília também*”.

O nomadismo no conceito apresentado pela Pastoral dos Nômades pressupõe uma mobilidade em seu sentido mais estrito, como o apresentado no dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS, 2001, p. 1938) é: “*característica do que é móvel ou do que é capaz*

de se movimentar, [...] capacidade de mudar, de apresentar variações”. Contudo, em uma pesquisa etnográfica, na qual a mobilidade está para os ciganos como uma rota comercial e em um sistema de rede, adoto como mais propício a definição de Marc Augé (2010, p.15), onde a mobilidade “*exprime-se nos movimentos de população, na comunicação geral instantânea e na circulação dos produtos, das imagens e das informações.*”

Os termos “nômade” e “sedentário” quando aplicados aos ciganos devem ser problematizados não somente dentro das categorias antropológicas, mas principalmente dentro da compreensão nativa dos próprios ciganos. Patrícia Sulpino agora Goldfarb⁶¹ (1999 e 2004) em sua dissertação de mestrado e, posteriormente, tese de doutorado traz abordagens muito interessantes sobre as concepções nômade e sedentário a partir dos ciganos de Souza-PB.

Ter uma residência fixa com código de endereçamento postal (CEP), necessariamente não significa está atrelado ao pensamento de sedentarismo, bem como ser andarilho não representa uma pessoa nômade. Nesse sentido concordo com James Clifford quando aponta que o próprio “nativo” e/ou “informante”, é cada vez mais um “viajor” ou “viajante” em constante movimento, “as pessoas estudadas pelos antropólogos raramente são caseiras” (CLIFFORD, 2000:53).

Esse é o caso dos ciganos, pois de acordo com o discurso de dois informantes ciganos, para um “*as invenções mais importantes da humanidade são a roda e o computador*”, para o outro “*a roda e o celular*”, porque na concepção dos informantes a roda e as novas tecnologias da informação e da comunicação propiciam aos ciganos percorrer o mundo todo. A roda símbolo dos ciganos e de um nomadismo de viagens nas estradas dos países e as novas tecnologias que possibilitam aos que estão fixados em algum território estarem percorrendo o mundo com a sua voz e sua imagem.

Então, ao falarmos sobre nomadismo relacionado aos ciganos é necessário, antes de tudo, compreender o que significa ser nômade ou sedentário para os próprios ciganos e a relação em ter ou não um território demarcado ou para uso.

A roda, também presente na bandeira cigana, símbolo das estradas e dos caminhos, das ligações dos lugares, da facilitação das transações comerciais e dos arranjos políticos. Hoje, reconfigurada nas novas tecnologias por meio dos símbolos @ e ◉, servem de instrumento facilitador de negociações, inclusive da identidade e da busca por direitos políticos e jurídicos, sendo esse o contexto da contemporaneidade no século XXI e na “Era da

⁶¹ A antropóloga e pesquisadora Maria Patrícia Lopes Sulpino, após casamento passou a utilizar o sobrenome do marido Goldfarb.

Informação” (Castells, 1999 e 2003) para os ciganos. Ao falar sobre a roda e seus aspectos reais e simbólicos é necessário pensarmos em seus usos sociais para a formação desse fenômeno denominado de redes de sociabilidade e a materialização dessas relações advindas por meio do imaginário desse símbolo de percurso para encontros e vivências. Dessa forma, aproprio-me de Godelier (2001) quando diz:

O problema é saber se é possível construir representações mais adequadas a esta realidade afirmando que o simbólico domina o imaginário ou supondo o inverso. A nossos olhos, esta perspectiva inversa é a que se deve adotar. São antes de tudo as diversas maneiras como os homens imaginam suas relações entre eles com aquilo que chamamos de natureza que distinguem as sociedades, assim como as épocas durante as quais algumas delas continuam a existir. Mas o imaginário não pode se transformar em social, fabricar “sociedade”, existindo apenas idealmente. Precisa materializar-se em relações concretas que tomam forma e conteúdo nas instituições e, claro, nos símbolos que as representam e fazem com que correspondam entre si, que se comuniquem. “Materializando-se” em relações sociais, o imaginário torna-se parte da realidade social” (GODELIER, 2001, p. 46).

Um outro aspecto a ser problematizado e contextualizado materialidade da realidade social a partir dos símbolos fundantes de imaginários, no que tange ao nomadismo está a relação feita pelos agentes judiciários e os processos⁶² envolvendo situações de conflito com a lei, entre ciganos e não-ciganos, pois mesmo aparecendo a localização do acampamento (quando acampados) ou a rua em que residia, era citada a alcunha de identificação “*indivíduo cigano*” e “*endereço incerto*”.

O endereço incerto não correspondia necessariamente ao fato de estar sendo citado como fugitivo, no caso de réu, mas por haver uma associação direta com o “*cigano ter que ser nômade*”. Quando vítimas, também aparecia a descrição “*endereço incerto*”, mesmo tendo o referido endereço do “*cigano*” citado anteriormente nos autos do processo.

Ainda a ser considerado dentro dessa questão sobre o nomadismo os topônimos utilizados para classificação dos ciganos. Ora, se os ciganos não são relacionados a territórios, por que em pesquisas são classificados por topônimos como aparecem em alguns trabalhos, tanto na área de Antropologia, quanto de outras ciências, como por exemplo, os de Manbaí-MG (MELO, 2005), os de Souza- PB (MOONEN, 1994; GOLDFARB, 1999 e 2004; SIQUEIRA, 2012), os da região metropolitana do Recife-PE (MELO, 2008), os de Limoeiro do Norte – CE (SILVA, 2010), os do Catumbi-RJ (SOUZA, 2006), os de Campinas-SP (SANT’ANA, 1983; FERRARI, 2010), entre outros. Nesse sentido, a exposição realizada

⁶² Durante o período dez meses, enquanto realizava parte da pesquisa netnográfica, por meio de um programa de acompanhamento de dados publicados nos diários oficiais municipais, estaduais, judiciários e federal que circulam no Brasil, o DOinet (www.doinet.com.br), tive acesso a vários processos em que ciganos eram citados ou estavam envolvidos.

anteriormente na produção de trabalhos acadêmicos e bibliografia produzidas no Brasil nos auxilia nos pensamentos nessa questão da relação dos topônimos, ciganos e nomadismo.

A Pastoral dos Nômades surgiu em 1975 após uma aclamação do Papa Paulo VI numa romaria cigana por ocasião do ano jubilar. Contudo, oficialmente, a Pastoral dos Nômades do Brasil apenas iniciou dez anos depois, em 1985, quando Bispo de Caxias do Sul, Dom Benedito Zorzi, acolheu da Itália o Padre Renato Rosso, possuidor de uma grande experiência com os nômades e ciganos. Em 1987 ocorreu o primeiro encontro nacional da Pastoral dos Nômades (PN), no qual Dom Paulo Morreto foi eleito o primeiro presidente e Padre Renato Rosso como Diretor Executivo.

A Pastoral dos Nômades do Brasil *“em suas atividades e metodologia, a PN caracteriza-se pela busca da encarnação evangélica e da inculturação, buscando o contato e o convívio com o ambiente nômade, evitando qualquer tipo de paternalismo e de dominação cultural”*. E como missão se propõe a *“atender, pastoralmente, aos ciganos, circenses e parquistas no sentido de se fazer valer um espírito de encarnação evangélica, evitando-se qualquer forma de paternalismo”*.

Contudo, esse *“paternalismo”* e a *“dominação cultural”* se apresentam como princípios contraditórios, afastando-se, inclusive, dos referenciais normativos vigentes. Exemplo é a definição do que entende por *“ser cigano”*. Segundo uma nota técnica nº. 017/2006, de 01 de agosto de 2006, da Presidência da República em consonância com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, o item dois da referida nota técnica, assim encontra-se exposto:

2. Etnia Cigana

2.1 São considerados, pela Pastoral Nômades do Brasil – PNB, como povos de mobilidade humana, os ciganos, circenses e parquistas, estimados em 800 mil brasileiros que não possuem documentações legais e residência fixa.

2.2. Os ciganos atuam como vendedores autônomos de porta em porta, atuam também em circos e parques de diversão conforme informações da Associação de Preservação da Cultura Cigana Apreci's do Brasil.

2.3 O conhecimento e respeito as diferenças desta significativa parcela da população brasileira, com características tão diferenciadas como o nomadismo e a língua ágrafa, constituem grandes desafios para a inclusão social

O que nos chama a atenção são os sub-tópicos 2.1 e 2.3 as designações *“povos de mobilidade humana (...) que não possuem (...) residência fixa”* e *“características tão diferenciadas como o nomadismo”* representam bem as concepções da Pastoral dos Nômades

do Brasil e como isso pode incorrer em algumas situações desconfortantes para os ciganos e gerar uma exclusão em políticas públicas e em direitos conquistados para todos os ciganos.

Ressalta-se ainda que o Brasil é signatário da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovada em 1989, entrando em vigor internacional em 1991, e, para o Brasil em 2003 e promulgada pela Presidência da República em 2004, onde quem define pertencimento a um grupo ou não é o próprio grupo e/ou a auto declaração da pessoa. Isso nos faz repensar sobre que condições os diversos grupos com suas identidades ciganas particulares estão expostos quando suas respectivas identidades e o significado de pertença são definidos por meio de representantes de uma instituição religiosa formada por não pertencentes que querem os representar.

Ainda, segundo Deborah Duprat Pereira, quando sub-procuradora da 6ª Câmara do Ministério Público Federal (MPF), afirmava em sua interpretação jurídica que a Constituição Federal mantém assegurado como direito de um grupo étnico

auto-representação (art. 216, I), uma vez que *formas de expressão* são conjuntos de signos por meio dos quais se revela a representação da realidade (Foucault 1966: 89). Assim, requer-se que a coletividade possa se reconhecer em suas *formas de expressão*, sob pena de lhes negar realidade, o que implica dizer que a representação da realidade partilhada envolve necessariamente a representação de si própria, ou seja, a autocompreensão do grupo. Dessa forma, interdita-se ao legislador, ao administrador, ao juiz e a qualquer outro ator estranho ao grupo dizer o que este é de fato. (PEREIRA, 2002, p. 44)

Para o cigano Cláudio Iovanovitchi, “*permitir que os não ciganos católicos falem por nós é o mesmo que permitir só os cultos de matriz africana falarem pela causa negra ou os de jurema pelos índios*” (NDCG).

A fala coaduna com o que está escrito no inciso primeiro do Capítulo 7º, do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, da Presidência da República. Esse Decreto promulga a “*Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais*” no Brasil.

Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

Nas palavras de uma cigana: “*ser cigano não é ser de uma religião é ser de um grupo étnico. É ter sangue cigano nas veias. Viver a cultura e sofrer os dissabores com muita alegria. Cigano é quem é. Não precisa que ninguém de fora lhe aponte como sendo*” (NDCG).

7.2.2. A igreja evangélica cigana⁶³

O crescimento das igrejas evangélicas no Brasil é um fato notório, inclusive no meio dos grupos étnicos como entre indígenas e quilombolas e também entre os ciganos. Campinas no Estado de São Paulo, no bairro Jardim Eulina, é a sede da Igreja Evangélica Pentecostal Assembleia de Deus Comunidade Cigana que tem por objetivo a conversão dos ciganos que vivem no Brasil. É uma igreja evangélica voltada unicamente para o público cigano. Há reuniões alguns dias na semana onde são realizados cultos para os ciganos.

A igreja tem como data de fundação o dia 24 de setembro de 1991. De acordo com informações postadas no site da igreja há uma fala do pastor Jorge Ramos Aristides (líder cigano), a igreja surgiu pela “*vontade de Deus*”. Pois, “*o povo cigano foi evangelizado por missionários que vieram da França e da Itália, para trazer a palavra de Deus para nós*”.

A Igreja Evangélica Pentecostal Assembleia de Deus Comunidade Cigana foi a primeira a se desenvolver para uma comunidade cigana no Brasil, logo após ocorreu a expansão para outras cidades do Brasil onde haviam grupos ciganos ou famílias ciganas.

Nos dias de hoje, a Igreja Evangélica Pentecostal Assembleia de Deus Comunidade Cigana está presente em 52 países. Os cultos da igreja são realizados de forma concomitantemente bilíngue com palavras da língua cigana e em línguas oficiais dos países em que estão sendo realizados⁶⁴. Nesse aspecto a igreja desempenha um papel interessante e importante para o uso da língua cigana, não existindo uma escola de língua cigana as crianças aprendem e usam a língua em um contexto diferente dos falados com seus pais.

Em 2010, por ocasião da ordenação do missionário Valdir Apolinário, líder da RENECI (Rede Nacional para Evangelização de Ciganos), como o primeiro Pastor cigano da etnia Calon, ocorreram algumas programações missionárias de visitas a localidades que possuísem uma expressiva quantidade de ciganos.

⁶³ Fonte: <http://romciganos.blogspot.com.br/>

⁶⁴ Esse mesmo bilinguismo como forma de evangelização e difusão doutrinária observei com a comunidade surda e o uso da LIBRAS (Língua Brasileira dos Sinais) em uma igreja evangélica que visitei em Recife-PE. Em 2012 o antropólogo César Augusto de Assis Silva publicou um livro com o título “*Cultura Surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade*”, no qual dedica dois capítulos a particularidades de uma ação religiosa voltada a uma perspectiva étnico-linguística com o uso do bilinguismo das igrejas inclusivas para surdos.

O Pastor Valdir Apolinário viajou para Souza-PB em companhia do Pastor Igor Shimura da MACI- PR (Missão Amigos dos Ciganos). Na ocasião, segundo informantes, ocorreram várias conversões de ciganos. Citei o caso de Souza-PB pela aproximação com outros antropólogos que estudam os ciganos que lá residem. Também por ser mais um elo da rede formada a partir dos meus contatos em Curitiba-PR. Um outro empreendimento religioso evangélico no Brasil é a “*Missão Amigos dos Ciganos*”, um ministério⁶⁵ de evangelização da Igreja Batista voltado exclusivamente para os ciganos no Brasil e em outros países.

Hoje, de acordo com informações conseguidas por meio da netnografia e dos contatos realizados em Curitiba-PR com membros da missão que visitaram Claudio Iovanovitchi em uma das minhas imersões etnográficas, mais exatamente em 2012, há no Brasil aproximadamente vinte ministérios dedicados a evangelização de ciganos. Existem quinze pessoas com dedicação em tempo integral para o desenvolvimento desse empreendimento de evangelização dos ciganos e cento e dez pessoas que apoiam como voluntários. Esse ministério começou com quatro pessoas não ciganas em um acampamento cigano localizado no Bairro Novo, em Curitiba-PR, no ano de 2002.

Como ocorreu com a Igreja Evangélica Pentecostal Assembleia de Deus Comunidade Cigana, esse ministério se expandiu e está presente em mais alguns países, principalmente os da América Latina e da Europa. Sobre pesquisas envolvendo ciganos e igreja evangélica tenho conhecimento de um único trabalho até agora, o de Ruy Llera Blanes, antropólogo português, que realizou uma pesquisa entre os ciganos evangélicos de Lisboa e, conseqüentemente, publicou a pesquisa em forma de livro, intitulado “*Os Aleluias: ciganos evangélicos e música*” (BLANES, 2008).

O antropólogo Blanes (2008) traz uma descrição sobre como ocorreu o proselitismo evangélico em Portugal. O seu relato corresponde ao processo da conversão dos ciganos no Brasil a Igreja Evangélica Pentecostal Assembleia de Deus Comunidade Cigana.

Apesar desse movimento de institucionalização, a evangelização entre os ciganos foi, de acordo com os agentes nela envolvidos, uma tarefa árdua, solitária e frequentemente realizada sem recursos financeiros e estruturais para tal. Neste contexto, o proselitismo e a missionação eram realizados ‘porta a porta’, em muitos casos por iniciativa individual. Todavia, ao contrário do que ocorreu com os movimentos de evangelização católica entre os ciganos (Asamblea Plenaria de la Conferencia Episcopal Española 2003), a evangelização pentecostal iniciada por Le Cossec teve a particularidade de apostar desde o início na formação bíblica e doutrinal dos próprios ciganos conversos, atribuindo aos próprios a faculdade de poder evangelizar, ensinar e pregar. Assim, muitos dos caminhos da expansão do movimento

⁶⁵ Ministério na definição dos evangélicos corresponde a grupos de trabalhos com ações focadas em determinados grupos ou segmentos da sociedade.

evangélico passaram por redes e dinâmicas de contacto marcados pelos movimentos e relacionamentos sócio-profissionais e familiares particulares aos distintos grupos ciganos. (BLANES, 2008, p. 28)

Segundo um informante cigano, membro da Igreja Evangélica Pentecostal Assembleia de Deus Comunidade Cigana a sua conversão se deu com diálogos e evangelismo em sua casa e grupo étnico.

Eu conheci a igreja por meio da minha mulher. Ela começou a ir as reuniões com as outras ciganas de minha família. No início eu achei muito estranho aquele negócio dela ser crente. Depois ela perguntou se eu deixava ela se batizar. Minha mãe e alguns parentes já tinham se batizado. No dia do batizado dela eu fui junto. Quando tudo estava acontecendo o Espírito Santo me tocou e eu aceitei Jesus também. Começamos a fazer oração em casa, fui para a igreja, estudei a doutrina e me batizei também. Hoje, eu levo a palavra de Deus para os outros ciganos. A cada dia tem aumentado mais o número de salvos entre nós, em todos os lugares que tem ciganos.
(INFORMANTE CIGANO EVANGELISTA – NDCG)

A relação igreja evangélica e ciganos e política não é um acontecimento recente entre os ciganos, como descreve o pesquisador Angus Fraser no livro “*História do Povo Cigano*” (1998, p. 301):

A Igreja Evangélica Cigana constitui o primeiro exemplo autêntico de uma organização de massas pan-cigana na Europa ocidental que transcende as subdivisões tribais. [...] Depois da Segunda Guerra, os graves problemas novos que os Ciganos defrontavam nas sociedades industriais mais avançadas foram, de início, ponderados em grande parte por organizações *gadjé* preocupadas com a situação das comunidades ciganas. Mas os ciganos começaram também a formar suas próprias associações e grupos de pressão religiosos, políticos e culturais, tanto locais como nacionais.

Assim, diante do que observei, percebi três momentos distintos dessa associação dos ciganos com a criação e o pertencimento de redes a partir do religioso com repercussão política. A antropóloga Eliane Cantarino O’Dyer, discutindo a questão dos processos de identificação étnica, diz que:

o problema da contrastividade cultural passa a não depender mais de um observador externo que contabilize as diferenças ditas subjetivas, mas unicamente dos ‘sinais diacríticos’, isto é, as diferenças que os próprios atores sociais consideram significativas. Por conseguinte, as diferenças podem mudar, ainda que permaneça a dicotomia entre ‘eles’ e ‘nós’, marcada pelos seus critérios de pertença. (O’DWYER, 2002, p.14).

Essas significâncias das diferenças dos ciganos com o outro, os não ciganos, se dá em três momentos distintos no campo de poder e político no que concerne à questão do agenciamento religioso e os critérios de pertencimento e subjetividades culturais.

O primeiro momento se dá com o catolicismo e a CNBB e o “projeto de tutela” com os ciganos junto ao campo político, por meio da bancada da câmara de deputados estaduais e federais ligados a CNBB, conhecida como a “bancada católica”. Onde a representação dos ciganos se dava por meio da Pastoral do Nômades do Brasil e as pautas no que se referia a direitos de ciganos construídos com os membros da pastoral.

O segundo momento é perceptível com o protagonismo dos próprios ciganos, representados por lideranças, associações e grupos ciganos, onde tomando posse do discurso da laicidade do Estado, proposto pelos povos de terreiro, judeus e alguns outros grupos de religiões minoritárias e por ateus, alguns líderes ciganos tentam se afastar da Pastoral dos Nômades do Brasil e do pensamento hegemônico do catolicismo quanto aos grupos ciganos no seu projeto de catequese.

Esse período é interessante para pensarmos questões referentes a ampliação de redes com os demais grupos não ciganos que possuem representatividade junto à SEPPIR. O período é marcado com a problematização da identidade cigana e dos sinais constrativos que denotam ciganidade ou não ciganidade pelos próprios ciganos. Demandas e direitos são discutidos pelos ciganos e com o diálogo com outros grupos étnicos e sociais trazem para si algumas proposições e ganhos desses grupos.

Um terceiro momento se dá com a paridade do fortalecimento da bancada evangélica nas câmaras de deputados estaduais e federais e o fortalecimento e expansão da “*conversão*” dos ciganos. Essa bancada evangélica se fortalece ou é reflexo com o aumento expressivo do número de pessoas que se declaram evangélicas segundo os dados do IBGE de 2010. O surgimento das igrejas evangélicas ciganas e os cultos destinados aos ciganos, trazem os ciganos para o foco de discussão dessa bancada, pois dependendo do número de pessoas que se declarem ciganas haverá um significativo público de eleitores a ser “*convertido*” e “*conquistado*”.

Portanto, pensar ciganos no campo das sociabilidades e das redes, esse imponderável de agenciamento religioso não poderia deixar de ser abordado, pelo fato de estar diretamente ligado à identidade e às políticas públicas decorrentes do diálogo com o Estado para garantia de direitos.

Ao citar esses três momentos dos ciganos e o campo religioso ficou muito evidentes o que Parry Scott (2001, p. 115), diz: “*particularidade ou universalidade ou qualquer outro assunto, é entrar num campo de negociação de relevância para a elaboração e a aplicação de políticas públicas*”; e, Michel Pêcheux (1990, p. 17) ao apontar que há “*o momento*

imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição".

Romper com o círculo e a negociação advinda da relevância dada ao próprio protagonismo dos ciganos estão sendo propícios para as discussões políticas e a efervescência do movimento cigano em prol da conquista de direitos, de respeito e do romper com os preconceitos dos quais são vítimas. No contexto atual, os ciganos tornam-se agentes no processo de inserção política para debates condizentes com suas demandas e garantias de direitos.

Nas palavras de Claudio Iovanovitchi, que são compartilhadas por outras lideranças ciganas: *“o cigano segue caminhando com as próprias pernas pelos caminhos que a vida lhe permite ir, rumo a uma cidadania na base da igualdade e do respeito para todos, quer ciganos ou não ciganos”* (NDCG).



Foto 9 - Ciganos em encontro promovido pela Pastoral dos Nômades - (Acervo pessoal de Enildo Calon)



Foto 10 - Pastor Alessandro Castilho da Assembleia de Deus Cigana realizando culto durante o "Brasil Cigano" - (Acervo pessoal de Enildo Calon)



Figura 20 - Página da Assembleia de Deus Cigana no Facebook

7.3. A EDUCAÇÃO E OS CIGANOS

A educação como processo de socialização sempre recebeu atenção nos relatos etnográficos. Quando abordo a constância da educação na história da Antropologia baseio-me nas observações das etnografias clássicas e nas contemporâneas, por meio das descrições de aprendizado dos conteúdos sociais e simbólicos em ritos de iniciação, passagem e vida; além claro, das discussões trazidas por meio de alguns trabalhos voltados à discussão da Antropologia com a Educação e da Antropologia da Educação.

Pensar sociedade e humanidade é pensar possibilidades de interagir e agir socialmente. A educação, em especial, nos permite refletir sobre a sociabilidade e a socialização das pessoas com as diferenças em um contexto heterogêneo de trabalho, de vida e de relações culturais.

A sociedade, apesar de toda informação disponível, ainda age de forma exótica ao contato com o diferente, querendo homogeneizar a todos, tirando o que é mais precioso na condição humana: a identidade por meio das particularidades que constituem cada pessoa única.

A aprendizagem, enquanto conhecimento agregado culturalmente ao longo do tempo, é sempre recíproca quando há desafios dentro do princípio do bem comum e do exercício da cidadania para inclusão, do sentido pleno da existência.

Escola, local materializado do saber, não é abstrata em significados do todo social, nem está alheia às realidades que permeiam a sua condição de lidar com essa mesma realidade. A escola é um organismo vivo da estrutura social que, tanto pode reproduzir, quanto romper a cadeia dos grilhões da servidão em nossa sociedade de classes e de exclusões ao diferente.

Essa mesma escola, compreendida como aparelho ideológico propiciador da educação formal, tem papel preponderante nos atos concretos para uma mudança no combate a estrutura excludente e desigual que a sociedade se coloca ao ofertar muito para poucos e, pouco para muitos.

Limites são impostos a escola enquanto organização, mas enquanto composta e formadora de cidadãos, há possibilidades de transformação no seio da sociedade, entre as muitas transformações, está à inclusão.

É preciso pensar, portanto, na superação de um modelo estático e inflexível de escola, em direção a um modelo dinâmico, descentralizado, autônomo e democrático. Dessa forma, será capaz de produzir uma nova aprendizagem e articulação de saberes, onde a instituição escolar seja capacitada para enfrentar com sucesso os desafios que lhe são

impostos na e pela sociedade atual. Sendo o acolhimento dos diferentes, talvez, o maior desafio; porque implica em rompimentos e readaptações de pensamentos e de ideologias, das pessoas que compõem o ambiente físico.

Debates envolvendo Educação e Antropologia no Brasil estão centrados, primeiramente, na formação antropológica em cursos de graduação e pós-graduação (Debert, 2004; Duarte, 2006; Fry, 2006; Maués, 2006; Durhan, 2006; Groisman, 2006). Paralelamente, a Antropologia tem alcançado espaço em vários cursos superiores no Brasil, retomando a interdisciplinaridade própria da antropologia, principalmente seu diálogo com outras ciências sociais, humanas e biológicas (Rosistolato & Pires do Prado, 2012; Rosistolato, 2010; Groisman, 2006).

É possível perceber a ampliação dos debates sobre o ensino e as interfaces entre a Antropologia e, notoriamente, a Educação (Dauster, 2007; Gusmão, 2006; Valente, 1996, Oliveira, 2013a, 2013b), principalmente, quando nos deparamos com as escolas indígenas e seus saberes, as escolas quilombolas, a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 com a implementação das temáticas com conteúdo afro-brasileiras e indígenas nas escolas públicas e privadas do país.

As escolas, enquanto instituições sociais, contemporaneamente, podem ser compreendidas como um interessante campo fronteiro para estudos de políticas, culturas, etnias e incursões simbólicas a partir de um diálogo entre a Antropologia, a Política, a Sociologia e a Educação (DAUSTER, 2003; MARTINS, 2003; GUSMÃO, 2010), áreas que se entrecruzam ao falarmos de seres humanos, contatos e vivências em sociedades.

Durante todo o meu campo, a questão da educação se apresentava de várias formas, desde a exclusão dos ciganos do ensino público; do preconceito aos ciganos nas escolas com reforço de estereótipos e discriminação por parte dos não ciganos; ausência ou falta de efetivação de políticas educacionais para os ciganos com garantia de uso de língua, costumes e história respeitando as particularidades dos grupos; falta de formação para professores e gestores escolares para lidar com os ciganos que procurem os estabelecimentos de ensino para se matricularem; escassez de material e professores que tratem ou conheçam discussões temáticas sobre os ciganos nos diversos cursos de formação de professores em áreas de licenciaturas e pedagogia, resultando no desconhecimento sobre os ciganos ou os invisibilizando como a história oficial faz e os livros didáticos refletem ao não abordar a presença dos ciganos em seus conteúdos pedagógicos.

Aqui, ao apontar essas questões não sou apenas um observador participante, mas tenho “*participações observantes*” (WACQUANT, 2002), por ser ter sido e ser professor em

todos os níveis de ensino (educação básica, ensino médio, ensino superior e de especializações). Em nenhum dos níveis surgem questões sobre os ciganos, embora se saiba da “existência” deles em nossa sociedade e em meio a nós, não ciganos.

A educação para os ciganos constitui ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento de forma integral, junto a sujeitos de direitos. Sujeitos esses, que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigências crescentes de acesso ao conhecimento, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional. Resultando em busca de uma coerência na relação com o contexto e o estado de direito.

A palavra utilizada, muitas vezes, para garantir a atenção aos ciganos é inclusão em sua perspectiva polissêmica, quando se refere, ao ato ou efeito de incluir, isto é, trazer uma pessoa para o convívio de todas as outras, para o meio físico sociabilizado, interagindo com o outro, sem discriminação de idade, gênero, etnia, condição econômica ou social, condição física ou mental.

A falta de acolhimento e políticas públicas reparadoras perpetuam ideias de marginalidade e solidificam conceitos (ou preconceitos) de uma sociedade colocada como majoritária sobre grupos minoritários. Sociedade essa, vale ressaltar, formada por pessoas diferentes, mas que não concebe, muitas vezes, a aceitação das diferenças.

Tarefa de falar sobre os ciganos no contexto educacional cabe a apenas a poucos professores que desenvolvem ou desenvolveram pesquisas com grupos ciganos; a algumas associações ciganas, como a APRECI-PR e a AMSK-Brasil; e, a alguns ciganos que enfrentando os preconceitos se expõem para trazer conhecimento aos não ciganos sobre ciganos, como é o caso de Enildo Calon, Claudio Iovanovitchi, Yáskara, Mio Vacite, Mirian Stanescon, entre alguns outros que ainda não conheci.

A responsabilidade de educar e incluir são entendidos como um compartilhar das experiências de todos. Nesse sentido, uma integração dos elementos que evidenciam diferenças em sala de aula, entre discentes e docentes, é perfeitamente possível na viabilização de um ensino de qualidade, inclusivo e contemporâneo.

Pensar educação é pensar no todo dos aspectos mais complexo (MORIN, 2007) e, sobre todas as possibilidades e processos que compõem o conhecimento, da escola acadêmica e na escola da vida.

Formações envolvendo professores não ciganos com temáticas ciganas tenho conhecimento apenas de duas. A primeira, a formação de professores da rede municipal de

ensino do Recife em 2008, onde entre as várias atividades duas contemplaram a temática étnica dos ciganos: “*Povo Cigano - Influência e representação na Região Metropolitana do Recife-PE*” (minicurso) e “*Quando a educação deve ser negociada – Refletindo sobre grupos étnicos em nossas escolas*” (oficina temática), ambas ministradas pelo autor desta tese.

O público presente nas duas atividades corresponde, respectivamente, a sessenta e a trezentos professores, perfazendo um total de trezentos e sessenta, em um universo de mais de cinco mil professores. Embora, valha salientar que um dos primeiros contatos com os ciganos em Recife-PE, deu-se, justamente, em uma escola pública da rede municipal de ensino com a matrícula de um cigano na escola localizada no bairro do Coque.

A segunda, promovida pela Secretaria da Educação em Curitiba-PR especificamente sobre os ciganos, “*1º Seminário Estadual de Educação Escolar Cigana*”, no ano de 2013, formação essa que possível acompanhar por ocorrer durante o período de realização de pesquisa do campo.

Na formação além das Secretarias da Educação, Cultura, Família e Desenvolvimento Social e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e, da Fundação Cultural de Curitiba, estavam presentes como protagonistas a Associação da Preservação da Cultura Cigana (APRECI) e Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK). Essa formação ocorreu na semana do cigano em Curitiba-PR, conforme exposto anteriormente no capítulo três, no subtópico “*Percorrendo os caminhos que andei*”.

Essa formação veio como culminância de ações que aconteceram durante o ano de 2013, com palestras, oficinas e estudos realizados pelos profissionais da educação de todo o Estado do Paraná. Diante do exposto uma fala do presidente da APRECI-PR, mostra nitidamente a importância e o para que se ter conhecimento sobre os ciganos e o papel fundamental da educação para erradicar com o preconceito contra os estereótipos criados sobre os ciganos:

A medida que o povo conhecer os ciganos, os ciganos como nós, gente como todo mundo, igual a todo mundo, que ama, que sofre, que é jovem, que envelhece, que fica doente, que precisa ir para a escola. Acredito que para o povo nos conhecer a escola tem um papel muito grande. Se um professor falar bem de nós e souber quem são os ciganos e passar para as crianças já serão mais trinta que vão nos conhecer e desses trinta as suas famílias. Desse modo, vai ter muitos nos conhecendo e, depois, todo mundo. Então com a educação nós vamos longe e medo de cigano e o preconceito conosco pode um dia acabar. (CLAUDIO IOVANOVTCHI – NDCG)

Nessa perspectiva de erradicação do preconceito e do se fazer conhecer como são em suas particularidades e diversidades, entraram junto ao Ministério Público com pedidos de

suspensão de algumas obras da literatura como “*Memórias de Um Sargento de Milícias*”, do escritor Manuel Antônio de Almeida, tido como um clássico do período literário do Romantismo Brasileiro advindo do século XIX.

O livro retrata uma cigana como uma mulher de vida fácil, que se envolve com vários homens no enredo, pratica bruxaria para o mal e, por fim merece o abandono e o desrespeito do qual é descrito nas páginas do livro. Esta obra em nosso contexto contemporâneo, caso não seja explorada e explanada pelo profissional da educação que o utiliza em aulas, é um instrumento de proliferação de preconceitos contra a mulher cigana e um propagador de intolerância contra os ciganos. A mulher cigana é descrita de uma forma diferente da concepção sobre mulher que os grupos ciganos possuem.

A questão não é somente o conteúdo do livro, mas o despreparo dos profissionais de educação em trabalhar de forma a combater os preconceitos advindos com uma leitura sem orientação correta e sem problematização do conteúdo.

Outro processo dos ciganos contra o uso de um livro paradidático, “*O caboclo e a cigana*”, do autor Assis Brasil, teve como demandante a APRECI-PR, contra a Secretaria de Estado da Educação (Seed) do Paraná, para recolher das bibliotecas da rede estadual de ensino 3 mil exemplares e indenização por dano moral.

O processo encontra-se na 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Claudio Iovanovitchi, critica a forma como a cultura cigana e os ciganos são abordados no livro. Em um dos trechos encontra-se que os ciganos são ladrões, desordeiros assassinos e que a criança cigana aprende a roubar antes mesmo de lhe nascer os dentes. Para Claudio Iovanovitchi:

A melhor forma de se aniquilar um povo é atingindo a sua cultura. E, ao adotar livros com conteúdo discriminatório, o governo do Paraná está fazendo isso com maestria. Essa imagem negativa incutida no imaginário das pessoas está sendo reforçada na escola, ambiente em que deveria ser trabalhado o respeito à diversidade.

Paralelo ao processo da APRECI-PR, ocorria um outro caso que nos chama a atenção por estar relacionado ao universo educacional e também a livre consulta pública pela abrangência de conceituação da obra, o *Dicionário Houaiss*. O Ministério Público ajuizou junto a 19ª Vara Federal uma Ação Civil Pública contra a Editora Objetiva Ltda e o Instituto Antonio Houaiss, objetivando:

a condenação das Empresas Rés na obrigação de fazer consistente na suspensão definitiva, em todo o território nacional, de tiragem, venda [nas livrarias, entrepostos, internet, serviços telefônicos, etc.], revenda, entrega gratuita ou qualquer outro tipo de circulação de dicionários que contenham

denominação, conceito ou definição pejorativa ou preconceituosa da palavra cigano e sua derivações.⁶⁶

Além de ser uma reivindicação a proliferação do conhecimento sobre os ciganos pelos não ciganos por meio da educação, para os próprios ciganos é uma pauta de luta, como é para os indígenas e quilombolas aqui no Brasil.

Nesse sentido concordo plenamente com Vera Maria Candau (2011), ao dizer que *“os processos de educação em direitos humanos devem começar por favorecer processos de formação de sujeitos de direito, a nível pessoal e coletivo, que articulem as dimensões ética, politicossocial e as práticas cotidianas e concretas.”* (CANDAU, 2011, p. 18).

Em uma de suas falas Claudio Iovanovitchi traz à tona o projeto e o conceito de educação cigana e para ciganos, tendo os próprios ciganos como agentes protagonistas:

Nós queremos uma escola cigana e para ciganos. Uma escola que nossa tradição seja respeitada e ensinada. Uma escola que nossa língua seja falada. Uma escola que possibilite os ciganos se prepararem para um trabalho, para a vida junto dos gadjés. Uma escola como índios e os quilombolas conseguiram. Não queremos muito, só queremos uma escola para os ciganos. E que as escolas frequentadas pelos outros não falem e nem ensinem nada de mal sobre nós ciganos. Educação para nós é aprendizado e respeito. (CLAUDIO IOVANOVITCHI – NDCG)

A questão da educação para os ciganos é um fator central dentro do processo de busca por cidadania. Com a educação formal vem o conhecimento dos direitos e, com o conhecimento é mais fácil o acesso às políticas públicas e a própria reivindicação desses direitos por meio de um diálogo nos espaços públicos, onde não serão mais os outros falando pelos ciganos junto com as lideranças, mas os próprios ciganos. O que está em voga é o direito a diferença e a cidadania de um grupo minoritário em detrimento do etnocentrismo de uma sociedade ocidental considerada majoritária.

A diferença, qualquer diferença, só existe em relação e por comparação, e, a regularidade consiste em comparar por relação a uma norma em que tudo o que foge a essa norma passa a ser classificado como anormal no sentido negativo e não como algo que difere do que acontece com regularidade. E é aqui que reside o problema: nesta anormalidade entendida como universal, o padrão de referência, é a cultura ocidental e os valores subjacentes a essa cultura. Quando o grupo sócio-cultural maioritário se defronta com o diferente, defronta-se com todo o seu sistema classificador, ordenando a diferença a partir daí. (CASA-NOVA, 2008, p. 208).

⁶⁶ Citação retirada do Processo Nº 0001657-29.2012.4.01.3803 - 19ª VARA FEDERAL, Nº de registro e-CVD 00436.2014.00193800.2.00462/00128, página 1.

Coaduno com o que afirma Moacir Gadotti (2008) em uma abordagem sobre a importância do aprendizado para a mudança pessoal e coletiva, nessa busca por meio da educação para a cidadania pelos ciganos:

A todo o momento o ser humano está aprendendo algo, e melhor ainda quando entende-se o porquê e para que aprender, como é o caso dos conteúdos que são ensinados na escola. Aprender não é acumular conhecimento. Aprendemos história não para acumular conhecimento, datas, informações, mas para saber como os seres humanos fizeram a história para fazermos história. O importante é aprender a pensar [a realidade, não pensamentos], aprender a aprender. (GADOTTI, 2008 p.10)

A escola não é apenas um prédio onde ocorrem as aulas, a escola é compreendida como um local de resistência e articulações políticas. Pois é nesse espaço físico onde as lideranças podem deliberar, conversar, as crianças estão aprendendo a interagir entre si e com os conhecimentos tanto ciganos, quanto dos não ciganos. É um local privilegiado de estabelecimento de redes e de identidade.

Consoante a metacognição e metareflexão é possível salientar a aprendizagem construída ao longo da vida por meio da sociabilidade e da socialização. Essas perspectivas têm implicações diretas no processo de construção e manutenção da identidade.

As histórias de vida são, atualmente, utilizadas em diferentes áreas das ciências humanas e de formação, através da adequação de seus princípios epistemológicos e metodológicos a outra lógica de formação do adulto, a partir dos saberes tácitos e experienciais e da revelação das aprendizagens construídas ao longo da vida como uma metacognição ou metareflexão do conhecimento de si. (SOUZA, 2006, p. 25).

Para a importância dessas metacognições e metareflexões na composição da escrita do texto, é coerente pensar como Paulo Freire (2003), na sua reflexão sobre os aprendizados e suas relações das práxis entre o ontem e o hoje, nas perspectivas de mudanças.

Quando hoje, tomando distância de momentos por mim vividos ontem, os rememoro, deve ser, tanto quanto possível, em descrevendo a trama, fiel ao que ocorreu, mas, de outro lado, fiel ao momento em que reconheço e descrevo, o momento antes vivido. Os “olhos” com que “revejo” já não são os “olhos” com que “vi”. Ninguém fala do que passou a não ser na e da perspectiva do que passa. O que não me parece válido é pretender que o que passou de certa maneira devesse ter passado como possivelmente, nas condições diferentes de hoje, passaria. Afinal o passado se compreende, não se muda. (FREIRE, 2003, p. 19).

Como resultado da pesquisa, há uma exposição de problematizações e considerações sobre a temática da educação para os ciganos, em perspectivas pedagógicas, políticas e de reconhecimento de direitos a diferença.

A educação é compreendida pelos ciganos como uma das possibilidades de ocupação de espaço público por meio de uma política específica, onde a materialidade dessa ocupação se dá não apenas pela presença física dos ciganos, mas por meio do modo de vida, costumes, língua, saberes e história sendo compartilhado e respeitado, paralelo a todo o conteúdo existente numa escola pública de ensino regular.

Meu sonho é ter uma escola onde as minhas filhas possam ir sem ser discriminadas. Que elas possam aprender tudo sem ter vergonha de ser Calin⁶⁷ e do que elas aprendem na família e comigo. Uma escola que eu possa ir, sem ter medo ou receio. Que quando eu chegue não fiquem me apontando, nem achando que eu vou fazer alguma coisa estranha. O bom é uma escola de ciganos para ciganos. Uma escola que é possível nós nos sentirmos bem lá e nossos filhos também. (CIGANA CALON DO RIO GRANDE DO NORTE – NDCG)

Com relação à educação e à escola, dentro de uma conotação social e política é necessário pensar que, estando matriculado em um estabelecimento de ensino, o cigano possui documento. Essa documentação é pré-requisito para acessar alguns benefícios sociais, como o Bolsa Família, cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) e auxílio moradia, entre outros programas.

A relação educação e a documentação traz consigo também uma maior participação política com a posse do “título de eleitor”, com o qual, os ciganos podem votar em candidatos a cargos públicos e serem candidatos a esses cargos. Assim, durante toda a pesquisa, o “imponderável” educação aparece de diversas formas e em, praticamente, todas as pautas.

Com as questões da educação referentes aos grupos étnicos, em particular os ciganos, por ser o foco desse trabalho, é possível fazer emergir problematizações sobre as formas de organização social, parentesco, cultura e identidade.

São focos da educação perceptíveis, enquanto discussão política e jurídica dos ciganos, enquanto direito e respeito a abordagem ao espaço geográfico na reprodução das relações sociais; explicitações dos papéis institucionais; preservação e divulgação da língua como comunicação própria; exposições de uma taxonomia nativa; observações dos objetivos e estratégias comuns aos grupos ciganos; esclarecimentos sobre regras e meios para participação em grupo e extra grupo; socialização dos membros por meio das identidades particulares (gênero, geração, hierarquia); abertura para relação dialógica com o Estado em momentos de coesão e de dispersão; exposição de cosmologia, na qual é situada o processo de

⁶⁷ Calin: feminino de Calon; palavra usada para designar as mulheres ciganas do grupo Calon.

intercomunicação e contexto das identidades ciganas com os “outros mundos”; e, a própria escatologia.

O educador e pensador Paulo Freire ao apontar questões sobre educação e política, alerta para uma condição “*sine qua non*” de responsabilidade nas transformações das realidades sociais e dos usos do poder pedagógico. Usos esses empregados nas instituições de ensino: “*se não superarmos a prática da educação como pura transferência de um conhecimento que somente descreve a realidade, bloquearemos a emergência da consciência crítica, reforçando assim o ‘analfabetismo’ político*” (FREIRE, 2003, p.75).



Foto 11- Claudio Iovanovitchi com o GT do MEC em Brasília-DF - (Acervo pessoal de Claudio Iovanovitchi)



Foto 12 - Claudio Iovanovitchi em Secretaria do Estado do Paraná para viabilizar apresentação de peça teatral em escolas (Acervo Pessoal de Claudio Iovanovitchi)



Figura 13 Ciganos Calon discutindo sobre educação, no II Encontro Kalé-Roma, Recife-PE (Acervo do autor)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mudança, palavra e ação que nos desestabiliza, que nos tira de uma zona de conforto e nos impulsiona a novas vivências e paradoxos. A mudança ocorre por vontade própria, ou por razões alheias ao querer, mas apenas uma certeza: mudar nos faz observar e refletir sobre os contextos nos quais estamos presentes em nossa história de vida.

Zonas de conforto são cômodas em todos os momentos e para todas as ocasiões, contudo é no conflito e no contato com o outro que ocorre a reflexão, o avanço, o retrocesso, a circulação, o impedimento, possibilidades e limitações. São, a partir dessas problematizações que redes são formadas, expandidas, desfeitas, refeitas e se articulam a partir de interesses e negociações em todos os níveis e aspectos.

Nas negociações e no estar em rede visões são ampliadas com as experiências vividas, com as pessoas que se aproximam, e que se distanciam. Durante dez anos, minha vida passou por diversas mudanças nos setores financeiros, de relacionamento, profissional, de formação acadêmica, de posturas teóricas, de acesso às tecnologias e de pessoas que entraram e saíram em minha convivência.

Contudo, creio que a maior mudança ocorreu a partir do momento que passei a estar em contato e a fazer parte da rede de um grupo de pessoas que permitiram a minha aproximação delas: os ciganos. Em dez anos de convivência com os ciganos os contextos de políticas e direitos e as discussões entre o local e o global da situação dos ciganos possibilitaram muitas reflexões acadêmicas, exposições dos ciganos no cenário nacional e internacional de mediações e pedidos por respeito e reconhecimento de suas particularidades e modos de vida por pertencer a um grupo étnico específico com sua identidade, cultura e história própria.

Para a causa cigana no Brasil e sua articulação em rede de parentesco, grupal, associativa e por meio das novas tecnologias na tentativa de projeção no cenário das políticas públicas, lembro uma frase do idealizador e fundador do Moderno Estado Indiano - Mahatma Gandhi, “*primeiro, eles te ignoram, depois riem de você, depois brigam, e então você vence*”.

Os ciganos foram invisibilizados e ignorados pela sociedade majoritária e outros grupos étnicos, depois passaram a ser alvo da ridicularização por parte dos não ciganos com os estigmas a eles destinados. Brigaram para fazer parte das discussões políticas e pelo reconhecimento paritário de direitos e, por fim, começam a vencer por meio do protagonismo frente aos não ciganos e aos direitos conquistados, preservando seus modos de vida e valores de forma contextual e harmonizada com a contemporaneidade da conjuntura atual.

O contexto atual, formado pelas redes sociativas em consonância com novas tecnologias da informação e da comunicação, propicia um campo de negociação nos debates políticos para reconhecimento e aquisição de direitos para os ciganos no Brasil com questões voltadas às necessidades e diferenças vivenciadas pelos grupos ciganos.

Etnografar a partir de redes, escolhendo um líder como um fio condutor, sem desconsiderar outras possibilidades de elos ao entrar em contato com outras chefias e lideranças, nos proporciona alguns direcionamentos nos processos de observação e escrita. Em outros contextos e com outras possibilidades de pesquisa, creio que o produto final das percepções seria diferente.

Trabalhar a partir de redes sociativas dependendo do local e dos componentes e as possibilidades tornam-se inúmeras. Os próprios imponderáveis aqui expostos, caso o pesquisador tivesse outra trajetória e formação, com certeza seriam apontados de maneira diferente.

Trabalhar em redes é estar aberto a possibilidades e incertezas. Abordagens de nossos pensamentos científicos, especificamente quando deslocamos a pergunta em nossas pesquisas do “o quê” é a verdade, para o “como” foi possível chegar a uma determinada possibilidade.

Todas as formas de etnografia são possíveis, bem como os resultados dessas etnografias traduzidas em textos escritos. Os tempos mudam, os espaços tornam-se cada vez mais dinâmicos e o fazer antropológico se reconfigura por meio de novas questões para atender as demandas contemporâneas e os anseios vigentes da ciência.

Quando nos propomos a estudar os grupos ciganos dispostos em redes e associações é possível desconstruir a ideia de que as identidades só são acionadas em oposição a outras, às vezes, elas são acionadas em relação a outras, observei isso quando as redes envolvendo ciganos eram formadas por associações ou grupos distintos, Rom e Calon. Assim, percebi que em discussões políticas e em contextos de reivindicações de direitos com outros grupos étnicos (indígenas, quilombolas, judeus), a identidade cigana não era colocada em oposição aos outros grupos étnicos, mas colocada em relação, assim como os demais também colocavam o seu pertencimento étnico.

A relação de oposição só tem sentido quando o outro é um não pertencente a um grupo étnico. Identidades são auto reconhecimentos e autoproclamações, que ao serem acionadas, trazem consigo, além de toda uma história, causas e consequências dentro de contextos diversos, podendo ser bem acolhidas ou rechaçadas em processos cotidianos de convivências, políticos ou sociais.

Seguindo o pensamento exposto no parágrafo anterior, a rede ajuda a pensar não a desconstrução ou descaracterização da identidade, mas a própria materialidade das construções possíveis dessa identidade, dentro de categorias como família, parentesco, associações e sociabilidades com os dos grupos e com os não pertencentes aos grupos. Acredito ser esse um desafio para a antropologia a etnografia e o estudo dessas materialidades de identidades, principalmente, quando entram em contexto o acionamento e problematizações por meio das novas tecnologias.

A tese contribui para a discussão da complexidade dos processos identitários no contexto contemporâneo. Atualiza as estratégias acionados pelos grupos sociais e situa a questão da identidade étnica como problemática política. Desta forma, é também intenção atualizar o conceito de cultura, imbuindo seu caráter político; propõem-se a dar continuidade à proposta de Barth (2000), quando fala em fronteiras, não pelo posicionamento de espelho, onde uma identidade é contrária a outra, mas pela relação disposta redes e que possibilitam múltiplos significados. O que poderia nos levar a analogias de algumas figuras, mas que com a rede formada e acionada pelos imponderáveis faz com que não se pense em identidade étnica como referentes a grupos com limites de quem está dentro ou fora, mas que estão em relação ao quê, e em quê contexto, é acionada.

Há um deslocamento da concepção sobre a identidade, indo além da conceituação de Barth (2000). A identidade em contexto e em rede é permitido pensa-la, não em oposição a um outro, mas em referência a esse outro.

A identidade compreendida como fronteira se situa em uma relação de espaço-tempo que é fluído, logo, há de ter também pontes ou mecanismos que permitam cruzar a fronteira devido à mobilidade que a constitui na relação entre um ou mais componentes étnicos.

Ao problematizar uma identidade a partir de redes é possível em elos conectivos no processo de formação dessa rede e, conseqüentemente, na expansão ou redução da mesma, proporcionado pela fluidez das fronteiras entre os de dentro e os de fora e os contextos em que ocorrem essa junção e separação.

Também, é possibilitado pensar como os grupos operam com valores e estigmas relacionados às identidades, para em seguida, politizar essa mesma identidade dentro campo étnico em relação aos que são considerados não étnicos ou, pertencentes a outros grupos étnicos.

Enquanto pesquisador foi possível ter a experiência do estar e do fazer parte de redes com os ciganos e perceber essa fluidez que a rede oferta. Tive Claudio Iovanovitchi e a

APRECI-PR como elos para me conectar as redes, todavia, isso não impossibilitou entrar em contato com outros ciganos, ciganas e associações, tendo acesso a outras informações e possibilidades de descrever as identidades ciganas e refletir sobre imponderáveis advindos da observação e convivência com eles, resultando na composição escrita desta tese.

Embasado em algumas questões postas ao longo da tese, acredito que a Antropologia não está mais para ratificar identidades e grupos étnicos, mas há uma incumbência de etnografar o contexto em que essas identidades ou pertença étnica são acionadas. Registrando o “como”, o “para que” e o “em relação ao que” são acionadas. Sem deixar de ser levado em consideração que o principal campo político em que elas ocorrem, o Estado, se define como plural e pluriétnico em suas bases constitucionais de legalidade.

Contudo, esse mesmo Estado ao agir em relação às questões étnicas, compreende as pessoas e os grupos distintos, como um todo hegemônico, desconsiderando todas as possibilidades que uma identidade pode conter.

REFERÊNCIAS

- ACTON, T. *Gypsy politics and social change*. London and Boston: Routledge & Kegan Paul. 1974.
- ADOLFO, S. P. *Rom: Uma odisseia cigana*. Londrina: UEL. 1999.
- AFONSO, A. I. (Org.). *Etnografias com Ciganos: diferenciação e resistência cultural*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.
- AGAMBEN, G. *O que é o Contemporâneo? E Outros Ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- ALVES-MAZZOTTI, A J. & GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed., São Paulo: Pioneira Thomson learning. 1998.
- ALVIN, R & VALLADARES, L. P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. In: *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, nº 26, 1988.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTÔNIO DE ALMEIDA, M. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Klick Editora. [1854-5] 1998.
- APPLE, M. W. *Política Cultural e Educação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- ARENDT, H. *A Condição Humana*. 11 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. *Entre o Passado e o Futuro*. 6 ed., São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- ARISTITCH, J. *Ciganos: a verdade sobre nossas tradições*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1995.
- ARRUTI, J. M. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. São Paulo: Edusc. 2006.
- ATHIAS, R., (Org.). *Povos Indígenas de Pernambuco: identidade, diversidade e conflito*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- AUGÉ, M. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 5 ed., Campinas, SP: Papirus. 2005.
- BALANDIER, G. *A Desordem – Elogio do Movimento* – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.
- BARTH, F. *O Guru, O Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BASTOS, J. G. P. (Org.). *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

- BAUER, M. W. & GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com Texto Imagem e Som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. 2 ed., São Paulo: UNESP, 2012.
- BENEDICT, R. *O Crisântemo e a Espada: padrões de cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- _____. *Padrões de Cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BETTENCOURT, D. E. *História da Religião: quem são os ciganos? Pergunte e responderemos*. Rio de Janeiro, ano IV, dezembro de 1961, nº 48, p.528-536.
- BHABA, H. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BLANES, R. L. *Os Aleluias – ciganos evangélicos e música*. Lisboa: ICS, 2008.
- BOAS, F. *A formação da Antropologia Americana, 1883-1911*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BONINO, J. M. *Rostos do Protestantismo Latino-Americano*. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2002.
- BORHEIM, G.: a. ET. Alli. *Cultura Brasileira – Tradição/Contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOSI, E. *Memória e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIN, A. *A Questão Local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRANDÃO, C. R. *Identidade e Etnia. Construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998*. 21. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRASIL. Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/legbras/>>.
- BRETON, R. *Povos e Estados: a impossível equação?*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- BURITY, J. (org.) *Cultura e Identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- _____. *Globalização e Identidade: desafios do multiculturalismo*. Fundação Joaquim Nabuco. Instituto de Pesquisas Sociais Recife, nº 107, 2001, 11p.(mimeografado).

- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora USP, 1997.
- CANDAU, V. M. (Org.). *Diferenças culturais e educação: construindo caminhos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.
- CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- _____. *Textos de intervenção*. São Paulo: 34, 2002.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O trabalho do antropólogo*. 2 ed., Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Unesp, 2006.
- _____. *Caminhos da Identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.
- _____. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia (USP)*, vol. 39, nº 1, São Paulo, 1996.
- _____. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CARDOSO, R (Org.). *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CARIA, T. (Org.) *Metodologias Etnográficas em Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, 2003.
- CASA-NOVA, M. J. *Etnografia e Produção de Conhecimento: reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*. Lisboa: Acidi, 2009.
- CASCUDO, L. da C. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.
- _____. *Rede de Dormir: uma pesquisa etnográfica*. 2 ed., São Paulo: Global, 2003.
- CASTELLS, M. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- _____. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. *O Poder da Identidade*. 3 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CEFAI, D., MELLO, M. A. S. (Org.). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da Universidade federal Fluminense, 2011.
- CHIAPPINI, L. & BRESCIANI, M. S. (orgs.). *Literatura e Cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.

- CHINA, J. B. d'O. *Os Ciganos do Brasil (subsídios históricos, etnográficos e linguísticos)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.
- CLIFFORD, J. A *Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed., UERJ, 2002.
- _____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- _____ & MARCUS, G. E. *Writting Culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- COELHO, F. A. *Os Ciganos de Portugal*. Lisboa, 1892.
- COHEN, A (Org.). *The Lesson of Ethnicity*. London. Tavtocki, 1974.
- COOPER, H. *Research synthesis and meta-analysis: A step-by-step approach*. 3 ed., Thousand Oaks, CA: Sage, 2010.
- COSTA, E. M. L. da. Ciganos em Terras Brasileiras. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: SABIN, ano 2, n.º 14, p. 16-19.
- COSTA, R. H. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 7 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- COHN, C. *Antropologia da Criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CUNHA, M. C. da. *Antropologia do Brasil*. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Cultura com Aspas e Outros Ensaio*s. São Paulo: Cosacnaify, 2009.
- DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 6 ed., Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- _____. O ofício de etnólogo, ou como ter Anthronological Blues. In: *A busca da realidade objetiva: a versão qualitativa*. 1986.
- DARWIN, C. *A Origem das Espécies*. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- DAUSTER, T., TOSTA, S. P., ROCHA, G. (Org.). *Etnografia e Educação*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.
- DAUSTER, T. Saber de fronteira: antropologia e educação. As Ciências Sociais e a Pesquisa em Educação (Mesa Redonda). 26 Reunião da ANPED, Poços de Caldas, 2003.
- DEL PRIORE, M. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- DIJK, T. A. van. *Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. *Cognição, Discurso e Interação*. 7 ed., São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. *Discurso e Poder*. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2010.
- DOUGLAS, M. *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: EDUSP, 2007.

- DUARTE, L. F. D. *As redes do suor. A reprodução social dos trabalhadores de pesca em Jurujuba*. Niterói: EDUFF, 1999.
- DURHAM, E. *A Reconstrução da Realidade (Um estudo da obra etnográfica Bronislaw Malinowski)*. São Paulo: Ática, 1978
- DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. 10ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1982 [1895].
- ECO, U. *Obra Aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- ELIAS, N. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ERIKSEN, J. H. *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*. 2nd edition, London and Sterling, VA: Pluto Press, 2002.
- ERIKSON, P. A. *História da Teoria Antropológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- FABIAN, J. *O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos*. São Paulo: UNESP, 2010.
- FONSECA, I. *Enterrem-me em Pé: os ciganos e a sua jornada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FONSECA, L. *Justiça Social e Educação: vozes, silêncios e ruídos na escolarização das raparigas ciganas e payas*. Porto: Edições Afrontamento, 2009.
- FIALHO, V. Opinião Gajop – Déjà Vu: Intolerância e Preconceito na Europa. *Algo Mais – A Revista de Pernambuco*. Recife: 55 ed., outubro, 2010.
- FISCHER, M. M. J. *Futuros Antropológicos: redefinindo a cultura na era tecnológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FRASER, A. *História do Povo Cigano*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.
- FREIRE, P. *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minhas práxis*. 2 ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- _____. *Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, P., SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FRYE, N. *Fábulas de Identidade: ensaios sobre mitopoética*. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.

- FURTADO, L. G. *Curralistas e Redeiros de Marudá – Pescadores do Litoral do Pará*. Belém: CNPq. Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.
- GADOTTI, M. *Reinventando Paulo Freire no Século 21*. São Paulo: Livraria e Instituto Paulo Freire, 2008.
- GASPARET, M. *O Rosto de Deus na Cultura Milenar dos Ciganos*. São Paulo: DIFEL, 1999.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1978.
- GEERTZ, C. O beliscão do destino: a religião como experiência, sentido, identidade e poder. In: *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- GERSHON, I. “Neoliberal Agency”. In *Current Anthropology*. Vol. 52, n. 4, August, , 2011, p. 537-555.
- GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODELIER, M. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2001.
- GOFFMAN, E. *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais?* 8 ed., Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GOLDFARB, M. P. L. *O “tempo de atrás”: um estudo da construção da identidade cigana em Sousa-PB*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa: UFPB, 2004.
- GOLDMAN, M. "Uma Categoria do Pensamento Antropológico: a Noção de Pessoa". *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, 39 (1), 1996, p. 83- 109.
- GOODY, J. *O mito, o ritual e o oral*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi, 1975.
- GREGORI, M. F. *Viração. Experiências de meninos de rua*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- GRIGOLETTO, E. (Org.); DE NARDI, F.S.(Org.); SCHONS, C.R. (Org.). *Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço*. Recife: Ed. Universitária – UFPE, 2011.
- GUIMARÃES, S. T. L. Paisagens e Ciganos: uma reflexão sobre paisagens de medo, topofilia e topofobia. In ALMEIDA, M. G. & RATTTS, A. J. P. *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003, pp. 49-69.
- GUSMÃO, N. M. Por uma antropologia da educação no Brasil. *Revista Pró-Posições*, Campinas, 2010, p. 259-265.

- _____. (Org.). *Diversidade, Cultura e Educação: olhares cruzados*. São Paulo: Biruta, 2003.
- HALL, S. *Da Diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Brasília, DF: Unesco, 2003.
- _____. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 3 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. Quem precisa de Identidade? In SILVA, J.da. – *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, cap.3, 2000, p.103-133.
- _____. *Representation*. London: SAGE, 1997.
- HANNERZ, U. “Fluxos, Fronteiras e Híbridos: Palavras Chaves da Antropologia Transnacional”. In. *Mana Estudos de Antropologia Social*, 3(1). Rio de Janeiro: Conta Capa, 1997.
- HEREDIA, J. De.D.R.. *Nosotros los Gitanos*. Madri: Ediciones 29, 1983.
- HERZFELD, M. *Intimidade Cultural: poética social no Estado-Nação*. 2 ed., Lisboa: Edições 70 LDA, 2008.
- HINE, C. *Virtual Ethnography*. London: Sage, 2000.
- HOBBSAWN, E. & RANGER, J. (Orgs). *A Invenção das Tradições*. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HSU, R. *Ethnic Europe: mobility, and conflict in a globalized world*. Stanford, California: Stanford University Press, 2010.
- ILHARCO, F. Três ordens de informação. *Jornal Público*, Espaço Público, 6 fev. 2006.
- INDURSKY, F., MITTMANN, S., FERREIRA, M., C., L. (Org.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.
- ISER, W. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. 2 v. São Paulo: Editora 34, 1996/1999.
- JAPIASSÚ, H. & MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- JUNKER, B. H., *A Importância do Trabalho de Campo: uma introdução às ciências sociais*. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.
- KARPATI, M. Ciganos. *Travessia*. São Paulo:CEM, ano X, nº27, p. 08-11, janeiro-abril, 1997.
- KEESING, R. M. & STRATHERN, A. J. *Antropologia Cultural: uma perspectiva contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- KOZINETS, R. V. Netnography 2.0. In: R. W. BELK, *Handbook of Qualitative Research Methods in Marketing*. Edward Elgar Publishing, . 2007.

- _____. The field behind the screen: using netnography for marketing research in online communities. *Journal of Marketing Research*. v. 39, p. 61-72, fev, 2002.
- _____. On netnography: Initial Reflections on Consumer Research Investigations of Cyberculture. Evanston, Illinois, 1997.
- KUPER, A. *Cultura: A Visão dos Antropólogos*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- LANGNESS, L. L., *A História de Vida na Ciência Antropológica*. São Paulo: EPU, 1973.
- LAPLANTINE, F. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- LEACH, E. *Repensando a Antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- _____. *Cultura e Comunicação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- LEONARDO, R. X. *As associações em sentido estrito no direito privado*. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: São Paulo. (Tese de Doutorado), 2006.
- LÉVY, P. *A Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- _____. *O Que é o Virtual?* 2 ed., São Paulo: Ed. 34, 2011.
- _____. *Cibercultura*. 3 ed., São Paulo: Ed. 34, 2010.
- LE GOFF, J. *História. História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. 5 ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- LEWGOY, Bernardo . A invenção da (ciber)cultura: virtualização, aura e práticas etnográficas pós-tradicionais no ciberespaço. *Civitas* (Porto Alegre), v. 9, p. 185-196, 2009.
- LIMA, A. C. S. *Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro/ Brasília: Contra Capa/ LACED/ ABA, 2012.
- LIMA, R. K., EILBAUM, L., PIRES, L. (Orgs). *Burocracias, Direitos e Conflitos: pesquisa comparada em antropologia do direito*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- LIMA, M. C. (Org.). *Política Internacional Comparada: o Brasil e a Índia nas novas relações Sul-Sul*. São Paulo: Alameda, 2012.
- LIMA, R. K. *Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- LISBÔA, N. T. A pontuação do silêncio: uma análise discursiva da escritura de Clarice Lispector. *Dissertação de Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso*. Universidade Federal Do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- LOCATELLI, M. A. *O Ocaso de uma cultura: uma análise antropológica dos ciganos Santa Rosa* (RS): Barcelos, 1981.
- LOMNITZ, L. A., *Redes Sociais, Cultura e Poder*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

- LOUREIRO, S. A. G. *Identidade Étnica em Re-Construção*. Belo Horizonte: O Lutador, 2004.
- MACEDO, F. *Ciganos, Natureza e Cultura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MCGRANTH, A. E. *Revolução Protestante*. Brasília, DF: Palavra, 2012.
- MAFFESOLI, M. *Sobre o Nomadismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *No Fundo das Aparências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- MALINOWSKI, B. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Malinowski, *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- _____. *Um Diário no Sentido Estrito do Termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- MANESCHY, M. C & KLOVDHAL, A. Redes de associações de grupos de camponeses na Amazônia Oriental (Brasil): fontes de capital social? In: *REDES, Revista Hispano para el análisis de redes sociales*. V. 2, nº 4, junho, 2007.
- MARTINEZ, N. *Os ciganos*. Campinas: Papirus, 1989.
- MARTINS, H. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e pesquisa*, v. 30, nº 2, São Paulo, 2004.
- MARTINS, C. B. Encontros e desencontros da sociologia e educação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 53, out de 2003, p. 161-169.
- MAUSS, M. “Uma categoria do espírito humano: a noção de Pessoa, a noção do ‘Eu’” In *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPE/EDUSP, 1974, p.207-241.
- MC LUHAN, M. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*, São Paulo: Cultrix, 2007.
- MELLO, M. A. S. & SOUZA, M., A. de. Meirinhos Aristocráticos. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: SABIN, ano 2, nº 14, p. 29-32, novembro, 2006.
- MELO, F. J. D. de. *Os Ciganos Calon de Mambá: a sobrevivência de sua língua*. Brasília: Thesaurus, 2005.
- MELLO, A. F. Movimentos sociais na pesca. In: *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia*. Belém: MPEG.V.11, nº 1, Junho, 1995, p. 19-39.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social*. 27 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- MOONEN, F. Ciganos Calon no sertão da Paraíba. *Cadernos de Ciências Sociais*. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Mestrado em Ciências Sociais, João Pessoa, 1995, p. 1-51.
- _____. 2011. *Anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil*. Juiz de Fora: Centro de Cultura Cigana, (edição digital).

- MONTOAN, M. T. E. (Org.). *O desafio das Diferenças nas Escolas*. 5 ed., Petrópolis, RJ: 2013.
- _____. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.
- MORAIS FILHO, A. J. de M. *Fatos e memórias*. Rio de Janeiro: Garnier, 1904.
- _____. *Os Ciganos do Brasil: contribuição etnográficas*. Rio de Janeiro: Garnier, 1886.
- _____. *Cancioneiro dos Ciganos: poesia popular dos ciganos da Cidade Nova*. Rio de Janeiro: Garnier, 1885.
- MORAN, J. M. *Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica*. 13. ed. Campinas: Papirus, 2007.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- MORIN, E.; LE MOIGNE, J. L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- MORIN, E. *Cultura de Massas no século XX: o espírito do tempo*. 8 ed., Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1990.
- MOSCOVICI, S. Os ciganos entre perseguição e emancipação. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 653-678, set./dez. 2009.
- MOTA, A. V. B. da (Org). *Ciganos Antologia de Ensaio*. Brasília: Thesaurus, 2004.
- MOTA, O. *Seleta Moderna*. São Paulo: Nacional, 1933.
- NOELLE-NEUMANN, E. *La espiral del silencio o Opinión Pública: nuestra piel social*. Ed. Paidós. México, 1995.
- O'DWYER, E. C. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT*. Brasília: OIT, 2011.
- OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). *A Viagem de Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1999.
- _____. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana - estudos de antropologia social*, PPGAS/MN/UFRJ, 4/1, abril, 1998.
- ORLANDI, E. P. *Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012.
- _____. *As formas do silêncio — no movimento dos sentidos*. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.
- ORTNER, S. B. Uma Atualização da Teoria na Prática. In: *Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas*. Goiânia: Editora Nova Letra, 2006.

- PADILHA, A. M. L.; OLIVEIRA, I. M. de (Orgs). *Educação para Todos: as muitas faces da inclusão escolar*. Campinas, SP: Papirus, 2013.
- PARENTE, A.(Org.) *Tramas da Rede*. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- PAULSTON, R. G. (Comp.) *Social cartography: mapping ways of seeing social and educational change*. New York: Garland, 1996.
- PÊCHEUX. M., *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 6 ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- _____. *Análise de Discurso*. 2 ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- PEREIRA, A da A. *Povo Cigano*. Rio de Janeiro: Autora, 1985.
- PEREIRA, C. da C. *Os Ciganos Continuam na estrada*. Rio de Janeiro: Ribro-Arte, 1989.
- PEREIRA, D. D. de B. O Estado pluriétnico. In: Souza Lima, A.C. & Barroso- Hoffman, M., editores. *Além da Tutela. Bases para uma Nova Política Indigenista III*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002, pp. 41-47
- PEIRANO, M. *A Teoria Vivida: e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- _____. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PHILIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença?. *Revista de Estudos Feministas*. 2001, pp. 268-290.
- PIERONI, G. *Vadios e Ciganos, Heréticos e Bruxas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- PRIGOGINE, I. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. 2 ed., São Paulo: Unesp, 2011.
- PRIMO, A. (Org.). *A Internet em Rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- RAMOS, A. *Introdução à Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1947.
- RIZZINI, I. *A Criança e a Lei no Brasil: revisitando a história (1882-2000)*. Brasília-Rio de Janeiro: UNICEF-EDUSU, 2002.
- ROSA, C. P. da. *IFamily: um novo conceito de família*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- ROSENBERG, O. *A lente de aumento – os ciganos no holocausto*. Lisboa: Âncora, 2001.
- SAHLINS, M. *A cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- _____. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.
- _____. *O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte II)*. Rio de Janeiro. *Mana*. V.32, n.02. out., 1997.
- _____. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1990.

- SANSONE, L. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador/Rio de Janeiro, Edufba/Pallas, 2004.
- SANT'ANA, M. de L. *Os Ciganos: aspectos de organização social de um grupo cigano em Campinas*. São Paulo: USP, 1983.
- SANTOS, B. de S. *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 9. ed., São Paulo: Cultrix, 1975.
- SCHAFF, A. *A Sociedade Informática*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- SCHEPIS, R. M. *Ciganos os Filhos Mágicos da Natureza*. 4 ed., São Paulo: Madras, 1999.
- SHIRKY, C. *Lá Vem Todo Mundo: o poder de organizar sem organização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- SHIRLEY, R. W. *Antropologia Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- SILVA, L. G. dos S. *Educação Inclusiva: prática pedagógica para uma escolar sem exclusões*. São Paulo: Paulinas, 2014.
- SILVA, M. C. *Sina Social Cigana: história, comunidades, representações e instituições*. Lisboa: Edições Colibri, 2014.
- SILVA, T. T. (Org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- SIMMEL, G. *O conflito da Cultura Moderna e Outros Escritos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.
- SINGER, P. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SOUZA, A de O. e. – Questões Sociais, Os Ciganos Brasileiros. *Revista do Brasil* (Seção: Debates e Pesquisas), Rio de Janeiro, março, 1921.
- STRATHERN, M. *O Efeito Etnográfico e Outros Ensaio*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- _____. *Fora de Contexto: as ficções persuasivas da antropologia [seguido de comentários e respostas]*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.
- SULPINO, M. P. L. *Ser viajor, ser morador: uma análise da construção da identidade cigana em Sousa – PB*. *Dissertação de Mestrado*, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- TEDESCO, J. C. *Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais: paradoxos da alteridade nas migrações internacionais: brasileiros na Itália*. Passo Fundo: Ed. Universitária de Passo Fundo; Porto Alegre: Ed. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Chapecó: Argos, 2010.

- TEIXEIRA, R. C. *Ciganos em Minas Gerais: uma breve história*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.
- THOMAS, W. I. & ZNANIECKI. "The Peasant Family" e "Marriage". In: *The Polish Peasant in Europe and America*. New York: Octagon Books, 1974.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.
- VELHO, G. *Um Antropólogo na Cidade: ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- _____. *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social*. 2 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- _____. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- WACQUANT, L. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- WAGNER, R. *Symbols that stand for themselves*. University of Chicago Press, 1986.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- WOLF, E. R. Cultura panaceia ou problema? In: *Antropologia e Poder*, São Paulo: Editora Unicamp, 2003.
- WOLFF, F. *Nossa Humanidade: de Aristóteles às neurociências*. São Paulo: Unesp, 2012.

APÊNDICE

1. Teses e dissertações com foco em Antropologia sobre ciganos (1999-2012)

Item	Ano	Autoria e Grau	Título	Resumo do Autor
01	1999	Maria Patrícia Lopes Sulpino (Mestra)	Ser viajor, ser morador: uma análise da construção da identidade cigana em Sousa – PB	Esta dissertação objetiva analisar o conceito de etnicidade e a construção da identidade cigana a partir do processo de diferenciação social no contexto de Sousa, Estado da Paraíba. Este estudo, que aborda questões de identidade e fronteiras étnicas, remete-se também aos elementos selecionados pelos grupos ciganos para a demarcação de suas especificidades, baseando-se em fatos do cotidiano e na memória acerca do passado, época em que os ciganos viviam como nômades. Buscando conhecer a identidade étnica dos grupos ciganos localizados em Sousa-PB, os conceitos de etnicidade e identidade étnica aparecem como indispensáveis, visto que importa-nos compreender como esses grupos se pensam, como constroem a sua 'ciganidade', a partir de que categorias ou representações, e que instrumentos são utilizados para assegurar a sua unidade grupal, levando também em consideração um espaço mais amplo, politicamente dominado pela sociedade envolvente.
02	2000	Dimitri Fazito de Almeida Rezende (Mestre)	Transnacionalismo e etnicidade: a construção simbólica do Romanesthàn (Nação Cigana)	Este estudo tem como objetivo compreender os processos de construção do Romanesthàn (Nação Cigana), através das representações simbólicas e práticas cotidianas daqueles diversos grupos rotulados por um mesmo termo – “ciganos”. A partir desta discussão sobre a organização social da comunidade cigana, é abordada a questão da etnicidade, da formação de grupos étnicos e de suas fronteiras e identidades. Procurando uma alternativa teórica (interpretativista e interacionista) que permitisse a compreensão do fenômeno étnico como experiência (performance) social, dinâmica e pervasiva, inscrita no contexto das relações interétnicas, desenvolvemos o

				conceito de etnização denotando transitoriedade e relatividade das ações, identidades e atores, em um processo sociodramático. Finalmente, aplicando à análise da “Nação Cigana” nossa compreensão sobre o fenômeno étnico como processo performativo, deparamo-nos com a questão recente da formação das comunidades transnacionais, a modificação das relações entre estas comunidades, e a emergência de novas identidades e grupos no contexto da globalização. Portanto, a organização social cigana (organização social das categorias étnicas, identidades, fronteiras e ideologias) é vista a partir deste duplo processo social, de etnização e transnacionalismo, característicos do mundo contemporâneo.
03	2002	Claudia Bomfim Fonseca (Mestra)	A Dança Cigana: a construção de uma identidade cigana em um grupo de camadas médias no Rio de Janeiro	Este trabalho tem por objetivo compreender o que leva senhoras das camadas médias cariocas a procurarem a dança cigana e a acreditarem que são ciganas de alma. A pergunta que embasa todo o estudo é: Por que na sociedade brasileira, e mais especificamente na carioca, os ciganos podem ser considerados ladrões e perigosos ao mesmo tempo que são admirados e encarnam todo o poder de sensualidade positiva? O que se propõe é que há a construção de uma ciganidade que faz parte de uma identidade virtual embasada na religião compartilhada pelo grupo estudado.
04	2002	Florência Ferrari (Mestra)	Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre ciganos	Esta dissertação trata do imaginário que o Ocidente construiu sobre os ciganos. A partir de obras literárias ocidentais (de Cervantes a Garcia Lorca, de Machado de Assis a Raduan Nassar, de Victor Hugo a Virgínia Woolf), buscou-se repertoriar as representações dos ciganos mais recorrentes, e dar a elas uma interpretação conjunta. O que a adivinhação, o nomadismo, o roubo, a sedução tem em comum para o olhar ocidental? Que papel desempenham os ciganos em nosso pensamento? Procurou-se aqui oferecer algumas respostas a essas indagações.

05	2004	Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Doutora)	O 'Tempo de Atrás': um estudo sobre a construção da identidade cigana em Sousa-PB	Esta tese objetiva analisar a construção da identidade cigana, a partir do processo de diferenciação social na cidade de Sousa, Estado da Paraíba. Concebendo a identidade como contrastativa, isto é, construída em contextos interacionais, busquei analisar diferentes discursos sobre os ciganos no Brasil, que contribuíram para a construção de imagens negativas sobre os mesmos. Tais imagens são formadas por estigmas que depreciam os ciganos e repercutem na forma como estes são concebidos pela população sousense. Este estudo remete-se, ainda, aos elementos selecionados pelos grupos ciganos para a demarcação de suas especificidades culturais, baseando-se em fatos do cotidiano e na memória acerca do passado, época em que viviam como nômades. Assim, pude verificar que os ciganos se pensam e constroem a sua 'ciganidade' a partir de dois elementos bases: a língua calé e o passado nômade, categorias que são utilizadas para assegurar a sua unidade grupal, uma distintividade cultural que os afastam da condição de meros favelados.
06	2006	Mirian Alves de Souza (Mestra)	Os ciganos Calon do Catumbí: ofício, etnografia e memória urbana	Dentro as figuras do urbano na cidade do Rio de Janeiro, os ciganos Calon como personagens pertencem quase todos a duas categorias, a de comerciantes e de oficiais de justiça. Os da primeira estão particularmente envolvidos, durante boa parte do século XIX, no tráfico de escravos africanos, onde controlavam um espectro inteiro da interação étnica. Ao lado dos comerciantes, os oficiais de justiça formavam um grupo maior. Ao menos é esse o caso dos ciganos que fizeram do Catumbi o seu bairro e de sua atividade no judiciário objeto de transmissão hereditária. Uma geração de pais, filhos e netos renovava-se no quadro da instituição, de maneira que é possível traçar linhas de descendência nas quais todos os membros ocupam o ofício (ou mais propriamente o métier) de oficial de justiça. Desde que faziam parte de uma curiosa estirpe de personagens, preludiada por romancistas,

				cronistas e viajantes, e à qual pertenciam alguns de extrema perspicácia e refinada astúcia, os ciganos parecem cultivar um saber, uma técnica especial que os tornam, por assim dizer, talhados para determinadas atividades.
07	2008	Erisvelton Sávio Silva de Melo (Mestre)	‘Sou cigano sim’: identidade e representação, uma etnografia sobre os ciganos na região metropolitana do Recife – PE	Os ciganos, ou Roma, são o enfoque deste trabalho, que versa sobre a construção da identidade étnica de não territorializados, a partir da afirmação de pertença ao grupo Calon. A pesquisa foi motivada pelos questionamentos a respeito de quem são os ciganos que vivem na Região Metropolitana do Recife-PE e, quando a identidade dos mesmos é acionada nas delimitações de fronteiras com os não ciganos, tendo em vista a constante representação de personagens ciganas nos folguedos e brincadeiras da cultura popular e religiosa, encenados por não pertencentes. Foram selecionadas três famílias residentes nas cidades de Igarassu, Recife e Paulista, que se assumiam enquanto ciganas. A observação participante e a realização de encontros com grupos focais formados por integrantes destas famílias foram as principais técnicas utilizadas como metodologia.
08	2010	Florência Ferrari (Doutora)	O mundo passa: uma etnografia dos calon e suas relações com os brasileiros	Esta tese é uma etnografia de uma rede de parentes de ciganos Calon que se espalha por todo o estado de São Paulo. O intuito é compreender como vivem esses Calon, e, mais especificamente, como criam socialidade no mundo dos brasileiros. O cotidiano calon é englobado por uma noção fundamental que diferencia calons e gadjés (não ciganos): a vergonha – um valor moral que organiza ideias de puro/impuro, sujo/limpo, ancoradas no corpo feminino. Fazer-se calon é produzir e mostrar vergonha, em um processo constante de diferenciação em relação aos brasileiros, impuros. A tese explora como a concepção da vergonha se liga à viagem, à língua, ao ser ativo, ao viver apoiado, ao ser parente, e às conceitualizações de tempo e espaço, criando uma socialidade

				calon no meio de nós, os gadjés.
09	2010	Lailson Ferrari da Silva (Mestre)	‘Aqui todo mundo é da mesma família’: parentesco e relações étnicas entre os ciganos na cidade alta, Limoeiro do Norte- CE	O presente trabalho tem como objetivo compreender como diante de um contexto de constante interação com a população local, os ciganos da família Alves dos Santos, residentes no bairro Cidade Alta, Limoeiro do Norte – CE, mantêm o sentimento de pertencimento étnico. Para tanto, analiso as relações sociais entre ciganos e não-ciganos na comunidade, pois é a partir do contato que as fronteiras sociais são delineadas, como os discursos e representações sociais do eu são utilizados para qualificá-los a partir de estigmas. Além disso, procuro identificar os elementos utilizados por estes sujeitos sociais para fundamentarem e legitimarem sua identidade. Assim constatei que alicerçados na noção de família, os ciganos se veem enquanto grupo, buscando na história/passado nômade, origem e sangue comuns os elementos que fundamentam a sua condição, sendo a linguagem um traço cultural que possibilita estabelecer diferenciações objetivas entre os ciganos e os demais moradores da comunidade, tornando-se, portanto, um sinal diacrítico.
10	2012	Lina Maria Lorenzo Sibar (Mestra)	Identidade, Alteridade e Resistência dos ciganos brasileiros	Esta pesquisa tem por objetivo analisar aspectos ligados a identidade, alteridade e resistência de uma família cigana Calon, buscando mostrar como foi construído o imaginário comum sobre os assim chamados ciganos. Através de perspectivas de ciganólogos, ativistas ciganos e pró-ciganos, dos ciganos rom e dos Calon mostramos a construção da categoria étnica cigano. A partir do contato com essa família, procuramos apresentar algumas características dessa socialidade, além das constantes perseguições e práticas sectárias das quais tem sido vítimas, bem como suas experiências coletivas voltadas à defesa de seus direitos e interesses no Brasil.
11	2012	Robson de Araujo Siqueira	Os Calon do Município de Sousa-PB: dinâmicas ciganas	Através da análise da organização política dos grupos do Rancho de Baixo, esse trabalho parte da perspectiva interacionista da organização étnica para analisar as

		(Mestre)	e transformações culturais	dinâmicas culturais dos Calon do município de Sousa-PB. Partindo da concepção da cultura como processo em constante dinâmica, entende-se que as atuais articulações entre as autoridades conviventes no rancho visam o empoderamento cigano para enfrentamento dos atuais desafios: autoconservação grupal, garantia dos direitos de cidadania, poder de barganha política, melhoria das condições de vida, fortalecimento das atuais chefias e lideranças como autoridades ciganas, inclusão social, conservação cultural. Do mesmo bojo dessas articulações, vemos o surgimento de um novo perfil de liderança, articulado entre as necessidades da juventude cigana, as demais lideranças do rancho e os interesses frente à cena política de Sousa. Para tanto, procurei analisar os efeitos diretos sobre essas dinâmicas na teia de relações estabelecidas entre os Calon e os principais agentes não ciganos ligados à questão cigana. Fica evidente que, além das relações estabelecidas com o Estado para fins de obtenção de recursos assistenciais, problemas clássicos como o preconceito e a discriminação ainda permeiam todas as instâncias da relação entre ciganos e não ciganos em Sousa.
12	2012	Joelma Conceição Reis Felipe (Mestra)	Vidas Ciganas no Semiárido: Estudo sobre afirmação identitárias e processo de territorialidade no Sertão Pernambucano	Esta dissertação, intitulada Vidas Ciganas no Semiárido: afirmação identitária e processo de territorialidade no sertão pernambucano, é um estudo sobre a trajetória de um grupo de ciganos no município de Petrolina/PE, e tem como objetivo identificar na etnia Calon traços de territorialidade a partir do engajamento numa rua de ciganos e dos processos de interlocução com a cultura sertaneja: suas memórias, itinerários e rotas nômades, valores atribuídos a língua caló e à comunidade étnica. O trabalho evidencia a chegada dos ciganos no município, os conflitos interétnicos estabelecidos com os não-ciganos e os rituais que expressam as práticas afirmativas de sua calonidade: o nascimento, casamento, a morte e luto. A pesquisa também enfoca a territorialidade

				como uma construção simbólica e específica que os ciganos se identificam com base em seus processos interculturais. Esta temática esboçou-se a partir da análise interpretativa das narrativas orais da família Silva e foi se configurando num estudo de base etnográfica e qualitativa do tipo estudo de caso, a partir dos relatos orais, caracterizados pelos diferentes contextos. Para complementar as informações foram utilizadas técnicas de coleta de dados e entrevista semiestructural, análise bibliográfica e a observação participante, a partir das relações ciganas no espaço ocupado “casa” ou “rua de cigano”, e com grupos étnicos de outras cidades, expressando uma pluralidade de sentidos com o território rede. O intuito é compreender como vivem esses Calon no Semiárido e, como mantêm essa socialidade com o outro, o próprio cigano e o gadjé (não-cigano). A dissertação foi dividida em três capítulos: no primeiro, O povo cigano no contexto do Semiárido em que é abordada a dispersão dos ciganos de Portugal para o Brasil, através dos degredos e, por fim, uma discussão sobre culturas híbridas e identidade cigana com viés na Ecologia Humana; no segundo capítulo, Territorialidade do povo cigano no município de Petrolina, considera-se os conflitos interétnicos, a organização espacial dos ciganos em ruas e os rituais sagrados; e no terceiro capítulo, no rastro da etnia dos Calon, a intenção foi registrar as narrativas da família Silva, o modo de vida pautado nas experiências, na movimentação seminômade, nas negociações e convivência dentro do grupo.
--	--	--	--	---

2. Ciganos no SciELO

ITEM	AUTOR(A)	OBRA / REVISTA/ ANO/ IDIOMA	RESUMO
01	Florencia, Ferrari.	Ciganos nacionais / National Gypsies Acta lit.; (32); 79-96; 2006 SciELO Chile Idioma: Português	Este artigo é um ensaio sobre o lugar do cigano em obras literárias produzidas pelo Ocidente. Se o imaginário ocidental vê no cigano um estrangeiro, um ser ambíguo, do qual sente temor ou fascínio conforme a situação, aqui se arrisca um deslocamento do recorte, chamando a atenção para a apropriação da figura do cigano na construção da identidade de duas nações: o Brasil e a Espanha. Servindo-se dessa figura de forma muito diversa, autores dos dois países transformaram o conteúdo da representação do cigano em um valor nacional próprio, comprovando, por outro lado, a ambiguidade e plasticidade da imagem do cigano
02	Cristiane Giffoni, Braga.	Enfermagem transcultural e as crenças, valores e práticas do povo cigano / Transcultural nursing and the beliefs, mettle and background of gypsy population Rev. esc. enferm. USP; 31(3); 498-516; 1997-12 SciELO Brasil Idioma: Português	Trata-se de um estudo mini-etnográfico em enfermagem, onde é enfocada a crença de cuidados, valores, modo de vida, visão de mundo de um grupo cigano de origem ROM. Foi utilizado o referencial teórico de LEININGER para auxiliar a compreensão desta cultura, visualizando propostas nas ações e decisões do cuidado de modo a prover cuidados culturalmente congruentes. Propõe a autora algumas definições relativas à especificidade da cultura cigana no que diz respeito às formas culturais de prover cuidados, como subsídio para futuros estudos.
03	Pablo Antonio Iglesias, Magalhães.	Flores Celestes: o livro secreto de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú? / Celestial flowers: José da Silva Lisboa's secret book, viscount of Cairú?	O presente artigo investiga as origens de um livrinho misterioso intitulado Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, venerável e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos Jesus Christo, de

		História; 31(1); 65-100; 2012-06 SciELO Brasil Idioma: Português	autoria do enigmático poeta baiano José Cortez Sol Posto, também conhecido como Cigano da Bahia. A investigação demonstra que, sob a capa de poesias piedosas, escondem-se as confissões de um dos mais representativos personagens da História do Brasil no século XIX.
04	Evani de L., Araújo; Karina P., Randau; José G., Sena-Filho; Rejane M. Mendonça, Pimentel; Haroudo S., Xavier.	Acanthospermum hispidum DC (Asteraceae): perspectives for a phytotherapeutic product / Acanthospermum hispidum DC (Asteraceae): perspectivas para um produto fitoterápico Rev. bras. farmacogn; 180(); 777-784; 2008- 12 SciELO Brasil Idioma: Inglês	A planta "Espinho-de-cigano" (Acanthospermum hispidum DC) é amplamente usada no nordeste do Brasil como medicamento popular para a asma. Embora muito pouco seja conhecido atualmente sobre a eficácia e segurança deste extrato vegetal, é possível encontrar numerosos medicamentos preparados com ele nos serviços públicos ou em lojas que vendem produtos naturais. Este estudo visa proceder a uma revisão de literatura relativa à A. hispidum, no período entre 1926-2006, nas áreas de etnobotânica, fitoquímica e farmacologia. O objetivo foi contribuir para um melhor conhecimento desta espécie e seus usos, assim como auxiliar na melhora de seu desempenho como um medicamento natural. A espécie é facilmente identificável e cresce abundantemente durante a estação chuvosa no nordeste do Brasil; é possível cultivá-la sem perda de seu perfil fitoquímico e os estudos toxicológicos têm mostrado sua segurança como um medicamento (embora mais estudos sejam requeridos nestes aspectos). Assim sendo, a compilação do conhecimento acumulado relativo a esta espécie auxiliará na avaliação de seu valor farmacológico, garantindo o controle de qualidade do produto final, e no preparo das recomendações para usos e dosagens que ofereçam segurança

			e eficiência ao usuário.
05	Dimitri, Fazito.	A identidade cigana e o efeito de "nomeação": deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais Rev. Antropol.; 49(2); 689-729; 2006-12 SciELO Brasil Idioma: Português	Neste artigo, procura-se mostrar como a tradição cultural cigana tem sido capaz de estabelecer uma identidade dinâmica e performativa a despeito de sua complexa diversidade. Sustenta-se que o termo "cigano" é, na realidade, um estereótipo elaborado com base em representações coletivas, experimentadas por indivíduos de diferentes tradições culturais ao longo de séculos de contato. O efeito de nomeação, pelo qual atores sociais posicionados assimetricamente na situação de contato inscrevem e assumem distinções (diacríticos e fronteiras) coletivas, parece fortalecer a noção de "unidade na diversidade", baseada nas experiências semelhantes de negação, diferenciação e liminaridade. Segundo uma perspectiva relacional, observa-se que o nomadismo cigano opera como uma representação de dupla face, resultante da fusão de discursos mitológico-científicos e práticas sociais cotidianas: de um lado, o nomadismo é o resultado aterrorizante de constantes perseguições e exílios que se inscrevem no corpo dos indivíduos e reforçam a identidade pela experiência comum da diferença; de outro, o nomadismo reforça a alteridade quando se inscreve no campo das relações interétnicas como experiência coletiva comum de deslocamento no espaço físico e social.
06	Ruy Llera, Blanes.	Contacto, conhecimento e conflito: Dinâmicas culturais e sociais num movimento evangélico cigano na Península	Este texto propõe uma análise dos cultos evangélicos da Igreja Filadélfia, um movimento cristão protestante de forte implantação entre os ciganos de Portugal e Espanha. Procurando compreender

		Ibérica / Contact, knowledge and conflict: Social and cultural dynamics in an evangelical gypsy movement in the Iberian Peninsula Etnográfica; 11(1); 29-54; 2007-05 SciELO Portugal Idioma: Português	a importância da prática ritual na experiência religiosa e identitária dos crentes, proponho os conceitos de "contacto", "conhecimento" e "conflito" como mecanismos para explicar como os cultos são local e socialmente implantados na contemporaneidade cigana, ligando ideologia, memória e práticas.
07	Mariana, Bonomo; Lídio, de Souza; Zeidi Araujo, Trindade; Fabiana Davel, CanaL; Julia Alves, Brasil; André Mota do, Livramento; Ana Paula da Silva, Milani Patrocínio.	Mulheres ciganas: medo, relações intergrupais e confrontos identitários / Gypsy Women: Fear, intergroup relations and identity conflicts Univ. Psychol.; 10(3); 745-758; 2011-09 SciELO Colômbia Idioma: Português	Através da Teoria da Identidade Social procurou-se conhecer os estereótipos presentes no imaginário rural associados ao grupo cigano, bem como os sentimentos associados a esta etnia. Foram entrevistadas 10 mulheres não-ciganas, moradoras de uma comunidade rural brasileira. Realizou-se a organização dos dados através do software ALCESTE. A análise das informações nos permitiu identificar o sentimento de medo como importante orientador das práticas relacionadas aos ciganos, confirmando características presentes no imaginário social amplamente difundido acerca desta etnia. Estão presentes os clássicos estereótipos de ladrões, malfeitores e amaldiçoados. Discute-se a dinâmica identitária provocada pelo conflito entre a comunidade rural e os ciganos, enfatizando os processos que orientam o campo de identificação e diferenciação endo/exogrupal.
08	Olga, Magano.	Pluralidade e reconfiguração da identidade cigana em Portugal / Pluralité et reconfiguration de l'identité gitane au Portugal / Plurality and reconfiguration gypsy identity in Portugal / La	A construção identitária tende a ser uma questão central nas sociedades modernas e os indivíduos de origem cigana, a quem é imputada uma distinção cultural da sociedade dominante, têm procurado conjugar aspetos da tradição cigana e das sociedades modernas. Aceita-se o passado

		pluralidad y la reconfiguración de la identidad gitana en Portugal Sociologia; 23(); 251-268; 2012-06 SciELO Portugal Idioma: Português	cultural e alguns dos símbolos tradicionais transmitidos de geração em geração, mas também se integram na sua formação identitária alguns aspetos da modernidade. Neste artigo desenvolve-se a perspectiva de que dos contactos culturais e das interações sociais resultam miscigenações, mestiçagens culturais, que se refletem nos processos de identificação social, contribuindo, assim, para o aparecimento de novos tipos de identidades plurais, ou seja, de novos tipos sociais que se afastam do modelo tradicional cigano, mas que também não se dissolvem totalmente nos modelos dominantes.
--	--	--	---

3. Roma no SciELO

ITEM	AUTOR	OBRA / REVISTA/ ANO/ IDIOMA	RESUMO
01	LOURIVAL, Andrade Júnior.	Os ciganos e os processos de exclusão / Romani and exclusion processes Rev. Bras. Hist.; 33(66); 95-112; 2013-12 SciELO Brasil Idioma: Português	Entrar em contato com os ciganos e seu mundo de significações e práticas que podemos chamar de cultura cigana ou 'ciganidade', mesmo correndo o risco das generalizações, é estar em contato com um tema que insiste em escapar entre nossos dedos. Deparamo-nos com um povo que ao longo da história acabou se adaptando a cada novo encontro e a cada nova região, buscando sobreviver em um mundo que busca e valoriza os seus contrários. Mesmo assim, esse povo manteve muitas de suas tradições intactas durante séculos de nomadismo. Para os ciganos nômades, a barraca é o seu lugar. Durante séculos as adjetivações negativas em relação aos ciganos aparecem em leis, decretos, matérias jornalísticas, processos criminais e também nas artes. Esses processos de exclusão fizeram e fazem parte da dinâmica dos Estados que veem os grupos ciganos como perigosos e desnecessários.
02	Daniel, La Parra; Diana, Gil-González; Antonio, Jiménez.	Los procesos de exclusión social y la salud del pueblo gitano en España / Social exclusion processes and the health status of the Roma people in Spain Gac Sanit; 27(5); 385-386; 2013-10 SciELO Saúde Pública Idioma: Espanhol	O texto não apresenta resumo. Mostra como os grupos ciganos são excluídos em todas políticas destinados a reparação e desenvolvimento de condições humanas na Espanha. Tendo para isso os dados encontrados em trabalhos antropológicos e sociológicos.
03	Victor A., Stoichi	Enchanting spaces: echo and reverberation at Romanian popular parties / Espaços de encantamento: eco e	Este texto descreve a forma como os músicos profissionais rom (ciganos), na Roménia, usam o tratamento eletrónico do som em espetáculos ao vivo em diferentes

		reverberação em festas populares romenas Etnográfica; 17(3); 581-603; 2013-10 SciELO Portugal Idioma: Inglês	contextos. Centra-se em quatro técnicas - amplificação, mistura, reverberação e eco - intimamente ligadas entre si na prática destes músicos. Os últimos dois efeitos têm como modelo fenómenos acústicos naturais, mas são usados pelos músicos para criar ambientes sonoros com características artificiais, impossíveis ou paradoxais. É aqui detalhada a forma como essas técnicas são utilizadas e como se relacionam com as interações habituais entre os músicos e o público. Isto conduz ao argumento de que o eco e a reverberação artificiais (conseguidos com base na amplificação e no mixing) são usados pelos músicos profissionais rom como técnicas para “encantar” tanto os lugares onde ocorrem os espetáculos como as relações sociais que eles encerram.
04	Ana Paula, Monteiro; Isabel, Francisco; Catarina, Antunes; Renata, Pereira.	Saúde Mental em Grupos Étnicos Minoritários: Representações sobre Saúde Mental em Adultos e Crianças de Comunidades Ciganas Residentes na Região Centro de Portugal Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental; (9); 36-40; 2013-06 SciELO Portugal Idioma: Português	As populações de etnia cigana têm sido apontadas como um grupo com vulnerabilidades de integração socioeconómica, com impactos negativos na saúde. No entanto, em Portugal é escassa a pesquisa sistematizada sobre representações sociais de saúde mental em grupos minoritários e ainda mais escassa a investigação desta temática em populações de etnia cigana. Este estudo exploratório, de natureza qualitativa, teve como objetivo compreender as representações sociais sobre a saúde mental em indivíduos de etnia cigana, de nacionalidade portuguesa, a residir na região centro de Portugal (Coimbra). Foram utilizadas metodologias qualitativas na recolha de dados: pesquisa documental, entrevistas

			a informantes privilegiados e técnicas de Focus Group. Os achados sugerem que as conceções culturalmente demarcadas sobre saúde mental e bem-estar emocional nas pessoas de etnia cigana alvo do estudo têm uma componente integradora e holística. Neste grupo, a noção de saúde mental e bem-estar emocional aparecem fortemente associados ao bem-estar da família, incluindo família alargada e não apenas ao bem-estar individual.
05	Antonio, Luna Sánchez; Luis Miguel, Rodríguez Benjumeda; Paula Cristina, Ortega Sánchez.	Análisis de un brote de sarampión en una barriada de la provincia de Sevilla, España / Measles outbreak in a socially deprived area of the province of Seville, Spain Rev. Esp. Salud Publica; 87(3); 257-266; 2013-06 SciELO Saúde Pública Idioma: Espanhol	Fundamentos: En 2011 en Sevilla (España) un brote de Sarampión afectó a 1.759 personas. Comenzó en la Barriada de Santa Isabel, San Juan de Aznalfarache (Sevilla), donde reside una comunidad Romaní. El objetivo del trabajo es describir epidemiológicamente el brote en la localidad y calcular el riesgo de enfermar por sarampión de los residentes en la barriada Santa Isabel. Método: Se diseñó un estudio de cohortes retrospectivo. Se consideró población expuesta a los residentes en la barriada de Santa Isabel y no expuesta a la del resto del municipio. Las fuentes de datos fueron: el Instituto de Estadística de Andalucía, el Ayuntamiento del municipio y el Sistema de Vigilancia Epidemiológica de Andalucía. Se describió el brote y se calcularon incidencias y el Riesgo Relativo. Los casos fueron confirmados por criterios clínicos, de laboratorio y/o epidemiológicos. Resultados: En la barriada los casos se concentraron entre el colectivo etario de entre 2 y 19 años, mientras que en el resto de la localidad se produjo en menores

			de 2 y mayores de 19 años. La incidencia global del brote fue de 0,98 por 1.000 habitantes. En San Juan de 4,94 . Entre los expuestos fue de 23,15 y de 2,1 en los no expuestos. En el colectivo de 2 a 19 años la incidencia fue 89,58 por 1.000 habitantes en la Barriada y de 5,33 por 1.000 habitantes en el resto de la localidad. Conclusiones: El brote afectó en mayor medida a menores de 20 años, a población no vacunada y residente en la Barriada Santa Isabel. El riesgo de enfermar de Sarampión en la Barriada fue de 11 y de 17 en el colectivo entre 2 y 19 años. Precisamos elaborar estrategias que reduzcan las desigualdades en salud que acompañan a algunos brotes epidémicos.
06	Juan Carlos, Radovich.	'Zurciendo prejuicios': Discursos discriminatorios hacia el pueblo Roma ("gitano") en los medios de comunicación en Argentina Pap. trab. - Cent. Estud. Interdiscip. Etnolingüíst. Antropol. Soc.; (22); 28-40; 2011-12 SciELO Argentina Idioma: Espanhol	El objetivo de este artículo es el de efectuar un análisis crítico acerca de cómo los medios de comunicación de la Argentina han contribuido en la difusión de diversos prejuicios etnocéntricos sobre el pueblo Roma o Rrom (Gitanos).
07	Vicki, Squire.	Desafiando os limites da cidadania da União Europeia: as disputas dos grupos roma acerca da (i)movilidade / Challenging the limits of European Union citizenship: roma struggles over (im)mobility Contexto int.; 33(1); 103-130; 2011-06 SciELO Brasil Idioma: Português	Este artigo examina as disputas recentes acerca da mobilidade dos "roma" através da Europa, com foco nas reflexões que se pode fazer sobre os limites da cidadania da União Europeia (UE). Mostrando como a disputa para deportar e conter os cidadãos roma através dos Estados-membros da União reflete uma série mais ampla de limites concernentes à cidadania da UE, a análise questiona quaisquer suposições simplistas em relação

			à progressão da cidadania europeia sobre a cidadania nacional, apontando as tensões constitutivas entre a cidadania derivada do Estado-nação e a cidadania formada por provisões de livre movimento. Essas tensões são consideradas importantes no entendimento das condições sob as quais emergem contestações das limitações da cidadania europeia. Focando-se especificamente nas disputas de ativistas roma e sinti na Itália, o artigo sugere que questões de mobilidade são críticas para a transformação da cidadania europeia por meio de "atos de cidadania" que contestam limites de um regime de cidadania da UE. Isso não é entendido no sentido de que o livre movimento automática ou inevitavelmente corrigiria os erros de regimes territorial ou nacionalmente inscritos por intermédio da inclusão dos excluídos. Ao invés disso, argumenta-se que as mobilizações dos roma em torno da mobilidade são importantes tanto na contestação de diferenciações internas da cidadania da UE quanto na reconfiguração dos limites em que tal regime se inscreve. Isso ocorre por intermédio de atos que transformam processos excludentes, tais como a criminalização, em reivindicações de justiça social. É possível que se diga que tais reivindicações adquirem novo significado quando desenvolvidas em escala europeia, tendo em vista que, nesse aspecto, elas se tornam "transacionais" no escopo de sua representação. Entretanto, o transnacional não pode ser entendido em um sentido fixo ou espacialmente contido quando
--	--	--	---

			visto pelas lentes da mobilidade, sendo mais bem entendido talvez como um meio de questionamento das formas recebidas de se pensar e de se representar a política que são confinadas ao indivíduo ou à constituição agregada do Estado-nação.
--	--	--	---

ANEXOS

ANEXO: 1. DOCUMENTO DA ABA SOBRE OS CIGANOS

Os Ciganos e as Políticas de Reconhecimento: Desafios Contemporâneos

Os ciganos são a minoria étnica mais vulnerável à discriminação nos 27 Estados membros da União Europeia, de acordo com agências internacionais. Considerados "hóspedes indesejados" em diferentes países e continentes, os ciganos convivem secularmente com o preconceito, a estigmatização e a exclusão social, sobretudo por sua recalcitrante mobilidade e por seu modo de vida particular. Apesar dos "golpes da animosidade" e do "abraço forçado da assimilação", são cada vez mais expressivos os movimentos dos ciganos, tanto na Europa quanto no Brasil, de luta por reconhecimento.

Apesar das dificuldades enfrentadas, vêm sendo propostas políticas de inclusão dos ciganos, como atestam os recentes esforços governamentais com o objetivo precípuo de responder às suas demandas e dar conta de suas especificidades culturais no Brasil. Medidas concretas contra a discriminação do grupo vêm sendo discutidas e adotadas, buscando compreender a complexidade de sua inserção no “mundo dos gadjé” (ou seja, dos não-ciganos), as implicações de seu nomadismo e promover ações positivas no combate ao racismo, à pobreza e à desigualdade. Diante das instituições do Estado, a vindicação de direitos à educação, à saúde, à habitação, ao trabalho, à justiça e à cidadania plena fornece um interessante quadro de análise para a antropologia política, sobretudo diante da recusa sistemática desse grupo étnico a uma base territorial, ou seja, ao formato estatal em plena modernidade.

Em 25 de maio de 2006, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um importante decreto instituindo o Dia Nacional do Cigano no Brasil. O estabelecimento, pelo Governo Federal, do dia 24 de maio como data comemorativa inscrita no calendário oficial é parte de uma série de medidas destinadas especificamente a essa minoria étnica, recentemente adotadas pelas Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL - SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Decreto de 25 de Maio de 2006: Institui o Dia Nacional do Cigano.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Cigano, a ser comemorado no dia 24 de maio de cada ano.

Art. 2º As Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos da Presidência da República apoiarão as medidas a serem adotadas para comemoração do Dia Nacional do Cigano.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de maio de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Dilma Rousseff

A criação de uma efeméride singularizando os ciganos revela um gesto positivo de reconhecimento público inédito no concerto das nações modernas, destacando sua importância na formação histórica e cultural da identidade brasileira. Teve como grande artefato simbólico, na ocasião da primeira celebração da data, em 24 de maio de 2007, o selo comemorativo lançado oficialmente no Salão Negro do Palácio da Justiça, diante de líderes ciganos vindos de todas as regiões do Brasil.

Designados pela presidência da Associação Brasileira de Antropologia para representá-la no importante acontecimento, participamos da programação envolvendo não só as primeiras obliterações do selo comemorativo da data, como também o anúncio de outras iniciativas ministeriais referentes às políticas de inclusão destinadas ao grupo, tais como o lançamento do Prêmio Culturas Ciganas 2007 – Edição João Torres, pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC). Nessa oportunidade, fizemos contatos com representantes dos subgrupos ciganos Rom (do Leste Europeu) e Calom (oriundos da Península Ibérica, desde o século XVI no Brasil) vindos do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, entre outros Estados da Federação.

Tendo em vista nossa manifestação de interesse, a propósito da relevância política da ocasião, fomos convidados a participar de duas reuniões na SEPPIR, com o intuito de ampliar para os ciganos, enquanto minoria étnica, os eventuais benefícios da colaboração já existente entre a

ABA e os órgãos públicos federais voltados para populações indígenas e comunidades remanescentes de quilombos, no quadro da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Criada em 21 de março de 2003, a SEPPIR surgiu com o propósito específico de promover ações afirmativas que pudessem reverter o histórico preconceito racial contra a população negra, como forma de viabilizar as políticas de cotas, incrementar o apoio sistemático às comunidades quilombolas e ampliar os laços político-culturais Brasil/África. Na comemoração do Dia Nacional do Cigano, a então Ministra Matilde Ribeiro afirmou publicamente que, ao assumir a SEPPIR, não tinha idéia da complexidade das questões que estavam envolvidas quando se falava em grupos étnicos e minorias. Não imaginava, pois, se deparar com uma feérica explosão das diferenças, diante do processo de redemocratização e da reconstituição dos movimentos sociais, ensejados pela Constituição de 1988, a “constituição cidadã”.

Desse modo, além das demandas do movimento negro, diversas outras minorias e grupos étnicos buscaram a SEPPIR. Entre eles, judeus e ciganos, povos degredados e discriminados há séculos na Europa e no Brasil; palestinos e chineses, clamando por asilo político; e pomeranos, que conservaram aspectos do idioma e do estilo de vida da Alemanha rural novecentista, em pleno Sul do Brasil. Esses grupos fizeram com que a SEPPIR, por sua competência específica como Secretaria Especial diretamente ligada à Presidência da República, repensasse sua agenda política e se visse compelida a expandir sua atuação para outros segmentos da sociedade brasileira.

Entre esses novos sujeitos políticos, no entanto, aqueles que mais desafiavam a imaginação dos formuladores das políticas públicas eram os ciganos. Traziam uma demanda qualificada e surpreendente, sobretudo por suas inusitadas formas de organização e de associação, por sua rápida capacidade de mobilização e por sua expressiva articulação internacional, de todo inesperada para o staff do Ministério.

Telefonemas de órgãos públicos e militantes políticos de diferentes países, nas mais diferentes línguas, passaram a demandar quadros cada vez mais qualificados da própria SEPPIR, transformada num verdadeiro foyer d’appel permanente e transnacional. Como se não bastasse, quando confrontados com a eventual proposição e implementação de medidas, agentes governamentais acostumaram-se a se endereçar à figura emblemática do representante, daquele que fala em nome de todos, do líder que representa corporificando o interesse coletivo. Quando vêm para as arenas públicas, no entanto, se evidenciam as vigorosas clivagens, as segmentações e a significativa dispersão dos diferentes grupos

ciganos, com sua profusão de redes em rizoma e alianças inesperadas, de estilos inusitados e oposições quase inconciliáveis na diferenciação interna dos grupos. Por vezes a expressão dos sentimentos morais, a demanda por respeito e o clamor por reconhecimento cedem lugar às rivalidades cultivadas, divisadas no requinte dos traços diacríticos dos subgrupos, requerendo modos eficazes de administração e resolução do conflito nem sempre conhecidos dos gadjé.

Durante as conversações mantidas na SEPPIR, assessores e técnicos foram unânimes em explicitar as dificuldades encontradas no trato da questão, pois não dispunham dos indispensáveis subsídios para melhor conhecer o inquietante e até então fugidio universo no qual deveriam atuar no exercício da função pública e no cumprimento da agenda política consubstanciada na própria existência especial da Secretaria. Logo então se depararam com outras dificuldades: aos conflitos internos pervasivos, vinham associar-se a precariedade e pouca confiabilidade das informações disponíveis sobre os ciganos no Brasil, a carência de dados qualificados sobre as características da população e sua distribuição no território nacional, diante dos desafios da mobilidade dos grupos e da ausência documental que configura o chamado “sub-registro civil”.

Além disso, a consulta aos órgãos de fomento e aos bancos de tese de nossas instituições de ensino e pesquisa revelou à equipe técnica uma incipiente produção acadêmico-científica dedicada aos ciganos no Brasil – seja em sua dimensão histórica, econômica, política, sociológica ou artístico-cultural. Isso vinha dificultar mais ainda a formação de uma massa crítica que pudesse assegurar aos agentes dos órgãos federais uma interlocução qualificada. Interlocução que lhes permitisse compreender, equacionar, gerenciar e atender satisfatoriamente às demandas crescentes desses grupos.

Durante as conversas na SEPPIR, evidenciadas tais lacunas, a estratégia que lhes ocorreu foi identificar os pesquisadores em âmbitos nacional e internacional, para reuni-los em dois seminários temáticos. Com isso, pretendia-se não somente obter um conjunto de dados e referências precisas que lhes pareciam incontornáveis para a condução eficiente dos trabalhos que se acumulavam, mas também dar visibilidade internacional às expressivas ações do governo brasileiro na implementação de políticas públicas dirigidas aos ciganos. As recentes mudanças ocorridas na estrutura ministerial levariam, no entanto, à não-concretização dessas iniciativas no âmbito federal e, conseqüentemente, à interrupção dessa pauta de discussão ainda em gestação. Entretanto, a ideia de um encontro internacional sobre os ciganos e as políticas de reconhecimento foi acolhida entusiasticamente pela ABA, nas pessoas de seu Presidente, Prof. Luís Roberto Cardoso de Oliveira, e seu Vice-Presidente, Prof. Roberto Kant de Lima. Propusemos então organizar inicialmente uma Mesa Redonda, logo transformada em

Simpósio Especial, na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia em Porto Seguro (BA), com vistas a estimular e fomentar a importante discussão, almejando a constituição futura de um Grupo de Trabalho identificado com o tema. Como primeiro evento inteiramente dedicado aos ciganos promovido pela Associação Brasileira de Antropologia, o Simpósio Especial Os Ciganos e as Políticas de Reconhecimento: Desafios Contemporâneos constitui mais um passo significativo no âmbito da comunidade dos antropólogos brasileiros, em favor do exercício pleno da cidadania, da afirmação da dignidade humana, do direito ao respeito e ao reconhecimento das diferenças em nosso País. Pois, como escreve o antropólogo Marc Bordigoni, “il n’y a pas des Tsiganes qui ne vivent dans un univers autre, c’est-à-dire au contact de ce qu’ils appellent le monde des gadjé.”

Marco Antonio da Silva Mello &

Felipe Berocan Veiga

PPGA/ICHF-UFF e LeMetro/IFCS-UFRJ

ANEXO 2. REPORTAGEM SOBRE IGREJA ENAGÉLICA CIGANA NO BRASIL

São Paulo, domingo, 7 de janeiro de 1996 **FOLHA DE S. PAULO** **cotidiano**

Campinas é 'vaticano' de ciganos no Brasil

BILL SOUZA
DA FOLHA SUDESTE

A cidade de Campinas, a 99 km de São Paulo, é considerada um "vaticano" para a comunidade de ciganos no país. É lá que fica a sede da Igreja Evangélica Pentecostal Comunidade Cigana, que pretende inaugurar até o final do ano mais três templos no país e converter 90% dos cerca de 250 mil ciganos que vivem no Brasil.

A cidade de Campinas tem a maior comunidade cigana brasileira -400 famílias. Todos os templos que foram inaugurados e que serão construídos vão depender da sede, que dá dinheiro e determina a linha a ser seguida.

Atualmente, há cinco igrejas evangélicas ciganas no país. Eles esperam construir outros 20 templos até o ano 2000.

A primeira igreja do Brasil foi construída em Campinas, em outubro de 90. A última, em Mogi Guaçu, há oito dias. Também há igrejas nas cidades paulistas de Nova Odessa e Bauru, além de Belo Horizonte (MG). No total, são 1.400 ciganos evangélicos, 900 em Campinas. São Paulo e Rio também terão uma igreja ainda neste ano, segundo o missionário Henrique Hudorovich, 43, o primeiro cigano do país a se tornar evangélico, há 16 anos. Ele disse que foi convertido por um pastor em Minas. Quando voltou a Campinas, foi considerado "louco", mas começou a frequentar a Igreja Batista.

"Continuei firme no meu propósito e comecei a fazer reuniões em um quintal. Não foi fácil, mas me sinto orgulhoso hoje", disse.

Os templos ciganos do Brasil são ligados à Igreja Central Cigana, que fica em Paris (França). No mundo, os ciganos estão organizados em igrejas evangélicas em 36 países. A primeira foi fundada na Rússia, em 1958. O pastor Mile Breschak, 31, atual líder das cinco igrejas, disse que o povo cigano abandonou "as coisas ruins" da tradição cigana desde que se converteu à igreja evangélica. "Não aceitamos mais bebidas alcoólicas em nossas festas", afirmou.

O pastor-assistente da igreja de Campinas, Emílio Hudorovich, 53, disse que as mulheres também deixaram de lado a tradicional leitura das mãos. "Era incompatível com nossa vida. A Bíblia condena a previsão do futuro", afirmou.

ANEXO 3: DECRETO N.º 889. PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO PARA IMPLANTAÇÃO DO MEMORIAL DE CULTURA CIGANA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

PUBLICADO NO DOM Nº <u>74</u> DE <u>28</u> / <u>09</u> / <u>04</u>

010471

DECRETO Nº 889

Outorga Permissão de Uso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no §3º, do Art. 117, da Lei Orgânica do Município de Curitiba e baseado no Processo nº 36.632/04 - PMC, decreta:

Art.1º Fica outorgada à ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CIGANA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.977.370/0001-83, permissão de uso da área de 30.641,78m² (trinta mil, seiscentos e quarenta e um metros e setenta e oito decímetros quadrados), situada na rua João Dembinski, Cidade Industrial de Curitiba, inscrita sob a Indicação Fiscal 69-006-006.000, sem benfeitorias, de propriedade da CIC - Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, conforme Matrícula nº 14.545, da 8ª Circunscrição Imobiliária desta Capital, cuja posse da área foi repassada ao Município de Curitiba mediante Termo de Comodato.

Art.2º O imóvel objeto do presente ato de outorga, destina-se exclusivamente para implantação do Memorial da Cultura Cigana, segundo disposto na Lei nº 10.576, de 12 de novembro de 2002, inclusive com a participação de instituições voltadas ao desenvolvimento da Cultura Cigana, podendo instalar na área cessionada o que se fizer necessário para assegurar estritamente a implantação do Memorial da Cultura Cigana, sendo que as benfeitorias ali implantadas, devem ser de fácil remoção e previamente autorizadas pelo Permissor, caso contrário, ficarão incorporadas ao imóvel, não sendo, em tempo algum, objeto de indenização pelo Permissor, não cabendo à Permissionária, direito de retenção a esse título.

Parágrafo único. Fica substabelecida à Permissionária, as cláusulas e condições especificadas no Termo de Comodato celebrado entre a CIC - Companhia de Desenvolvimento de Curitiba e o Município de Curitiba, em 1º de setembro de 2004.

Art.3º A presente Permissão de Uso é de caráter gratuito, ficando vedado à Entidade Permissionária auferir lucros provenientes das atividades desenvolvidas no imóvel cessionado neste ato.

Art.4º Fica a Permissionária obrigada:

I - manter limpa e em perfeita ordem de conservação a área ora cessionada, assumindo o dever de zelo e segurança, inclusive contra atos de turbacão ou esbulho de terceiros;



II - responsabilizar-se, a partir da publicação deste decreto, pelos encargos tributários que recaiam ou venham a recair sobre a área ora cessionada, tais como impostos, contribuições de melhoria, taxas, tarifas de consumo de água e energia elétrica e outras contribuições de qualquer natureza, ainda que lançadas em nome da CIC, eximindo, desde logo, a CIC e a Permissionária de quaisquer responsabilidades;

III - submeter a área cessionada, bem como o seu uso, ao controle e fiscalização dos órgãos municipais competentes.

Art.5º Deverá a Permissionária submeter ao Município para aprovação prévia e expressa, todo projeto de construção na área cedida.

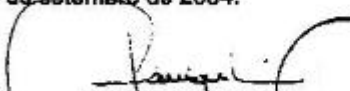
Art.6º A presente Permissão de Uso é dada a título precário e pelo prazo de 90 (noventa) dias a partir da data do Termo de Comodato celebrado entre a CIC e o Município de Curitiba, sendo que após esse prazo a Permissionária obriga-se a restituir o imóvel ao Permissor, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem que caiba qualquer direito à retenção ou indenização, seja a que título for, caso não tenha sido oficializado a transferência definitiva da área ora cessionada ao Patrimônio Público Municipal.

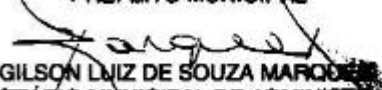
Art.7º A Permissão ora outorgada é intransferível, sendo vedada sua utilização adversa a estabelecida no Art.2º, deste decreto, obrigando-se a Permissionária a conservar como se fosse sua a área ora cessionada.

Art.8º Os danos causados pela Permissionária ao Patrimônio Público, assim como a terceiros na área ora cessionada, serão de sua exclusiva responsabilidade e a quem caberão os reparos e indenizações de prejuízos ocorridos.

Art.9º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 23 de setembro de 2004.


CASSIO TANIGUCHI
PREFEITO MUNICIPAL


GILSON LUIZ DE SOUZA MARCONDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

77.3

N-5

DOBR 2004/MJN

- VENCIMENTO DO PRAZO: 01-12-04

ANEXO 4: IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 03/2012, COM DIRETRIZES PARA ATENDIMENTO ESCOLAR PARA POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE ITINERÂNCIA.

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA,
ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PORTARIA Nº 10, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014**

Institui Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação da Resolução CNE/CEB nº 03/2012 que institui as Diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância, no que se refere às populações ciganas.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO, no uso da sua atribuição que lhe confere a Portaria nº 7.690, de 2 de março de 2012, e considerando o disposto na Constituição Federal, e o art. 9º da Resolução CNE/CEB nº 3, de 16 de maio de 2012, que define as Diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho, com o objetivo de elaborar subsídios para a implementação da Resolução CNE/CEB nº 03, de 16 de maio de 2012, que institui as Diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância, no que se refere às populações ciganas.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será constituído por membros indicados pelos titulares dos respectivos órgãos, sendo:

I - Lucimara Cavalcante, como representante da Associação Internacional Maylê Sara Kalí - AMSK/Brasil;

II - Mio Vacite, como representante da União Cigana do Brasil, do Estado de São Paulo, de etnia Rom;

III - Cláudio Iovanovitchi, líder comunitário de etnia Matchuwaia, como representante da Associação de Preservação da Cultura Cigana do Paraná (APRECI/PR), em Curitiba-PR;

IV - Anne Kellen, de etnia Lovara, como representante de Maceió - AL;

V - Edson José Rokkhi, líder comunitário Rom Boyasha, do município de Gravataí - RS;

VI - Carlos Amaral, líder comunitário de etnia Calon, do município de Belo Horizonte - MG;

VII - Zanata Dantas, líder comunitário de etnia Calon, do município de Porto Seguro - BA;

VIII - Fernanda Santa Roza Ayala Martins, como representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR;

IX - Leilá Leonardos, como representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos - SNDH; e

X - Ana Maria Angela Bravo Villalba, como representante do Ministério da Cultura - MinC.

§ 1º A coordenação do Grupo de Trabalho ficará sob a responsabilidade da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais - DPECIRER/MEC.

§ 2º Os membros do Grupo de Trabalho exercem função não remunerada de relevante interesse social.

Art. 3º O Grupo de Trabalho disporá do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, para conclusão de trabalho a que se propõe.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS

ANEXO 5: TABELA 173 ENCONTRADA NO SITE DO IBGE

Tabela 173 - Municípios, total e com acampamento cigano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Com acampamento cigano		Total	Com acampamento cigano
Brasil	5 565	290	Sudeste	1 668	96
Até 5 000	1257	18	Até 5 000	381	4
De 5 001a 10 000	1294	41	De 5 001a 10 000	408	17
De 10 001a 20 000	1370	44	De 10 001a 20 000	351	17
De 20 001a 50 000	1055	95	De 20 001a 50 000	294	23
De 50 001a 100 000	316	36	De 50 001a 100 000	98	8
De 100 001a 500 000	233	44	De 100 001a 500 000	118	21
Mais de 500 000	40	12	Mais de 500 000	18	6
Norte	449	4	Sul	1 188	54
Até 5 000	87	1	Até 5 000	421	2
De 5 001a 10 000	89	-	De 5 001a 10 000	291	6
De 10 001a 20 000	107	-	De 10 001a 20 000	229	5
De 20 001a 50 000	113	1	De 20 001a 50 000	144	16
De 50 001a 100 000	32	-	De 50 001a 100 000	57	11
De 100 001a 500 000	18	2	De 100 001a 500 000	43	12
Mais de 500 000	3	-	Mais de 500 000	3	2
Nordeste	1 794	97	Centro-Oeste	466	39
Até 5 000	225	4	Até 5 000	143	7
De 5 001a 10 000	392	8	De 5 001a 10 000	114	10
De 10 001a 20 000	580	17	De 10 001a 20 000	103	5
De 20 001a 50 000	432	43	De 20 001a 50 000	72	12
De 50 001a 100 000	110	14	De 50 001a 100 000	19	3
De 100 001a 500 000	44	8	De 100 001a 500 000	10	1
Mais de 500 000	11	3	Mais de 500 000	5	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

ANEXO 6: TABELA 174 ENCONTRADA NO SITE DO IBGE

Tabela 174 - Municípios, total e com acampamento cigano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Com acampamento cigano		Total	Com acampamento cigano
Brasil	5 565	290	Nordeste		
Norte	449	4	Sergipe	75	9
Rondônia	52	-	Bahia	417	51
Acre	22	-	Sudeste	1 668	96
Amazonas	62	-	Minas Gerais	853	49
Roraima	15	-	Espírito Santo	78	12
Pará	143	2	Rio de Janeiro	92	10
Amapá	16	-	São Paulo	645	25
Tocantins	139	2	Sul	1 188	54
Nordeste	1 794	97	Paraná	399	22
Maranhão	217	8	Santa Catarina	293	12
Piauí	224	6	Rio Grande do Sul	496	20
Ceará	184	7	Centro-Oeste	466	39
Rio Grande do Norte	167	2	Mato Grosso do Sul	78	3
Paraíba	223	4	Mato Grosso	141	1
Pernambuco	185	7	Goiás	246	35
Alagoas	102	3	Distrito Federal	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

ANEXO 7: ATA DA 81ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro minutos do dia doze de dezembro de dois mil e doze, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: **Paulo Paim** e **Wellington Dias**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e senhoras Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 135 de 2012 – CDH, aprovado em 8/11/2012, de autoria do Senador **Paulo Paim**, para debater “a situação dos povos ROM, Calon e Sinti, os assim chamados ciganos”. Convidados: Luciano Mariz Maia, Procurador Federal da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Claudio Domingos Iovanovitchi, representante da Associação Nacional da Etnia Calon; Marlete Queiroz, representante da Associação Nacional da Etnia Calon; Ione Carvalho, Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura Substituta, em representação à Senhora Márcia Rollemberg, Secretária; Silvano Euclênio Silva, Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR; Paul Israel Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária – Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Letícia Miguel Teixeira, Gerente Substituta da Diretoria de Política de Acessibilidade e Planejamento Urbano – Ministério das Cidades –; Macaé Maria Evaristo dos Santos, Diretora de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais do Ministério da Educação – MEC. Presente, também, a Deputada Federal Érika Kokay, que, por deferência, fez uso da palavra. O Presidente franqueia a palavra aos presentes no plenário: Lucimara Cavalcanti, representante da Associação Nacional de Cultura Romani do Brasil; Elisa Costa, Presidente da MSK Brasil; Ana Flávia Schmitt, Pedagoga; Padre Wallace, Presidente da Pastoral dos Nômades; Rosângela Correa, professora da UNB; Patrícia Ahualli, Diretora de Comunidades Tradicionais e Patrimônio Imaterial da SEPPIR/DF; Iara Lima, professora da UFMG. Faz uso da palavra o senhor Senador **Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ANEXO 8: CARTAZES



ANEXO 9:

CARTA DE BRASÍLIA

Nós, representantes das comunidades ciganas, reunidos na I Semana Nacional dos Povos Ciganos, em 22 de maio de 2013, durante a Conferência Livre de Cultura, apresentamos as propostas abaixo para subsidiar as políticas públicas de cultura para o segmento:

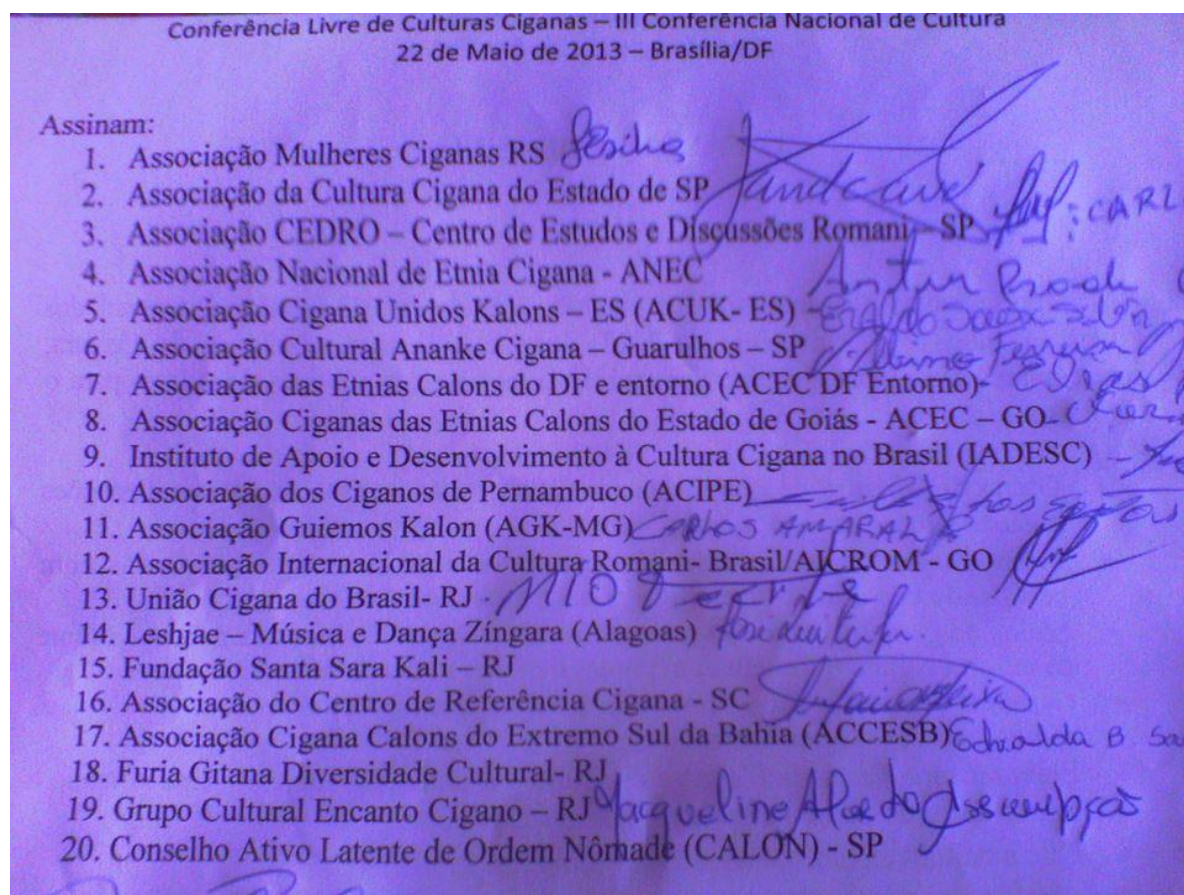
- Oferta de oficinas de qualificação artística para jovens com as manifestações ciganas – músicas, dança, etc.;
- Promoção de editais com inscrições para pessoas jurídicas e pessoas físicas, com certificado de veracidade emitido pelas associações;
- Meios de garantia de que as produções culturais/acadêmicas que bebem na fonte da cultura cigana retornem com algum benefício para estas comunidades;
- Garantir que os espaços públicos para as comunidades ciganas não sejam somente nas periferias das cidades;
- Elaborar uma Carta da Ministra da Cultura a todos os municípios, ressaltando a importância da cultura cigana e o apoio a este povo;
- Que a cultura cigana torne-se patrimônio imaterial;
- Auxílio para que o Museu Itinerante Cigano torne-se Ponto de Cultura;
- Garantir cotas para as minorias étnico-culturais nos editais do MinC;
- Garantir que representantes indicados pelas associações dos Povos Ciganos participem dos processos de construção dos prêmios ou outras ações – participar da elaboração, das comissões, consultorias, etc.;
- Que seja elaborada uma política de apoio aos Artistas de Rua;
- Que o MinC busque o conhecimento, o reconhecimento e o incentivo da produção cultural dos Povos Ciganos em todos os seus segmentos;
- Facilitar a apresentação de projetos para participar de editais através de oficinas, consultores, agentes culturais e inscrição oral;
- Que os formulários do Ministério da Cultura identifiquem se a proposta é de cultura cigana, nos moldes das culturas afro e indígena;
- Disponibilizar os produtos feitos pelos premiados dos editais de cultura cigana já lançados e publicar o registro desses prêmios;
- Emitir o certificado para os classificados nos prêmios de culturas ciganas das edições anteriores;
- Aumentar o valor líquido do prêmio de culturas ciganas;
- Apoiar a criação de cooperativas culturais ciganas nos estados, valorizando a produção e a venda porta-a-porta pela comunidade cigana, com matéria-prima de baixo custo, inclusive doada pela Receita Federal;
- Facilitar a abertura de linha de crédito para os produtores e empreendedores culturais ciganos;
- Que o MinC apoie as promoções de identidade cultural original cigana nas escolas.

Brasília, 22 de maio de 2013

Assinam:

1. Associação Mulheres Ciganas/RS
2. Associação da Cultura Cigana do Estado de São Paulo
3. Associação CEDRO – Centro de Estudos e Discussões Romani/SP
4. Associação Nacional de Etnia Cigana – ANEC

5. Associação Cigana Unidos Kalons – ACUK/ES
6. Associação Cultural Ananke Cigana/SP
7. Associação das Etnias Calons do DF e Entorno
8. Associação Ciganas das Etnias Calons do Estado de Goiás – ACEC /GO
9. Instituto de Apoio e Desenvolvimento à Cultura Cigana no Brasil – IADESC
10. Associação dos Ciganos de Pernambuco – ACIPE
11. Associação Guiemos Kalon – AGK/MG
12. Associação Internacional da Cultura Romani – AICROM-Brasil/GO
13. União Cigana do Brasil/RJ
14. Leshjae – Música e Dança Zíngara/AL
15. Fundação Santa Sara Kali/RJ
16. Associação do Centro de Referência Cigana/SC
17. Associação Cigana Calons do Extremo Sul da Bahia – ACCESB/BA
18. Furia Gitana Diversidade Cultural/RJ
19. Grupo Cultural Encanto Cigano/RJ
20. Conselho Ativo Latente de Ordem Nômade/SP



Assinatura dos Representantes das Associações Ciganas

ANEXO 10: FOLDER DO I SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR CIGANA

Oficina 3: Uma Proposta Pedagógica para atender a diversidade das comunidades ciganas na Educação Básica (Gilce Francisca Primak Niquetti-SEED).

26 de setembro

Oficinas (cont.)

09:00 às 10:30

Grupos de Trabalho

10:30 às 12:00 Grupos de Trabalho – GT - sistematização das propostas apresentadas nas oficinas.

14:00 às 18:00 Plenária – Apresentação das propostas dos GT, debates, deliberações e aprovação de documento final.

Realização



26 de setembro

Estado do Paraná
Secretaria de Estado de Educação-SEED

Departamento da Diversidade-DEDI
Coordenação da Educação das Relações da Diversidade Étnico-Racial-CERDE
(41)3340-1711
(41)3342-6504
cerde@seed.pr.gov.br

Apoio





I Seminário Estadual de Educação Escolar Cigana



24, 25 e 26 de Setembro de 2013

Local: Teatro Londrina - Rua Claudino dos Santos, 79,
Bairro: São Francisco, Curitiba-PR

INSCRIÇÕES: Núcleos Regionais de Educação-SEED

Apresentação

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná, por meio do Departamento da Diversidade/Coordenação da Educação das Relações da Diversidade Étnico-Racial promove o I Seminário Estadual de Educação Escolar Cigana.

Esse momento pretende constituir um espaço de diálogo entre lideranças e/ou representantes das etnias ciganas e segmentos do poder público para elaborar ações pedagógicas que promovam políticas públicas educacionais com e para as etnias ciganas na educação básica do Paraná.

Dessa forma, o evento contará com deliberações para a construção de uma Proposta Pedagógica de Educação Escolar Cigana, fundamentado na Resolução nº 3, de 16 de maio de 2012, que define diretrizes para o atendimento de educação escolar para as populações em situação de itinerância.

Programação

24 de setembro

08:30 Credenciamento.

09:00 às 10:30 Conferência - Políticas públicas educacionais com e para os povos ciganos.

Apresentação Cultural e palestras

10:30 às 11:00 Equipe Pedagógica (DEDI-CERDE).

11:00 às 12:00 Palestra e Apresentação Cultural. Os Assim Chamados Ciganos. Claudio Iovanovitchi (Associação de Preservação da Cultura Cigana - APRECI).

14:00 às 16:00 A história dos povos ciganos no Brasil. Dr. Rodrigo Corrêa Teixeira (PUCMG).

16:00 às 18:00 Identidades ciganas. Dr. Marcos Toyansk Silva Guimarães (USP).

25 de setembro

Palestras

09:00 às 12:00 Projeto Kalinka: Ciganos na minha escola, uma história invisível. Elisa Costa, Lucimara Varanis Cavalcante e Marcia Vasconcelos de Souza (Associação Internacional Maylê Sara Kali-AMSK).

14:00 às 15:00 Significados e sentidos da instituição escolar para a criança cigana. Drª Joseth Antonia Oliveira Jardins Martins.

Oficinas

15:00 às 18:00

Oficina 1: A educação nas Políticas Públicas e Guia de Políticas Públicas para os Povos Ciganos. Elisa Costa, Lucimara Varanis Cavalcante e Marcia Vasconcelos de Souza (AMSK).

Oficina 2: História e cultura dos assim chamados ciganos. Claudio Iovanovitchi (APRECI).

ANEXO 11: DECRETO DE 1º DE MARÇO DE 2004

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea a, da Constituição, e tendo em vista o disposto no 3º do art. 3º do Decreto no 4.885, de 20 de novembro de 2003, resolve DESIGNAR os seguintes representantes para compor o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial -CNPIR, na qualidade de representantes de entidades da sociedade civil:

Agentes de Pastorais Negros - APNS: JOAO CARLOS PIO DE SOUZA, titular; e ANA LUCIA PEREIRA DA SILVA, suplente; Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras: LUCIA MARIA XAVIER DE CASTRO, titular; e ELAINE OLIVEIRA SOARES, suplente; Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais ABONG: JORGE EDUARDO SAAVEDRA DURA, titular; e MONICA OLIVEIRA, suplente; Associação Brasileira de Rádio e Televisão - ABERT: RONALD SIQUEIRA BARBOSA, titular; Associação de Preservação da Cultura Cigana - APRECI: CLAUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI, titular; e TATIANE EMILIA CAMARGO IOVANOVITCHI, suplente; Associação Nacional de Pesquisadores Negros - ANPN: LIDIA NUNES CUNHA, titular; e HENRIQUE CUNHA JUNIOR, suplente; Associação Nacional dos Coletivos de Empresários Afro-Brasileiros - ANCEABRA: JOAO BOSCO DE OLIVEIRA BORBA, titular; e OSVALDO DOS SANTOS NEVES, suplente; Confederação Israelita do Brasil - CONIB: JACK LEON TERPINS, titular; e BEREL AIZENSTEIN, suplente; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB: CARLOS ALVES MOURA, titular; e Padre JURANDYR AZEVEDO ARAUJO, suplente; Congresso Nacional Afro-Brasileiro – CNAB EDUARDO FERREIRA DE OLIVEIRA, titular; e ERNESTO LUIZ PEREIRA FILHO, suplente; Coordenação Nacional das Entidades Negras - CONEN: FLAVIO JORGE RODRIGUES DOS SANTOS, titular; e ELIZABETH LIMA E SILVA, suplente; Coordenação Nacional de Quilombos - CONAQ: MARIA ROSALINA DOS SANTOS, titular; e PAULO MARIO ACACIO DOS SANTOS, suplente; Federação de Entidades Árabe Palestino Brasileiras: FARID SUWWAN, titular; e EMIR SALEH MOURAD, suplente; Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos - FENATRAD: CREUZA MARIA OLIVEIRA, titular; e ANA SIMEAO, suplente; Fórum Nacional de Mulheres Negras: ROSA MARIA ANACLETO DE FRANCA, titular; e DAYSE BENEDITO, suplente; Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social: MARIA CRISTINA NASCIMENTO, titular; e SERGIO EPHIN MINDLIN, suplente; Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira - INTECAB: EVERALDO DUARTE, titular; e VERA SOARES, do Conselho das Yalorixas e Equedes, suplente; Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial - INSPIR: NEIDE APARECIDA FONSECA, titular, e SILVIA JULIAO MARCELINO, suplente; União de Negros pela Igualdade - UNEGRO: MARIA OLIVIA SANTANA, titular; e EDSON LUIZ DE FRANCA, suplente; WARA - Instituto Indígena Brasileiro: AZELENE INACIO KAINANG, titular; e ESCRAWEN SOMPRE, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB suplente; Representantes com notório reconhecimento nas relações raciais: KABENGELE MUNANGA; LECI BRANDAO; e OLIVEIRA SILVEIRA.

Brasília, 1º de março de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA

Jose Dirceu de Oliveira e Silva

MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

ANEXO 12: DECRETO DA INSTITUIÇÃO DO DIA NACIONAL DO CIGANO



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2006.

Institui o Dia Nacional do Cigano.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Cigano, a ser comemorado no dia 24 de maio de cada ano.

Art. 2º As Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos da Presidência da República apoiarão as medidas a serem adotadas para comemoração do Dia Nacional do Cigano.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de maio de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Dilma Rousseff